

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. 17, nº 2

Estudo Eleitoral
Brasileiro 2010



**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC - SP)
Fernando Antônio Lourenço
(IFCH - UNICAMP)
Hélgio Trindade
(NUPERGS- UFRGS)
Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH - USP)
Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)
Örjan Olsén
(Analítica Consultoria)
Rachel Meneguello
(IFCH - UNICAMP)
João Francisco Meira
(Instituto Vox Populi)
José Roberto Rus Perez
(FE - UNICAMP)
Maria Inês Fini
(FE - UNICAMP)
Gustavo Venturi
(Criterium Pesquisas)
Valeriano Ferreira Mendes da Costa
(IFCH - UNICAMP)

Direção

Rachel Meneguello

Equipe de Projetos Permanentes

Fabiola Brigante Del Porto
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

Joel Cirilo Júnior
Fernanda M. de Moraes Sarmento

Secretaria Geral

Lais Helena Cardoso C. de Oliveira

**OPINIÃO PÚBLICA
Vol. 17, Nº 2, Novembro, 2011**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza
(IDESP)
Antônio Lavareda
(MCI)
Carlos Vogt
(IEL e LABJOR - UNICAMP)
Charles Pessanha
(IUPERJ)
Fábio Wanderley Reis
(DCP - UFMG)
Frederick Turner
(University of Connecticut, EUA;
Universidad de San Andrés, Ar.)
Juarez Rubens Brandão Lopes
(IFCH - UNICAMP, FFLCH - USP)
Leôncio Martins Rodrigues
(IFCH - UNICAMP, FFLCH - USP)
Lúcia Avelar
(DCP - UNB)
Nelly de Camargo
(IA - UNICAMP)
Nelson do Valle Silva
(LNCC - CNPq; IUPERJ)
Ruy Martins Altenfelder Silva
(Instituto Roberto Simonsen - FIESP)

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH - USP)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Rachel Meneguello
(IFCH e CESOP - UNICAMP)

Editora Responsável:

Rachel Meneguello

Editora Assistente:

Fabiola Brigante Del Porto

Produção Gráfica:

Fernanda M. de Moraes Sarmento
Luciana de Faria

Opinião Pública é publicada pelo CESOP desde 1993 e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Publicação Indexada no Sociological Abstracts; HAPI (Hispanic American Periodicals Index); IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); Data Índice - IUPERJ; HLAS (Handbook of Latin American Studies); Portal QUÓRUM de Revistas Iberoamericanas; Scielo (www.scielo.br/op) e Red ALyC (www.redalyc.com)

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual de
Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
IFCH/CESOP
Rua Cora Coralina s/n
Campinas - São Paulo
CEP: 13083-896
Tel: (55-19) 3521-7093
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: opcesop@unicamp.br
cesop@unicamp.br

Home Page:

<http://www.cesop.unicamp.br>

Apoio:



Ministério
da Educação

Ministério da
Ciência e Tecnologia



Tiragem
300 exemplares

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2011

Vol. 17, nº 2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?</i>	271
Maria do Socorro Sousa Braga Jairo Pimentel Jr.	
<i>Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil</i>	304
Vitor Peixoto Lucio Rennó	
<i>Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros</i>	333
Ednaldo Ribeiro Yan Carreirão Julian Borba	
<i>Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010</i>	369
Marcello Baquero Rodrigo Stumpf Gonzalez	
<i>O partidarismo no Brasil (2002/2010)</i>	400
Luciana Fernandes Veiga	
<i>Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores</i>	426
Denise Paiva Gabriela da Silva Tarouco	
<i>Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?</i>	452
Heloisa Dias Bezerra Pedro Santos Mundim	
<i>Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010</i>	477
Maria Teresa Miceli Kerbauy	
<i>O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade</i>	493
Elizabeth Balbachevsky Denilde Holzacker	
<i>TENDÊNCIAS Encarte de Dados – ESEB 2010</i>	516



UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 17, nº 2 p.271-540
Novembro de 2011
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 17, nº 2, Novembro de 2011 – Campinas: CESOP, 2011.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?

Maria do Socorro Sousa Braga

Departamento de Ciências Sociais e do
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de São Carlos.

Jairo Pimentel Jr

Doutorando do Programa de Ciência Política da
Universidade de São Paulo

Resumo: Há décadas a constatação corrente no Brasil é de que os partidos pouco importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros. Entretanto, esse cenário de baixa identificação partidária contrasta com a observação de que, ao menos para as eleições presidenciais a competição eleitoral tem se estruturado em torno de duas organizações partidárias: PT e PSDB. O objetivo deste artigo é demonstrar que mesmo que os partidos de fato não estejam internalizados em termos de identidade partidária, estamos vivenciando importante movimento no sentido de uma divisão do eleitorado entre as duas principais organizações políticas em termos de simpatia partidária, redundando na estruturação de um sistema bipartidário ao nível da disputa nacional. Com base nas respostas dos entrevistados do ESEB 2002, 2006 e 2010 sobre as eleições presidenciais verificamos que nesses pleitos as simpatias eleitorais pelo PT e PSDB se mostraram um dos principais componentes de explicação do voto nos candidatos. Este artigo também destacou que apesar das simpatias partidárias serem uma heurística utilizada para decisão do voto entre os eleitores com maior escolaridade, foi possível observar que mesmo entre os menos escolarizados essa variável foi fundamental para explicar o voto, evidenciando que mesmo entre eleitores com menor conhecimento político, os partidos têm auxiliado na decisão do voto.

Palavras-chave: partidos políticos, comportamento eleitoral, eleições presidenciais, simpatia partidária, ESEB2010

Abstract: For decades the conventional wisdom in Brazil has been that political parties do not matter in explaining the behavior of Brazilian voters. However, this scenario of low partisan identification contrasts with the observation that, at least for presidential elections, electoral competition has been structured around two party organizations: those of the PT and PSDB. The aim of this article is to demonstrate that, even if parties are in fact not internalized in terms of party identification, we are witnessing an important division between two principal political organizations in terms of party preference, reflecting the emergence of a bipartisan system at the national level. On the basis of responses of interviewees about the presidential elections in the CSES-ESEB of 2002, 2006, and 2010, we see that in these elections the electoral affinities for the PT and PSDB are some of the principle components of an explanation of the vote. This article also emphasizes that despite the fact that party preference is more pronounced as a means of candidate selection for those with a high degree of education, it is possible to observe that even among those with less education this variable is fundamental to explain the vote, providing evidence that even for voters with less knowledge of politics, the parties are helping to structure the voting decision.

Key Words: political parties, electoral behavior, presidential elections, party sympathy, CSES-ESEB2010

Introdução

Segundo a literatura especializada, um importante componente do sistema democrático reside na conexão entre partidos e eleitores (DALTON *et al*, 2003; MACKUEN & RABINOWITZ, 2003), e uma medida para avaliar a amplitude dessa vinculação foi elaborada a partir do conceito de *identificação partidária*. Esse conceito tornou-se o principal fator teórico na explicação do comportamento eleitoral dos americanos e um paradigma na análise da estabilidade do sistema partidário durante as décadas de 50 e 60 (DALTON *et al*, 2003, WATTENBERG, 1982). No entanto, o declínio das taxas de partidário, juntamente com o aumento das tendências anti-partidárias, a partir da década de 70 nas chamadas democracias consolidadas, levaram muitos analistas a revisarem a idéia da identificação partidária como fator explicativo do voto, bem como a certo consenso acadêmico sobre a decrescente importância dos laços entre partidos e eleitores nessas democracias (DALTON *et al*, 2003; DALTON & WATTENBERG, 2000; WEBB *et al*, 2002; GUNTHER *et al*, 2002; DIAMOND & GUNTHER, 2001).

A queda nas identificações partidárias e o aumento dos sentimentos anti-partidários não parecem ser fenômenos restritos às democracias industriais avançadas, pois têm sido observados também em democracias recentes. Esses comportamentos vêm ocorrendo tanto no sul da Europa, quanto no leste europeu pós-soviético (MILLER & KLOBUCAR, 2000) e América latina (LINZ, 2002; SAÉZ & FREDEINBERG, 2002, ANGEL, 2003).

No Brasil, parte da literatura especializada aponta para o baixo conhecimento das lideranças, para políticos apartidários, forte aversão às legendas e baixa identificação com os partidos políticos. As taxas de identificação partidária que se encontravam em 64% no final do período democrático de 1945-64 (LAVAREDA, 1999), e em 70% durante o bipartidarismo imposto pelo regime civil-militar (SANTOS, 1978), tiveram uma média de 46% durante o período de 1989-2002 (KINZO E CARREIRÃO, 2004). As razões apontadas para esse baixo índice na atual experiência democrática são de basicamente três tipos: 1) o sistema eleitoral proporcional (MAINWARING, 1995; LAVAREDA, 1999; KINZO, 2004), 2) o baixo nível cognitivo dos eleitores (MOISÉS, 1992; MÔNICA CASTRO, 1994; KINZO E CARREIRÃO, 2004, KINZO, 2005) e 3) a cultura política do populismo (SINGER, 1990; MENEGUELLO, 1994).

De maneira geral, portanto, a constatação corrente é a de que os partidos pouco importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros. Entretanto, esse cenário atual de baixa identificação partidária contrasta com a observação de que, ao menos para as eleições presidenciais, a competição eleitoral

tem se estruturado em torno de duas organizações partidárias: PT e PSDB. Diante dessa evidência, o objetivo deste artigo é demonstrar que mesmo que os partidos de fato não estejam internalizados em termos de identidade partidária, podemos observar que está em marcha no Brasil, ao menos no que concerne à estruturação do voto para presidente, uma divisão do eleitorado entre as duas principais organizações políticas em termos de simpatia partidária.

Argumentamos que o partidarismo é um forte componente para a decisão eleitoral para a disputa presidencial brasileira, podendo ser mensurado através das simpatias partidárias dos eleitores. Essas simpatias são subprodutos do histórico de disputas e da implementação de projetos políticos dos partidos. Dessa forma, mesmo aqueles eleitores que não sabem se preferem determinada linha partidária, seja pela distância e aversão que possuem em relação à política; seja pelo baixo conhecimento cognitivo acerca das legendas, a convivência com elas marca subjetivamente suas preferências ano após ano, eleição após eleição, estabelecendo inclinações que fomentam e enquadram a realidade político-eleitoral. Por outro lado, governos bem sucedidos em suas administrações também são cruciais para a formação de percepções positivas quanto à capacidade dos partidos representarem os anseios da sociedade, redundando em agentes eficientes na avaliação dos eleitores. As reeleições do PSDB (1998) e do PT (2006), e em seguida, a eleição do sucessor petista em 2010, são evidências nesse sentido.

Analisando dados das eleições de 2002, 2006 e 2010, esse artigo busca demonstrar dois aspectos referentes ao impacto das simpatias partidárias na decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras: primeiro, que os partidos ganharam maior importância em termos de simpatia em 2010 em relação às eleições de 2002 e, principalmente, 2006 (quando refletiram resultados de escândalos políticos). Segundo, que em todas essas eleições estudadas, as simpatias eleitorais pelo PT e PSDB se mostraram um dos principais componentes de explicação do voto nos candidatos e, por fim, esse artigo demonstra que apesar das simpatias partidárias serem uma heurística utilizada para decisão do voto entre os eleitores com maior escolaridade, é possível observar que, mesmo entre os menos escolarizados, esse elemento foi fundamental para explicar o voto, demonstrando que mesmo entre eleitores com menor conhecimento político, os partidos têm auxiliado na decisão do voto.

Para verificar nosso argumento, na seção seguinte revisamos os estudos referentes ao comportamento político do eleitor brasileiro. Em seguida, na terceira seção, verificamos qual é o grau de conhecimento, o nível de preferência partidária e o grau de simpatia dos eleitores pelos partidos em foco nas últimas três eleições, tratando de avaliar em que medida essas simpatias são fatores importantes para a

tomada de decisão do voto, vis a vis outras variáveis consideradas relevantes pela literatura sobre o comportamento eleitoral. Na quarta seção tecemos as considerações finais.

Comportamento político do eleitor e percepções sobre os partidos contemporâneos: interpretações e novas questões sobre o caso brasileiro

É bastante considerável o volume da literatura que busca avaliar a capacidade dos partidos brasileiros de estruturar a competição político-eleitoral na atual quadra democrática. A maioria desses estudos defende que os partidos estão pouco enraizados na sociedade, limitados a uma minoria dos eleitores com maior escolaridade e envolvimento político, mitigando dessa forma, a eficiência dessa variável explicar os resultados finais dos pleitos (BALBACHVESKY, 1992; CASTRO, 1994; CARREIRÃO E KINZO, 2004; KINZO, 2005).

Boa parte desses trabalhos utiliza medidas empíricas de surveys baseados no conceito de identificação partidária, tal como formulado pela escola de Michigan (CAMPBELL et al. 1960). Tradicionalmente, nos surveys brasileiros é perguntado para os entrevistados responderem de forma espontânea se possuem algum partido de preferência. Os resultados desse tipo de medida têm sido níveis de identificação partidária com pouco menos da metade dos eleitores declarando algum partido de preferência (CARREIRÃO E KINZO, 2004; KINZO, 2005).

Todavia, esses índices de identificação partidária na jovem democracia brasileira, e considerados relativamente baixos por essa literatura, não são totalmente desalentadores. Comparado a outros países, o Brasil se encontra em um patamar não muito diferente, mesmo quando o aproximamos das chamadas democracias consolidadas, tal como pode ser observado na Tabela 1, reproduzida do artigo de Dalton e Weldon (2007).

Em relação às novas democracias, advindas da terceira onda de democratização¹, o Brasil se sobressai em relação a países da América do Sul, como por exemplo, Chile e Peru, e a nações da Europa Oriental, como Eslovênia, Lituânia, Bulgária e Polônia. O Brasil encontra-se ainda em um patamar muito próximo ao do México e de Portugal. Observamos também que em relação à Ásia, o Brasil está em melhores condições do que Tailândia e Taiwan. Em relação às democracias consolidadas, o Brasil se posiciona em níveis próximos aos

¹ Conceito de Huntington (1994), referindo-se ao processo de democratização pós-1974, que tem como marco a Revolução dos Cravos que derrubou a ditadura de Salazar em Portugal. Esse processo se estendeu para a América Latina entre as décadas de 70 e 80 e para o leste europeu no final dos anos 90.

encontrados na Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Irlanda, e ainda possui nível superior ao Japão, Coréia, Alemanha, Suíça, Bélgica e Holanda. Aparecem com níveis um pouco superiores, mas dentro de uma margem estreita, Islândia e Hungria. Mesmo a França e os EUA, não apresentam níveis muito maiores que os do Brasil.

Esses dados evidenciam que a conexão entre partidos e eleitores no Brasil, relativamente a outros contextos, não comporta a visão tão pessimista de grande parte dos estudiosos. Pelo contrário, do que pode ser apreendido dos dados, o Brasil se encontra dentro de uma média mundial, com patamar não muito distante das democracias avançadas, que possui média de 54% de declaração de identificação, enquanto as novas democracias possuem uma média de 37%.

Tabela 1
Identificação partidária comparada

	1996-2000	2000-05
Austrália	83,5	83,9
Ucrânia	70,5	-
Israel	64,2	62,4
Estados Unidos	57	56,1
Nova Zelândia	56,3	55,7
Rússia	56,1	-
França	-	55,8
Polônia	53,7	41,8
Suécia	53,1	48,8
Noruega	52,9	41,3
Canadá	52,1	-
Portugal	51,8	51,8
Islândia	51,6	54,2
Dinamarca	51,4	50
Brasil	-	49,4
Grã-Bretanha	48,8	44,9
República Tcheca	48,8	63,7
México	48,2	51,9

Romênia	47,1	-
Finlândia	-	46,6
Espanha	42,8	61,3
Bulgária	-	42,7
Japão	37,5	-
Alemanha	37,4	37,2
Suíça	36,7	42,5
Bélgica	-	36,1
Hungria	35,8	52,6
Lituânia	34,6	-
Taiwan	33,8	42,8
Holanda	27,9	-
Irlanda	-	27,7
Coréia do Sul	27,3	40
Peru	22,8	-
Eslovênia	21,7	-
Tailândia	21,5	17,7
Chile	20,7	-
Bielo-Rússia	11,7	-
Hong Kong	7,9	28,1
Média*	42,7	47,7

¹ Fonte: Comparative Study of Electoral Systems, Módulos I e II. Dados com peso (*missing data* não foram incluídos no cálculo dos percentuais).

Perguntas utilizadas nos surveys: Do you usually think of yourself as close to any particular political party? Which party is that?

*Adendo dos autores deste artigo, ausente da tabela original de Dalton e Weldon (2007)

Vale ressaltar que a média de identificação partidária nas democracias consolidadas vem diminuindo gradativamente nas últimas décadas (DALTON et al, 2003), em um processo de escala global que também atinge as novas democracias (DALTON E WELDON, 2007), sobretudo em função do impacto crescente das mídias de massa e da centralização das campanhas nos candidatos, reduzindo dessa forma o papel ocupado pelos partidos no passado, aumentando os sentimentos anti-partidários e a desconfiança dos partidos na opinião pública. Nesse sentido, tal como resalta Lavareda (1999), em um contexto generalizado como esse, de

decrecente importância dos partidos, é bem provável não encontrarmos no futuro do Brasil níveis de identificação partidária parecidos aos existentes na experiência democrática de 1945-64, quando esse número chegou a 64% e também se equiparava aos índices encontrados nas democracias consolidadas à época.

Entretanto, é importante salientar que o partido que mais contribui para que a identificação partidária no Brasil alcance esse patamar é o PT, cujos níveis de preferência encontram-se relativamente altos, alcançando acima de 20% a partir da última década (KINZO E CARREIRÃO, 2004). A razão para isso recai sobre sua organização partidária. Tido como único partido de massas do Brasil, o PT soube se colocar junto aos movimentos sociais, integrando-se no eleitorado como um partido de esquerda e de oposição, tratando de fixar uma imagem robusta e conjunta dos seus políticos, cativando, com o passar do tempo, uma grande quantidade de eleitores (KINZO, 2005; SAMUELS, 2004). Outra possível razão para esse vínculo do PT com o eleitorado é o uso estratégico que os seus candidatos fazem do horário eleitoral gratuito. Em comparação com os demais partidos, o PT utiliza muito mais o seu símbolo partidário, e os discursos dos candidatos dão maior ênfase à questão partidária. Mesmo centradas na figura e imagem dos políticos, as campanhas dos candidatos do PT, em todos os níveis e cargos, possuem um discurso partidário que os demais partidos não fazem questão de salientar (DIAS, 2005, 2011).

A chegada à Presidência da República em 2002 fez o PT mudar sua postura, passando a moderar seu discurso e a adotar medidas pragmáticas a despeito de outras que defendia no passado. Somado a isso, vieram escândalos de corrupção envolvendo a legenda², fazendo que o partido perdesse adeptos, sobretudo entre os mais escolarizados (VEIGA, 2007; SAMUELS E ZUCCO, 2010). Entretanto, sua marca, partidária manteve a força e alcançou forte aderência no eleitorado mesmo após esses escândalos, tal como mostram os dados subsequentes das pesquisas do ESEB.

Nas três pesquisas de survey do ESEB (2002, 2006 e 2010) foram realizadas duas questões similares em relação à preferência partidária, com o intuito de mensurar os níveis de partidário do brasileiro. Uma dessas questões tratava de analisar se os eleitores se sentiam representados por algum dos partidos

² Nesse período o PT foi marcado por três escândalos políticos: o primeiro deles foi a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que levou a queda do ministro da Fazenda, Antonio Palloci. O segundo ficou conhecido como mensalão, um esquema de pagamento de propinas a deputados da base aliada para a aprovação de projetos de interesse do governo, através do desvio de recursos públicos de estatais. Já o terceiro, ficou conhecido como dossiêgate, a tentativa frustrada pela polícia federal de compra, por pessoas ligadas ao PT, de um dossiê que supostamente teria elementos que comprovariam o envolvimento do candidato do PSDB ao governo do Estado de São Paulo em 2006, José Serra, em esquemas de corrupção.

do sistema político brasileiro e, a segunda, se havia algum partido que os eleitores gostavam, ambas com respostas espontâneas (isto é, sem qualquer tipo de estímulo) por parte dos entrevistados. Os resultados obtidos por essas medidas não diferem muito dos resultados alcançados pela medida de preferência partidária tradicionalmente utilizada, ou seja, identificou-se um baixo índice de respostas, com a minoria de eleitores expressando partidarismo e o PT obtendo níveis satisfatórios de predileção, com níveis de citação muito acima das demais legendas.

Nas tabelas seguintes é possível observar as respostas a essas medidas³. Na Tabela 2 observamos que em todos os anos os estudos demonstraram haver uma minoria de eleitores que declara se sentir representado por um dos partidos brasileiros. O índice de resposta em 2006 é o menor da série, provável decorrência dos escândalos políticos do chamado mensalão durante o ano de 2005, que mitigou a confiança dos eleitores em relação aos partidos, sobretudo o PT, tendo levado a uma completa indiferenciação das legendas no eleitorado (PAIVA, BRAGA E PIMENTEL JR., 2007). Além disso, o número de eleitores que declararam gostar de uma das agremiações é de 48% em 2002 e 2010, sendo que em 2006, há uma queda acentuada no gosto dos eleitores pelos partidos, resultado, também, das mesmas razões que fizeram os eleitores se sentirem menos representados.

Em suma, a tabela demonstra que os níveis de preferência partidária (entendida como gosto por algum partido) e de representação dos partidos em 2010 parecem ter sido restabelecidos aos níveis encontrados em 2002, ou seja, anteriormente aos eventos políticos que fizeram os partidos caírem em descrédito no contexto do ano de 2006. De maneira geral as informações da Tabela 2 reforçam a compreensão de que para quase metade dos eleitores brasileiros os partidos fazem algum sentido, seja do ponto de vista da representação de idéias, seja pelos sentimentos a eles direcionados.

³ As perguntas utilizadas para medir o partidarismo foram as seguintes:
De um modo geral, existe algum partido político que o(a) sr(a) goste? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)
Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?

Tabela 2
Representação e gosto partidário
%

	Representa			Gosta		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Não	56	64	58	50	64	52
Sim	39	33	39	48	33	48
NS/NR	5	3	3	2	3	1

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Já a Tabela 3 mostra quais partidos os eleitores acreditam que os representem e de quais eles gostam⁴. O primeiro dado a observar, tanto para uma variável, quanto para outra, é o número de respostas para a legenda PT em comparação com as demais legendas que, somadas, não atingem o mesmo nível em qualquer ano pesquisado e em qualquer dessas duas perguntas. Vale destacar também o restabelecimento das legendas em nível de citação semelhantes ao ano de 2002, com o PSDB e PT obtendo uma fatia um pouco mais robusta (mas dentro da margem de erro) em relação ao primeiro ano de estudo dessa série. O PMDB, por outro lado, teve oscilação negativa em relação a 2002. Outro destaque na rodada de pesquisa de 2010 é o aparecimento do PV com 4% de citações tanto na questão da representação, quanto na questão de gosto partidário, muito provavelmente impulsionado pela candidatura de Marina Silva à presidência, que lhe rendeu cerca de 19% dos votos válidos no primeiro turno daquela eleição.

⁴ Perguntas utilizadas para mensurar isso foram:

Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?(ESPONTÂNEA E ÚNICA)

Qual partido o(a) sr(a) gosta? Mais algum? Mais algum? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

Tabela 3
Representação e gosto por partidos específicos %

	Representa				Gosta		
	2002	2006	2010		2002	2006	2010
PT	23	18	24		26	22	28
PSDB	4	4	6		5	4	8
PMDB	4	4	3		7	3	5
PV	.	.	4		0	1	4
PFL/DEM	2	.	1		3	1	1
Outros com menos de 1%	2	3	2		2	1	3
NS/NR/NA	4	5	1		4	1	0

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Dessa forma, assim como aponta a literatura sobre o tema, essas medidas também apontam para um relativo número de assimilação das legendas no eleitorado. O dado positivo é a melhora do quadro atual quando comparado com o de 2006.

Entretanto, é possível ainda avaliar o grau de conexão entre partidos e eleitor por meio de medidas mais abrangentes, com o intuito de analisar o impacto dessa vinculação no comportamento dos eleitores, algo que já vem sendo trabalhado na literatura sobre o tema (PIMENTEL JR, 2007; CARREIRÃO E BARBETA, 2004; CARREIRÃO, 2008; MARTINS JR, 2010). O fato de os eleitores não conseguirem expressar de forma espontânea algum dos partidos do sistema político como seus representantes, ou como partidos que gostam, não necessariamente implica a inexistência de simpatias que podem ser utilizadas para a tomada de decisão do voto. Dessa forma, outra medida capaz de mensurar o nível partidário dos eleitores é uma medida de intensidade de quanto os eleitores gostam de cada um dos partidos. Nas rodadas do ESEB os eleitores foram indagados a responder o quanto gostam de determinados partidos políticos. No conteúdo da pergunta era dado o estímulo de qual partido deveria ser avaliado e uma escala de 0 a 10 para mensurar a intensidade do gosto dos eleitores por esse partido⁵.

O resultado dessa medida está na Tabela 4. Segundo essas informações, vemos que, em todos os anos estudados, o PT apresenta uma média de simpatia eleitoral maior que as dos demais partidos. Entretanto é necessário também

⁵ Pergunta feita para mensurar o gosto dos eleitores pelos partidos foi a seguinte: “Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar.”

observar que a média de simpatia pelos demais partidos também encontra algum nível satisfatório. As notas de 7 a 10, que representam um alto grau de simpatia pelas legendas, mostram que quase metade dos eleitores declara gostar muito do PT em 2002, um número que diminui drasticamente em 2006, passa para 32% e volta ao patamar semelhante na pesquisa de 2010, com 45%, sendo essa uma tendência observada para todos os partidos pelos motivos já salientados anteriormente. Já o PSDB, partido que vem sendo o principal adversário na corrida presidencial nas últimas cinco eleições presidenciais, também aparece com percentual mais abrangente de simpatizantes comparado com as medidas de partidarismo com resposta espontânea, com 23% dos entrevistados declarando gostar da legenda.

Por sua vez o PMDB, que aparece com número de simpatizantes semelhante ao PSDB, parece cair na avaliação dos eleitores. O PMDB já chegou a ser o partido mais popular do Brasil, quando alcançava níveis de preferência partidária espontânea acima de dois dígitos. Quando observamos a evolução da simpatia por essa legenda verificamos que, relativamente a 2002, apresenta em 2010 uma variação negativa. Outro partido que vem perdendo drasticamente a simpatia do eleitor é o PFL/DEM que, entre os partidos investigados, foi o que apresentou a maior redução de um pleito para outro.

Um destaque positivo pode ser dado ao número de simpatizantes do PV, com 25%, que o coloca com um número de simpatizantes parecido ao PMDB e PSDB. Com os dados existentes⁶ é impossível saber se PV teve algum crescimento; entretanto, dado o aumento na preferência espontânea dessa legenda, é bastante provável que sim.

⁶ Foi a primeira vez que o Eseb perguntou para os eleitores o quanto eles gostavam dessa legenda.

Tabela 4
Simpatias partidárias

	2002				2006				2010			
	0-3 (%)	4-6 (%)	7-10 (%)	Média	0-3 (%)	4-6 (%)	7-10 (%)	Média	0-3 (%)	4-6 (%)	7-10 (%)	Média
PT	26	19	48	5,96	35	27	32	4,68	26	25	45	5,68
PSDB	35	26	20	4,21	40	34	12	3,51	37	29	23	4,24
PMDB	32	25	28	4,74	38	35	13	3,59	35	34	22	4,33
PDT	39	22	13	3,62	42	34	6	3,09	40	28	8	3,28
PFL/ DEM	39	23	18	3,85	46	32	7	2,95	43	21	6	2,78
PTB	37	24	13	3,73	43	32	6	2,94	42	27	5	3,01
PV*									30	31	25	4,61
PSOL*									58	32	10	3,01

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

*Não foram incluídos nas rodadas do ESEB de 2002 e 2006.

O efeito estruturante das eleições presidências sobre o comportamento político-eleitoral no Brasil

A simpatia partidária enquanto heurística afetiva

A despeito da relativa incapacidade dos partidos serem expressos na preferência dos eleitores de maneira espontânea, pode-se observar uma grande quantidade de eleitores expressando preferências pelos partidos em termos de simpatia partidária⁷. A abrangência dessa medida nos oferece maior capacidade para avaliar o quanto os partidos impactam no comportamento dos eleitores e estruturam as escolhas eleitorais no Brasil.

⁷ Holzhaecker & Balbachevsky (2007:301) já demonstraram que entre as variáveis independentes que explicavam a decisão do voto no candidato petista em 2002 e 2006 a dimensão com maior poder preditivo era a simpatia e identidade com a candidatura Lula.

Em termos teóricos, a partir dessa medida é possível mensurar os partidos brasileiros enquanto heurísticas afetivas dos eleitores para a tomada de decisão. Heurísticas são atalhos de julgamento que servem para organizar e simplificar informações complexas, auxiliando a criação de regras práticas utilizadas para a tomada de decisão. Nesse sentido, heurísticas equiparam-se ao conceito de atalhos de informação, tal como sugerido por Downs (1999); entretanto, distancia-se dele por conceber que não se trata de uma forma de diminuir o custo de informação para maximização de utilidade, mas sim, um processo psicológico não-consciente ativado com o objetivo de simplificar a tomada de decisão (LAU E REDLAWSK, 2006).

No caso aqui analisado, a simpatia ou afinidade dos eleitores pelos partidos, mensurada através desse termômetro afetivo⁸ que varia de 0 a 10, seria um fator fundamental para se compreender como os eleitores decidem o voto, dado que a simpatia pelas legendas cria predisposições no comportamento eleitoral e oferece uma resposta mais eficiente e intuitiva para a decisão eleitoral. Nesse sentido, as predisposições afetivas dos eleitores pelas legendas atuam no comportamento eleitoral da mesma forma como a identificação partidária, porém sem que necessariamente os eleitores assumam espontânea e claramente uma identidade junto a elas.

Essas predisposições afetivas em relação aos partidos seriam o resultado dos processos políticos que vão se internalizando subjetivamente no decorrer das eleições, conformando imagens mais favoráveis ou mais desfavoráveis em relação às legendas. Nesse sentido, tal como salientam Brady e Sniderman (1991:115) “o afeto por si mesmo pode ser o resíduo de uma longa biografia de transações cognitivas”. Dentro dessa perspectiva, portanto, as simpatias partidárias seriam subprodutos do histórico de competições eleitorais, que formam impressões e estabelecem inclinações que enquadram a realidade político-eleitoral.

Baseado nesse princípio, o quanto de fato conta a simpatia dos eleitores pelas legendas para decidir o voto? A Tabela 5 mostra os resultados dos modelos de regressão logística multivariada para explicar o voto no segundo turno das eleições de 2002, 2006 e 2010.

Nessa tabela foi colocado no modelo 1 apenas a *simpatia pelo PT e PSDB*, uma vez que foram os candidatos dessas duas legendas que chegaram ao segundo turno nessas oportunidades (Lula contra Serra em 2002, Lula contra Alckmin em 2006 e Dilma contra Serra em 2010). Os índices de regressão logística (beta)

⁸ O conceito de “termômetro emocional” (feeling thermometer) se refere ao termo utilizado por Levitin e Miller (1979) para mensurar os sentimentos dos eleitores em relação aos partidos dentro do espectro ideológico.

mostram uma correlação positiva entre a simpatia pelo PT e o voto no candidato no PT (ou, o contrário, uma correlação entre simpatia pelo PSDB e voto no candidato do PSDB⁹).

O R^2 de Nagelkerke apresenta valores relativamente altos já no modelo 1 e a inclusão de apenas esses dois partidos no modelo nos explica a maioria da variância observada. A inclusão dos demais partidos no modelo 2, apesar de estatisticamente significantes nos casos de 2002 e 2006 para alguns deles, agregam pouco para explicar a variância final da variável dependente. No caso de 2010, mesmo a inclusão de um terceiro modelo, com PV e PSOL, não agrega em praticamente nada para a variância explicada, além do que, para esse ano, os índices de regressão entre simpatia pelos demais partidos, tanto no modelo 2 quanto no modelo 3, se mostraram estatisticamente não significantes.

Além disso, no decorrer dessas três pesquisas é possível notar um sucessivo aumento no R^2 de Nagelkerke, revelando que a capacidade explicativa dessas variáveis partidárias aumenta no decorrer desses anos. Nota-se possível ainda um aumento nos índices de regressão que correlacionam a simpatia pelo PT e PSDB e o voto nessas legendas. Em especial, é bastante considerável o aumento nos índices de regressão para a simpatia pelo PSDB, que passou de -0,816 em 2002, -1,093 em 2006, para -1,341 em 2010, indicando uma acréscimo na capacidade dessa variável explicar o voto. Em suma, esses modelos apontam para uma crescente capacidade da simpatia pelo PT e PSDB polarizar o eleitorado, tornando essa variável considerável para compreender o comportamento dos eleitores e explicar o resultado final dos pleitos.

⁹ Como a variável dependente é uma variável dummy, a correlação negativa da simpatia pelo PSDB com voto no candidato do PT também significa seu inverso, ou seja, uma correlação positiva com o voto no candidato do PSDB, com o mesmo valor do índice de regressão beta.

Tabela 5
Regressão binária logística- simpatias partidárias e voto.

	2002		2006		2010		
	Modelos		Modelos		Modelos		
	1	2	1	2	1	2	3
PT	1,456***	1,465***	1,987***	1,884***	1,835***	1,872***	1,887***
	(4,287)	(4,328)	(7,291)	(6,579)	(6,266)	(6,5)	(6,598)
PSDB	-0,816***	-0,632***	-1,093***	-1,197***	-1,341***	-1,306***	-1,277***
	(0,442)	(0,532)	(0,335)	(0,302)	(0,261)	(0,271)	(0,279)
PMDB		-0,330***		-0,704**		-0,237	-0,239
		(0,719)		(0,495)		(0,789)	(0,787)
PFL/DEM		-0,303**		0,303		-0,142	-0,211
		(0,739)		(1,353)		(0,888)	(0,810)
PTB		0,291**		0,129		0,066	0,047
		(1,338)		(1,138)		(1,069)	(1,048)
PDT		-0,118		0,582		0,190	0,174
		(0,889)		(1,790)		(1,210)	(1,190)
PV							-0,157
							(0,855)
PSOL							0,249
							(1,283)
Constante	-0,733**	-0,194	-0,666*	-0,671	-0,816**	-0,716*	-0,727*
R²							
Nagelkerke	0,403	0,424	0,440	0,462	0,522	0,525	0,528
N	1571	1299	688	632	1555	1059	1030

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Nota: Razão de Chance (Odds Ratio) em parênteses.

Variáveis independentes: grau de simpatia pelos partidos de 0 a 3= 1, de 4 a 6=2, de 7 a 10 = 3.

Variável dependente: voto no candidato do PT = 1 ; voto no candidato do PSDB = 0; Outros casos= missing cases.

***p < .001; **p < .01; * p< .05

Sofisticação e heurística partidária

A literatura sobre o partidarismo no Brasil vem apontando para uma forte correlação entre níveis cognitivos e a capacidade de os eleitores utilizarem os partidos para a tomada de decisão eleitoral (BALBACHEVSKY, 1992; CASTRO, 1994; KINZO E CARREIRÃO, 2004; KINZO, 2005). O partidarismo nessa perspectiva seria um recurso bastante sofisticado, mais utilizado pelos eleitores de maior escolaridade e aqueles com grande envolvimento político. No entanto, essas conclusões têm sido aferidas com base na medida espontânea de preferência partidária que, de fato, oferece obstáculos aos eleitores menos sofisticados para expressarem um partido preferido, dado o baixo *recall* espontâneo que as legendas possuem. Entretanto, o fato de os eleitores não conseguirem expressar espontaneamente um partido, não significa necessariamente que eles não têm simpatias por alguns deles. Assim, a partir da medida de simpatia partidária é possível medir o impacto dos partidos no voto em nível intuitivo entre aqueles que, pelo baixo envolvimento e sofisticação, não conseguem expressá-los espontaneamente.

É possível dizer que a simpatia partidária é uma heurística igualmente utilizada por eleitores mais e menos sofisticados? A primeira coisa a avaliar em relação a essa questão é a capacidade de os eleitores se posicionarem na escala afetiva, verificando o número de não respostas e não conhecimento dos partidos, por nível de escolaridade. Na Tabela 6, podemos verificar que de fato os eleitores com maior escolaridade tendem a se posicionar mais em relação aos partidos na escala afetiva, do que os eleitores menos escolarizados, principalmente no que concerne ao maior conhecimento que os eleitores possuem dos partidos. Eleitores com menor escolaridade tendem a expressar mais que não conhecem as legendas (NC= não conhecem) do que os eleitores com maior escolaridade. Entretanto, quanto ao PT, PSDB e PMDB, houve uma queda no nível do desconhecimento dos eleitores e um acréscimo no percentual de respostas no decorrer dos anos avaliados, sobretudo dentre os eleitores com menor escolaridade, mostrando que essas legendas têm se tornado mais conhecidas e mais eleitores têm conseguido expressar graus de simpatia por elas. Nesse sentido, ao menos no que concerne esses três partidos, o bom número de respostas na escala afetiva, demonstra a abrangência da escala para mensurar simpatia, mesmo para os eleitores com menor escolaridade.

Essa tabela reforça a idéia de que esses partidos têm ampliado seu conhecimento pelo eleitorado. O PMDB, apesar de não ter lançado candidatura para presidente nas eleições analisadas aparece com maior visibilidade no eleitorado

também. No caso, a hipótese explicativa é a reminiscência de alguma simpatia por essa legenda no passado, o papel central que vem desempenhando nas coalizões de governo e a sua grande inserção no poder local, tendo o maior número de prefeitos eleitos nas últimas eleições municipais. Também ocorre um crescimento no desconhecimento das legendas PDT, PTB e PFL/DEM de 2006 para 2010. No caso deste último partido, esse aumento se deve obviamente à mudança de nome da legenda, ocorrido em 2007.

Tabela 6
Nível de não resposta e não conhecimento, segundo escolaridade

	2002								
	Ginásio			Colégio			Superior		
	NC* (%)	NS/NR	Missing Cases	NC* (%)	NS/NR	Missing Cases	NC* (%)	NS/NR	Missing Cases
PT	5	6	11	1	3	4	.	0	0
PMDB	12	7	19	6	3	9	5	4	9
PDT	23	8	31	15	6	21	8	7	14
PTB	22	9	31	15	7	21	12	6	17
PSDB	16	8	24	8	5	13	5	4	9
PFL	16	8	25	9	5	14	6	5	12
	2006								
PT	2	6	8	2	3	5	1	1	1
PMDB	7	9	16	5	5	9	7	1	8
PDT	12	8	20	10	6	16	9	1	9
PTB	12	9	21	8	6	14	9	1	10
PSDB	9	8	17	6	4	9	6	1	6
PFL	11	9	19	7	4	11	8	1	8
	2010								
PT	2	5	6	0	1	2	.	2	2
PMDB	4	7	11	4	4	8	2	4	5
PDT	17	9	26	16	7	23	10	4	14
PTB	20	10	30	17	7	24	9	6	15
PSDB	7	7	13	3	4	7	1	3	4
PV	12	8	20	9	4	13	1	4	5
DEM	26	10	36	20	7	26	10	5	15
PSOL	24	10	34	16	6	22	5	5	10

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

*Não conhece o partido.

Tendo em vista a boa abrangência de respostas desses partidos no eleitorado, a questão centra-se na análise das simpatias partidárias enquanto heurística para a tomada de decisão do voto apenas para os dois principais partidos na disputa presidencial, PT e PSDB. A Tabela 7 mostra o resultado de regressão logística entre simpatias partidárias e a intenção de voto no segundo turno das últimas três eleições, para cada nível de escolaridade. Podemos verificar que em

qualquer grau de escolaridade analisado existe correlação entre voto e simpatia partidária nos três pleitos examinados, sob uma tendência geral de quanto maior a escolaridade, maior os índices de regressão logística. Outra constatação é a de que há um aumento no decorrer dos anos nos índices de regressão logística nos níveis de escolaridade mais BAixa para o PSDB, indicando que a simpatia por esse partido tem se tornado cada vez mais relevante também entre os eleitores com menor sofisticação política.

Tabela 7
Regressão logística binária- simpatia pelo PT e PSDB e voto
por faixa de escolaridade.

	2002			2006			2010		
	Gin.	Col.	Sup.	Gin.	Col.	Sup.	Gin.	Col.	Sup.
PT	1,230***	1,677***	1,773***	2,063***	2,173***	1,517***	1,511***	1,811***	2,405***
	(3,420)	(5,35)	(5,891)	(7,867)	(8,781)	(4,559)	(4,532)	(6,563)	(11,080)
PSDB	-0,705***	-0,816***	-1,520***	-1,031***	-1,399***	-1,769***	-1,311***	-1,309***	1,651***
	(0,490)	(0,442)	(0,219)	(0,357)	(0,247)	(0,170)	(0,270)	(0,270)	(0,192)
Constante	-0,470	1,335	0,421	-0,68	-0,607	0,457	-0,297	-1,114	-1,799
R² Nagelkerke	0,319	0,467	0,582	0,441	0,472	0,469	0,468	0,509	0,642
N	898	539	134	413	179	78	861	484	210

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Nota: Razão de Chance (Odds Ratio) em parênteses.

Variáveis independentes: grau de simpatia pelos partidos de 0 a 3= 1, de 4 a 6=2, de 7 a 10 = 3.

Variável dependente: voto no candidato do PT = 1 ; voto no candidato do PSDB = 0; Outros casos= *missing* cases.

***p < .001; **p < .01; * p< .05

Simpatia partidária e comportamento eleitoral

Os dados apresentados nos modelos de regressão logística denotam que os partidos não são tão irrelevantes quanto grande parte da literatura sobre o tema defende. Ao contrário, revela que a simpatia pelo PT e PSDB vem crescendo para a definição do voto no Brasil. Ao que tudo indica, os eleitores tornaram-se mais familiarizados com os partidos devido ao embate entre as candidaturas presidenciais dessas legendas, criando simpatias e antipatias. Apesar de o PSDB não contar com uma grande quantidade de eleitores que expressam espontaneamente preferência por essa legenda, a simpatia por esse partido parece estar desempenhando papel cada vez mais importante para a decisão do voto, mesmo entre os eleitores com menor escolaridade.

Não obstante, a simpatia dos eleitores pelas legendas para a definição do voto precisa ser relativizada. Afinal, em comparação com outras variáveis, qual seria a contribuição dessa simpatia para o comportamento eleitoral? Para introduzir uma resposta a essa questão, na Tabela 8 apresentamos o índice de correlação gama para as principais variáveis explicativas do voto presentes na literatura e a declaração do voto no segundo turno nas três últimas eleições.

Na literatura recente sobre as eleições presidenciais muita ênfase tem sido dada às variáveis socioeconômicas como fator de explicação do voto (SINGER, 2009, 2010; HOLZHACKER E BALBACHEVSKY, 2007; VEIGA, 2007; BOHN, 2011; MARTINS JR., 2009), sobretudo as variáveis renda e escolaridade. Tal literatura aponta que as políticas sociais e a ênfase do governo Lula no combate à fome e à pobreza teriam contribuído para alinhar os eleitores mais pobres ao PT, enquanto a classe média tenderia a votar mais no PSDB.

Como mostra a Tabela 8, desde 2002 a renda esteve correlacionada com o voto nos candidatos de maneira estatisticamente significativa, sendo que quanto maior a renda, menor a tendência de voto no candidato do PT, ou seja, mesmo antes do governo Lula e de suas políticas sociais, podemos perceber uma ligeira tendência de voto de segmentos populares no PT. Entretanto, vale ressaltar que em 2002 essa correlação era quase nula, enquanto 2006 apresenta uma correlação mais forte, e indica a força do governo Lula em aprofundar a tendência já existente em 2002.

Em 2010, a renda parece ter perdido importância relativamente a 2006, tendo o índice de correlação diminuído consideravelmente, e sendo em xeque essa variável como um componente relevante para a decisão eleitoral. Por sua vez, a variável escolaridade, considerada uma *proxy* de renda, também esteve correlacionada ao voto no PT em 2006 e em 2010; entretanto, a exemplo do que se

observa com a variável renda, perdeu vigor para explicar o voto na candidata dessa legenda em 2010.

Juntamente com as variáveis renda e escolaridade, as regiões do país têm sido enfatizadas como preditoras do comportamento eleitoral. Na Tabela 8 é possível observar que de fato existe correlação entre determinadas regiões e voto para presidente. Em 2002, apenas o Nordeste aparecia tendendo a votar no PT, algo que se manteve nas outras duas eleições subsequentes. Em 2006, Norte/Centro Oeste tenderam ao voto petista e Sul e Sudeste ao voto pesedebistas, enquanto em 2010, observamos que o Centro-Oeste e o Sul tenderam a se posicionar contrários ao PT.

Outra característica social enfatizada na literatura é o sexo dos eleitores. Nesse caso observa-ser uma tendência do eleitorado feminino não votar no PT em 2002, de maneira bastante fraca; e em 2006, como uma correlação moderada, não se observando correlação significativa em 2010. A tendência das mulheres não votarem no PT já foi observado em outros trabalhos e os dados aqui presentes corroboram isso (FERNANDES, 2006; MARTINS JR., 2009).

A idade dos eleitores, variável ainda não muito explorada pela literatura, apresentou algumas variações. Enquanto em 2002 e 2006 os mais jovens tenderam a votar no PT (ou o contrário, os mais velhos a votarem no PSDB) em 2010 essa variável não apresentou significância para explicar o voto nos candidatos.

A avaliação de governo, outra variável considerada fundamental para explicar o voto no Brasil (CARREIRÃO, 2002, ALMEIDA, 2008, HOLZHACKER & BALBACHEVSKY, 2007, MENEGUELLO, 2007) também apresentou grande correlação com o voto em todas as eleições, principalmente para explicar a vitória de Lula em 2006. Em 2010, apesar de ter sido fundamental para a vitória de Dilma, dado o alto nível de popularidade do governo Lula, o nível de correlação foi menor.

Também consideramos nessa análise a identidade ideológica dos eleitores, tal como salientada por Singer (1999). Nesse caso, há correlação entre ideologia e voto nos anos de 2002 e 2010, sendo que quanto mais à direita, menor a tendência de voto no PT. Os índices de correlação dessa variável com o voto precisam ser relativizados, uma vez que o número de não respostas para o posicionamento ideológico foi bastante alto nessas pesquisas¹⁰. Isso nos permite prever o voto para um contingente menor de eleitores, sobretudo entre aqueles com maior capacidade

¹⁰ Em 2002 o número de não resposta para essa questão foi de 23% , em 2006, 42% , e em 2010 , 45%. Uma hipótese para o aumento de não respostas a partir de 2006 é o fato de que a chegada do PT ao governo tenha embaralhado o contínuo esquerda – direita e os eleitores tenham perdido as referências partidárias para se posicionarem no espectro ideológico.

de entender a escala e os conceitos de esquerda e direita, tal como bem salienta Carreirão (2007).

Por fim, no que concerne à variável simpatia partidária, de maneira geral, as variáveis simpatia pelo PT e PSDB estiveram fortemente correlacionadas ao voto no candidato do PT no segundo turno das três eleições estudadas. Fica evidente que os eleitores simpáticos ao PT tenderam a votar no candidato petista, enquanto os eleitores simpáticos ao PSDB votaram no candidato tucano.

Tabela 8
Correlação gama – variáveis demográficas e atitudinais e voto

	2002	2006	2010
Sexo	0,094*	0,205**	0,063
Idade	-0,093*	-0,115*	-0,003
Escolaridade	-0,007	-0,411***	-0,122**
Renda	-0,079*	-0,360***	-0,117**
Norte	-0,164	.	-0,117
Centro Oeste	-0,183	-	-0,207**
Norte/Centro Oeste	.	0,323**	.
Nordeste	0,216***	0,509***	0,305***
Sudeste	-0,036	-0,220**	-0,006
Sul	-0,104	-0,513***	-0,273***
Avaliação de Governo	-0,483***	0,904***	0,687***
Simpatia pelo PT	0,762***	0,805***	0,770***
Simpatia pelo PSDB	-0,457***	-0,399***	-0,600***
Ideologia	-0,398***	-0,131	-0,256***

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Variáveis independentes: Sexo: F=1, M=2; Idade: de 16 a 24=1, 25 a 45 =2, 45 ou mais=3; Escolaridade: Até Ginásio completo= 1; Colégio= 2; Superior=3; Renda: 1 a 2 SM= 1; 2 a 5 SM =2; 5 a 10 SM=3, Mais de 10 SM= 4, NS/NR= *missing cases*; Região Norte= 1, outras =0; Região Nordeste= 1, outras=0; Região Norte/Centro=1, outras=0, Região Sudeste=1, outras=0, Região Sul=1, outras=0; Avaliação de Governo em 2002: Ruim/Péssimo= 1; Regular=2; Muito bom/bom=3, NS/NR= *missing cases*; Avaliação de Governo 2006/2010: Péssimo=1, Ruim=2, Bom=3, Muito bom, NS/NR= *missing cases* =4; grau de simpatia pelos PT e PSDB de 0 a 3= 1, de 4 a 6=2, de 7 a 10 = 3, NS/NR= *missing cases*; Ideologia: 0 a 3 (esquerda) = 1, de 4 a 6 (centro)=2, de 7 a 10 (direita) = 3, NS/NR= *missing cases*.

Variável dependente: voto no candidato do PT = 1 ; voto no candidato do PSDB = 0; Outros casos= *missing cases*. ***p < .001; **p < .01; * p< .05

Para analisarmos o peso relativo do partidarismo vis a vis outras variáveis, a Tabela 9 mostra os cinco modelos multivariados de regressão logística, utilizando essas mesmas variáveis, para cada um dos anos estudados, 2002, 2006 e 2010. No modelo 1 encontram-se as variáveis socioeconômicas; no modelo 2 foram incluídas também as regiões do país, no modelo 3 foi introduzida a avaliação de governo; no modelo 4 encontram-se também as simpatias por PT e PSDB e, por fim, no modelo 5 foi incluída a variável ideologia. A inclusão das sucessivas variáveis serve para analisar a variância explicada de cada um dos modelos para a variável dependente.

As interpretações possíveis desses modelos não diferem das apresentadas pelos índices de correlação, presentes na Tabela 5. Tratando-se das variáveis socioeconômicas, em todos os anos a capacidade explicativa do modelo 1 é bastante pequena, tal como sugere o R^2 Nagelkerke. A baixa capacidade de explicação dessas variáveis é um aspecto já salientado anteriormente por Martins Jr (2007), ou seja, saber o perfil do eleitor não ajuda a entender muito como ele irá se comportar nos pleitos e prever seu voto.

O ano em que as variáveis socioeconômicas se desempenham melhor para explicar o voto é o de 2006, quando o modelo 1 atinge um R^2 de 0,099, mesmo assim um valor bastante baixo.

Em especial, no que concerne à variável renda, desde 2002, observa-se uma tendência de voto dos mais pobres no candidato do PT. Esse dado reforça os achados de Bohn (2011) e Singer (2010), que apontavam já em 2002 uma tendência petista no eleitorado mais popular, implicando que a mudança de base eleitoral do PT não seria decorrente da implementação de políticas sociais do governo Lula, sobretudo o Bolsa Família, mas seria anterior ao seu governo.

Não obstante, a inclusão de outras variáveis nos modelos de regressão seguinte trata de mitigar a capacidade explicativa da variável renda, tornando-a estatisticamente não significativa. A exceção é o ano de 2006, em que a renda apresenta valores significantes em todos os modelos analisados. Em 2010, essa variável claramente perde o vigor para explicar o voto, deixando de ser estatisticamente significativa a partir do modelo 2, e sinalizando que o alinhamento entre eleitorado mais pobre e o PT é bastante frágil.

É possível observar também nesses dados que a região Nordeste já aparecia em 2002 alinhada ao voto no PT, tal como mostram os modelos 2 e 3 da Tabela 9. Esse dado reforça a hipótese de Bohn (2011) de que não foram os programas sociais de distribuição de renda que fizeram os eleitores se alinharem com o PT, uma vez que a região Nordeste, região mais beneficiada pelo Bolsa Família, já apresentava essa tendência mesmo antes do governo Lula.

Em todos os anos analisados, a inclusão de variáveis atitudinais, a partir do modelo 3, agregaram de maneira substantiva a capacidade de explicação do voto, como indica o R^2 Nagelkerke. A avaliação de governo desempenhou papel mais importante para explicar o voto na eleição de 2006, quando Lula se reelegeu, conforme o alto valor assumido pelo índice de regressão linear. Em 2010, a capacidade da avaliação de governo em explicar o voto foi menor. A razão disso é simples: é muito mais razoável transformar popularidade em voto quando o candidato é o próprio incumbente do que transferir a popularidade do incumbente para o voto em um candidato apoiado por ele.

As variáveis de simpatia partidária por PT e PSDB, incluídas a partir do modelo 4, apresentaram grande capacidade explicativa nas eleições analisadas e contribuem de forma substantiva para elevar a variância explicada em todas elas. Os índices de regressão obtidos nos modelos foram bastante elevados, mesmo quando controlados pelas outras variáveis. Além disso, em comparação com outras variáveis utilizadas para entender o comportamento eleitoral, a simpatia é mais fundamental para se entender a razão do voto em duas oportunidades, em 2002 e em 2010, quando os índices de regressão logísticas encontrados são maiores do que os apresentados por qualquer outra variável analisada.

Tabela 9
Regressão logística binária - variáveis demográficas e atitudinais e o voto para presidente - 2º turno

	2002					2006					2010				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Sexo (M)	0,233*	0,221*	0,189	0,245	0,224	0,394*	0,393*	0,487*	0,585*	0,886*	0,153	0,146	0,186	0,221	0,099
	-1,236	-1,248	-1,207	-1,278	-1,251	-1,482	-1,481	-1,627	-1,795	-2,426	-1,166	-1,204	-1,104	-1,248	-1,104
Idade	-0,193**	-0,184*	-0,198**	-0,115	-0,106	-0,043	0,046	0,165	0,109	0,349	-0,005	0	0,012	-0,038	-0,045
	-0,825	-0,832	-0,82	-0,892	-0,887	-0,958	-1,047	-1,179	-1,115	-1,418	-0,995	-1,012	-0,956	-0,963	-0,956
Escolaridade	0,068	0,058	-0,006	0,134	0,082	-0,463**	-0,418	-0,252	-0,156	0,226	-0,127	-0,158	-0,190*	-0,178	-0,147
	-1,07	-1,06	-1,006	-1,143	-1,1	-0,63	-0,658	-0,777	-0,856	-1,253	-0,88	-0,827	-0,863	-0,837	-0,863
Renda	-0,164**	-0,118*	-0,119*	-0,111	-0,248	-0,453***	-0,405***	-0,563*	-0,462*	-0,522*	-0,137*	-0,031	0,001	0,139	0,089
	-0,849	-0,888	-0,888	-0,895	-0,881	-0,636	-0,667	-0,569	-0,63	-0,593	-0,872	-1,001	-1,093	-1,149	-1,093
Norte*		-0,174	-0,144	-0,452	0,141		1,754*	0,91	0,694	0,064		0,276	0,177	0,131	0,362
		-0,841	-0,866	-0,636	-1,016		-5,776	-2,485	-2,002	-1,066		-1,194	-1,436	-1,14	-1,436
Centro Oeste		-0,124	-0,154	0,052	0,249		-	-	-	-		0,886***	0,664***	0,719**	0,978**
		-0,884	-0,858	-1,053	-1,358		-	-	-	-		-1,943	-2,659	-2,053	-2,659
Nordeste		0,441**	0,394*	0,399	0,215		1,661**	1,261	0,537	0,162		0,11	-0,143	-0,105	-0,121
		-1,555	-1,483	-1,49	-1,343		-5,266	-3,528	-1,71	-1,175		-0,867	-0,866	-0,901	-0,886
Sudeste		0,13	0,063	0,109	0,321		0,77	0,506	0,16	-0,312		0,476**	0,430**	0,319	0,339
		-1,139	-1,065	-1,115	-1,449		-2,16	-1,659	-1,173	-0,732		-1,537	-1,404	-1,375	-1,404

Aval. de Governo			-0,676***	-0,521***	-0,566***			3,215***	2,769***	3,323***			1,498***	0,924***	0,914***
			-0,509	-0,594	-0,568			-24,903	-15,95	-27,746			-2,495	-2,519	-2,495
Simpatia PT				1,406***	1,369***				1,520***	1,918***				1,541***	1,676***
				-4,08	-3,931				-4,573	-6,807				-4,671	-5,347
Simpatia PSDB				-0,741***	-0,776***				-1,399***	-1,358***				-1,329***	-1,273***
				-0,477	-0,46				-0,247	-0,257				-0,265	-0,28
Ideologia					-0,398***					-0,804*					-0,441**
					-0,672					-0,447					-0,643
Constante	1,379***	1,120***	2,653***	0,354	0,062	3,304***	1,183***	-4,234**	-3,571***	-4,399	0,832***	0,215	-4,530***	-3,622***	-2,946**
R2															
Nagelkerke	0,015	0,024	0,125	0,445	0,482	0,099	0,18	0,493	0,631	0,705	0,011	0,038	0,213	0,542	0,601
N	1931	1931	1904	1556	1321	716	716	709	633	419	1699	1699	1688	1510	906

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Nota: Razão de Chance (*Odds Ratio*) em parênteses.

Variáveis independentes:

Sexo: F=1, M=2; Idade: de 16 a 24=1, 25 a 45 =2, 45 ou mais=3; Escolaridade: Até Ginásio completo= 1; Colégio= 2; Superior=3; Renda: 1 a 2 SM= 1; 2 a 5 SM =2; 5 a 10 SM=3, , Mais de 10 SM= 4; NS/NR= *missing cases*; Regiões 2006: Norte/Centro Oeste= 1; Nordeste= 2, Sudeste=3, Sul (categoria de referência) = 4; Regiões 2002/2010 : Norte= 1; Centro-Oeste=2, Nordeste= 3, Sudeste=4, Sul (categoria de referência) = 5; Avaliação de Governo em 2002: Ruim/Péssimo= 1; Regular=2; Muito bom/bom=3, NS/NR= *missing cases*; Grau de simpatia pelos PT e PSDB de 0 a 3= 1, de 4 a 6=2, de 7 a 10 = 3, NS/NR= *missing cases*; Ideologia: 0 a 3 (esquerda) = 1, de 4 a 6 (centro)=2, de 7 a 10 (direita) = 3, NS/NR= *missing cases*.

Variável dependente:

Voto no candidato do PT = 1 ; voto no candidato do PSDB = 0; Outros casos= *missing cases*.

***p < .001; **p < .01; * p< .05

Vale também ressaltar a questão da identidade ideológica na tabela anterior. Em todos os anos analisados há relação entre identidade ideológica e voto, sendo que, quanto mais à esquerda, maior a tendência de voto no PT e menor no PSDB. Entretanto, dado que o número de entrevistados que respondem essa questão está em torno de metade das amostras, não podemos generalizar esse achado para todo o eleitorado, limitando a identidade ideológica a uma explicação do voto apenas para uma parte do eleitorado. Mesmo nesse caso, as simpatias partidárias continuam tendo peso mais significativo para explicar o comportamento dos eleitores.

Esses dados são persuasivos em apontar a importância das simpatias partidárias para explicar o voto no Brasil. Apesar de o número de eleitores que expressam preferência espontânea por uma das legendas ser razoavelmente baixo, os partidos têm conseguido se estabelecer na subjetividade dos eleitores, formando preferências e visões políticas diferenciadas, de tal forma que eleitores que gostam do PT tendem a votar nessa organização partidária, enquanto eleitores que gostam do PSDB tendem a votar em candidatos desse partido.

Ao que tudo indica, essas tendências têm sido criadas pelos efeitos mecânicos e psicológicos do sistema eleitoral majoritário que rege as eleições presidenciais e pelas lutas político-programáticas entre esses partidos, no papel de governo e oposição. Esses efeitos têm afetado inclusive o comportamento eleitoral dos menos escolarizados, mesmo que isso incida de forma mais tênue. Assim sendo, se os principais partidos brasileiros, depois de participarem de seis pleitos presidenciais não alcançaram relevância do ponto de vista cognitivo, ao menos encontram relevância do ponto de vista emocional-intuitivo, constituindo importante heurística para o comportamento dos eleitores. Essa dinâmica político-eleitoral vem sustentando a luta política entre essas organizações e tornando a disputa presidencial centrada nelas, estruturando dessa forma, um sistema bipartidário ao nível da disputa nacional.

Considerações finais

Em síntese, esta análise mostrou que partidos políticos importam para explicar o comportamento dos eleitores brasileiros e, portanto, para a estruturação do sistema partidário contemporâneo. Como vimos, os indicadores de representação e de preferência partidária (entendida como gosto por algum partido) revelaram que, para quase metade dos eleitores os partidos fazem algum sentido, seja do ponto de vista da representação de idéias, seja pelos sentimentos a eles direcionados.

O estudo evidenciou que a dinâmica de estruturação do sistema está sendo balizada pelas eleições presidenciais, que desde o pleito de 1994 tem se concentrado em torno de duas organizações, PT e PSDB. Embora outros partidos tenham apresentado candidaturas no pleito presidencial, são essas duas agremiações que, além de controlarem as coligações nacionais mais efetivas eleitoralmente e as coalizões governamentais mais eficientes para a administração dos graves problemas econômicos e sociais do país, também têm sido responsáveis pela emergência de um padrão de disputa cada vez mais estável (BRAGA, 2010; LIMONGI & CORTEZ, 2010). A estabilização da competição partidária no sentido de favorecer algum grau de previsibilidade no que se refere aos principais contendores, e sobre os resultados relacionados a seus apoios anteriores, é crucial em jovens democracias, como a brasileira, porque maiores serão as chances dos eleitores estabelecerem imagens partidárias e construir lealdades (KINZO, 2007).

Nesse sentido, demonstramos que mesmo que os partidos de fato não estejam internalizados em termos de identidade partidária, ao menos no que concerne à estruturação do voto para presidente há uma divisão do eleitorado entre as duas principais organizações políticas em termos de simpatia partidária. A aferição da intensidade da simpatia ou afinidade partidária, enquanto heurísticas afetivas dos eleitores na decisão do voto nos permitiu verificar o quanto os partidos impactaram no comportamento dos eleitores nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, e estão estruturando as escolhas eleitorais no país. Notamos que enquanto o PT e o PSDB ganharam maior importância em termos de simpatia no pleito de 2010 em relação às eleições de 2002 e, principalmente, 2006 outros partidos vem perdendo drasticamente a simpatia do eleitor de um pleito para outro.

Constatamos, especialmente, que em todas essas eleições examinadas, as simpatias eleitorais pelo PT e PSDB se mostraram um dos principais componentes de explicação do voto nos seus candidatos. Acompanhando grande parte da literatura sobre partidarismo no Brasil, a *identificação partidária* de parte do eleitorado com o PT, *mais do que a simpatia por esse partido*, alcançou os mais altos valores entre os partidos brasileiros. O estudo também apontou o consistente aumento nos índices de regressão para a simpatia pelo PSDB.

Ademais, apesar das simpatias partidárias serem uma heurística utilizada para decisão do voto entre os eleitores com maior escolaridade, foi observado que mesmo entre os menos escolarizados esse elemento foi fundamental para explicar o voto, demonstrando que mesmo entre eleitores com menor conhecimento político, os partidos, especialmente PT, PSDB e PMDB, têm balizado a decisão do voto.

Por fim, os modelos apontaram para uma crescente capacidade da simpatia pelo PT e PSDB polarizar o eleitorado, tornando essa variável fundamental para se

entender o comportamento dos eleitores e para explicar o resultado final dos pleitos, em detrimento de outras variáveis explicativas do voto apontadas pela maioria da literatura. Entre essas variáveis estão as relacionadas ao perfil socioeconômico do eleitor, cuja capacidade explicativa foi diminuindo ao longo dos pleitos examinados.

Referências Bibliográficas

ANGEL, A. "Party Change in Chile in Comparative Perspective". *Revista de Ciência Política*. Santiago, vol.23, nº 2, p-88-108, 2003.

ALMEIDA, A. C. *A cabeça do eleitor*. 3 ed: Rio de Janeiro: Record, 2008.

BALBACHEVSKY, E. "Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil". *Lua Nova*, nº 26, 1992.

BOHN. S. "Social Policy and vote in Brazil Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base". *Latin American Research Review*, vol.46, nº 1, 2011.

BRADY, E. e SNIDERMAN, P. (1991). The likability heuristics. In: Sniderman, P. M; Brody, R. A. and Tetlock P. E (orgs.). *Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology*. New York, NY: Cambridge University Press, 1991.

BRAGA, M.S.S. "Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 4, p. 43-73, 2010.

CAMPBELL, A., CONVERSE, P. E, MILLER, W. E. e STOKES, D. *The American Voter*. New York: Wiley Press, 1960.

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC/FGV, 2002.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p.307-339, 2007.

_____. “Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.14, p.319-351, 2008.

CARREIRÃO, Y. S. & KINZO, M. D. “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)”. *Dados*, vol.47, nº 1, 2004.

CARREIRÃO, Y. S. & BARBETTA, P. “A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Bauru, - SP, vol. 19, nº 56, p.75-93, 2004.

CASTRO, M. M. M. de. *Determinantes do comportamento eleitoral: A centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994.

DALTON, R.J.; FLANAGAN, S. e BECK, P. A. *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?* Princeton: Princeton University Press, 1984.

DALTON, R.J. & WATTENBERG, M. (eds.). *Parties Without Partisans – Political Changes in Advanced Industrial Democracies* Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. *Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DALTON, R.J. & WELDON. “Partisanship and party system institutionalization”. *Party Politics* vol.13, nº 2, p.179-96, 2007.

DIAMOND, L. & GUNTHER, R. *Political Parties and Democracy*. The Johns Hopkins University Press, 2001.

DIAS, M. R. “Projeção da imagem partidária nas estratégias de campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 1, p.147-183, 2005.

_____. Under the mists of HPGE: Partisan Image in the Brazilian Presidential Campaigns (1989-2010). *Paper presented at the Centre for Brazilian Studies*. University of Oxford, 25 May 2011.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999

FERNANDES, H. C. *Voto e Gênero: O comportamento eleitoral feminino na sucessão presidencial de 2002*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, 2006.

GUNTHER, R. et al, *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford University Press, 2002.

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. & LINZ, J. *Political Parties, Old Concepts and New Challenges*, Oxford University Press, 2001.

HOLZHACKER D.O. & BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p.283-306, 2007.

HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005.

KINZO, M. D. & BRAGA, M.S.S. (orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.

LAU, R. e REDLASWK, D. *How Voters Decide*. [Information Processing during Election Campaigns]. New York: Cambridge University Press, 2006.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2ª edição, 1999.

LEVITIN, T. & MILLER, W. "Ideological interpretations of presidential elections". *American Political Science Review*, vol. 73, nº 3, Set., 1979.

LINZ, J. Parties in Contemporary Democracies: Problems and Paradoxes. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. & LINZ, J. *Political Parties, Old Concepts and New Challenges*, Oxford University Press, 2002.

LIMONGI, F. e CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, p.21-37, 2010.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARTINS J.R, J. P. “Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil - 1994-2006”. *Revista Debates* (UFRGS), vol. 3, p. 68-96, 2009.

_____. Os partidos políticos nas eleições presidenciais brasileiras - 1994 – 2006. In: 7º *encontro da ABCP*. Recife, 2010.

MACKUEN, M. & RABINOWITZ, G. *Electoral Democracy*. The University of Michigan Press, 2003.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994, In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90. Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Tendências eleitorais ao fim de 21 anos de democracia. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs). *A Democracia Brasileira*. Balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MOISÉS, J. A. “Democratização e cultura política de massas no Brasil”. *Lua Nova*, vol.26, nº 26, p. 5-51, 1992.

MILLER, A. & KLOBUCAR. T. The development of Party Identification in Post-Soviet Societies. *American Journal of Political Science*, vol.44, nº 4, 2000.

PAIVA, D., BRAGA, M.S.S. e PIMENTEL Jr. J. “Eleitorado e partidos políticos no Brasil”. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 13, nº 2, p.388-408, 2007.

PIMENTEL JR., J. Laços Afetivos e partidos políticos. In: BRAGA, M. S. S. (Org.).

KINZO, M. D. G. (org.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, Campinas, vol.10, nº 2, p.221-241, 2004.

SAMUELS, D. e ZUCCO, C. The Roots of Petismo, 1989-2010. In: *2010 Meeting of the American Political Science Association (Apsa)*, Washington. p. 1-34, 2010.

SANTOS, W. G. dos. "As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro". *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 21, 1978.

SAEZ, M. A. & FRIDEINBERG, F. "Partidos Políticos na América Latina", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 8, nº 2, p.137-157, 2002.

SINGER, A. Collor na periferia: A volta por cima do populismo?. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: O balanço da transição*. São Paulo, Sumaré, 1990.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. "Raízes sociais e ideológicas do Lulismo". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 85, p. 83-102, nov. 2009.

_____. "A segunda alma do partido dos trabalhadores". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 88, dez. 2010.

WATTENBERG, M. "Party Identification and Party Images: A comparison of Britain, Canada, Australia and United States". *Comparative Politics*, vol.15, nº 1, 1982.

WEBB, P. Political Parties in Britain: Secular Decline or Adaptive Resilience? In: *Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, Oxford University Press, 2002.

VEIGA,L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores; mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p.340-365, 2007.

Maria do Socorro Sousa Braga – mssbraga@uol.com.br

Jairo Pimentel Jr – jairopimentel@usp.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil

Vitor Peixoto

Centro de Ciências do Homem
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Lucio Rennó

Universidade de Brasília

Resumo: Este trabalho analisa os determinantes do voto em Dilma Rousseff no primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2010, usando diversos indicadores políticos, econômicos e sociais. São exploradas as variáveis tradicionalmente indicadas como determinantes do voto, como visões sobre o estado da economia, identificação partidária, avaliação do governo, assim como também fatores explorados de forma menos sistemática, como percepções sobre corrupção e religião. Por último, o trabalho inova ao acrescentar a esse debate o efeito da mobilidade social sobre o voto. Assim, o presente estudo capta o efeito político da ascensão social de setores da população brasileira, a dita “nova classe média”. O trabalho utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2010.

Palavras-Chave: Eleições, voto, mobilidade social, Estudo Eleitoral Brasileiro 2010.

Abstract: This paper analyses the determinants of vote for Dilma Rousseff in the first and second rounds of the 2010 Brazilian presidential elections, based on various political, economic and social indicators. The study tests the traditional hypotheses about vote choice in Brazil, such as sociotropic economic voting, party identification, government evaluation, perceptions of corruption and religion. Our contribution comes from the addition of a new explanation for vote choice: perceptions of social mobility. Therefore, the present study captures a political effect of the upward social mobility of sectors of the Brazilian population, the so called “new middle class”. The article uses data from the CSES Brazilian Electoral Study (ESEB).

Keywords: Elections, vote, social mobility, CSES – ESEB 2010.

Introdução

No Brasil, as eleições presidenciais têm sido objeto de análises sistemáticas sobre os determinantes das escolhas eleitorais desde que Collor de Melo foi eleito por sufrágio direto em 1989. Após a eleição de Lula, em 2002, e sua reeleição, em 2006, multiplicaram-se os trabalhos acadêmicos que visam explicar o comportamento dos eleitores. A literatura especializada que focaliza o voto para presidente tem feito muitos avanços e hoje sabemos bastante mais sobre o comportamento eleitoral do brasileiro do que há alguns anos¹. Por exemplo, sabemos hoje que o eleitor brasileiro leva em consideração o desempenho do governante quando decide reelegê-lo, que o estado da economia, no nível nacional, é fundamental para explicar o voto e que a identificação e rejeição partidárias são determinantes importantes do cálculo eleitoral de cidadãos brasileiros.

Não obstante os avanços recentes da literatura política, muitas questões que envolvem o comportamento dos eleitores permanecem por ser analisadas. Os efeitos dos programas de transferência de renda, mobilidade intra-geracional e a recente queda da desigualdade no Brasil são exemplos de perguntas de pesquisas que ainda são debatidas e para as quais não há consenso. A coleção Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizada pelo Centro de Estudos da Opinião Pública (CESOP), em 2002, 2006 e 2010, permite testar algumas dessas hipóteses.

Este artigo tem por objetivo principal produzir análises sistemáticas com vistas a explicar o comportamento do eleitor brasileiro nas últimas eleições presidenciais de 2010. Além dos fatores suspeitos de sempre, como avaliação de governo, identificação partidária, ser beneficiário de programas sociais, visões sobre corrupção e classe social, acrescentamos ao debate um aspecto ignorado pela literatura: os efeitos da mobilidade social na escolha eleitoral.

O Brasil, nas últimas duas décadas, tem testemunhado um crescente processo de estabilização e fortalecimento econômico, com ganhos relevantes nas áreas sociais e econômicas, resultando em redução da desigualdade e diminuição da pobreza (NERI, 2010; SINGER, 2010). Singer argumenta que esse processo tem efeito direto na escolha eleitoral do cidadão brasileiro, através do fenômeno do lulismo, que conjuga uma postura ideológica marcada por uma demanda de desenvolvimento econômico associada à manutenção da ordem, e que congrega uma parcela pobre e excluída do eleitorado que apóia Lula, independentemente de

¹ Obviamente, não estamos descartando aqui os impressionantes ganhos feitos por estudos pioneiros de comportamento eleitoral nas décadas de 1970 e 1980. Cabe aqui destacar os trabalhos de diversos pesquisadores como Gláucio Soares, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Helgio Trindade, entre outros. Veja Rennó para uma revisão dessa literatura (2004). Contudo, é válido argumentar que a literatura para o período atual tem dado saltos de qualidade na robustez metodológica das análises e na construção de teorias do voto.

seu partido. O sucesso econômico do governo Lula foi incluir mais setores da população no mercado consumidor, através de aumento de renda, facilidade de acesso a crédito e implementação de programas sociais. Esse eleitor ideologicamente flexível e de baixa renda passa a constituir a essência do lulismo.

Essa argumentação, apesar de elegante e convincente, peca quando testada empiricamente. Eleitores mais pobres não são mais propensos a votar em Lula e a definição ideológica desse grupo, baseada em uma variável com imensos problemas de validade (posicionamento em uma escala de esquerda e direita), é nebulosa (RENNÓ E CABELLO 2010). Além disso, os próprios petistas têm mais simpatia por Lula do que os novos eleitores conquistados pelo PT nas eleições de 2002 e 2006. Para Rennó e Cabello, o dito lulismo nada mais é do que uma reação favorável a um governo de sucesso. A pergunta contra-factual adequada é: haveria lulismo sem sucesso econômico do governo e sem seus projetos sociais, principalmente o Programa Bolsa Família? A resposta dada é não.

Contudo, ambos os estudos acima deixam de explorar uma dimensão central da idéia por trás do sucesso econômico do governo Lula. Ou seja, nenhum dos estudos acima explora o mecanismo causal através do qual classe social e avaliação de governo afetam o voto. A pergunta adequada para explorar essa problemática é: como visões sobre a economia e sobre o desempenho do governo se refletem na vida pessoal do eleitorado?

Nosso argumento é que o efeito da economia no voto se dá através da percepção de mobilidade social do eleitor. O eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como uma sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram. Em suma, a sensação de mobilidade social vivida é fator chave para entendermos os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores. Dessa forma, não é a classe social que afeta o voto, como argumenta Singer, mas é a percepção de ascendência social, de melhora na situação econômica, que leva a um maior apoio à candidata do governo e que embasa os altos índices de popularidade de Lula.

Dilma Rousseff, em discurso ainda no fim de outubro de 2010, dá um indício do efeito desse fenômeno de mobilidade social: “Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível”². Testamos aqui a hipótese de que percepções de mobilidade social ascendente levam a um aumento na probabilidade de voto em candidatos do partido no governo. Em 2010, isso representou o voto em Dilma.

² Retirado da reportagem “Dilma começa trocar pronunciamentos burocráticos por falas menos técnicas” publicada no Jornal Correio Braziliense de 28 de agosto de 2011.

Eleições Presidenciais no Brasil: o que mudou e o que permanece?

Em 31 de Outubro de 2010, com aproximadamente 55,8 milhões de votos (56%) Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Apoiada por um governante que, após 8 anos no cargo, gozava de 93,9% de aprovação³, o seu principal adversário (José Serra do PSDB) ainda conseguiu levar a decisão para o segundo turno, auxiliado pela votação surpreendente da candidata verde, Marina Silva (PV). Essas eleições foram marcadas por ineditismos. O mais importante deles, e sem dúvida o mais comentado pelos analistas, foi a ausência de Lula como candidato. A estratégia do Presidente de lançar uma candidata que nunca havia disputado uma eleição, e que nas pesquisas de opinião a pouco mais de um ano das eleições contava com o apoio pífio de 11% das intenções de votos⁴, causou surpresa até mesmo entre os membros do governo. Perguntava-se até que ponto a popularidade de Lula poderia ser transferida para uma candidata até então desconhecida pelo grande público.

Também no transcorrer da campanha emergiram novidades. Um aspecto novo desta eleição foi o debate de cunho religioso sobre a questão do aborto que dominou a agenda de campanha na reta final do primeiro turno. Também merece destaque a forma como essa discussão ocorreu, com grande participação das chamadas novas tecnologias. Grupos de apoio e de críticos aos diferentes candidatos utilizaram mensagens eletrônicas, sites e redes sociais na internet para divulgar suas opiniões e informações. Para alguns (CERVellini et al. 2011), esse foi um fator chave para explicar a perda de votos de Dilma no final do primeiro turno e o ganho de Marina Silva. Marina teria atraído os eleitores religiosos mais conservadores, principalmente da denominação evangélica, apenas no final da campanha, levando à perda direta nesse eleitorado por parte de Dilma.

Por outro lado, as eleições de 2010 mantiveram elementos similares às anteriores. Em última instância, como em 2006, e anteriormente em 1998, ganhou o candidato do governo. Manteve-se a tendência do eleitor de premiar políticos competentes, com bons índices de popularidade e de avaliação de governo, e de basear seu voto na situação da economia.

Outro fator que aproxima a eleição de 2010 à de 2006 foi a emergência de escândalos de corrupção no transcorrer da campanha. Um deles merece destaque: as acusações contra Erenice Guerra, divulgadas na véspera do primeiro turno, que a ligavam a tráfico de influência realizado por parentes. A queda de Erenice Guerra,

³ Pelos dados do Eseb, 32,7% consideravam muito bom e 61,1% como bom o governo Lula. Apenas 1,3% avaliaram como péssimo.

⁴ Pesquisa do IBOPE realizada entre os dias 11 e 14 de Setembro de 2009.

braço-direito de Dilma na Casa Civil e sua indicação para substituí-la na função de ministra chefe, também pode ter afetado o processo eleitoral de forma marcante.

Não obstante esses fatores, Dilma ganhou a eleição. O que poderia explicar esse sucesso? Sem dúvida, a avaliação do governo, as visões sobre a economia e ser beneficiário de programas sociais são explicações plausíveis. Mas, estas se tornam ainda mais claras quando olhamos para um fenômeno recente importante que é a ascensão de uma parcela relevante da população à classe média, com aumento em capacidade de consumo e mudanças nos padrões de consumo⁵. Evidentemente, esse tipo de situação econômica gera implicações políticas. Investigamos neste trabalho uma das dimensões do efeito político da mobilidade social: seu impacto no voto para presidente.

Explicando o voto no Brasil

Desde a primeira metade do século XX empresas de pesquisas e acadêmicos, principalmente nos Estados Unidos, vem construindo e aprimorando instrumentos de sondagens de opinião pública com o objetivo de prever os resultados eleitorais. As técnicas de amostragens e desenhos de questionários foram duas áreas onde se observa grandes avanços. No Brasil, não obstante os empreendimentos hercúleos de pesquisadores individuais⁶ na década de 1960, esses avanços chegaram apenas com as eleições diretas presidenciais. Foi neste período que as campanhas se profissionalizaram e começaram a contratar empresas e especialistas em análises de opinião pública. Concomitantemente a este processo, a academia brasileira também importou modelos analíticos e desenvolveu questões teóricas importantes sobre o comportamento dos eleitores por meio da aplicação de *surveys*.

Destacam-se entre esses fatores a avaliação do governo e da situação da economia para explicar votos favoráveis aos candidatos do governo (MENEGUELLO 1995; CAMARGOS 2001; CARREIRÃO 2002a, 2002b, 2007a, 2007b; NICOLAU 2007; RENNÓ 2007; SINGER 2010; RENNÓ E CABELLO 2011). Carreirão e Kinzo (2004) e Carreirão e Barbetta (2007) apontam para a importância dos partidos políticos no pleito eleitoral, destacando principalmente o papel de “âncora” do sistema político ocupado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No caso, eleitores votam ou seguindo sua identificação com ou esse partido ou sua rejeição a ele.

⁵ Essas questões repercutiram na mídia nacional e internacional. Veja a reportagem “Brazil Takes Off” no *The Economist* de 12 de novembro de 2009 e a “Nova Classe Média do Brasil” na *Revista Época* de 08 de agosto de 2008.

⁶ Enfrentando grandes resistências, tanto da academia quanto da imprensa, Gláucio Ary Dillon Soares foi o primeiro pesquisador a se lançar na empreitada de realizar *surveys* eleitorais no Brasil ainda na década de 1960.

Em comum, os elementos acima geram estabilidade nos padrões de voto dos eleitores e repetem-se em eleições consecutivas como critérios de escolha eleitoral. Mais recentemente, dois novos fatores foram acrescentados ao debate: ser beneficiário de programas sociais, principalmente o Bolsa Família (NICOLAU E PEIXOTO 2007a, 2007b; HUNTER E POWER 2007; ZUCCO 2006, 2007; CARRARO et al 2007; LICIO et al 2008; TERRON E SOARES 2010; BOHN 2011) e percepções sobre corrupção (RENNÓ 2009; RENNO E HOEPERS 2010; RENNO E CABELLO 2010).

O debate sobre o impacto eleitoral do Bolsa Família tem gerado interessantes controvérsias. Nicolau e Peixoto (2007a, 2007b), ao analisarem as votações de Lula em 2002 e 2006 nos municípios, constataram fortes mudanças das bases geográficas do voto e atribuíram esta mudança ao efeito do programa Bolsa Família:

Quanto maior o gasto municipal per capita despendido durante o governo, maior tende ser a votação de Lula e menor a de Alckmin. O dado é ainda mais impressionante, justamente por se referir a um único programa do Governo Federal. (NICOLAU E PEIXOTO, 2007, pp: 13)

Também no intuito de captar o efeito do Bolsa Família sobre a votação de Lula em 2006, ZUCCO (2006 e 2007) empreendeu esforços similares, porém com maior sofisticação econométrica implementada com modelos para inferência ecológica, e chegou a resultados bastante próximos. Hunter e Power (2007) combinaram distribuição espacial nos Estados com análises de *surveys* e, além de corroborarem os achados de Nicolau e Peixoto (2007a, 2007b), encontraram forte correlação entre voto em Lula em 2006 com maior aceitação de níveis de corrupção.

Trabalho que advoga o não impacto do Bolsa Família foi realizado por Carraro, et. alli (2008). Não obstante a crítica econométrica a Nicolau e Peixoto acerca da autocorrelação da distribuição espacial, Carraro et. alli (2008) utilizam operacionalizações da variável Bolsa Família diferentes das utilizadas por outros autores, assim como também não utilizaram a mesma variável dependente (% de votos sobre o comparecimento, utilizaram % de votos válidos). Além disso, os autores testaram três modelos com correções espaciais, cada qual com uma operacionalização do programa Bolsa Família (número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Julho de 2006 em relação a 1º. população total, 2º. pobres, e 3º. indigentes) sendo que apenas no 3º modelo a variável pode ser desconsiderada pela significância estatística.

Com modelos econométricos de geografia espacial, Terron e Soares (2010) analisaram quatro eleições presidenciais – 1994, 1998, 2002 e 2006 – e chegaram às mesmas conclusões de Nicolau e Peixoto: o programa Bolsa Família contribuiu positivamente e com significância estatística para a eleição de Lula:

“Dito de outra forma, mantendo-se constantes os demais efeitos, cada ponto percentual de acréscimo na votação dos deputados implica em 0,15 pontos percentuais de acréscimo na votação de Lula em 2006, independente do efeito do Bolsa Família sobre a renda municipal (TERRON E SOARES, 2010, p. 30).”

Sabe-se, porém, que não é fácil dimensionar o impacto de políticas públicas sobre o voto, sobretudo, quando se trata de dados agregados, onde corre-se o risco de cometer falácias ecológicas. Entretanto, resultados de pesquisas de opinião podem servir para testes de hipóteses e suprir este déficit dos dados agregados. Em 2006, análise com dados ao nível individual (*surveys*) foi realizada por Licio, Rennó e Castro (2009) e, corroborando achados de trabalhos anteriores, os autores concluem que o Bolsa Família teve impacto na avaliação de desempenho do governo Lula e na probabilidade de voto em Lula. Bohn (2011), por sua vez, não encontra o mesmo resultado, apesar de usar o mesmo banco de dados, mas com um modelo especificado diferentemente. Assim, a análise das eleições de 2010 permitirá verificar a estabilidade do efeito do Bolsa Família no voto.

Da mesma forma, a questão da corrupção também poderá ser colocada a teste com dados mais atuais. Se em 2006 esse fator foi decisivo para a ocorrência de um segundo turno, podemos dizer o mesmo em 2010?

Por último, há que se verificar também se novos fatores podem ter impactado o resultado da eleição de 2010. No caso, visões sobre aborto seriam fundamentais para tentar avaliar a hipótese de que esse tema impactou votos. Contudo, o ESEB não dispõem de dados sobre essa questão. Uma aproximação é verificar se o voto evangélico foi direcionado a Marina, em oposição a Dilma. A análise do efeito da religião no voto não é novo no Brasil, Bohn (2004) já fez progresso nesse sentido analisando as eleições de 2002, quando Anthony Garotinho beneficiou-se do voto evangélico para alcançar a terceira colocação naquele pleito. Incluímos em nossa análise a denominação religiosa do eleitor como um controle sobre o potencial efeito do debate sobre aborto nas eleições de 2010.

Contudo, e esse é nosso ponto central aqui, um dos grandes temas em discussão durante a campanha presidencial de 2010 foi, sem sombra de dúvidas, o comportamento da nova classe média brasileira. Ainda que com diferentes formas

de definir exatamente os critérios que distinguem este grupo⁷, muitos analistas políticos se pronunciaram acerca do comportamento esperado desta classe. Via de regra, os analistas se referem à nova classe média como um grupo de indivíduos que possui uma determinada faixa de renda. A constatação do aumento da classe é realizado comparando-se as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD`s) em diferentes anos, procedimento que não permite demonstrar quem são os indivíduos que saíram e entraram em cada classe, posto que o IBGE não entrevista os mesmos indivíduos, tampouco realiza pergunta sobre a renda no passado.

Não obstante os enormes avanços realizados pelas análises sobre emprego e renda com as PNAD`s, salvo melhor juízo, poucas pesquisas se debruçaram sobre a mudança de percepção de classe dos indivíduos. Analisar a renda dos indivíduos e sua relação com voto é uma tarefa relativamente simples realizada em toda eleição pelos institutos de pesquisas. Nosso objetivo aqui é dar um passo além e resgatar a percepção de mudança (positiva e negativa) de classe dos indivíduos nos últimos oito anos e comparar os diferentes comportamentos nas eleições. No limite, ainda que a rendas individual e familiar tenham, em média, aumentado, isto não significa necessariamente que os indivíduos percebam alterações na sua classe. É nesta auto-percepção que centramos nossas análises.

No presente estudo utilizamos a auto-classificação como forma de alocar os indivíduos. Por meio do cruzamento de duas perguntas realizadas pelo ESEB 2010 pode-se chegar a três grupos, quais sejam, (a) os ascendentes, que se auto-classificaram em 2010 como em classes acima do que oito anos antes; (b) os imóveis, que não perceberam qualquer alteração de classe no período; e (c) os descendentes, que se classificaram em pior situação do que há oito anos. Os três grupos podem ser observados na tábua de mobilidade apresentada abaixo. Na diagonal principal se encontram os indivíduos que não perceberam modificações, acima e à direita estão todos aqueles que julgam estar em classes inferiores hoje em comparação com sua condição há oito anos (descendentes), e abaixo e à esquerda os que perceberam mobilidade ascendente.

⁷ Analistas criam os critérios de classe ou status para avaliar a mobilidade independente da percepção dos indivíduos. Ou seja, o que conta é o critério do observador, não do observado. Para uma discussão dos critérios de classe por estrato profissional, escolaridade e renda ver Pastore e Valle Silva (2000), para grupos de estratos ver Scalon (1999). Uma interessante discussão sobre os diferentes critérios pode ser encontrada em Ribeiro (2000).

Tabela 1
Tábua de mobilidade auto-percebida (%)

		CLASSE SOCIAL HOJE						Total
		Mais alta	Média alta	Média-média	Média baixa	Baixa	Mais baixa	
CLASSE SOCIAL HÁ 8 ANOS ATRÁS	Mais alta	,3	,1	,1	,2		,2	,8
	Média alta	,1	1,0	,6	,5	,2	,1	2,5
	Média-média	,2	3,1	11,1	1,9	,4	,1	16,8
	Média baixa	,3	2,0	13,9	13,3	2,3	,2	32,0
	Baixa	,2	,7	3,7	17,1	10,9	,8	33,4
	Mais baixa	1,2	,3	1,8	4,1	6,3	,9	14,6
Total		2,3	7,1	31,2	37,2	20,1	2,2	100,0

Fonte: Dados calculados pelos autores com base no CSES-ESEB 2010.

A maioria dos brasileiros entrevistados percebeu uma ascensão social na comparação dos últimos oito anos que antecederam as eleições de 2010, cerca de 55% das 1950 pessoas que responderam ambas as perguntas. Por outro lado, apenas 7,5% tiveram mobilidade descendente, e 37,5% percebem-se hoje tal como antes da “era Lula”.

Ou seja, nosso argumento é que não é o pertencimento a uma classe social ou outra que faz a diferença eleitoral, mas sim a percepção de movimento ascendente que leva apoio ao governo e seu candidato.

Tabela 2
Mobilidade Intrageneracional - 8 anos

	n	%
Descendente	146	7,3
Imobilidade	732	36,6
Ascendente	1072	53,6
Sub-Total	1950	97,5
Não Resposta	14	,7
Ausente	36	1,8
Sub-Total	50	2,5
	2000	100,0

Fonte: Dados calculados pelos autores com base no CSES-ESEB 2010.

A pergunta que fica é: qual o impacto de toda essa mobilidade nas escolhas eleitorais do cidadãos brasileiros? A hipótese óbvia é a:

Hipótese 1: eleitores que apresentam mobilidade ascendente tem maior probabilidade de votar em Dilma.

Alem dessa hipótese, testamos também por outros fatores apontados pela literatura como relevantes para explicar o voto no Brasil, quais sejam:

Hipótese 2: Avaliações positivas da economia e do governo aumentaram a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 3: Ser beneficiário do Programa Bolsa Família aumenta a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 4: A identificação partidária com o PT aumenta a probabilidade de voto em Dilma.

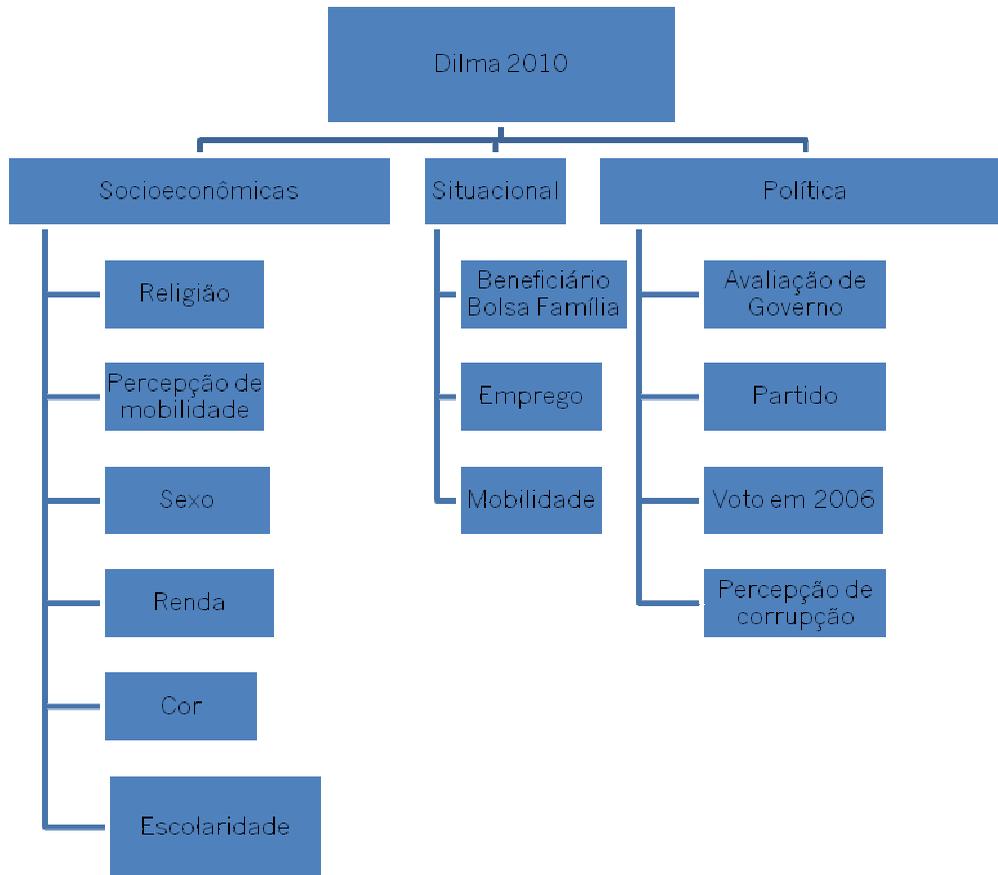
Hipótese 5: Percepções sobre corrupção como um problema nacional diminuem a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 6: Evangélicos serão menos propensos a votar em Dilma.

Dessa forma, podemos visualizar graficamente as principais variáveis em nosso modelo na Figura 1. Distinguímos entre determinantes econômicos, sociodemográficos e políticos para o voto em Dilma. Usamos esse modelo para avaliar o voto no primeiro e segundo turnos das eleições de 2010⁸.

⁸ As variáveis utilizadas estão descritas no anexo.

Figura 1
Modelo analítico do voto em Dilma Rousseff



Decisão de voto no primeiro turno das eleições

Como o voto em sistemas multipartidários envolve diversos candidatos, a variável dependente é nominal, com um número equivalente de categorias ao número de candidatos e, por isso, o modelo deve ser estimado com uma função de ligação logit multinomial. A categoria de referência é o voto em Dilma. Assim, valores negativos nas variáveis independentes demonstram aumento na probabilidade de voto em Dilma. Valores positivos indicam voto declarado em um dos outros candidatos.

Quando comparamos o voto em Dilma com a probabilidade de votar em Serra, os principais fatores que diferenciam essas escolhas são voto em Lula em 2006, raça, escolaridade, renda, denominação religiosa, avaliação do governo, e mobilidade social. Quem votou em Lula em 2006, quem é simpático ao PT, quem avalia bem o governo Lula e quem percebe ter tido mobilidade social ascendente tem muito mais chance de votar em Dilma. Por outro lado, ter a cor da pele branca, ter baixa escolaridade e renda e simpatizar com o PSDB reduzem a probabilidade de votar em Dilma. Assim, a suposição de Singer sobre um efeito de renda no voto em Lula, como indicativo do lulismo, não apresenta resultado esperado na explicação do voto em Dilma. Cabe destacar a ausência de efeito de ser beneficiário do Bolsa Família e de percepções sobre corrupção.

Esse mesmo padrão se reflete na comparação entre a propensão a votar para Dilma e para Marina, entretanto mais categorias das variáveis de renda e escolaridade são significativas, todas favorecendo o voto em Marina, assim como as variáveis que medem denominação religiosa evangélica. Portanto, o eleitor de Marina foi predominantemente evangélico, indicando que a denominação religiosa foi importante em 2010 como havia sido em 2002 para aumentar a probabilidade de voto em Garotinho naquela ocasião. Infelizmente, por não termos dados de pesquisa tipo painel, não podemos avaliar aqui as mudanças nas intenções de voto causadas por este fator. Novamente, a identificação com o PT, a avaliação do governo e o voto em 2006, ao lado de mobilidade social ascendente, favorecem o voto em Dilma.

Tabela 3
Regressão Multinomial para Voto no Primeiro Turno das Eleições Presidenciais de 2010, Brasil

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Serra	Intercept	1,860	,499	13,920	1	,000	
	Mulher	,085	,140	,367	1	,545	1,089
	Votou_LULA_2006_1	-1,237	,148	70,232	1	,000	,290
	COR_Branco	,327	,143	5,231	1	,022	1,387
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,377	,185	4,159	1	,041	1,457
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	-,017	,177	,009	1	,923	,983
	ESCOL__Univ_COM_ou_mais	,488	,338	2,085	1	,149	1,629
	RendFAM_1a2	,441	,211	4,365	1	,037	1,555
	RendFAM_2a5	,263	,216	1,471	1	,225	1,300
	RendFAM_5a10	,052	,285	,033	1	,856	1,053
	RendFAM_maior_10	,062	,397	,024	1	,876	1,064
	Desempregado_6MESES	,529	,372	2,023	1	,155	1,697
	Religiao_Evang_Pentecostal	,359	,266	1,821	1	,177	1,431
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	1,047	,324	10,449	1	,001	2,850
	Religiao_Catolico	,279	,203	1,902	1	,168	1,322
	Partido_PT	-1,901	,209	83,003	1	,000	,149
	Partido_PSDB	1,911	,316	36,608	1	,000	6,760
	Aval_gov_muito_bom	-2,691	,442	37,054	1	,000	,068
	Aval_gov_bom	-1,578	,422	13,978	1	,000	,206
	Beneficiario_BF	,111	,194	,324	1	,569	1,117
	Mob_asc	-,696	,147	22,406	1	,000	,499
	Mob_desc	-,003	,272	,000	1	,990	,997
	Corrupção	,017	,147	,013	1	,910	1,017

Continua...

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Marina	Intercept	,167	,546	,093	1	,760	
	Mulher	,177	,150	1,395	1	,238	1,194
	Votou_LULA_2006_1	-,630	,164	14,767	1	,000	,532
	COR_Branco	-,142	,155	,839	1	,360	,868
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,612	,219	7,803	1	,005	1,844
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	1,126	,186	36,710	1	,000	3,083
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	1,547	,314	24,227	1	,000	4,698
	RendFAM_1a2	,591	,267	4,892	1	,027	1,806
	RendFAM_2a5	,890	,261	11,663	1	,001	2,435
	RendFAM_5a10	,879	,313	7,876	1	,005	2,408
	RendFAM_maior_10	1,145	,385	8,827	1	,003	3,142
	Desempregado_6MESES	,577	,411	1,965	1	,161	1,780
	Religiao_Evang_Pentecostal	,867	,248	12,278	1	,000	2,381
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,700	,328	4,570	1	,033	2,014
	Religiao_Catolico	-,311	,205	2,295	1	,130	,733
	Partido_PT	-1,273	,184	48,070	1	,000	,280
	Partido_PSDB	,459	,386	1,414	1	,234	1,582
	Aval_gov_muito_bom	-2,157	,465	21,521	1	,000	,116
	Aval_gov_bom	-1,389	,448	9,613	1	,002	,249
	Beneficiario_BF	-,088	,234	,143	1	,706	,915
Mob_asc	-,309	,160	3,725	1	,054	,734	
Mob_desc	,234	,295	,630	1	,427	1,264	
Corrupcao	,005	,157	,001	1	,974	1,005	

Continua...

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Outros	Intercept	-,064	,775	,007	1	,934	
	Mulher	,034	,256	,018	1	,893	1,035
	Votou_LULA_2006_1	-1,166	,266	19,246	1	,000	,312
	COR_Branco	,287	,260	1,213	1	,271	1,332
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,489	,367	1,775	1	,183	1,631
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	,878	,313	7,874	1	,005	2,405
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	,965	,554	3,030	1	,082	2,624
	RendFAM_1a2	1,005	,524	3,674	1	,055	2,731
	RendFAM_2a5	1,177	,512	5,284	1	,022	3,245
	RendFAM_5a10	,431	,624	,478	1	,489	1,539
	RendFAM_maior_10	,968	,719	1,815	1	,178	2,633
	Desempregado_6MESES	-,717	1,061	,457	1	,499	,488
	Religião_Evang_Pentecostal	-,025	,407	,004	1	,952	,976
	Religião_Evang_NAO_Pentecostal	,284	,510	,311	1	,577	1,329
	Religião_Catolico	-,744	,316	5,558	1	,018	,475
	Partido_PT	-1,671	,397	17,704	1	,000	,188
	Partido_PSDB	-,442	,780	,321	1	,571	,643
	Aval_gov_muito_bom	-2,464	,582	17,919	1	,000	,085
	Aval_gov_bom	-1,777	,528	11,314	1	,001	,169
	Beneficiario_BF	-,043	,418	,011	1	,917	,958
Mob_asc	-,634	,265	5,718	1	,017	,530	
Mob_desc	-,461	,533	,750	1	,387	,631	
Corrupcao	,244	,260	,882	1	,348	1,277	

Fonte: CSES-ESEB 2010, N=1779 R2 Nagelkerke = 0,45

Decisão de voto no segundo turno das eleições

As opções de voto no segundo turno das eleições, apesar de haver apenas dois candidatos, oferecem mais alternativas de atuação para o eleitor, como não votar, votar em branco ou nulo. Assim, a forma adequada de modelar essas escolhas é novamente com uma função de ligação logística multinomial. Repetimos abaixo o mesmo modelo aplicado ao primeiro turno para verificar sua consistência explicativa.

Os resultados, mais uma vez, confirmam nossas expectativas. Ter votado em Lula nas eleições de 2006, identificar-se com o PT, avaliar positivamente o governo Lula e ter experimentado alguma forma de mobilidade social ascendente aumentam a probabilidade de votar em Dilma. Por outro lado, ser evangélico, partidário do PSDB e ser branco aumentam a probabilidade de votar em Serra. A renda não tem qualquer efeito, assim como a escolaridade. Dessa forma, confirmamos que não é a classe social que importa para o voto, mas sim a percepção de ascendência social.

Os resultados acima parecem se manter para as demais alternativas de comportamento no segundo turno, todas levando à não-escolha de um candidato. Ser evangélico sempre leva a uma escolha que não seja votar em Dilma, mobilidade social descendente aumenta a probabilidade de votar em branco, assim como escolaridade alta.

Tabela 3
Regressão multinomial para voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, Brasil

Em quem votou no segundo turno ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
José Serra (PSDB)	Intercept	1,678	,421	15,905	1	,000	
	Mulher	-,011	,130	,007	1	,934	,989
	Votou_LULA_2006_1	-1,257	,134	88,083	1	,000	,285
	COR_Branco	,473	,132	12,917	1	,000	1,605
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,213	,173	1,517	1	,218	1,238
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	-,153	,163	,889	1	,346	,858
	ESCOL__Univ_COM_ou_mais	,324	,297	1,194	1	,274	1,383
	RendFAM_1a2	,192	,200	,918	1	,338	1,211
	RendFAM_2a5	,032	,203	,025	1	,874	1,033
	RendFAM_5a10	-,064	,265	,059	1	,808	,938
	RendFAM_maior_10	,242	,350	,478	1	,489	1,274
	Desempregado_6MESES	,234	,342	,467	1	,494	1,264
	Religiao_Evang_Pentecostal	,595	,236	6,381	1	,012	1,813
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,845	,296	8,167	1	,004	2,328
	Religiao_Catolico	,305	,186	2,683	1	,101	1,357
	Partido_PT	-1,675	,187	80,420	1	,000	,187
	Partido_PSDB	2,269	,329	47,489	1	,000	9,671
	Aval_gov_muito_bom	-2,489	,358	48,358	1	,000	,083
	Aval_gov_bom	-1,457	,337	18,663	1	,000	,233
	Votou_MARINA_1	,268	,171	2,444	1	,118	1,307
	Beneficiario_BF	,003	,184	,000	1	,988	1,003
	Mob_asc	-,418	,135	9,516	1	,002	,659
	Mob_desc	,154	,251	,378	1	,539	1,166
	Corrupcao	,107	,135	,624	1	,430	1,113

Continua...

Em quem votou no segundo turno ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Não compareceu	Intercept	-,928	,760	1,493	1	,222	
	Mulher	,069	,283	,060	1	,807	1,071
	Votou_LULA_2006_1	-,511	,300	2,894	1	,089	,600
	COR_Branco	,104	,294	,127	1	,722	1,110
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,281	,357	,621	1	,431	1,324
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	-,496	,365	1,845	1	,174	,609
	ESCOL__Univ_COM_ou_mais	-,593	,698	,722	1	,395	,553
	RendFAM_1a2	-,212	,435	,238	1	,625	,809
	RendFAM_2a5	-,114	,429	,071	1	,790	,892
	RendFAM_5a10	,358	,529	,457	1	,499	1,430
	RendFAM_maior_10	,481	,697	,478	1	,490	1,618
	Desempregado_6MESES	-,672	1,047	,413	1	,521	,510
	Religiao_Evang_Pentecostal	,179	,453	,157	1	,692	1,197
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,506	,555	,830	1	,362	1,658
	Religiao_Catolico	-,233	,377	,381	1	,537	,792
	Partido_PT	-,743	,361	4,240	1	,039	,476
	Partido_PSDB	1,680	,570	8,675	1	,003	5,366
	Aval_gov_muito_bom	-2,355	,612	14,780	1	,000	,095
	Aval_gov_bom	-1,570	,550	8,159	1	,004	,208
	Votou_MARINA_1	1,276	,311	16,848	1	,000	3,584
Beneficiario_BF	,350	,370	,894	1	,344	1,419	
Mob_asc	,208	,300	,480	1	,488	1,231	
Mob_desc	-,596	,769	,600	1	,439	,551	
Corrupcao	,197	,289	,466	1	,495	1,218	

Continua...

Em quem votou no Segundo Turno ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Voto em branco ou nulo	Intercept	-2,375	,915	6,740	1	,009	
	Mulher	-,185	,246	,565	1	,452	,831
	Votou_LULA_2006_1	-1,058	,255	17,219	1	,000	,347
	COR_Branco	,229	,252	,826	1	,363	1,257
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	-,154	,403	,146	1	,702	,857
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	,535	,300	3,188	1	,074	1,708
	ESCOL__Univ_COM_ou_mais	,917	,492	3,476	1	,062	2,503
	RendFAM_1a2	1,572	,630	6,235	1	,013	4,818
	RendFAM_2a5	1,361	,631	4,654	1	,031	3,899
	RendFAM_5a10	1,201	,690	3,035	1	,081	3,325
	RendFAM_maior_10	,504	,889	,322	1	,570	1,656
	Desempregado_6MESES	,253	,663	,146	1	,702	1,288
	Religiao_Evang_Pentecostal	,414	,386	1,149	1	,284	1,513
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	-,643	,675	,910	1	,340	,525
	Religiao_Catolico	-,242	,326	,552	1	,457	,785
	Partido_PT	-,978	,337	8,402	1	,004	,376
	Partido_PSDB	,270	,785	,118	1	,731	1,309
	Aval_gov_muito_bom	-1,002	,661	2,295	1	,130	,367
	Aval_gov_bom	-,311	,614	,256	1	,613	,733
	Votou_MARINA_1	1,070	,270	15,753	1	,000	2,916
	Beneficiario_BF	-,260	,434	,359	1	,549	,771
	Mob_asc	-,573	,259	4,903	1	,027	,564
	Mob_desc	,101	,444	,052	1	,819	1,107
Corrupcao	,017	,257	,004	1	,948	1,017	

Fonte: CSES-ESEB 2010, N=1779 R2 Nagelkerke = 0,43

Considerações finais

Neste artigo, argumentamos que não é a classe social que afeta favoravelmente o voto em Dilma, mas sim, a percepção de mobilidade social ascendente, como a própria candidata havia apontado ser um dos principais ganhos do governo de seu antecessor e mentor político, Lula da Silva. Dilma beneficiou-se eleitoralmente desse processo de mobilidade social. Dessa forma, confirmamos a expectativa inicial desse estudo de que o impacto político da mobilidade social expressou-se nitidamente nas eleições de 2010.

Também cabe destacar o efeito político da denominação religiosa do entrevistado. Eleitores evangélicos apresentaram um padrão de voto bastante consistente no primeiro e segundo turnos das eleições, tendo uma probabilidade grande de votar em oposição à Dilma Rousseff. No primeiro turno, esse voto foi galvanizado por Marina Silva; no segundo turno, esses mesmos eleitores parecem ter se distribuído pela escolha por José Serra, e os evangélicos pentecostais tendo optado por um voto em branco ou não comparecer. Infelizmente, por não termos dados em diversos momentos do mesmo eleitor, não podemos explorar claramente os processos de migração da preferência eleitoral durante as eleições.

Além desses dois fatores, a avaliação do governo, o voto em Lula nas eleições anteriores e a identificação partidária com o PT e PSDB continuam sendo explicações sólidas para as escolhas eleitorais feitas por eleitores brasileiros. A despeito da ausência de efeito de variáveis consideradas relevantes para explicar as eleições de 2006, como ser beneficiário do Bolsa Família e percepções sobre corrupção como problema nacional, identificamos uma certa cristalização dos fatores que explicam o voto no Brasil. Nesse sentido, podemos caminhar para uma proposta teórica mais abrangente, na qual a avaliação do desempenho do governo e lealdades pessoais a líderes e partidos políticos passam explicar o voto do brasileiro de forma contínua. A esse conjunto, acrescentamos aqui a argumentação de que é a percepção sobre mobilidade social ascendente que também garante o sucesso eleitoral de candidatos que concorrem representando o governo. Ou seja, o eleitor brasileiro mais uma vez recompensa políticos que tiveram desempenho positivo no governo e cuja administração resultou em sua melhoria de vida. Testemunhamos, novamente, o exercício prático da responsabilização política (*accountability*) através das eleições no Brasil.

Referencias Bibliográficas

- BOHN, S. "Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública*, vol.10, nº2: p.288-338, 2004.
- _____. "Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base." *Latin American Research Review*, vol.46, nº1, p. 54-79, 2011.
- CAMARGOS, M. B. "Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998". *Teoria & Sociedade*, vol.8, p.116-145, 2001.
- CARRARO, A. et al. "É a economia, companheiro!": Uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais." *Ibemec Mg Working Paper*, vol. 41, 2007.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora da FGV, 2002a.
- _____. "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, vol.8, nº2, p.54-79, 2002b.
- _____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.307-339, 2007a.
- _____. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the Eseb". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, p.70-101, 2007b.
- CARREIRÃO, Y. S & BARBETTA, P. A. "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, (56), p.75-93, 2007.
- CARREIRÃO, Y. S & KINZO, M. d'A. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol.47, nº1, p.131-168, 2004.
- CERVellini, S.; GIANI, M.; PAVANELLI, P. *Economia, religião e voto: A questão do aborto na eleição presidencial de 2010. IV Congresso Latino Americano da WAPOR*. Belo Horizonte, Brazil, 2001.
- COIMBRA, M. Quatro razões para a vitória de Lula, In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). *Quem Elegeu Lula? Cadernos Do Fórum Nacional*, nº6, fev. 2007.
- ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L. The Bolsa Família Cash Transfer Program And Healthcare Conditionality: How Is It Working At The Municipal Level?. (*Congress Of The Latin American Studies Association*), 58, Montréal, Canada Sept. 2007.
- HOLZHACKER, D. e BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol13, nº2. p. 283-306, 2007.
- HUNTER, W; POWER, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol.49, nº1, p.1-30, 2007.

KING, G. *A Solution To The Ecological Inference Problem: (Reconstructing Individual Behavior From Aggregate Data)*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LÍCIO, E; RENNÓ, L. & CASTRO, H “Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, vol.15, nº1, p.31-54, 2009.

MENEGUELLO, R. “Electoral Behavior in Brazil: The 1994. Presidential Elections”. *Social Science Journal*, vol.146, UNESCO, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME. “*Perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*”, Brasília, Mimeo, Mar. 2007.

NERI, M. C. (coord.) *Poverty, Inequality, and Labor Dynamics: The Second Real*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NICOLAU, J. “An Analysis Of The 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression”. *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, 2007.

_____. “*Os efeitos da urna eletrônica sobre os votos nulos em branco no Brasil*”, Mimeo, 2007.

NICOLAU, J. & PEIXOTO, V. As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). *Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional*, nº6, 2007.

_____. Uma disputa em três tempos: Uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *XXXI Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, Out. 2007.

PASTORE, J.; VALLE, S. N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

REIS, F. W.; MACHADO, M. M. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, 26, p. 81-131, 1992.

RENNÓ, L. Brazil. In: GEER, J. (ed.). *Encyclopedia of Public Opinion*. Santa Barbara: ABC-Clio, vol.2, 2004.

_____. “Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: the winding road to democratic consolidation”. *Colombia Internacional*, vol.64, p.154-165, 2006.

_____. “Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006”. *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.260-282, 2007.

RENNÓ, L; & HOEPERS, B. “Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006”. *Novos Estudos Cebrab*, vol.86, p.140-161, 2010.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. “As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, p.39-60, 2010.

RIBEIRO, C. A. C. “Dois estudos de mobilidade social no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, nº 44, p.178-183, 2000.

SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol.95, p.83-103, 2009.

SCALON, M. C. *Mobilidade social do Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ-Revam, 1999.

SOARES, S. et al. "Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade". *IPEA, Texto para discussão*, nº 1293; Brasília, jul. 2007

ZUCCO, C. "The President's 'New' Constituency: Lula And The Pragmatic Vote In Brazil's 2006 Presidential Election." *Journal Of Latin American Studies*, vol.40, nº1, p.29-49, 2008.

_____. A Governabilidade Num Segundo Governo Lula. *1º Encontro da Associação de Ciência Política do Uruguay (Aucip)*, Montevideo, nov. 2006.

Lucio Rennó – lucio renno@unb.br

Vitor Peixoto – moraespeixoto@gmail.com

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Anexo
Descrição das operacionalizações dos modelos multinomiais

Dimensões	Variáveis	Valor de Referência
Sexo	Mulher	Homem
Voto em 2006	Votou_LULA_2006_1	Voto Não-Lula em 2006
Cor	COR_Branco	Não-Branco
Escolaridade	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	Analfabeto até Ginásio
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	Incompleto
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	
Renda	RendFAM_1a2	Até 1 salário Mínimo Familiar
	RendFAM_2a5	
	RendFAM_5a10	
	RendFAM_maior_10	
Situação trabalho	Desempregado_6MESES	Não Desempregado nos últimos 6 meses
Religião	Religiao_Evang_Pentecostal	Ateus, espíritas, sem religião, etc.
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	
	Religiao_Catolico	
Partido Político	Partido_PT	Simpatizantes com todos os demais partidos e os sem partido
	Partido_PSDB	
Avaliação do Governo Lula	Aval_gov_muito_bom	Avaliação ruim ou péssimo
	Aval_gov_bom	
Beneficiário do Programa Bolsa Família	Beneficiario_BF	Não Beneficiário do Bolsa Família
Mobilidade	Mob_asc	Percepção de imobilidade
	Mob_desc	
Atitude anti-corrupção	Corrupcao	Não percepção da corrupção como o principal problema do Brasil

Modelo

Os logísticos binários para voto em Dilma 2010

Apresentamos cinco modelos logísticos nominais com as probabilidades para o voto em Dilma no primeiro e segundo turno (variável dummy: se votou Dilma, 1; se não, 0). Acreditamos que, desta forma, foi possível otimizar o número de variáveis que foram utilizadas nos modelos multinomiais.

Primeiro Turno

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
	Sig.	Exp(B)								
Regiao_NORTE	.713	.915								
Regiao_NORDESTE	.327	.857								
Regiao_CENTRO_OESTE	.184	.736								
Regiao_Sul	.424	1.157								
COR_Branco	.115	.814	.247	.868	.150	.843	.148	.842	.265	.873
IDADE_0	.522	.997								
Mulher	.298	.882								
ESCOL_Prim_COMP_Gin_INCOM	.265	.804								
ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	.009	.549	.012	.665	.001	.580	.001	.579	.010	.659
ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	.002	.504	.001	.609	.000	.553	.000	.552	.000	.600
ESCOL_Univ_COM_ou_mais	.000	.312	.000	.368	.000	.389	.000	.389	.000	.365
RendFAM_1a2	.013	.625	.016	.639	.003	.584	.002	.583	.010	.625
RendFAM_2a5	.009	.600	.011	.619	.003	.586	.002	.585	.008	.610
RendFAM_5a10	.125	.679	.185	.725	.046	.627	.040	.625	.173	.720
RendFAM_maior_10	.072	.549	.085	.572	.065	.559	.061	.557	.074	.562
Desempregado_6MESES	.151	.618	.151	.620	.060	.541	.060	.541	.149	.618
Religiao_Evang_Pentecostal	.009	.564	.006	.554	.001	.565	.001	.565	.001	.556
Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	.002	.422	.002	.422	.000	.413	.000	.413	.000	.417
Religiao_Catolico	.977	1.005	.944	1.012						
Beneficiario_BF	.835	1.037	.945	1.012	.964	1.007			.901	.979
Beneficiario_MV	.163	.607	.169	.612						
Beneficiario_LpT	.775	1.105	.675	1.157						
Beneficiario_ProUNI	.126	.484	.124	.486						
Partido_PT	.000	4.638	.000	4.731	.000	5.392	.000	5.392	.000	4.596

Partido_PMDB	.759	.925								
Partido_PSDB	.000	.232	.000	.232	.000	.194	.000	.194	.000	.230
Partido_DEM	.398	.500								
Partido_PV	.002	.308	.003	.323	.002	.321	.002	.321	.001	.297
Votou_LULA_2006_1	.000	2.817	.000	2.826					.000	2.841
Aval_gov_muito_bom	.000	12.755	.000	12.660	.000	18.543	.000	18.556	.000	12.419
Aval_gov_bom	.000	4.847	.000	4.950	.000	6.585	.000	6.588	.000	4.881
Mob_asc	.000	1.783	.000	1.766	.000	1.758	.000	1.758	.000	1.749
Mob_desc	.889	.966	.922	.976	.933	.980	.933	.980	.967	.990
Corrupção	.741	.959	.857	.978	.893	.984	.892	.984		
Constant	.001	.163	.000	.104	.000	.170	.000	.171	.000	.107

Segundo Turno

Variáveis Independentes	Modelo 6		Modelo 7		Modelo 8		Modelo 9		Modelo 10	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Regiao_NORTE	.583	.871								
Regiao_NORDESTE	.404	1.150								
Regiao_CENTRO_OESTE	.020	.576								
Regiao_Sul	.348	.839								
COR_Branco	.003	.664	.001	.668	.000	.638	.000	.629	.000	.643
IDADE_0	.103	.992								
Mulher	.911	1.014								
ESCOL_Prim_COMP_Gin_INCOM	.240	.782								
ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	.071	.647	.321	.852	.032	.720	.030	.716	.414	.872
ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	.348	.799	.972	.995	.249	.852	.188	.833	.616	1.081
ESCOL_Univ_COM_ou_mais	.035	.495	.061	.607	.077	.645	.058	.625	.164	.674
RendFAM_1a2	.254	.795	.173	.773	.060	.715	.032	.685	.129	.745
RendFAM_2a5	.944	.985	.339	.834	.155	.775	.059	.720	.471	.867
RendFAM_5a10	.617	1.145	.914	.974	.323	.797	.165	.732	.976	.992
RendFAM_maior_10	.892	1.049	.542	.819	.470	.800	.319	.738	.620	.845
Desempregado_6MESES	.547	.818	.719	.890	.364	.753	.387	.764	.635	.854
Religiao_Evang_Pentecostal	.023	.597	.002	.520	.007	.653	.006	.650	.029	.683
Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	.022	.513	.026	.540	.031	.614	.027	.607	.051	.611

Religiao_Catolico	.181	.787	.238	.821						
Beneficiario_Bolsa Família	.864	1.032	.200	1.250	.092	1.322			.631	1.089
Beneficiario_Minha Casa Minha Vida	.963	1.018	.809	1.096						
Beneficiario_Luz para Todos	.468	.770	.399	.751						
Beneficiario_Pro-UNI	.493	.717	.509	.738						
Partido_PT	.000	4.538	.000	6.348	.000	8.118	.000	8.115	.000	4.729
Partido_PMDB	.503	.840								
Partido_PSDB	.000	.111	.000	.118	.000	.102	.000	.101	.000	.115
Partido_DEM	.231	.423								
Partido_PV	.498	.802	.584	.852	.658	.884	.677	.891	.703	.885
Votou_LULA_2006_1 turno	.000	3.550	.000	4.239					.000	3.484
Aval_gov_muito_bom	.000	10.130							.000	10.356
Aval_gov_bom	.000	3.702							.000	3.736
Votou_MARINA_1 turno 2010	.006	.627							.015	.667
Mobilidade ascendente	.000	1.587	.000	1.918	.000	1.947	.000	1.967	.000	1.600
Mobilidade descendente	.662	.898	.391	.820	.413	.836	.407	.834	.680	.904
Corrupção	.528	.919	.196	.851	.136	.838	.133	.837		
Constant	.009	.278	.047	.602	.076	1.398	.012	1.561	.000	.146

Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros

Ednaldo Ribeiro

Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá

Yan Carreirão

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina

Julian Borba

Departamento de Ciências Políticas
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O trabalho investiga a evolução dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros entre 2002 e 2010 e suas relações com variáveis atitudinais e de comportamento dos eleitores. Inicialmente, é realizada uma análise descritiva geral da evolução dos sentimentos partidários dos eleitores entre 2002 e 2010, utilizando dados dos ESEB (Estudos Eleitorais Brasileiros) 2002, 2006 e 2010. A seguir, os sentimentos partidários positivos em relação ao PT e ao PSDB são tomados como preditores de variáveis atitudinais (identificação ideológica, atitudes em relação a estatismo, igualdade e democracia) e do voto, a partir de análises multivariadas, também com base nos ESEB 2002 a 2010. O trabalho conclui mostrando que há diferenças interessantes entre eleitores que manifestam sentimentos em relação ao PT e ao PSDB, quanto a atitudes relativas a temas políticos relevantes; além disso, mostra, também, que esses sentimentos estão, ainda, fortemente associados ao voto para presidente.

Palavras-chave: sentimentos partidários, atitudes políticas, valores políticos, CSES-ESEB2010.

Abstract: This paper examines how the partisan feelings of Brazilian voters evolved between 2002 and 2010 and how these feelings relate to attitudinal and behavioral variables. First a general descriptive analysis of this evolution is conducted using data from the ESEBs (Brazilian Electoral Studies) of 2002, 2006 and 2010. Then, based on multivariate analyses and again on CSES-ESEB2002 through 2010, the positive partisan feelings about the PT and the PSDB are taken to be predictors of attitudinal variables (ideological identification, attitudes towards statism, equality and democracy) and votes. The paper finally shows that there are interesting differences among voters that express feelings towards the PT and voters having feelings towards the PSDB as regards attitudes towards relevant political issues. Moreover, the paper shows that these feelings are still strongly connected to voting for president.

Keywords: partisan feelings, political attitudes, political values, CSES-ESEB2010.

Introdução¹

Uma das discussões centrais no debate sobre partidos políticos é aquela relacionada à identificação dos eleitores com essas organizações. Os níveis de identificação são indicadores fortes de quão institucionalizado é um sistema partidário.

O problema é que há algumas décadas assiste-se, no plano internacional, a um declínio nos níveis de identificação partidária, na diferenciação ideológica entre os partidos, bem como na relevância dos partidos em termos de estruturação da decisão do voto (WATTENBERG, 1991 E 1998; DALTON & WATTENBERG, 1993 E 2001; CLARKE & STEWART, 1998).

No caso do Brasil, o diagnóstico predominante na literatura apontava uma fragilidade histórica do sistema partidário (LAMOUNIER E MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991 E 2001)². Em consonância com esse diagnóstico, os níveis de identificação, sua relação com o voto e sua coerência em termos de atitudes políticas foram também, predominantemente, considerados baixos (MAINWARING, 2001; CARREIRÃO E KINZO, 2004; KINZO, 2005).

O trabalho de Singer (2000) representou uma mudança nas interpretações dominantes sobre tal fenômeno ao apontar para a importância das identificações ideológicas e partidárias dos eleitores brasileiros na estruturação do voto nas eleições de 1989 e 1994. Com relação ao papel dos sentimentos partidários, tal interpretação foi parcialmente confirmada por estudos como o de Carreirão (2007); por outro lado, estudos questionam tais evidências apontando para a fragilidade da identificação, bem como para a incoerência entre os sentimentos partidários e as opiniões políticas dos eleitores (REIS, 2000; RENNÓ, 2007; PAIVA et al, 2007).

A reeleição do presidente Lula em 2006 motivou uma série de trabalhos que analisaram o papel do programa Bolsa Família no resultado daquela eleição, as mudanças nas bases geográficas e sociais das votações em Lula, em diferentes

¹ Este trabalho é fruto de pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade e de Bolsas de Iniciação Científica.

² É importante salientar a não existência de um consenso quanto a esse diagnóstico. Para o período pré 1964, ver Lavareda (1991). Para o sistema partidário atual, ver Braga (2010) e Tarouco (2010), que partem de outras noções de institucionalização, diferentes da proposta por Mainwaring e bem menos exigentes em relação aos critérios que caracterizariam um sistema partidário como (mais ou menos) institucionalizado.

eleições presidenciais, e ainda, as comparações das votações de Lula e as do PT, nas eleições para a Câmara Federal (NICOLAU e PEIXOTO, 2007; HUNTER e POWER, 2007; ZUCCO, 2008; SOARES E TERRON, 2008; TERRON, 2009; SINGER, 2009 e 2010; TERRON e SOARES, 2010, RENNÓ e CABELLO, 2010)³.

Trabalhos como os de Samuels (2004 e 2008), Veiga (2007), Carreirão (2008), Singer (2010) e Venturi (2010) têm investigado as bases sociais dos partidos, enfatizando mais as identificações partidárias do que o voto, bem como as opiniões e atitudes políticas dos eleitores e sua relação com os sentimentos partidários.

Samuels (2004 e 2008) estuda as bases do petismo e suas transformações, principalmente em função da chegada do PT ao poder nacional. O autor encontra poucas mudanças nesse eleitorado identificado com o partido ao comparar os resultados de *surveys* realizados em 2002 e 2007. Sua ênfase é dada às características atitudinais: “Nos dois anos, encontramos que o petista médio vive em centros urbanos relativamente bem desenvolvidos, participa ativamente da política, está relativamente mais informado do que a maioria dos brasileiros, acredita fortemente que seu voto faz diferença para a política e é contrário ao clientelismo, mas importa-se menos com a corrupção”. O trabalho de Singer (2010) também se concentra no caso do PT, em especial na contradição entre duas matrizes ideológicas e programáticas que convivem no partido.⁴ Ao comparar resultados de *surveys* realizados entre 2002 e 2010 conclui que “a base do PT, que era predominantemente de esquerda, passou a abrigar um contingente análogo de eleitores situados à direita” (p.108). Tanto Singer quanto Venturi (2010) apontam mudanças no perfil socioeconômico dos eleitores com preferência pelo PT: comparativamente ao período inicial do atual sistema partidário, em anos mais recentes diminui, na composição interna desse eleitorado, a importância dos eleitores de mais alta escolaridade, de mais alta renda e da região Sudeste.

Os estudos de Veiga (2007) e Carreirão (2008) incluem outros partidos em suas análises. Veiga compara dados da coleção *ESEB* (Estudo Eleitoral Brasileiro) para 2002 e 2006 e aponta para mudanças nas bases de identificação partidária, em especial no PT, que se deslocou para um eleitorado de menor renda e menor

³ Boas revisões dessa literatura são feitas em Terron e Soares (2010) e Rennó e Cabello (2010).

⁴ O autor as denomina de “espírito do Sion”, que faz referência à fundação do PT e sua afirmação como um partido socialista e o “espírito do Anhembi”, referindo-se ao programa de governo de Lula nas eleições de 2002 e à “Carta ao povo brasileiro”, onde o candidato afirma seu compromisso com capital estrangeiro, a responsabilidade fiscal, a estabilidade das contas públicas etc.

escolaridade. Segundo Veiga, essa mudança de base social poderia ser uma das razões que explicaria o deslocamento ao centro e à direita daqueles que se identificam com o partido. Já o PMDB teria ampliado sua base entre os eleitores de maior escolaridade e da região Sul, deslocando-se para a esquerda na autolocalização ideológica. Por fim, PSDB e PFL (atual DEM) teriam experimentado mudanças menores em termos de bases sociais. Carreirão (2008) toma como base empírica quatro *surveys* realizados em 1990, 1997, 2002 e 2007, com a hipótese de que as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos por diferentes partidos eram mais diferenciadas entre si em 1990 do que em 2007. A variável que teria exercido efeito central nessa diluição das diferenças ideológicas e políticas entre o eleitorado seria a chegada do PT e de Lula à Presidência da República. Entre os elementos que confirmariam sua hipótese está o fato de que os “eleitores petistas” e os “eleitores peessedebistas” vão se tornando progressivamente indiferenciados do conjunto do eleitorado quanto ao posicionamento ideológico. Do mesmo modo, no plano das opiniões políticas dos eleitores, “em 1990, havia maior preferência por partidos à esquerda entre eleitores mais democráticos, igualitários, participativos ou liberais, em questões morais; já em 2007, as opiniões dos eleitores têm muito pouca associação com o partido que preferem ou rejeitam (...)” (CARREIRÃO, 2008, p.339).

O conjunto de trabalhos apresentados acima aponta para mudanças significativas nos últimos anos, nas bases sociais, ideológicas e atitudinais dos partidos políticos brasileiros, causadas em especial pela chegada do PT - justamente aquele que teria sido a “espinha dorsal do sistema partidário brasileiro” (Singer, 2000) pós-redemocratização - ao poder. O presente trabalho busca verificar em que medida tais tendências se mantêm ou se alteram, considerando o cenário das eleições de 2010 e tomando como base empírica os dados pós-eleitorais do ESEB 2010. Nosso foco está direcionado para os “sentimentos partidários” do eleitorado (partido que representa a maneira de o eleitor pensar, partido de que o eleitor gosta, partido que rejeita) entre 2002 e 2010 e suas relações com variáveis atitudinais e de comportamento.

Inicialmente realizamos uma breve apresentação da literatura sobre identificação partidária. Em seguida, fazemos uma análise descritiva mais geral da evolução dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros entre 2002 e 2010, utilizando dados dos ESEBs 2002, 2006 e 2010. Por fim, realizamos uma análise segundo a qual os sentimentos partidários positivos (partido que representa a maneira de o eleitor pensar, partido de que o eleitor gosta) em relação ao PT e ao

PSDB são considerados *proxys* de um posicionamento “petista” ou “tucano”, tomado como preditor de variáveis atitudinais (identificação ideológica, atitudes em relação a estatismo, igualdade e democracia, aceitação da repressão e da censura) e do voto, a partir de análises multivariadas, com base no ESEB 2010 ou, quando possível, nos ESEBs 2002 a 2010⁵.

Foram estudadas também as manifestações de rejeição (“partido em que não votaria de jeito nenhum”) a esses dois partidos. Os resultados, em geral corroboram as conclusões tiradas com base nos sentimentos partidários positivos, quase como uma imagem invertida: as tendências de associações entre uma variável atitudinal e sentimentos positivos em relação ao PT, são, via de regra, semelhantes às que ocorrem entre essa mesma variável atitudinal e a rejeição ao PSDB. Por isso, não descreveremos as análises com base na rejeição partidária. Uma forma de operacionalizar os sentimentos partidários (positivos e negativos) simultaneamente em relação ao PT e ao PSDB também foi criada, seguindo estudo anterior de Carreirão (2008). A partir dessa forma de operacionalização, apresentamos as análises cujos resultados também corroboram as conclusões mais gerais obtidas a partir da análise apenas dos sentimentos positivos em relação àqueles partidos.

Interpretações sobre identificação partidária

O tema da identificação entre eleitores e partidos políticos tem uma longa história na Ciência Política. Entre as principais perspectivas de análise destacam-se a Escola de Michigan e a teoria da escolha racional⁶. Na visão dos autores filiados à Escola de Michigan, a identificação partidária (IP) se originaria de uma adesão de base psicológica aos partidos constatada por meio de dados de *surveys* sobre comportamento eleitoral. Tratar-se-ia de uma identidade forjada em bases afetivas no processo de socialização. Como salienta Figueiredo, a tese é a de que, “uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados, inclinam-se a ‘ver’ a política e orientar suas ações numa direção partidária” (FIGUEIREDO, 1991, p. 37).

⁵ Embora assumamos aqui que associações entre sentimentos partidários e atitudes dos eleitores podem ser indícios de que aqueles tendem a estruturar essas, é preciso tomar com cautela a relação de causalidade pressuposta, já que ela pode ser no sentido inverso ao aqui assumido: primeiro as pessoas “formariam” essas atitudes e depois identificar-se-iam com os partidos. Como dados de *survey* não nos permitem testar o que vem primeiro, a ressalva é necessária.

⁶ Sobre essas teorias, ver Figueiredo (1991) e Castro (1992).

A teoria da escolha racional dá um outro significado à identificação partidária e a seu impacto sobre a decisão do voto. Para Downs (1957), a identificação partidária explica-se porque os partidos (e as ideologias políticas) são referenciais que os eleitores usam para diminuir custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para sua tomada de decisão. Observando em algumas ocasiões que um partido se comporta em conformidade com seus interesses (ou defendendo certas idéias mais do que outras), o eleitor pode, em uma próxima eleição, utilizar esse conhecimento prévio para decidir seu voto, economizando recursos, especialmente o tempo, para se informar e fazer sua escolha. Não se trata, portanto, de uma identificação afetiva ou normativamente fundada, como preconiza a Escola de Michigan. Para Fiorina (1981), se a socialização do indivíduo previamente à sua vida adulta tem um peso na identificação partidária, peso ainda maior tem a avaliação que o indivíduo faz da experiência acumulada como eleitor ao longo de sua vida adulta. Nesse sentido, os cidadãos, para esse autor, monitoram as promessas e desempenhos partidários ao longo do tempo, encapsulando essas observações em um julgamento sumário chamado identificação partidária. A IP seria, portanto, uma informação sintética e econômica que é utilizada pelo eleitor para lidar com futuros incertos, e pode mudar ao longo do tempo, caso a avaliação do eleitor sobre os partidos mude.

De certa forma, nosso problema de pesquisa (que inclui a tentativa de verificar se os sentimentos partidários⁷ têm influência nas atitudes dos eleitores), ainda que apenas hipoteticamente, parte de uma concepção de IP próxima à da Escola de Michigan já que, nessa perspectiva, espera-se que, após formada a IP, os eleitores “vejam a política sob a ótica do partido com que se identificam”. A relação de causalidade ali pressuposta é a de que as IPs influenciam opiniões e atitudes dos eleitores. Uma limitação metodológica de nosso estudo, derivada do fato de que trabalhamos com *surveys*, é a de que não podemos estabelecer relações de causalidade a partir das associações encontradas. De toda forma, resolvemos sondar se seria plausível postular uma relação de causalidade desse tipo, a partir especialmente das análises multivariadas, tomando como variáveis dependentes certas atitudes dos eleitores, e como uma das variáveis independentes, seus sentimentos partidários.

⁷ Como consideramos além das preferências as rejeições, não trabalhamos aqui com a noção de IP e sim de “sentimentos partidários”.

Sentimentos partidários

Esta seção descreve a distribuição dos eleitores segundo os sentimentos partidários manifestos nas três pesquisas analisadas, ESEB 2002, 2006 e 2010. Consideramos aqui como manifestações de sentimentos positivos em relação aos partidos as repostas às questões “Existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr.(a) pensa?” (espontânea e única) e “Existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste?” (espontânea e múltipla, podendo o eleitor mencionar até três opções)⁸. Como manifestação negativa, consideramos as respostas à questão sobre rejeição partidária “Em quais desses partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum?”, (estimulada e múltipla). Inicialmente apresentamos os dados relativos a cada uma das manifestações para os principais partidos; em seguida agregamos os dados referentes aos sentimentos positivos (partido que representa a maneira de pensar do eleitor e/ou partido de que o eleitor gosta), mas apenas para o PT e para o PSDB, que são os principais focos de nossa análise. Por fim, criamos uma variável que sintetiza o conjunto de sentimentos positivos e negativos em relação ao PT e ao PSDB, simultaneamente.

A Tabela 1 apresenta os percentuais de eleitores que indicaram algum partido, em resposta à questão: “Existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr.(a) pensa?”⁹. O percentual declina de 35,5% em 2002 para 27,4% em 2006, subindo para 38,7% em 2010. A Tabela também apresenta estes mesmos dados, desagregados por partido (incluindo apenas aqueles com mais de 1% de menções). Vemos que as principais variações, que explicam em grande medida as variações globais foram a queda nas menções ao PT entre 2002 e 2006 - resultado devido essencialmente ao desgaste do partido por conta do escândalo do “mensalão” - e a recuperação do partido entre 2006 e 2010. Outras mudanças incluem o declínio do PFL (DEM), um pequeno crescimento do PSDB na última pesquisa e as menções ao PV em 2010, fruto basicamente do “fenômeno Marina” naquela eleição.

⁸ Resolvemos considerar apenas a 1ª menção (espontânea) feita pelos entrevistados, por julgar que ela deve refletir a preferência (ou “gosto”) mais intensa (o), que poderia ter maior associação com atitudes e comportamentos dos eleitores. Além disso, a forma como operacionalizamos a variável “sentimentos partidários” (positivos) já agrega também os eleitores que afirmam ter um partido que representa a forma como eles pensam.

⁹ Nessa questão o percentual de respostas “sim” foi um pouco maior, mas os percentuais no gráfico correspondem aos eleitores que, após terem respondido “sim” a essa questão, na pergunta a seguir (“qual partido?”) indicaram algum partido. Excluímos, em relação a esta última pergunta, as respostas “não sabe” ou “não respondeu”, bem como os eleitores que indicaram partidos inexistentes ou nomes de políticos (“partido do Lula”, p/ex).

Tabela 1
Partidos que melhor representam a maneira como o eleitor pensa e
partidos que o eleitor gosta (2002-2010) (%)

Ano	DEM (PFL)		PMDB		PT		PSDB		PV		TOTAL	
	Pensa *	Gosta **	Pensa	Gosta								
2002	2,2	3,4	3,8	7,2	23,1	25,6	3,7	4,5	-	-	35,5	48,8
2006	-	-	3,7	3,4	17,6	21,6	3,6	4,5	-	-	27,4	33,1
2010	-	-	2,7	5,2	24,5	27,7	5,7	7,8	3,7	3,5	38,7	47,7

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

*Pensa: "Existe algum partido que representa a forma como o(a) Sr.(a) pensa?"

**Gosta: "Existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste?"

Obs. Os valores da coluna total não são iguais à soma dos percentuais por partido, porque há outros partidos mencionados pelos eleitores que não aparecem na tabela.

Ainda na Tabela 1 temos as respostas positivas à questão "Existe algum partido que o(a) Sr.(a) goste?" (resultados globais e desagregados por partido, incluindo apenas os que tiveram mais de 1% de menções). Há certo grau de superposição com os dados apresentados, mas a tendência mais geral é de que haja, em cada pesquisa, uma porcentagem a mais de eleitores que gostam de determinado partido, comparativamente aos eleitores que indicam que esse partido representa sua maneira de pensar. Em termos da evolução temporal, os dados seguem as mesmas tendências apresentadas para as respostas à questão "Existe algum partido que representa a forma como o (a) Sr. (a) pensa?"

Nas análises feitas mais à frente, foram incluídos como eleitores que manifestaram sentimentos positivos em relação ao PT tanto os eleitores que expressaram que esse partido representa sua maneira de pensar, quanto os que disseram que gostam dele. O mesmo foi feito em relação ao PSDB. Levando em consideração as duas variáveis anteriores, foi construído um índice somatório para PT e outro para PSDB. Em ambos os casos o 0 (zero) representa pessoas que não identificam o partido em questão como representante da maneira como pensam e

que também responderam que não gostam dos partidos. O 1 equivale a uma resposta positiva e o 2, duas respostas positivas.

A Tabela 2 apresenta esses dados. Ao considerarmos os que responderam positivamente pelo menos em uma das variáveis, construímos duas variáveis de sentimentos partidários dicotômicas. Em 2010, no caso do PT temos 32.2% que se “identificam” por acreditar que o partido representa sua forma de pensar ou simplesmente por gostar; no PSDB o percentual é de 9.3%.

Tabela 2
Sentimentos partidários (índice somatório) – PT e PSDB (2002-2010) (%)

Sentimento Partidário	2002		2006		2010	
	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB
0	68,7	94,3	75,9	94,8	67.9	90.8
1	14,0	3,3	9,1	2,4	12.2	5.1
2	17,3	2,5	15,1	2,8	20.0	4.2
Total (N)	(2513)	(2513)	(1000)	(1000)	(2000)	(2000)

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

Nota: os percentuais foram calculados sobre o total de entrevistados.

Como nossa intenção é verificar o impacto desses sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB sobre aquelas dimensões dos valores políticos (estatismo, democratismo, igualitarismo), realizamos primeiramente testes de associação entre sentimentos e valores, e em seguida construímos modelos multivariados com essas diferentes medidas (índices somatórios ou medidas dicotômicas).

Outra forma de operacionalização da variável relativa aos sentimentos partidários em relação a PT e PSDB foi a construção, na forma de uma escala, incluindo a rejeição e considerando, simultaneamente, as diferentes manifestações em relação a esses partidos¹⁰. Essa escala vai de um extremo que inclui eleitores que manifestam sentimento positivo pelo PT e simultaneamente rejeição ao PSDB, ao extremo oposto, que inclui eleitores que manifestam sentimento positivo pelo PSDB e, simultaneamente, rejeição ao PT. A Tabela 3 apresenta a distribuição dos eleitores segundo essa escala, nas três pesquisas sob análise.

¹⁰ A Tabela Anexa 1 mostra a forte associação entre o voto e os sentimentos partidários medidos através dessa escala, o que nos parece justificar o uso dessa medida operacional dos sentimentos partidários.

Um primeiro dado relevante é que o percentual de eleitores que foram classificados em situação de neutralidade, variou entre 39% e 45%. Isso não significa que o percentual de eleitores que manifestaram algum sentimento em relação a algum dos (ou aos) dois partidos variou entre 55% e 61% (valores complementares). Na realidade, os que não manifestaram nenhum sentimento em relação a nenhum dos dois partidos variaram de 32 a 35% nas três pesquisas. Portanto, cerca de dois terços dos eleitores manifestam algum tipo de sentimento em relação aos dois partidos brasileiros mais importantes. Ocorre que há várias situações, classificadas como “situações neutras”, em que há manifestações positivas e negativas simultaneamente em relação a um mesmo partido (poucos casos) e situações em que há rejeição simultânea aos dois partidos (entre 3% e 8,7% dos casos nas pesquisas).

Tabela 3
Sentimentos em relação ao PT e ao PSDB (escala) (2002, 2006 e 2010) (%)

ESEB	Sentimentos em relação ao PT e PSDB						
	Positivo PT e Rejeição PSDB	Positivo PT	Rejeição PSDB	Situações neutras	Rejeição PT	Positivo PSDB	Positivo PSDB e Rejeição PT
2002	15	16	13	39	13	2	3
2006	12	11	13	45	14	1	3
2010	16	15	11	39	11	3	5

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. (Valores arredondados).

Nota: foram consideradas “situações neutras” aquelas em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento em relação aos dois partidos, ou manifestou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois, ou manifestou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente) a um mesmo partido.

A leitura dos dados da tabela, portanto, subestima o grau de rejeição aos dois partidos. Em relação ao PT os percentuais totais foram de 21,8% em 2002, 26,7% em 2006 e 19,8% em 2010. Como se vê, não só houve um declínio dos sentimentos positivos em relação ao partido em 2006 (como já observado mais acima), como aumentou a rejeição naquele ano. Da mesma forma, a rejeição diminuiu bastante entre 2006 e 2010. Em relação ao PSDB os percentuais de

rejeição foram de 33,8% em 2002, 34,3% em 2006 e 30% em 2010. Ou seja, a rejeição ao PSDB foi sempre maior do que em relação ao PT, inclusive em 2006¹¹.

Nas seções seguintes estão analisadas as associações entre os sentimentos partidários dos eleitores e variáveis atitudinais (atitudes em relação a democracia, estatismo, igualdade, censura aos meios de comunicação e repressão a manifestações e passeatas) e comportamental (voto). A análise privilegia os dados do ESEB 2010, já que foi o estudo dessa base que motivou este trabalho. No caso das atitudes em relação à democracia foi possível fazer os mesmos tipos de análises também para os dados do ESEB2002 e do ESEB2006, já que as perguntas utilizadas para operacionalizar as medidas dessas atitudes eram semelhantes nos três questionários. Para as demais atitudes isso não foi possível, porque as perguntas que permitiram a construção de nossas medidas para 2010 não existiam nos questionários anteriores.

Para cada medida atitudinal apresentamos inicialmente suas associações/correlações com os sentimentos partidários; em seguida, desenvolvemos análises multivariadas (regressão múltipla ou regressão logística), de forma a testar se, ao incluirmos outras variáveis na análise, os resultados das associações encontradas na análise bivariada são (ou não) corroborados, de forma a evitar possíveis conclusões espúrias.

Sentimentos partidários e atitudes em relação à democracia

Esta seção apresenta, inicialmente, as associações entre os sentimentos partidários dos eleitores e suas atitudes em relação à democracia. Em seguida, são dispostos os resultados de modelos de regressão que tomam as atitudes relativas à democracia como variável dependente e incluem, entre outras variáveis explicativas, os sentimentos partidários, de forma a verificar se os resultados encontrados na análise de associação se mantêm quando se incluem outras variáveis na explicação das atitudes em relação à democracia.

No que concerne às atitudes em relação à democracia, optamos por utilizar duas questões do questionário ESEB 2010 - questões já clássicas em pesquisas sobre valores políticos - para duas diferentes medidas de atitudes frente à

¹¹ Pesquisas do Datafolha mostram que o PT recuperou-se, no que respeita à preferência partidária, entre o segundo semestre de 2005 (auge do "mensalão") e o final de 2006, quando foi aplicado o ESEB. Provavelmente o mesmo ocorreu com a rejeição ao partido.

democracia¹². A Tabela 4 apresenta as associações entre essas medidas e os sentimentos partidários dos eleitores. Quando consideramos os sentimentos por um dos partidos, individualmente, vemos que, tanto a preferência, quanto a adesão à democracia são associadas positivamente à “preferência” pelo PT¹³, nas três pesquisas.

Tabela 4
Associações (Gamma) entre sentimentos partidários e preferência/adesão democrática (2002; 2006; 2010)

Atitudes	Sentim. Positivo PT			Sentim. Positivo PSDB			Sentimentos PT/PSDB		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Preferência pela democracia	0,11*	0,30*	0,18*	0,26*	-0,08	-0,15	-	-	-
Adesão à democracia	0,22*	0,47*	0,27*	0,30*	0,53*	-0,16	0,12	0,28*	0,14*

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

Nota: * sig<0,05.

As associações com os sentimentos partidários são menores para preferência pela democracia, comparativamente à adesão à democracia. Os valores mais altos são encontrados em 2006. No que respeita ao PSDB, somente em 2002

¹² Denominamos a primeira de “preferência pela democracia”, construída a partir da questão: “Na sua opinião: 1 - A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; ou 2 - Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia; 3 - Tanto faz / nenhuma das duas é melhor (espontânea)”. Operacionalizamos a medida como uma variável dicotômica, juntando as respostas 2 e 3 (que assumem o valor zero na nova variável). A segunda medida, que chamamos de “adesão à democracia” foi baseada na questão: “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr.(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco? 1) Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Nem concorda nem discorda; 4) Discorda um pouco; 5) Discorda muito”. Recodificamos a variável como dicotômica, juntando os valores 3 (nem concorda, nem discorda), 4 (discorda um pouco) e 5 (discorda muito) no novo valor 0 e juntando 1 (concorda um pouco) e 2 (concorda muito) no novo valor 1”. Por serem apenas duas questões, optamos por não juntá-las para construir um índice.

¹³ De forma a tornar o texto mais corrente, às vezes utilizamos a expressão “preferência” por um partido para nos referirmos a manifestações, por parte dos eleitores, de sentimentos positivos em relação a esse partido.

a preferência pela democracia esteve associada de forma estatisticamente significativa à preferência pelo partido, enquanto a adesão à democracia esteve associada à preferência pelo PSDB em 2002 e 2006. Nestes casos, a associação foi maior do que a encontrada para o PT. Em 2010, as associações são negativas e não significativas estatisticamente. Quando utilizamos a escala de sentimentos em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente, os resultados são os seguintes: em 2002, as associações foram não significativas; as associações foram estatisticamente significativas em 2006 e em 2010 (menores neste último ano). O sinal negativo indica que a preferência e a adesão à democracia decrescem ao caminharmos da posição extrema da escala onde estão os eleitores que simultaneamente preferem o PT e rejeitam o PSDB para a posição oposta (eleitores que simultaneamente preferem o PSDB e rejeitam o PT).

Assim, com poucas exceções, encontramos, mesmo que com magnitudes e sentidos variados, associações estatisticamente significativas entre sentimentos partidários e atitudes em relação à democracia. De forma a verificar se essas associações se mantêm ao introduzirmos outras medidas, apresentamos alguns modelos de análise de regressão em que as atitudes em relação à democracia são tomadas como variáveis dependentes e os sentimentos partidários, junto com outras medidas, são considerados preditores. Foram desenvolvidos dois tipos de modelos: no Modelo 1, utilizamos separadamente os sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB (variáveis dicotômicas); no Modelo 2, utilizamos a variável em forma de escala, envolvendo preferências e rejeições por PT e PSDB simultaneamente. Incluímos nesses modelos, além dos sentimentos partidários, algumas variáveis sociodemográficas de controle (sexo, idade, renda e escolaridade) e o posicionamento ideológico dos eleitores¹⁴. Esta última variável foi incluída de forma a verificar se, com sua introdução, os sentimentos partidários ainda manteriam algum grau de “explicação” das atitudes dos eleitores¹⁵.

A Tabela 5 apresenta os dados dos modelos (usando regressão logística) relativos à preferência pela democracia¹⁶. Embora os pseudo-R² indiquem que os modelos têm um baixo grau de explicação, em vários casos as associações que

¹⁴ Sexo como variável dicotômica; as demais operacionalizadas como ordinais (faixas de idade, escolaridade e renda; escala esquerda-direita de 0 a 10).

¹⁵ Testamos as associações entre posicionamento ideológico (recodificando a escala de 0 a 10 para três posições) e sentimentos partidários (na versão que inclui simultaneamente PT e PSDB), para ver se as duas variáveis são muito relacionadas. Os resultados estão na Tabela Anexa 2.

¹⁶ Nesse caso, usamos regressão logística porque a variável dependente (preferência pela democracia) foi operacionalizada como dicotômica. O mesmo tipo de análise será usado para outras variáveis dependentes dicotômicas.

havia sido encontradas nas análises bivariadas são corroboradas pelos modelos multivariados: no Modelo 1, no caso do PT, em relação a 2006; no caso do PSDB, em relação a 2002, além de aparecer aqui em 2010 uma associação estatisticamente significativa que não aparecia na análise bivariada¹⁷. Em compensação, em 2002 e 2010 a análise bivariada apontava associação estatisticamente significativa entre preferência pelo PT e preferência pela democracia, enquanto que, na análise multivariada, as associações já não são estatisticamente significativas.

Tabela 5
Modelos logísticos para Preferência pela Democracia (2002; 2006; 2010)

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
	Exp(B)			Exp(B)		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Sexo	,976	1,504	,902	,974	1,924*	,906
Faixa de Idade	1,165*	1,171	1,110	1,164*	1,262	1,113
Escolaridade	1,142*	1,128	1,094	1,034*	1,153	1,097
Faixa de renda familiar	1,000	,935	1,140	1,000	1,022	1,140
Autoposicionamento	1,000	1,003	1,032	,999	,964	1,032
Sentimentos Positivos	1,191	2,263*	1,340			
Sentimentos Positivos	1,861*	,974	,574*			
Sentimentos PT/PSDB				1,009	,700*	,841*
Nagelkerke R ²	,018	,055	,031	,014	,120	,035

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

Nota: * sig<0,05.

Quanto ao Modelo 2, os dados corroboram o que foi encontrado na análise bivariada: enquanto em 2002 o coeficiente relativo aos sentimentos partidários é estatisticamente não-significativo, em 2006 e em 2010, a associação (negativa)

¹⁷ É interessante notar que enquanto em 2002 eleitores que manifestavam preferência pelo partido tinham 86% a mais de chances de manifestar preferência pela democracia, comparativamente a eleitores que não manifestavam essa preferência. Em 2010 isso se inverte: eleitores que manifestavam preferência pelo PSDB tinham menos chance de preferir a democracia, quando comparados a eleitores sem preferência pelo partido.

encontrada na análise bivariada (Tabela 4) é corroborada na análise multivariada (com um Exp.B menor do que 1, na Tabela 5). Além dos sentimentos partidários, em 2002 outras variáveis apresentaram associação estatisticamente significativa com a preferência pela democracia: à medida que crescia a idade e a escolaridade dos eleitores, aumentava sua preferência pela democracia, nos dois modelos. No modelo 2 a variável sexo se mostrou significativa em 2006: a chance de uma mulher manifestar preferência pela democracia era quase o dobro da dos homens.

A Tabela 6 apresenta os modelos (regressão logística) para adesão à democracia. Também aqui os pseudo-R² indicam que os modelos têm um baixo poder explicativo. No Modelo 1, as associações encontradas na análise bivariada entre preferência pelo PT e adesão à democracia, nas três pesquisas, são corroboradas pela análise multivariada, ou seja, a chance de um eleitor com preferência pelo PT manifestar adesão à democracia é cerca do dobro da de um eleitor sem preferência por esse partido, em 2006 e 2010. Em relação ao PSDB, porém, os resultados encontrados nessa última análise, de certa forma invertem aqueles encontrados nos testes bivariados: nesses havia associação positiva moderada em 2002 e forte em 2006 (ambas estatisticamente significativas), enquanto em 2010 havia associação negativa e fraca, porém estatisticamente não-significativa. Na análise multivariada, o sentido das associações é o mesmo das análises bivariadas, mas só em 2010 a associação é estatisticamente significativa.

Tabela 6
Modelos logísticos para Adesão à Democracia (2002-2006-2010)

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
	Exp(B)			Exp(B)		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Sexo	1,052	1,305	1,339	1,063	1,511	1,341
Faixa de Idade	1,004	1,028	1,135	,992	1,149	1,138
Escolaridade	1,064	1,117	1,069	1,014	1,447*	1,072
Faixa de renda familiar	1,000	,878*	,993	1,000	,937	,989
Auto posicionamento	1,000	1,006	1,025	1,000	1,004	1,027
Sentimentos Positivos pelo	1,477*	2,006*	1,962*			
Sentimentos Positivos pelo	1,710	3,165	,573*			
Sentimentos PT/PSDB				,965	,671*	,799*
Nagelkerke R ²	,016	,068	,036	,008	,109	,035

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

Nota: * sig<0,05.

No que respeita ao Modelo 2, a análise corrobora os achados da análise bivariada: enquanto em 2002 a variável sentimentos partidários foi não significativa, em 2006 e 2010 foi e no sentido já indicado por aquela análise (lá associação negativa; aqui um Exp.B menor do que 1). Em 2002 nenhuma outra variável foi estatisticamente significativa. Em 2006, a renda familiar se mostrou estatisticamente relevante no Modelo 1 (aumentando a renda diminuía a adesão à democracia), mas não no Modelo 2. O inverso acontecia com escolaridade, que mostrou-se significativa no Modelo 2 (a adesão à democracia aumentava com a escolaridade), mas não no Modelo 1. Em 2010 nenhuma outra variável, com exceção dos sentimentos partidários mostrou-se estatisticamente significativa.

Sentimentos partidários e estatismo

Para analisarmos as possíveis associações entre os sentimentos partidários dos eleitores e a dimensão atitudinal associada ao tema da intervenção do Estado na economia, dimensão que chamamos de “estatismo”, foi criado um índice a partir das respostas a quatro questões (ver Apêndice Metodológico 1). Este índice é utilizado nas análises a seguir. Como não havia as mesmas questões nos ESEB

2002 e 2006, ficou inviabilizada a comparação entre as três pesquisas. A Tabela 7 mostra as associações entre o índice de estatismo e os sentimentos partidários dos eleitores no ESEB 2010.

A associação é relativamente fraca, mas é no sentido esperado: eleitores com “preferência” pelo PT têm inclinações mais estatistas, enquanto eleitores com “preferência” pelo PSDB têm inclinações menos estatistas (associação negativa). Isso é confirmado também quando é utilizado como indicador dos sentimentos partidários a variável que considera sentimentos positivos e negativos para PT e PSDB simultaneamente. O sinal negativo do coeficiente de associação se deve ao fato de que a escala caminha dos eleitores com “preferência” pelo PT e rejeição ao PSDB para aqueles com “preferência” pelo PSDB e rejeição ao PT.

Tabela 7
Associações (Gamma) entre sentimentos partidários e estatismo (2010)

	PT	PSDB	Sentimentos PT/PSDB
Índice de Estatismo	0,15*	-0,23*	-0,16*

Fonte: ESEB 2010.

Nota: * sig<0,05.

A Tabela 8 apresenta os dados de modelos de regressão linear múltipla tomando o índice de estatismo como variável dependente, modelos similares aos apresentados para as atitudes em relação à democracia¹⁸.

¹⁸ Utilizamos regressão linear múltipla porque a variável dependente (índice de estatismo) é uma variável escalar. O mesmo tipo de análise será usado para outras variáveis dependentes escalares.

Tabela 8
Modelo linear para o Índice de Estatismo (2010)

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
	B	Beta	Sig.	B	Beta	Sig.
Sexo	-,215	-,036	,248	-,200	-,034	,277
Faixa de Idade	-,049	-,025	,463	-,044	-,022	,515
Escolaridade	,044	,034	,362	,053	,041	,272
Faixa de renda familiar	-,346	-,158	,000	-,340	-,155	,000
Autoposicionamento Ideológico	-,039	-,043	,186	-,029	-,032	,313
Sentimentos Positivos pelo PT	1,034	,170	,000			
Sentimentos Positivos pelo PSDB	-,683	-,078	,018			
Sentimentos PT/PSDB				-,394	-,234	,000
R ²		,074			,087	

Fonte: ESEB 2010.

De forma similar aos modelos anteriores, os R² são baixos, indicando que os modelos explicam uma pequena parte da variação da variável dependente. De toda forma, a análise multivariada corrobora os achados da análise bivariada: há associações estatisticamente significativas com os sentimentos partidários, no mesmo sentido encontrado na Tabela 9: positiva com o PT e negativa com o PSDB (e com a variável “Sentimentos PT/PSDB”). Além dos sentimentos partidários, a única variável que mostrou associação estatisticamente significativa com o índice de estatismo foi a faixa de renda familiar: quanto maior a renda, menor o índice de estatismo.

Sentimentos partidários e igualitarismo

Várias questões do ESEB 2010 estavam relacionadas com as disposições dos entrevistados acerca da igualdade social e econômica, dimensão atitudinal que chamamos de “igualitarismo”. Partimos, inicialmente, de sete questões. A análise fatorial, porém, revelou que nem todas as questões faziam parte de uma mesma medida latente que pudesse expressar aquelas disposições. Diante desse resultado, optamos por utilizar quatro questões, que compunham um mesmo fator. Algumas recodificações foram necessárias para tentarmos construir um índice adequado. O índice assim criado (ver Apêndice Metodológico 2) foi utilizado nas análises a

seguir. Da mesma forma como para a medida de estatismo, não havia questões semelhantes às utilizadas para criar o índice de igualitarismo no ESEB 2002 e 2006, razão pela qual não foi possível comparar as três pesquisas.

Tabela 9
Associações/Correlações entre sentimentos partidários e
igualitarismo (Gamma/Pearson) (2010)

PT (Gamma)	PSDB (Gamma)	Sentimentos PT/PSDB (Pearson)
0,09*	0,03	-0,07*

Fonte: ESEB 2010.

Nota: * sig<0,05.

Como vemos na Tabela 9, não há associação estatisticamente significativa entre sentimentos partidários positivos em relação ao PSDB e o índice de igualitarismo. Já no que diz respeito à “preferência” pelo PT, a associação embora fraca, é estatisticamente significativa e positiva, ou seja, eleitores do PT têm tendência levemente maior a manifestarem atitudes igualitárias, comparativamente aos eleitores sem preferência pelo partido. A associação negativa encontrada com o indicador que engloba os sentimentos positivos e negativos em relação ao PT e ao PSDB simultaneamente, indica que o igualitarismo aumenta levemente à medida que passamos da posição extrema da escala onde se encontram os eleitores que simultaneamente têm preferência pelo PT e rejeitam o PSDB, para o outro extremo da escala, onde estão os eleitores que simultaneamente têm preferência pelo PSDB e rejeitam o PT.

Quando incluímos outras variáveis, embora o grau de explicação do modelo seja baixo, a análise de regressão linear (Tabela 10) apresenta significância estatística dos sentimentos partidários, nos dois modelos (ou seja, para os dois tipos de indicadores de sentimentos partidários aqui utilizados). Para os sentimentos positivos em relação ao PT e para o indicador do Modelo 2 (Sentimentos PT/PSDB) o sentido é o mesmo encontrado na análise bivariada. No caso dos sentimentos positivos em relação ao PSDB, o coeficiente é positivo, indicando que os eleitores com preferência pelo PSDB tendem a ter atitudes mais igualitárias, comparados aos eleitores sem preferência pelo partido. Com exceção da renda familiar, que no Modelo 1 se aproxima do nível de significância de 0,05

(sendo que o igualitarismo diminui com o aumenta da renda familiar), nenhuma outra variável teve influência significativa sobre o índice de igualitarismo.

Tabela 10
Modelo linear para o Índice de Igualitarismo (2010)

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
	B	Beta	Sig.	B	Beta	Sig.
Sexo	,213	,037	,238	,237	,042	,190
Faixa de Idade	-	-	,322	-	-	,332
Escolaridade	-	-	,687	-	-	,800
Faixa de renda familiar	-	-	,052	-	-	,084
Autoposicionamento	-	-	,298	-	-	,557
Sentimentos Positivos pelo PT	,569	,097	,003			
Sentimentos Positivos pelo	,613	,069	,034			
Sentimentos PT/PSDB				-,127	-,077	,016
R²		,020			,015	

Fonte: ESEB 2010.

Sentimentos partidários e aceitação da repressão ou censura

Duas outras medidas atitudinais foram criadas a partir do ESEB 2010: uma medida de aceitação, por parte dos eleitores, de ações do governo no sentido de reprimir passeatas e manifestações e uma medida de aceitação do direito do governo censurar meios de comunicação¹⁹.

Como se vê na Tabela 11, há associação positiva, fraca, mas estatisticamente significativa, entre “preferência” pelo PT e aceitação da censura. Ou seja, eleitores com preferência pelo PT tendem a aceitar a censura aos meios de comunicação um pouco mais do que os que não têm essa preferência. Também há

¹⁹ As questões utilizadas foram, respectivamente: “quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia” (ESEB 98 b - V207) e “o Governo deve ter o direito de censurar jornais, TVs e rádios quando eles passam dos limites” (ESEB 98 - V211). As duas tinham como opções de resposta: “1) Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Discorda um pouco; 4) Discorda muito”. As respostas foram recodificadas de forma a gerar uma variável dicotômica (concorda/discorda).

associações positivas significativas de magnitude um pouco maior entre PSDB e as duas medidas, de aceitação da repressão e da censura; eleitores com “preferência” pelo PSDB aceitam a repressão e a censura em maior grau do que os eleitores que não têm essa preferência. Provavelmente essas tendências fazem com que se anule, parcialmente, a associação entre aceitação da censura e o indicador de sentimentos partidários que inclui todos os sentimentos em relação aos dois partidos simultaneamente - embora no que se refira à aceitação da repressão a passeatas e manifestações essa explicação para uma associação quase nula não possa ser explicada dessa forma, já que a associação com o PT é nula.

Tabela 11
Associações entre sentimentos partidários e aceitação da repressão e da censura (Gamma) (2010)

	PT	PSDB	Sentimentos
Aceitação da repressão a passeatas e	.000	.237*	.033
Aceitação da censura	.143*	.231*	-.028

Fonte: ESEB 2010.

Nota: * sig<0,05.

Embora mais uma vez os pseudo-R² sejam muito baixos, a análise de regressão logística (Tabela 12) corrobora os achados da Tabela 11: associação estatisticamente significativa apenas com sentimentos positivos em relação ao PSDB. As associações com o PT, no Modelo 1 e com PT/PSDB no Modelo 2 são estatisticamente não-significativas. Nos dois modelos, a escolaridade e o autopoicionamento ideológico dos eleitores mostraram-se significativos, da mesma forma. A aceitação da repressão a manifestações e passeatas aumenta com a escolaridade dos eleitores (o que não era teoricamente esperado) e à medida que passamos dos eleitores posicionados mais à esquerda para os posicionados mais à direita, nos dois modelos.

Tabela 12
Modelo logístico para Aceitação da Repressão (2010)

Variável	Modelo 1		Modelo 2	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Sexo	1.036	.789	1.045	.741
Faixa de Idade	1.088	.079	1.087	.084
Escolaridade	1.071	.048	1.071	.048
Faixa de renda familiar	1.043	.463	1.049	.396
Autoposicionamento Ideológico	1.047	.030	1.052	.015
Sentimentos Positivos pelo PT	1.163	.278		
Sentimentos Positivos pelo PSDB	1.706	.019		
Sentimentos PT/PSDB			1.025	.530
Nagelkerke R²	.025		.018	

Fonte: ESEB 2010.

No que se refere ao indicador de aceitação à censura aos meios de comunicação, os dados da Tabela 13 também corroboram os resultados encontrados na Tabela 11.

Tabela 13
Modelo logístico para Aceitação da Censura (2010)

Variável	Modelo 1		Modelo 2	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Sexo	1.330	.028	1.346	.021
Faixa de Idade	1.016	.731	1.016	.743
Escolaridade	.896	.001	.899	.002
Faixa de renda familiar	.969	.563	.979	.693
Autoposicionamento Ideológico	1.026	.217	1.034	.103
Sentimentos Positivos pelo PT	1.331	.036		
Sentimentos Positivos pelo PSDB	1.984	.001		
Sentimentos PT/PSDB			1.013	.730
Nagelkerke R²	.053		.037	

Fonte: ESEB 2010.

Nesse caso, os sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB, isoladamente, são estatisticamente significativos, enquanto o indicador de sentimentos partidários utilizado no modelo 2 não é. Ressalte-se que os modelos têm baixa capacidade explicativa, dados os baixos pseudo- R^2 . E, aqui, apenas a escolaridade tem coeficiente estatisticamente significativo, nos dois modelos, mas agora no sentido teoricamente esperado: diminui a aceitação da censura à medida que aumenta a escolaridade dos eleitores.

Sentimentos partidários e voto

Até aqui foram analisadas as relações entre os sentimentos partidários e variáveis atitudinais dos eleitores. Esta seção analisa a relação entre os sentimentos partidários e uma variável comportamental: o voto dos eleitores em 2010. Nesse caso, partimos diretamente para análise multivariada dos dados, pois a realização de testes de associação iria demandar a binarização dos votos para cada um dos candidatos, o que não seria de grande utilidade para o presente estudo. Analisamos essas relações a partir de modelos de regressão logística. É importante assinalar que o objetivo não é elaborar um modelo completo e sofisticado de explicação de voto, mas, sim, verificar se os sentimentos partidários se constituem em preditores de voto em um modelo simples, com basicamente as mesmas variáveis utilizadas até aqui²⁰.

Apresentamos a seguir dois modelos: um com as variáveis binárias com os sentimentos positivos em relação ao PT e ao PSDB, respectivamente, e o segundo tomando como indicador dos sentimentos partidários a variável que inclui os sentimentos positivos e negativos relativos aos dois partidos simultaneamente. Em cada análise aparecem os dados referentes a Serra, a Marina e aos outros candidatos. A categoria de referência é sempre o voto em Dilma²¹.

A Tabela 14 apresenta o primeiro modelo, com os sentimentos partidários positivos em relação ao PT e ao PSDB, separadamente. Inicialmente, cabe destacar que o R^2 de Nagelkerke foi de 0,409, valor bem superior aos encontrados em todos os modelos anteriores. Com relação ao candidato José Serra, cada avanço na escala

²⁰ Estudo específico sobre a decisão de voto, mais aprofundado, incluindo outras variáveis e compreendendo também dados dos ESEB 2002 e 2006 será objeto de outro trabalho a ser desenvolvido pelos autores.

²¹ A variável voto (1º turno) foi assim operacionalizada: 1 – Dilma; 2 – Serra; 3 – Marina; 4 – Outros (Eymael, Ivan Pinheiro, Levy Fidelix, Plínio, Rui C. Pimenta, Zé Maria); Missing – anulou/branco/Não Sabe/ não lembra/não respondeu/não se aplica.

de posicionamento ideológico eleva em 9,1% a chance de o eleitor votar em Serra, comparando com a probabilidade de votar em Dilma (categoria de referência). Quando comparados aos que manifestam sentimentos positivos pelo PT, aqueles que não manifestam tais sentimentos têm 1.544% mais chance de votar em Serra do que de votar em Dilma. Quando comparados aos que possuem sentimentos positivos pelo PSDB, aqueles que não manifestam tais sentimentos têm 89,8% menos chance de votar em Serra do que votar em Dilma. As demais variáveis não se mostraram relevantes.

Tabela 14
Modelo logístico 1 para Voto (1º turno – 2010)

Voto 1º Turno	Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)
Serra	Intercepto	-1.173	3.065	.080	
	FXIDADE	-.050	.555	.456	.952
	ESC	.068	2.000	.157	1.070
	FXREND AF	.009	.014	.905	1.009
	Autoposicionamento ideológico	.087	8.100	.004	1.091
	[SEXO=1]	-.033	.033	.856	.968
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.
	[SPPTDic=0]	2.800	126.459	.000	16.444
	[SPPTDic=1]	0 ^b	.	.	.
	[SPPSDBDic=0]	-2.285	43.975	.000	.102
[SPPSDBDic=1]	0 ^b	.	.	.	
Marina	Intercepto	-3.108	19.529	.000	
	FXIDADE	-.105	2.549	.110	.900
	ESC	.272	29.909	.000	1.312
	FXREND AF	.142	3.759	.053	1.153
	Autoposicionamento ideológico	.043	2.077	.149	1.044
	[SEXO=1]	-.156	.716	.397	.856
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.
	[SPPTDic=0]	1.716	73.669	.000	5.564
	[SPPTDic=1]	0 ^b	.	.	.
	[SPPSDBDic=0]	-.527	1.557	.212	.591
[SPPSDBDic=1]	0 ^b	.	.	.	

Outros	Intercepto	.5.075	5.035	.025	
	FXIDADE	.629	7.449	.006	.533
	ESC	.222	1.588	.208	1.248
	FXRENDAF	.131	.301	.583	1.140
	Autoposicionamento ideológico	.139	1.846	.174	1.150
	[SEXO=1]	.196	.111	.739	1.217
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.
	[SPPTDic=0]	2.360	8.913	.003	10.587
	[SPPTDic=1]	0 ^b	.	.	.
	[SPPSDBDic=0]	.460	.168	.682	.631
	[SPPSDBDic=1]	0 ^b	.	.	.

Fonte: ESEB 2010. Nagelkerke $R^2 = 0.497$.

a. The reference category is: Dilma.

b. This parameter is set to zero because it is redundant.

Quanto à candidata Marina Silva, a escolaridade passa a ser um preditor relevante. Cada nível de escolaridade adicional aumenta em 31,2% a chance de o eleitor votar nessa candidata, em comparação com a chance de votar em Dilma. A faixa de renda também se torna importante (se considerarmos que o nível de significância de 0,053 é muito próximo do valor limite estabelecido, de 0,05). Nesse caso cada elevação na faixa de renda familiar eleva em 15,3% a chance de votar em Marina, comparada com a chance de votar em Dilma. Quando comparados aos que manifestam sentimentos positivos pelo PT, aqueles que não manifestam tais sentimentos têm 456,4% mais chance de votar em Marina do que de votar em Dilma. Todas as demais variáveis não se mostraram relevantes, inclusive os sentimentos positivos pelo PSDB.

Considerando todos os “outros candidatos” em conjunto (Eymael, Ivan Pinheiro, Levy Fidelix, Plínio, Rui C. Pimenta, Zé Maria), cada elevação na faixa etária reduz em 46,7% a chance de o eleitor votar em “outro candidato”, comparando com a chance de votar em Dilma. Quando comparados aos que manifestam sentimentos positivos pelo PT, aqueles que não manifestam tais sentimentos têm 958,7% mais chance de votar em outros candidatos do que de votar em Dilma. Todas as demais variáveis não foram relevantes, inclusive os sentimentos positivos em relação ao PSDB.

Na Tabela 15 são apresentados os resultados para o modelo 2, que utiliza como indicador de sentimento partidários o conjunto de sentimentos (positivos e negativos) relativos ao PT e ao PSDB simultaneamente. Novamente, o R^2 de

Nagelkerke (0,497) foi bem superior aos encontrados em todos os modelos construídos para as variáveis atitudinais, sendo inclusive superior ao do modelo anterior para o voto. Ou seja, modelos com as variáveis aqui incluídas “explicam” bem mais o voto do que as atitudes dos eleitores aqui em estudo.

Os dados indicam que cada avanço na escala de posicionamento ideológico aumenta em 9% a chance de votar em Serra, comparada com a chance de votar em Dilma. Cada avanço na escala de sentimentos partidários eleva em 302,9% a chance de votar em Serra, comparada com a chance de votar em Dilma. As demais variáveis não se mostraram relevantes para explicar o voto em Serra.

Com relação a Marina Silva, cada elevação na escolaridade aumenta em 30,4% a chance de votar na candidata, em comparação com a probabilidade de votar em Dilma. Elevação na faixa de renda aumenta essa chance em 15,4% (considerando que o nível de probabilidade encontrado é muito próximo de 0,05). Elevações na escala de sentimentos partidários produzem elevação de 101,5% nessa chance.

Tabela 15
Modelo logístico 2 para Voto (1º turno – 2010)

Voto 1º Turno ^a	Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)
Serra	Intercepto	-5.896	86.726	.000	
	FXIDADE	-.095	1.716	.190	.909
	ESC	.044	.692	.405	1.045
	FXRENDAF	.009	.011	.916	1.009
	Autoposicionamento ideológico	.086	6.448	.011	1.090
	SentPTPSDB	1.394	245.580	.000	4.029
	[SEXO=1]	.019	.009	.924	1.019
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.
Marina	Intercepto	-4.571	65.247	.000	
	FXIDADE	-.122	3.324	.068	.885
	ESC	.266	28.004	.000	1.304
	FXRENDAF	.144	3.769	.052	1.154
	Autoposicionamento ideológico	.039	1.658	.198	1.040
	SentPTPSDB	.700	98.917	.000	2.015
	[SEXO=1]	-.092	.243	.622	.912
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.
Outros	Intercepto	-6.397	12.606	.000	
	FXIDADE	-.652	7.938	.005	.521
	ESC	.204	1.316	.251	1.226
	FXRENDAF	.125	.275	.600	1.133
	Autoposicionamento ideológico	.128	1.586	.208	1.136
	SentPTPSDB	.863	18.010	.000	2.369
	[SEXO=1]	.273	.214	.644	1.314
	[SEXO=2]	0 ^b	.	.	.

Fonte: ESEB 2010. Nagelkerke R² = 0.497.

a. The reference category is: Dilma.

b. This parameter is set to zero because it is redundant.

Quanto aos “outros candidatos”, elevações na faixa de idade levam a uma queda de 47,9% na chance de voto (comparando com Dilma). Elevações na escala de sentimentos partidários produzem elevação de 136,9% na chance de votar nesses “outros” candidatos, comparativamente a votar em Dilma. Os coeficientes relativos às outras variáveis não têm significância estatística.

Uma das variáveis mais relevantes na decisão de voto para presidente no Brasil tem sido a avaliação que os eleitores fazem do desempenho do governo em exercício (LAVAREDA, 1989; MENDES e VENTURI, 1994; CARREIRÃO, 2002 e 2007; ALMEIDA, 2008; LAVAREDA, 2009, entre outros). Testamos estes mesmos modelos acima, incluindo essa variável (operacionalizada como uma escala de “péssimo” a “ótimo”). Para os dois modelos os resultados foram, sinteticamente, os seguintes: houve um incremento dos pseudo- R^2 (0,455 e 0,522 para os modelos 1 e 2 acima, respectivamente), indicando que a inclusão da variável aprimora o modelo. Mas, sua inclusão não afetou significativamente os coeficientes das demais. Nos dois modelos, “avaliação de governo” foi relevante para o voto em Serra e Marina: a chance de votar nesses candidatos cai consideravelmente à medida que, na avaliação que os eleitores faziam do governo do presidente Lula nos deslocamos da avaliação “péssimo” para a avaliação “ótimo”. Para os “outros candidatos”, essa variável foi relevante apenas no modelo 1. De toda forma, a variável “sentimentos partidários” mantém sua enorme influência nos dois modelos e para todos os candidatos, com a única exceção dos sentimentos positivos em relação ao PSDB na explicação do voto dos “outros candidatos” - da mesma forma como acontece no modelo 1, sem a variável “avaliação de governo”.²²

Concluindo, essa análise relativa aos impactos dos sentimentos partidários dos eleitores sobre seu voto, é possível afirmar que, nos modelos aqui testados, com ou sem a inclusão da variável “avaliação de governo”, essa foi uma medida com influência muito forte sobre a decisão de voto dos eleitores. Os modelos mostraram um poder explicativo bem maior do que os relativos às variáveis atitudinais.

Considerações finais

Considerando o caráter representativo das democracias contemporâneas, os partidos são as principais instituições a desempenhar a função de mediação entre os eleitores e o sistema político. No que se refere especificamente à decisão de voto, Downs (1957) tratou dessa dimensão, na medida em que situou os partidos como produtores de atalhos informacionais aos eleitores. Os programas partidários, dessa forma, diminuiriam os custos de informação sobre os complexos temas do mundo político.

²² Não apresentamos as tabelas correspondentes para não sobrecarregar o texto.

Buscamos verificar no presente trabalho como se relacionam as dimensões dos sentimentos partidários, das atitudes e comportamento político dos eleitores. Conforme vimos na introdução, parte da literatura aponta que a chegada do PT à Presidência da República teria gerado mudanças em termos das bases sociais e no próprio sistema de crenças do eleitorado (VEIGA, 2007; CARREIRÃO, 2008).

Os resultados de nossa pesquisa indicam que, em 2010, os sentimentos partidários (em especial os sentimentos de identificação com PT e PSDB) estavam relacionados, sim, com atitudes e comportamentos, porém a intensidade com que os sentimentos afetavam atitudes (caso seja esse o sentido da relação causal entre as variáveis) era bem menor que a intensidade com que eles afetavam o comportamento político (decisão do voto)²³. Vimos que sentimentos positivos em relação ao PT estiveram relacionados positivamente com adesão à democracia, defesa de um papel maior para o Estado, igualitarismo e aceitação à censura em determinadas situações. Já sentimentos positivos relativos ao PSDB estiveram associados negativamente à adesão à (e preferência pela) democracia, ao estatismo e positivamente com igualitarismo e aceitação da repressão e censura. Quanto ao indicador de sentimentos partidários que agrega o conjunto de sentimentos positivos e negativos relativos ao PT e ao PSDB simultaneamente, apresentou associações negativas com adesão à (e preferência por) democracia, estatismo, e igualitarismo. Ou seja, à medida que passamos dos eleitores com preferência pelo PT e rejeição ao PSDB (simultaneamente) para os eleitores com preferência pelo PSDB e rejeição pelo PT (simultaneamente), diminuí a adesão à democracia, o apreço por atitudes igualitárias e por uma maior intervenção do estado na economia. Não houve associações significativas entre esse indicador de sentimentos partidários e as variáveis atitudinais relacionadas à aceitação da repressão e da censura. De toda forma, é preciso destacar que os modelos de regressão apresentaram baixa capacidade explicativa para o conjunto de variáveis atitudinais em questão.

Com relação à dimensão do comportamento político, os sentimentos partidários também se mostraram associados e significativos na explicação do voto em 2010, só que em uma intensidade bem mais forte, que se refletiu na capacidade explicativa dos modelos de regressão construídos. Dessa forma, o que se depreende

²³ Essas conclusões sobre as associações entre sentimentos partidários e variáveis atitudinais baseiam-se nos resultados das análises multivariadas, já que aí a inclusão de outras variáveis foi utilizada como estratégia de controle.

é que temos partidos fracos como estruturadores de atitudes²⁴ (de adesão à democracia, igualitarismo, estatismo, tolerância à corrupção e aceitação da censura), mas relativamente fortes na estruturação do comportamento eleitoral²⁵. Uma primeira observação na direção da interpretação de tais resultados é que as variáveis atitudinais em questão são bastante complexas e exigiriam modelos mais refinados que incorporassem até mesmo dimensões relacionadas à personalidade do indivíduo (MONDAK et al, 2010; VECHIONE & CAPRARA, 2009). Já no que diz respeito à decisão do voto, embora no Brasil não haja consenso sobre o papel dos partidos, os nossos resultados parecem indicar que eles representam um atalho informacional relevante para os eleitores, pelo menos nas eleições presidenciais.

Do ponto de vista da dimensão temporal, tentamos testar com os dados para 2010 a hipótese corroborada na análise de Carreirão (2008) de que as opiniões políticas dos eleitores que manifestam sentimentos por diferentes partidos eram mais diferenciadas entre si em momento mais próximo do início do atual sistema partidário (em nosso caso, 2002) do que em período recente (em nosso caso, 2010). A comparação entre o ESEB de 2002, 2006 e 2010, porém, ficou prejudicada pelo fato de as perguntas utilizadas para mensurar atitudes dos eleitores não serem as mesmas nas três pesquisas²⁶.

Outra tentativa foi feita no sentido de comparar os resultados aqui encontrados com os dados de 1990, utilizados por Carreirão (2008), de forma a verificar se a tendência encontrada por aquele autor, com dados até 2007, se mantinha em 2010. Novamente isso não foi possível, porque tanto as questões usadas para mensurar as atitudes dos eleitores, como os indicadores para “sentimentos partidários” eram diferentes nos dois momentos (1990 e 2010). A impossibilidade de comparação dos níveis de associação entre sentimentos

²⁴ É importante fazer novamente a ressalva de que a relação de causalidade entre sentimentos partidários e atitudes políticas pode acontecer no sentido inverso ao que estamos pressupondo aqui, ou seja, primeiro as pessoas constituiriam suas crenças e atitudes políticas para depois fazer suas escolhas partidárias; aliás, esse é o ponto de partida das teorias da cultura política. Como o problema da direção da causalidade não pode ser resolvido com o tipo de dados que estamos lidando, temos aí um limite analítico do presente estudo. De toda forma, supondo essa relação de causalidade, a capacidade dos partidos de estruturar atitudes seria fraca.

²⁵ Também aqui é importante destacar que as fortes associações com o voto foram encontradas para o PT e o PSDB, nas eleições presidenciais, onde a vinculação entre eleitores e esses partidos é mais clara, ou seja, a inclusão de outros partidos ou eleições para cargos que não o de presidente poderia produzir resultados bastante distintos dos que encontramos aqui.

²⁶ Essa foi uma limitação não esperada no início do trabalho, já que a expectativa era a de que as perguntas dos diferentes ESEB fossem semelhantes entre si, de forma a permitir análise de séries históricas relativas às variáveis atitudinais.

partidários e atitudes dos eleitores ao longo do tempo frustrou a realização de um dos principais objetivos que motivou o presente trabalho.

De toda forma, acreditamos que os resultados da análise aqui realizada indicam: primeiro, que há algumas diferenças interessantes de atitudes relativas a temas políticos relevantes entre eleitores que manifestam sentimentos em relação aos dois principais partidos brasileiros (no que se refere a seu papel estruturador das disputas presidenciais) e, segundo, que esses sentimentos estão, ainda, fortemente associados ao voto para presidente.

Por fim, em que pesem os limites de nosso estudo, acreditamos que as relações entre sentimentos partidários, atitudes e comportamento eleitoral devam ser exploradas por outras perspectivas de análise, pois ainda sabemos pouco sobre os partidos e sua relação com o sistema de crenças políticas do eleitorado. Essa questão pôde ser verificada em nosso estudo, onde nossos modelos foram muito mais robustos para explicar o voto do que para explicar as atitudes políticas. Explorar essa disjuntiva pode ser uma possibilidade de obter avanços analíticos na interpretação da configuração e dos rumos do atual sistema partidário brasileiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BRAGA, M. S. “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº. 4, 2010.

CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D. “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados*, vol.47, nº.1, 2004.

CARREIRÃO, Y. “Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data”. *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº.1, 2007.

_____. “Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros”. *Opinião Pública*, vol.14, nº 2, p.319-351,2008.

CASTRO, M.M. “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, 1992.

CLARKE, H.; STEWART, M. "The decline of the parties in the minds of citizens". *Annual Review of Political Science*, vol.1, 1998.

DALTON, R. WATTENBERG, M. The Not So Simple Act of Voting. In: Finifter, A. (ed.). *State of Political Science II*. Washington: American Political Science Association, 1993.

_____. (eds.). *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, Spring, p.1-30, 2007.

KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, nº 54, 2005.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A. "Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964". *Dados*, vol.32, nº 3, 1989.

_____. *A democracia nas urnas - o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/ IUPERJ, 1991.

_____. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAINWARING, S. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 29, 1991.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001.

MENDES, M; VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, vol.II, nº 2, 1994.

MONDAK, J.J. et al. "The participatory personality: evidence from Latin America". *British Journal of Political Science*, nº 41, 2010.

NICOLAU, J. & PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *31º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu-MG, out. 2007.

- PAIVA, D; BRAGA M. S; PIMENTEL, J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*, vol.13, nº.2, p. 388-408, 2007.
- REIS, F. W. "A Razão do Eleitor. Resenha de Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro, de André Singer (São Paulo, EDUSP, 2000)". *Jornal de Resenhas (Folha de S. Paulo)*, São Paulo, 09 set. 2000.
- RENNÓ, L. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p. 260-282, 2007.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, p.39-60, 2010.
- SAMUELS, D. "As bases do petismo". *Opinião Pública*, vol.X, nº.2, p.221-241, 2004.
- _____. "Evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol.14, nº 2, p.302-318, 2008.
- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. "A segunda alma do partido dos trabalhadores". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, 2010.
- SOARES, G.; e A.; TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, vol.14, nº 2, p.269-301, 2008.
- TAROUCO, G. "Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, 2010.
- TERRON, S. L; SOARES, G. A. D. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, vol.16, nº.2, p.310-337,2010.
- VECCHIONE, M.; CAPRARA, G.V. "Personality determinants of political participation: the contributions of traits and self-efficacy beliefs". *Personality and Individual Differences*, nº 46, 2009.
- VEIGA, L. "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Opinião Pública*, vol.13, nº 2, p340-365, 2007.
- VENTURI, G. "PT 30 Anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010". *Revista, Perseu*, nº 5, 2010.
- WATTENBERG, M. "*The rise of candidate-centered politics (presidential elections of the 1980's)*". Cambridge: Harvard University Press, 1991.

_____. "The decline of American political parties, 1952-1996". Cambridge, Massachussets: Harvard University Press. 1998.

ZUCCO, C. "The President's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, nº 1, p.29-49, 2008.

TABELAS ANEXAS

Tabela Anexa 1

Diferença de voto entre candidatos do PT e do PSDB para presidente, segundo sentimentos em relação ao PT e ao PSDB (2002, 2006 e 2010)

Eleição (e survey)	Diferença de votos 1º turno	Sentimentos em relação ao PT e PSDB *							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
ESEB 2002	Lula – Serra(%)	86	76	51	16	- 50	- 36	- 66	28
	Total (N)	(315)	(330)	(260)	(752)	(259)	(44)	(70)	(2030)
ESEB 2006	Lula – Alckmin(%)	96	92	93	36	-53	0	-86	41
	Total (N)	(115)	(100)	(114)	(354)	(120)	(13)	(28)	(844)
ESEB 2010	Dilma – Serra (%)	86	60	60	10	-65	-55	-82	20
	Total (N)	(295)	(283)	(196)	(724)	(204)	(62)	(98)	(1862)

Fontes: ESEB 2002; ESEB 2006; ESEB 2010.

* Sentimentos em relação ao PT e PSDB: 1 = sentimento positivo em relação ao PT e rejeição ao PSDB; 2 = somente sentimento positivo em relação ao PT; 3 = somente rejeição ao PSDB; 4 = situações neutras; 5 = somente rejeição ao PT; 6 = somente sentimento positivo em relação ao PSDB; 7 = sentimento positivo em relação ao PSDB e rejeição ao PT.

Foram consideradas "situações neutras" aquelas em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento em relação aos dois partidos, ou manifestou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois, ou manifestou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente, a um mesmo partido). Foram desconsiderados na análise os entrevistados que informaram não ter votado, ou que responderam que não se lembravam em quem haviam votado, ou cuja resposta foi "não sabe" ou "não respondeu" à pergunta sobre o voto no 1º turno da eleição. As porcentagens foram calculadas sobre o total dos eleitores (em cada categoria de "sentimentos") que disseram ter votado em algum candidato, em branco ou nulo.

Tabela Anexa 2
Correlações (Gamma) entre sentimentos partidários e posicionamento ideológico

ESEB	(N)	Gamma	Signif.
2002	(1885)	0,273	0,000
2006	(581)	0,090	0,109
2010	(1104)	0,120	0,001

Fonte: ESEBs 2002, 2006 e 2010.

APÊNDICES METODOLÓGICOS

Apêndice Metodológico 1 – Índice de estatismo

Foram usadas 4 questões, todas com as seguintes opções de resposta: “1) Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Nem concorda nem discorda; 4) Discorda um pouco; 5) Discorda muito”. Questões: ESEB94a) “as leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros”; ESEB94b) “para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia”; ESEB94c) “a privatização das empresas estatais foi boa para o país”; ESEB94d) “É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados”. As respostas foram recodificadas, com os valores das respostas variando de 0 a 4 (com zero correspondendo à resposta que representa “menos estatismo”, em cada caso). A análise fatorial demonstrou que as quatro questões podem compor uma única medida de estatismo. Ao construirmos um índice somatório com essas quatro variáveis, temos escala ampla que vai de 0 a 16, com média de 9,85 e desvio de 2.9.

Apêndice Metodológico 2 – Índice de igualitarismo

Foram usadas 4 questões; as duas primeiras com as seguintes opções de resposta: “1) Concorda muito; 2) Concorda um pouco; 3) Nem concorda nem discorda; 4) Discorda um pouco; 5) Discorda muito”. As duas últimas não dispunham da opção 3 “Nem concorda nem discorda”. Questões: ESEB63f) “Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade”; ESEB63g) “Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres”; ESEB65f) “Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com a maior igualdade

possível”; ESEB65g) “Não basta garantir a igualdade de oportunidades. o governo deve também limitar o enriquecimento daqueles que ganham demais”. As respostas foram recodificadas, com os valores das respostas às duas primeiras questões variando de 0 a 4 e os valores das outras duas variando de 0 a 3 (com zero correspondendo à resposta que representa “menos igualitarismo”, em cada caso). O resultado é um índice com variação de 0 a 14, com média de 11,08 e desvio de 2,69.

Ednaldo Ribeiro – ednaldorib@yahoo.com.br

Julian Borba – borbajulian@yahoo.com.br

Yan Carreirão – yan@cfh.ufsc.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010

Marcello Baquero

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rodrigo Stumpf Gonzalez

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar os debates recentes sobre os fatores que explicam a estabilidade democrática no Brasil. Com base no conceito de socialização política examina-se o impacto que as eleições têm no fortalecimento democrático e a importância de normas e valores para o futuro da democracia. Considera-se que as eleições presidenciais no contexto político brasileiro se constituem em um momento importante do processo de socialização política. Para verificar esta proposição este trabalho utiliza como base de dados as pesquisas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, 2006 e 2010. É analisado se o fator idade gera diferenças em relação aos valores e atitudes manifestados pelos entrevistados com um tempo maior de experiência democrática, contribuindo na formação de uma cultura política congruente com a democracia, ou se são definidos pelo contexto eleitoral, tendo como base a divisão da população em coortes por faixa etária e na escolha eleitoral em cada pleito. Com base nos dados analisados identifica-se uma mudança da cultura política em direção à valorização da democracia, mas com a manutenção de contradições que indicam a manutenção de uma cultura híbrida, que não favorece a democracia representativa poliárquica.

Palavras chave: Democracia; socialização política; cultura política; CSES-ESEB 2010

Abstract: The main objective of this article is to examine the recent debates about the factors that explain democratic stability in Brazil. Based upon the concept of political socialization it analyses the impact of elections on the strengthening of democracy and the importance of norms and values for the future of democracy. We think that presidential elections in the Brazilian case could be characterized as an important moment in the political socialization process. To test this proposition we use the data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) conducted in 2002, 2006 and 2010. It is analyzed if age generates differences in the values and attitudes manifested by people, with more democratic experience leading, to the materialization of a political culture congruent with democracy, or if they are defined by the electoral context, analyzing the dimensions dividing population by cohorts by age, and by electoral choice in each turnout. We conclude that political culture has changed to support more democratic values, but the contradictions remaining indicates a hybrid culture that does not favor a poliarchic representative democracy.

Keywords: Democracy; political socialization; political culture; CSES-ESEB 2010

Introdução

O estudo dos fatores que explicam a estabilidade democrática no Brasil tem se constituído um tema central da Ciência Política no período recente. No cerne desse discurso está o debate dos cientistas políticos em relação ao papel das instituições políticas, seja como mecanismo de representação e tomada de decisões, seja no desenvolvimento de cidadãos críticos e com capacidade de intervenção e a relação mútua entre estes dois aspectos na estabilidade do regime.

A premissa básica dessas perspectivas pressupõe que instituições eficientes não somente auxiliam a promover uma sociedade civil vigorosa e participativa, mas, sobretudo, contribuem para produzir bases de legitimidade das autoridades públicas, gerando como corolários, a confiança institucional e interpessoal. Neste sentido, uma das principais instituições na promoção de um maior grau de engajamento político dos cidadãos é o processo eleitoral, na medida em que estimularia e motivaria as pessoas a participarem pelo efeito de demonstração e de socialização política.

Em outras palavras, as eleições, em qualquer nível eleitoral em que ocorram funcionariam como dispositivos pedagógicos positivos para os cidadãos, pois quanto mais experiências com essa prática cívica, maior a probabilidade de internalizar valores democráticos eleitorais por meio do processo de incorporação e institucionalização de crenças que valorizem a mobilização e participação políticas, produzindo cidadãos educados a respeito de assuntos políticos e com atitudes de tolerância e cooperação.

No entanto, no caso do Brasil das últimas três décadas, observa-se uma assimetria onde, por um lado, há uma decomposição de práticas políticas antigas que funcionavam na base do corporativismo e do clientelismo, e, ao mesmo tempo, surgem iniciativas incipientes de natureza democrática que geram novos equilíbrios, mas que, em virtude do cenário assimétrico, tendem a reproduzir as práticas que visavam eliminar.

Nesse contexto, uma opinião corrente a respeito das eleições é de que elas têm se convertido em pesquisas de popularidade centradas em questões triviais, que enfatizam a dimensão pessoal do candidato em detrimento de questões substantivas e programáticas. Nesse cenário, do ponto de vista da maioria dos cidadãos, as eleições seriam consideradas como pleitos entre grupos minoritários poderosos que perseguem os mesmos interesses, e que competem na busca do poder para favorecer os interesses dos seus respectivos grupos. Desse modo, os novos padrões de participação política, eminentemente de natureza formal-procedimental, que têm surgido com a institucionalização de pleitos eleitorais, não

teriam produzido mudanças políticas estruturais efetivas de caráter atitudinal e comportamental.

Em nossa opinião, tal processo pode gerar uma persistência de atitudes e comportamentos na arena política que não redundam, necessariamente, em uma estabilidade política democrática, ou seja, a repetição do voto em um mesmo partido ou candidato não prediz identificação ideológica partidária de forma sólida, pois o personalismo parece continuar vigente, e forte, como captador de votos.

Essa situação propiciou o ressurgimento da necessidade de debater a congruência entre a dimensão política institucional e o tipo de cultura política de um país. Uma questão central dessa discussão diz respeito ao impacto que as eleições têm no fortalecimento democrático e se o apoio popular a normas e valores democráticos são indispensáveis para o futuro da democracia.

Embora exista um reconhecimento de que a democracia representativa envolve uma cidadania ativa envolvida na política, estamos longe de constituir mecanismos eficientes de engajamento político, além da dimensão meramente formal-eleitoral. Isto se deve, entre outros fatores, à forma e tipo de valores políticos que são transmitidos de geração para geração. A não compreensão desse processo produz um conhecimento meramente reativo e descritivo que segue diretrizes teóricas convencionais.

Assim, o quanto a socialização política pode nos dizer sobre o sistema político e quanto podemos conhecer do processo eleitoral recente no Brasil, estudando a constituição das atitudes através do processo de socialização dos eleitores?

Neste trabalho, queremos examinar o papel dos processos eleitorais no processo de socialização política, verificando se as eleições presidenciais realizadas no Brasil no período 2002-2010 serviram como mobilizadoras do voto, no sentido individual, ou se de uma eleição para outra são construídos valores que persistem estruturalmente, ao longo do tempo. O objetivo é examinar se as eleições no Brasil contribuem para a geração de valores democráticos nos cidadãos e, conseqüentemente, operam como indutoras de atitudes e comportamentos políticos auxiliando no processo de estabilidade democrática. Para isso, examinamos os dados das pesquisas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)¹ das três últimas eleições presidenciais trabalhando com coortes, levando-se em conta que a socialização política é um processo permanente que perpassa toda a vida do indivíduo.

¹ O ESEB é uma pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica associada ao Projeto *Comparative Study of Electoral Systems*, da University of Michigan, coordenado por Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp)

A função da socialização política, no que se refere a processos eleitorais, é a de proporcionar suporte para a persistência do sistema político, na medida em que todo sistema busca a sua persistência, o que inclui os procedimentos próprios da estabilidade, bem como assimilação de profundas modificações em decorrência das constantes pressões. A base sobre a qual o apoio ao sistema político se constitui pela socialização política, de acordo com Easton (1965) é de dois tipos. O “apoio específico”, que envolve respostas concretas do sistema em relação a demandas determinadas, podendo “aumentar ou declinar sempre que os membros interpretam as conseqüências dos diversos ‘outputs’ do sistema”, e o “apoio difuso” que diz respeito à confiança institucional das pessoas.

Um sistema político alcança estabilidade formal quando, do ponto de vista da socialização política os cidadãos internalizam a necessidade de obediência às autoridades legalmente constituídas, assim como a necessidade de os indivíduos limitarem as demandas dirigidas ao sistema, o qual nunca consegue satisfazê-las na sua totalidade.

A socialização política é um elemento que só pode ser compreendido no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto estabilidade, quanto mudança, e a socialização não se confundem com a reprodução do *status quo*, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade.

A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia nas suas dimensões formal e societal, ou seja, indo além da perspectiva formalista, restrita aos marcos do liberalismo, que prevaleceu em boa parte dos estudos desde a década de 1960.

Eleições e socialização política

Para Easton e Dennis (1969) não basta uma teoria geral sobre a socialização nem uma teoria da socialização política: é preciso uma “teoria política da socialização política”; a “teoria alocativa”, que se ocupa basicamente da esfera partidária a “análise da estabilidade sistêmica”, que vincula a socialização à manutenção do sistema e a “teoria sistêmica”, desenvolvida com base no referencial proposto por Easton (teoria dos inputs-outputs). Nesta perspectiva, para alguns autores, os processos eleitorais fundamentalmente ativam as predisposições políticas latentes (LAZARFELD ET ALLI, 1968, p.73). As predisposições seriam, por exemplo, as variáveis sociológicas, tais como o nível econômico, grau de sofisticação política e nível de escolaridade. Segundo esses autores, a ativação se produz quando as tendências políticas latentes se manifestam no voto. Além da

ativação latente, as campanhas eleitorais segundo esses autores servem também para reforçar a intenção do voto, evitando que de uma eleição para outra haja perda de eleitores, e, finalmente, processos eleitorais proporcionam as oportunidades para converter os eleitores a mudar seu voto de uma eleição para outra.

De maneira geral, a produção acadêmica sobre comportamento eleitoral no Brasil segue a tendência da produção internacional que, ao longo do tempo, tem salientado a abordagem sociológica, que tem como representantes (Seymour Lipset, Stein Rokkan, Bernard Berelson e Paul Lazarsfeld), cujo principal atributo é salientar fatores de longo prazo, por exemplo, aspectos econômicos, religiosos e regionais (ANTUNES, 2008). A abordagem psicossociológica (CAMPBELL ET ALLI, 1960) enfatiza a identificação partidária, originada no processo de socialização e pautada em tradições familiares, como principal fator de longo prazo na decisão de voto. Nesta perspectiva, se avaliam atitudes, motivações e percepções dos eleitores em relação aos partidos e candidatos. Uma terceira abordagem se refere à teoria da escolha racional, a qual enfatiza o individualismo metodológico proposto pela teoria *downsiana*. Essa perspectiva teórica examina o voto a partir de uma base lógica racional com base em um cálculo de custo-benefício. Basicamente, subjacente a esta perspectiva, está a idéia que há uma busca para maximizar ou otimizar ganhos, como consumidores de um mercado, por parte de indivíduos racionais (CASTRO, 1992).

A esses fatores podem se acrescentadas outras variáveis de caráter contextual. Por exemplo, o eleitor brasileiro tem sido caracterizado como intuitivo e não racional (SILVEIRA, 1994), “sofisticado” (CASTRO, 1994), “personalista e pragmático” (BAQUERO, 2007), “tipo Flamengo” (REIS, 1988), “racional” (FIGUEIREDO, 1991), além do papel do “voto identitário” na definição do voto (ALBUQUERQUE, 1992; BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2004), e da influência da construção de identidades coletivas no campo eleitoral. O interesse em entender o sentido de *identidade coletiva* está em identificar até que ponto eventos políticos tidos como relevantes constituem fatores desencadeadores de atitudes e comportamentos diferenciados em um grupo etário.

Neste sentido, os conhecimentos sobre instituições, personagens e eventos políticos, bem como a capacidade de interpretar conceitos políticos abstratos, materializam-se com o amadurecimento das estruturas cognitivas do indivíduo. Essas caracterizações, em nossa opinião, estão amparadas em um processo pouco estudado na ciência política brasileira, e que diz respeito ao processo de socialização política.

Nas três últimas décadas, tem se institucionalizado, na compreensão e explicação de processos eleitorais, a dimensão cultural, pela importância que lhe é

atribuída para a estabilidade e legitimidade de um regime democrático. Refere-se, portanto, a como as atitudes e comportamento políticos dos cidadãos operam enquanto instâncias complementares do desenvolvimento democrático de um sistema político. O principal desafio para o fortalecimento democrático, tendo em vista que avanços formais e procedimentais não têm sido suficientes para alcançar um ideal democrático participativo, é o de como estimular a formação de atitudes e comportamentos políticos que valorizem as práticas e os ideais democráticos em um país como o Brasil onde a cultura política está longe de ser participativa e cívica.

A socialização política examina como se formam as atitudes políticas nos indivíduos por meio da transmissão de valores e crenças num sentido geracional. São esses valores e crenças que formatam um determinado tipo de cultura política (ALMOND e VERBA, 1965). Os primeiros estudos foram conduzidos por Herbert Hyman no seu livro *Political Socialization* (1959), no qual argumentava que a socialização política tem seu início na infância: “Está claro em todas as três áreas de investigação, participação política, orientação política e tendências autoritárias vs. tendências democráticas, que diferenças entre adultos têm suas origens nos primeiros estágios de desenvolvimento”, sendo o mais importante o que diz respeito à identificação partidária.

Opinião semelhante é compartilhada por Easton e Dennis (1969). Na discussão do seu modelo de análise de sistemas, o autor conceitua a política como um campo que inclui à formação de demandas e suportes (inputs), e de decisões obrigatórias (outputs), que ultrapassam em muito o campo da política alocativa (partidária). Para o autor, as crianças têm pouca intimidade com a política partidária, mas têm experiências, opiniões e sentimentos sobre outros aspectos do sistema político, que podem ser visualizados em quatro dimensões: (1) a politização: a sensibilização difusa à política; (2) a personalização: o contato com o sistema político através de certas figuras com autoridade; (3) a idealização da autoridade: a autoridade é vista como benéfica ou prejudicial; (4) a institucionalização: a criança passa da visão personalizada para uma concepção impessoal de sistema político.

Em 1960, David Easton, Jack Dennis, Robert Hess e outros, realizaram uma pesquisa com mais de 12.000 crianças norte-americanas que teve impacto significativo na área de cultura política, sobretudo, com o livro, *Children in the political System: Origins of Political Legitimacy* (1969). Importantes estudos surgiram, posteriormente, principalmente em relação ao papel da família no processo de socialização política, não como entidade central, mas incorporando aspectos econômicos e socioculturais (JENNINGS E NIEMI, 1974). A escola passou a ser

considerada instituição crucial na estruturação da personalidade política, sobretudo, na identificação política dos indivíduos.

Na Europa, Annick Percheron e Charles Roig, buscaram compreender como contextos precedentes impactavam a estruturação de atitudes políticas, incorporando fatores socioeconômicos, indo, portanto, além da influência da estrutura familiar. Esta abordagem é útil neste trabalho na medida em que possibilita analisar que fatores, além dos convencionais, explicam o comportamento eleitoral em um sentido longitudinal. Isto não significa que valores internalizados na infância e na adolescência em relação à política não sejam importantes na avaliação do comportamento eleitoral de adultos, pois muitos deles trazem consigo imagens e crenças sobre o mundo político, considerado costumeiramente como um “jogo sujo” (EASTON e DENNIS, 1969, p.82). Desse modo, a política seria uma área de adultos e suas atitudes e comportamentos decorreriam de suas experiências nessa faixa etária.

Do ponto de vista da teoria da cultura política, o estudo de Almond e Verba, em *The Civic Culture*, postulou o princípio de que quanto maior o espaço de participação nas decisões na família e nos debates na escola, maior a confiança do indivíduo de que suas ações podem influenciar as decisões políticas que lhe dizem respeito (ALMOND e VERBA, 1965, p.300).

Esse modelo foi definido pelo *princípio de primazia* com base em três premissas: (a) as orientações políticas são aprendidas durante a infância; (b) o aprendizado infantil modela qualquer modificação posterior; (c) escala das modificações posteriores é pequena.

Esse modelo foi questionado na França com base no argumento de que a socialização é um processo permanente, que ocorre por toda a vida. Nessa linha de análise, não se pode estabelecer uma linha de continuidade entre as atitudes infantis e as adultas, porque as atitudes adultas são mais estáveis; na adolescência há uma ruptura com o mundo infantil e um empréstimo de idéias do mundo dos adultos; os eventos (casamento, trabalho, serviço militar, mudança de meio social ou geográfico) podem modificar as atitudes constituídas (PERCHERON, 1971, p.147).

Já para Sigel (1989) a socialização política adulta é essencialmente um fenômeno interativo entre a dimensão individual e a social; é caracterizada tanto pela mudança como pela continuidade. A autora enfatiza o impacto dos processos e eventos históricos, sem desconhecer a singularidade de cada indivíduo, especificado pela personalidade política individual. A mudança e a continuidade são percebidas.

As recentes pesquisas sobre socialização realizadas no Brasil estão sintonizadas com essa perspectiva: a socialização infantil é fundamental e deixa marcas indeléveis na personalidade política, mas acontecimentos cotidianos ou traumáticos afetam as atitudes ao longo da vida (BAQUERO E CUNHA, 2010). Nessa perspectiva, a *socialização primária* é a que ocorre na infância e na qual a família exerce uma grande influência, enquanto que a *socialização secundária* diz respeito ao processo subsequente, que introduz o indivíduo em novos setores, em submundos institucionais (BERGER E LUCKMANN, 1985).

Em uma sociedade caracterizada pelas desigualdades social e política, como a brasileira, o processo de formação de atitudes políticas tende a se manifestar de forma incongruente, produzindo uma cultura política híbrida. Tanto no contexto familiar quanto na escola, a inconsistência entre o que se aprende sobre a democracia e as experiências que as pessoas têm no mundo real explicariam a assimetria entre a institucionalização de uma legitimidade jurídica e a ausência de confiança nas instituições políticas. Esse processo transbordaria para comportamentos político-eleitorais onde variáveis como o personalismo, o privatismo, o clientelismo e o patrimonialismo continuam a ter impacto significativo. O ambiente dentro do qual as normas e crenças são passadas de uma geração para outra, portanto, é de fundamental importância para avaliar o significado de pleitos eleitorais em sociedades que buscam solidificar o processo democrático.

Um aspecto que tem se institucionalizado como formador de atitudes e de comportamentos, ou seja, socialização política, é o que se refere aos meios de comunicação, particularmente a televisão que tende a homogeneizar as mentalidades, oferecendo a todos os indivíduos, de qualquer idade, os mesmos conteúdos. Não por acaso, a mídia tem sido caracterizada como o *quarto poder*.

Os modelos construídos nos últimos anos têm-se debruçado maciçamente a explicar o poder persuasivo da mídia em pleitos eleitorais. O impacto dos meios de comunicação tem sido avaliado do ponto de vista de sua influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político. Para alguns, a mídia tem um poder educativo significativo sendo responsável pelo aumento do nível de informação dos cidadãos acerca do mundo, bem como pelo do cinismo, apatia e desinteresse a respeito da política. Em outra perspectiva, o poder da mídia é reduzido, pois se argumenta que apesar da disponibilização dos meios de comunicação, o nível de conhecimento político de massa não melhorou nas últimas décadas. Teorias intermediárias constataram o “aprendizado de baixa saliência”, no qual a mídia não é onipotente, mas exerce uma influência considerável (NEUMANN, 1986).

Em tal cenário, o aprendizado político através da mídia é fragmentário e casual. À diferença dos cidadãos politicamente sofisticados, a pessoa comum não decodifica criticamente o conteúdo político. Constitui-se, dessa forma, uma premissa de que a informação estimula o interesse que, por sua vez, estimula o acúmulo de mais informação. Cabe destacar que as pesquisas sobre comportamento eleitoral têm recorrentemente mostrado que o cidadão bem informado é sempre minoritário. A maioria dos eleitores é desatenta e distante das informações sobre o mundo político, produzindo uma assimetria entre desenvolvimento institucional e uma cultura política atenta e participativa.

O resultado de um processo de socialização política incongruente produz situações políticas instáveis, onde, por exemplo, a identificação partidária é ambivalente e confusa. As pesquisas têm mostrado de forma consistente que na hora de votar, os eleitores consideram a pessoa do candidato mais importante do que o partido (BAQUERO, 2000), e esse processo de preferência eleitoral afeta fortemente outras atitudes políticas, servindo como ponto de referência para entender as predisposições de apoio ou rejeição a opções políticas.

Nesse sentido, não há um padrão universal de socialização política nem teoremas que se apliquem independente do tempo e do espaço. Na verdade são as circunstâncias históricas e sociais, que variam de país para país que se constituem em subsídios importantes explicativos do comportamento eleitoral.

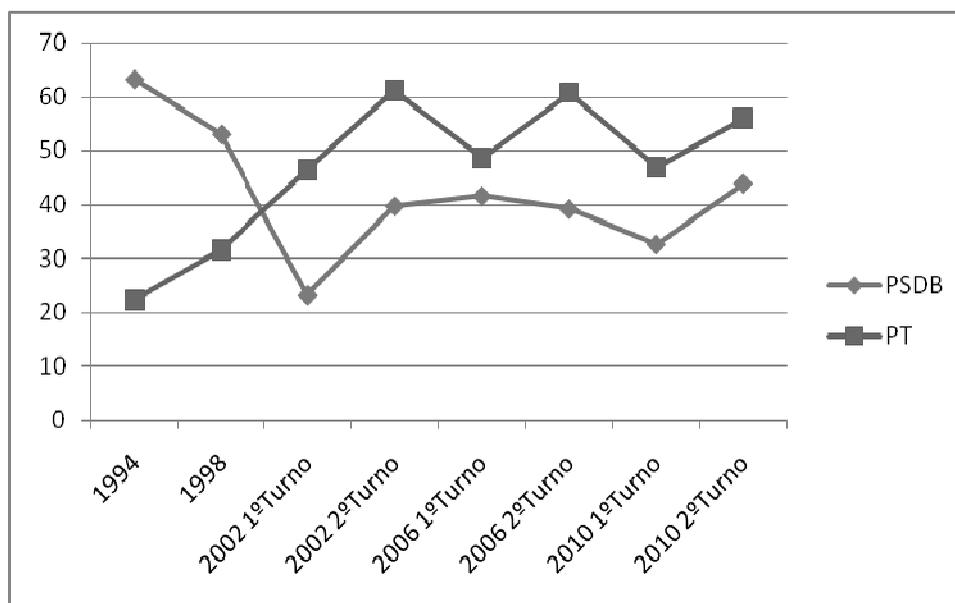
Por isso, dado o contexto político brasileiro, as eleições presidenciais se caracterizariam em um momento importante do processo de socialização política, afetando toda a população adulta, pois durante o período de campanha eleitoral aumenta o nível de informação disponível, tornando-se a política uma pauta central nos meios de comunicação, tanto pela propaganda dos partidos como pela cobertura da mídia. A informação disponível e os debates públicos, portanto, seriam um fator de socialização, afetando os níveis cognitivos, afetivos e avaliativos dos cidadãos a respeito não apenas dos candidatos, mas também do sistema político e do regime.

A realização periódica e contínua de eleições deveria, assim, servir como fator de socialização para a consolidação de uma cultura política democrática e de participação. No entanto, o processo eleitoral não se dá no vazio, tendo como contraposto outros elementos de socialização, como as diversas outras instituições e organizações com que as pessoas têm contato cotidiano em sua vida, como a família, a igreja, as escolas e outros espaços de relação, que podem contribuir para a construção negativa do processo político, desfazendo o efeito positivo que poderia advir das eleições.

A tradição psicossociológica, utilizada neste trabalho, examina a influência de contextos precedentes que mobilizam e motivam as pessoas a participar de atividades políticas, neste caso, as eleições presidenciais. São, esses contextos, que estão no âmago da abordagem referida e que possibilitam aplicar a teoria de socialização política. Uma das características das eleições presidenciais no Brasil, a partir de 1994, é a persistência de um padrão de blocos políticos homogêneos que se materializam de forma clara no segundo turno, caracterizando quase que uma disputa plebiscitária.

Na última década e meia, incluindo o período examinado neste trabalho (2002-2010) os resultados das eleições para presidente revelam um padrão relativamente estável do ponto de vista de preferências eleitorais, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1
Resultados no primeiro e segundo turno das eleições presidenciais no Brasil
1994-2010 (%)



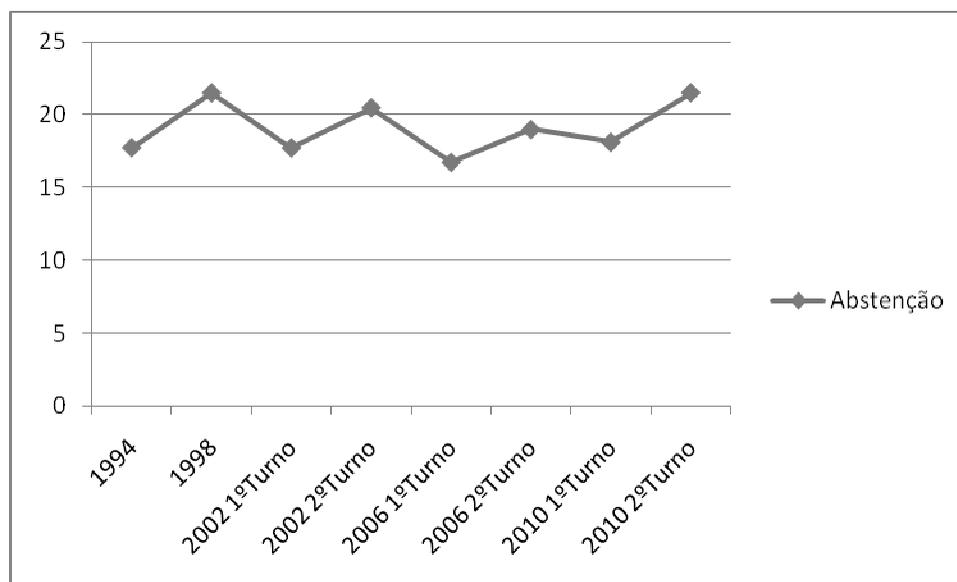
Fonte: TSE

A partir das eleições de 2002, constata-se o estabelecimento de um padrão “regular” de desempenho dos dois principais concorrentes nas eleições presidenciais, PSDB e PT. A única oscilação que chama a atenção é no primeiro turno de 2006, no qual o PSDB se aproximou do desempenho eleitoral do PT,

provavelmente em virtude das denúncias de corrupção conhecidas como o processo do “mensalão”, de 2005. No entanto, tal aproximação não se repetiu no segundo turno no qual o candidato à reeleição Luis Inácio da Silva praticamente repetiu a votação de 2002. Situação que se repetiu, em menor escala em 2010, com a eleição de Dilma Rouseff do PT. O que estes dados sugerem é que os eleitores, de maneira geral, não alteraram significativamente suas atitudes e comportamentos eleitorais no período examinado.

Poderia se afirmar que se institucionalizou uma postura de compreensão crítica, por parte dos eleitores, do que estava em jogo nessas eleições? As atitudes e comportamento eleitoral dos brasileiros mostram um amadurecimento político? Houve um processo de transmissão de valores de uma eleição para outra? Uma forma de começar a responder a essas indagações é examinando o padrão longitudinal de abstenção no período. Os dados estão no Gráfico 2.

Gráfico 2
Índice de abstenção eleitoral no Brasil 2002-2010 (%)



Fonte: TSE

À semelhança do voto, no padrão de abstenção eleitoral, também aparece uma regularidade longitudinal, sendo a média para os oito turnos de 19,1% sendo que o menor valor foi em 1994 com 17,7%, e o maior em 1998 21,5%. Além disso, ainda que o voto seja formalmente obrigatório, neste período não houve uma efetiva

aplicação de punições pelo absenteísmo, mesmo entre os que não justificaram formalmente a ausência, com a aplicação periódica de anistia aos ausentes, o que poderia ter estimulado o aumento da abstenção (Tabela 1).

Tal “normalidade” seria indicativa de um processo em andamento de internalização de normas e valores democráticos capazes de fortalecer a democracia na sua dimensão mais substantiva? Tentaremos buscar resposta na análise dos dados.

Tabela 1
Votação nominal e abstenção nas eleições presidenciais – 1994-2010

Ano	N Votação Nominal	N Abstenção
1994	51.462.472	16.822.410
1998	67.722.303	22.802.823
2002 (1º Turno)	84.952.512	20.448.233
2002 (2º Turno)	86.164.103	23.589.188
2006 (1º Turno)	95.996.733	21.092.675
2006 (2º Turno)	95.838.220	23.914.714
2010 (1º Turno)	101.590.153	24.610.296
2010 (2º Turno)	99.453.917	29.196.864

Fonte: TSE

Metodologia

Este trabalho utiliza como base de dados as pesquisas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, 2006 e 2010, e de forma complementar os dados da pesquisa do CEDEC de 1989².

Os dados analisados a seguir buscam identificar se, passados tantos anos do início da redemocratização, os valores e atitudes políticos dos indivíduos têm se mantido estáveis, se sofrem mudanças contínuas ou conjunturais e se o

² INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE VI-CEDEC I-1989- DAT/BR89.SET-00186. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP-UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>. Acessado em 07/07/2011.

envelhecimento da população, com um tempo maior de experiência democrática, contribui na formação de uma cultura política congruente com a democracia. Um dos aspectos a ser analisado é se o fator idade gera diferenças em relação aos valores e atitudes manifestados pelos entrevistados. Conforme exposto anteriormente, há diferentes concepções sobre o processo de socialização e a influência (ou não) do envelhecimento na cultura política.

A proposição de Ortega e Gasset (1956) é de que as fases da vida humana podem ser divididas em cinco: a infância, a juventude, a etapa de inovação e polêmica, a etapa da maturidade e mando, e a velhice, separadas por períodos de cerca de 15 anos. Considerando que, desde a Constituição de 1988, a cada 16 anos, ingressa no processo político eleitoral um novo grupo de cidadãos e que as eleições presidenciais brasileiras ocorrem em intervalos pares, delimitando também a ocorrência dos levantamentos de dados como o ESEB, que ocorrem a cada 4 anos, este trabalho considerara um intervalo de 16 anos entre cada uma das coortes a serem comparadas.

Para verificar esses efeitos, a população foi dividida em três coortes, com interstício de 16 anos entre cada uma delas, baseando-se na teoria de Ortega y Gasset (1956). Tendo em vista que as amostras do ESEB são constituídas de eleitores, maiores de 16 anos, a primeira coorte é formada pelos jovens de 16 a 31 anos. A segunda, pela população adulta, de 32 a 47 anos. A terceira inclui a população maior de 48 anos. Em termos ideais seria possível propor uma quarta coorte, a acima dos 64 anos. Porém o tamanho das amostras tornaria muito pequeno o número de casos nesta faixa etária. Portanto, as populações acima de 48 anos são tratadas como constituída de adultos maduros.

Essas coortes foram cruzadas com diversas variáveis sobre o processo democrático e eleitoral. Busca-se identificar a existência de efeitos de geração ou de período. Os efeitos gerados pelas coortes podem ser de três tipos: (1) *Efeito da geração* ou da “*coorte*” se refere ao impacto que um evento tem nas atitudes e comportamentos dos indivíduos nele envolvidos; (2) *Efeito do período* aponta para eventos de grandes proporções políticas e/ou econômicas que impacta a população na sua totalidade, gerando mudanças estruturais nas atitudes e comportamentos da população afetada (as guerras, crises econômicas e escândalos políticos de grande magnitude); (3) *Efeito idade (envelhecimento ou ciclo da vida)* se direciona para a análise da influência da faixa de idade sobre as pessoas. Por exemplo, acredita-se que as pessoas mais velhas tendem a diminuir sua participação na arena política e os jovens a aumentá-la. Os jovens seriam mais orientados para se envolver em causas de transformação social e os idosos se tornariam mais passivos e conservadores (SCHMIDT, 2001).

Com base nesses efeitos, podem ser identificados três momentos do processo socializador: (a) o da *orientação para a comunidade* (dos 5 aos 12 anos), (b) o da *orientação para o regime* (período da adolescência) e (c) o da *atitude frente aos representantes políticos* (final da adolescência e começo da vida adulta). O período de maior sensibilidade dos indivíduos quanto à formação de atitudes políticas seriam a adolescência e a juventude (NIEMI e HEPBURN, 1995).

Decorre desses momentos distintos da socialização política que as atitudes e comportamento político dos cidadãos de uma sociedade podem ser examinados dentro de uma retrospectiva histórica do cenário sob análise.

Metodologicamente, a forma para captar essas mudanças seria estudos do tipo painel ou longitudinais. Por meio desse tipo de estudos seria possível captar o efeito de um evento em T_1 para T_2 e, assim por diante. Um resultado importante desses estudos está na idéia de identificar o efeito de evento “x” nos cidadãos por meio do processo de socialização política. Eleições, nesta perspectiva, seriam eventos significativos para analisar se atitudes e comportamentos políticos se modificam de um período a outro.

Contraopondo-se à análise longitudinal baseada em coorte, as mesmas dimensões serão analisadas tendo em vista a escolha eleitoral do entrevistado no segundo turno, tentando verificar se a dimensão da escolha política imediata é um fator que leva à mudança de atitudes de forma conjuntural. São analisadas três dimensões. Em primeiro lugar, uma dimensão de apoio difuso ao regime político, traduzida por questões sobre o apoio à democracia com duas formulações diferentes (Ver anexo, questões ESEB 23 e 51).

A segunda dimensão se refere à avaliação do processo político, envolvendo o apoio específico ao regime. São incluídas as variáveis: opinião se faz diferença quem governa o Brasil, sobre a influência do voto no que acontece no Brasil, satisfação com a democracia, se votaria caso o voto não fosse obrigatório e se as eleições presidenciais ajudam muito a melhorar a vida da população (Ver anexo, respectivamente questões ESEB 4, 5, 23, 53 e 55).

Por fim, a dimensão em relação ao processo político partidário, com a relação afetiva do eleitor em relação aos partidos e a importância dada ao vínculo do presidente com os partidos (Anexo, respectivamente questões ESEB 11, 12 e 54).

Estas variáveis foram cruzadas com a variável idade, escalonada em três coortes, conforme descrito acima e com a declaração de voto no segundo turno (Anexo questão ESEB 27). São analisadas frequências relativas, obtidas por meio do processamento dos bancos de dados com o pacote estatístico SPSS. O resultado da análise dos dados é apresentado a seguir.

Dimensão de apoio difuso à democracia

Verifica-se na análise da Tabela 2, no percentual de apoio difuso à democracia, medido pelas respostas “concorda muito” e “concorda um pouco”, à afirmação de que a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo, que os valores são assemelhados em relação às três coortes, se considerado o mesmo ano, mas sofrem uma queda nas três coortes no ano de 2006, voltando a subir a patamares ligeiramente mais altos aos de 2002 no ano de 2010. A variação é mais acentuada na resposta “concorda muito”, do que na soma das respostas positivas, indicando uma diminuição da intensidade do apoio, sem, no entanto, uma transferência para o suporte ao regime contrário. Em todo o período o apoio foi superior a 75% em todos os anos e coortes.

Tabela 2
Opinião sobre se a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo (Questão ESEB 22)

Coorte	concorda muito			concorda muito e concorda um pouco		
	Ano			Ano		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010
16-31	55,6	43,8	60,2	86,2	78,9	87,1
32-47	55,8	43,6	60,7	84,0	80,5	86,8
48+	57,7	43,1	64,2	84,2	77,5	88,5
Total	56,3	43,5	61,7	84,8	79,0	87,4

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Esta variação concentrada na intensidade, mas não na opção pelo regime, pode ser constatada na comparação com a Tabela 3, em que a resposta é dada a uma questão de raciocínio binário, na qual o apoio à democracia é contraposto à aceitação de um regime autoritário. Neste caso, embora se verifique em 2006 uma pequena redução do apoio nas coortes adultas maiores de 32 anos, que resulta numa queda, se levada em conta a população total, em 2010 o apoio cresce em todas as coortes, aproximando-se dos patamares encontrados na Tabela 1 para o mesmo ano.

Tabela 3
A democracia é sempre melhor que outra forma de governo (Questão ESEB 51)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	72,0	72,4	84,7
32-47	79,7	71,2	85,1
48+	77,8	69,5	86,3
Total	76,5	71,2	85,4

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

A variação encontrada entre as diferentes coortes é pequena e tende a se referir à queda encontrada no ano de 2006, o que pode indicar um impacto diferenciado dos eventos políticos do período (mensalão) no desencanto com o regime, de maneira conjuntural.

Tomadas de forma isolada, a análise destas variáveis indicaria uma socialização que incorpora valores democráticos em todas as faixas etárias, embora a percepção do regime seja igualmente afetada por fatores conjunturais. A seguir são apresentados os dados da dimensão de avaliação do processo político, verificando-se se são consistentes com esta proposição.

Dimensão avaliação do processo político

Um primeiro aspecto questionado foi a opinião sobre se faz diferença quem governa o Brasil. A resposta “faz uma grande diferença quem governa o Brasil” indica a percepção da importância do processo político na tomada de decisões. (Tabela 4).

Tabela 4
Opinião sobre se faz diferença quem governa o Brasil
Faz uma grande diferença quem governa o Brasil (Questão ESEB 4)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	55,3	63,8	65,4
32-47	60,1	63,4	69,8
48+	58,8	62,5	70,5
Total	58,1	63,3	68,5

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Neste caso há uma diferença constante entre a coorte jovem e as coortes de adultos mais velhos, embora no período tenha havido um crescimento constante de avaliação da importância nas três coortes, com um crescimento médio em torno de 20 pontos percentuais entre 2002 e 2010 nas três faixas, denotando uma percepção de valorização do processo de escolha dos governantes.

A Tabela 5 mostra a percepção sobre a influência do voto no que acontece no país, apresentando as respostas “o voto influencia muito”. Também neste caso há uma variação positiva entre 2002 e 2010, com uma estabilidade entre 2002 e 2006. Esta variação atinge principalmente os adultos maduros de mais de 48 anos. Os percentuais são semelhantes aos encontrados na Tabela 4.

Tabela 5
Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil
Percentual Voto Influencia muito (Questão ESEB5)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	65,4	67,1	68,8
32-47	65,7	66,7	72,0
48 +	59,6	59,1	73,1
Total	63,8	64,7	71,3

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Tratando da avaliação concreta do regime político, as respostas “muito satisfeito” e “satisfeito” à questão sobre o nível de satisfação com a democracia no

Brasil têm percentuais muito abaixo das variáveis analisadas anteriormente, ainda que também um comportamento de crescimento positivo no período 2002-2010 em todas as coortes, ao ponto de passar de cerca de um terço para metade da população total satisfeita no período (Tabela 6).

Tabela 6
Nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil
Muito satisfeito e satisfeito (Questão ESEB23)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	27,6	40,4	44,2
32-47	31,2	47,2	50,3
48+	40,4	48,3	56,5
Total	32,5	44,7	50,2

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

A diferença existente entre os níveis de satisfação das diferentes coortes se mantém pouco alterada no período, mostrando um nível de satisfação maior entre os mais velhos em relação aos mais jovens.

Enquanto as variáveis anteriores examinavam posições avaliativas do regime como um todo, ao se passar para um contexto em que a situação pessoal tem peso na opinião, encontra-se uma diferença entre as faixas etárias, mostrando que as necessidades dos mais jovens têm sido menos atendidas pelas políticas governamentais. Se o apoio difuso dos jovens à democracia é tão consistente como os dos mais velhos, seu nível de satisfação com os resultados concretos, no entanto é menor.

No período 2002 a 2010 houve um crescimento do percentual de pessoas que considera que as eleições presidenciais ajudam muito a melhorar a vida da população, o que pode refletir o crescimento da popularidade do Presidente da República no período, embora com um nível inferior à satisfação com a democracia, indicando uma avaliação baseada em elementos pessoais e não nos institucionais. Há um crescimento contínuo desta opinião no período em todas as coortes, com um aumento pequeno entre 2002 e 2006, que, porém, é de cerca de 20 pontos percentuais entre 2002 e 2010, como visto na Tabela 7

Tabela 7
Na sua opinião as eleições presidenciais
Ajudam muito a melhorar a vida da população (Questão ESEB55)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	38,6	42,0	57,1
32-47	42,0	48,7	60,7
48 +	37,1	42,6	60,1
Total	39,4	44,3	59,3

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Questionados sobre a disposição para a prática do principal ato relativo à democracia formal, a realização do voto nas eleições, foi constatada uma flutuação do percentual de respostas dos que afirmam que não votariam se o voto não fosse obrigatório, conforme pode ser visto na Tabela 8 ³.

Constata-se que entre 1989 e 2006 há um aumento constante em todas as coortes em relação aos eleitores que afirmam que não votariam se o voto fosse facultativo. Este percentual que é inferior a 40% em todas as coortes passa de 50% em todas elas em 2006, chegando próximo dos 60% na faixa etária dos 32 aos 47 anos. Porém estes percentuais voltam aos valores aproximados de 2002, inclusive com uma queda mais acentuada na faixa etária acima dos 48 anos.

Aparentemente há um desencanto com os efeitos obtidos pelo voto, que é crescente da primeira eleição presidencial pós redemocratização em 1989 encontrando seu ápice em 2006, com uma recuperação parcial em 2010.

³ Neste caso, além dos dados do período 2002 a 2010 foram utilizados na comparação os dados da pesquisa do CEDEC nas eleições presidenciais de 1989, disponibilizados pelo banco de dados do CESOP/Unicamp.

Tabela 8
Votaria caso o voto não fosse obrigatório? (Questão ESEB53)
(Não votaria)

Coorte	Ano			
	1989	2002	2006	2010
16-31	39,3	41,3	52,2	43,9
32-47	37,2	48,3	58,1	49,2
48+	36,5	46,8	54,0	40,8
Total	37,9	45,5	54,6	44,6

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: CEDEC, 1989 ESEB 2002, 2006, 2010.

Esta posição é contraditória em relação ao reconhecimento da importância do voto e de quem governa para o país. Ao cruzar a variável referente ao voto obrigatório com as anteriores, se, por óbvio, aqueles que consideram que não faz diferença quem governa, que o voto não influencia o que acontece no país, não vêem benefícios para a população nas eleições presidenciais ou que estão muito insatisfeitos com a democracia, também majoritariamente não votariam se o voto fosse facultativo, percentuais em torno de 40% daqueles com a posição oposta também não se dispõem a votar se não fossem obrigados, indicando a presença de uma cultura política sujeita (ALMOND E VERBA, 1965), com pessoas que reconhecem a importância das instituições democráticas, mas não estão dispostos a participar.

Em relação a esta dimensão, embora algumas variáveis apresentem variação contínua em um sentido positivo (Tabelas 4, 5, 6 e 7), indicando o reconhecimento da importância do processo político, com impacto em todas as idades, o que caracterizaria um processo de socialização que atinge as faixas adultas, por outro lado a posição sobre a obrigatoriedade do voto contrasta, mostrando um impacto conjuntural negativo. Porém, observa-se pelo Gráfico 2 que esta posição não teve impacto significativo no comportamento efetivo dos eleitores em relação à abstenção eleitoral. As variações também são constatadas entre as coortes, demonstrando que o elemento etário pode influir na percepção da realidade e na modificação das atitudes.

Verifica-se em seguida se este comportamento das variáveis também ocorre em relação à dimensão político partidária, que envolve elementos formais do processo político.

Dimensão político partidária

Para a questão se havia algum partido político do qual gostasse, encontramos um percentual muito semelhante nos anos de 2002 e 2010, em todas as coortes, em torno de 48%. Este percentual cai para em torno de 33% no ano de 2006, como pode ser visto na Tabela 9.

Tabela 9
De um modo geral, existe algum partido político
que o(a) Sr(a) goste? (Questão ESEB11)
(Resposta sim)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	48,3	31,3	48,4
32-47	49,0	34,0	48,8
48+	46,1	35,1	45,8
Total	47,9	33,2	47,7

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Esta mudança indicaria um aumento da descrença nos partidos, no contexto da crise política de 2005-2006. Cabe então verificar as mudanças em relação ao percentual do partido apontado como preferido por aqueles que responderam positivamente à questão anterior. Há três partidos cujos percentuais se destacam na resposta do qual partido gosta: PT, PSDB e PMDB. Os dois primeiros responsáveis pelo principal enfrentamento nas eleições presidenciais. O terceiro ainda aparecendo como maior partido do país, embora sem o mesmo prestígio na apresentação de candidaturas à presidência. No entanto os dados contradizem a expectativa de perda de suporte dos partidos de situação envolvidos nos escândalos políticos do final do primeiro mandato do Presidente Lula.

Tabela 10
Partido que gosta (Questão ESEB12)

Coorte	Partido								
	PT			PMDB			PSDB		
	2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010
16-31	61,8	61,4	57,7	10,2	7,1	8,0	11,4	19,7	15,6
32-47	54,8	69,5	59,2	16,6	12,4	11,0	8,9	10,5	17,9
48+	42,0	65,7	57,1	18,6	13,1	14,0	7,7	9,1	15,3
Total	53,6	65,3	58,0	15,0	10,6	10,9	9,4	13,6	16,3

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

O percentual de entrevistados que diz gostar do PT ampliou-se entre 2002 e 2006, em especial nas faixas etárias de maior idade. Estes percentuais caíram parcialmente em 2010. Há indícios de envelhecimento dos apoiadores do partido, uma vez que a única coorte na qual se constata queda para patamares inferiores a 2002 é a dos mais jovens. No mesmo período, o PMDB teve um decréscimo de simpatizantes em todas as coortes. Já o PSDB cresceu em apoio entre 2002 e 2010 em todas as coortes, dobrando os percentuais nas coortes mais velhas, mas crescendo, ainda que menos, entre os mais jovens, enquanto os dois outros partidos tiveram decréscimo nesta faixa etária (Tabela 10).

Assim, a queda do número de simpatizantes que se identifica com um partido no ano de 2006 não afetou particularmente o PT com uma migração para partidos de posição, salvo entre os mais jovens. O crescimento conjuntural em 2006 do PSDB nesta faixa, porém, não foi capaz de erodir de forma profunda as bases do partido governista. Embora aquele tenha aumentado o número de simpatizantes no período, tanto em números relativos como absolutos, continua com um percentual quatro vezes menor do que o PT.

Falando sobre os efeitos de contexto, identifica-se uma mudança, no ano de 2006, sobre a desejabilidade do Presidente da República estar identificado com um partido. Esta posição é majoritária em todas as coortes em 2002 e 2010, beirando os 60%, mas cai para abaixo de 50% em 2006, salvo na coorte intermediária. A queda desta avaliação, no entanto, é menor do que a verificada na Tabela 9 sobre a simpatia pelos partidos. Assim, mesmo aqueles que não gostam de um partido específico, em alguns casos reconhecem que é melhor que o Presidente se identifique com um. Estes percentuais indicam um reconhecimento positivo da

maioria dos partidos como um mecanismo desejável à governabilidade democrática, (Tabela 11).

Tabela 11
O que é melhor, um presidente da república que seja identificado com um partido (Questão ESEB54)

Coorte	Ano		
	2002	2006	2010
16-31	62,4	46,7	59,6
32-47	61,0	50,6	58,1
48+	51,6	47,5	60,7
Total	58,7	48,2	59,5

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000
Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

Os dados indicam que a dimensão da vida partidária é a mais sensível às influências conjunturais, com um comportamento das variáveis semelhante à posição sobre o exercício do voto. Porém, os dados indicam que esta conjuntura afeta de maneira diferente os sujeitos que têm identificação partidária, podendo ser interpretado que esta identidade depende menos dos processos de socialização.

Tentando identificar a influência do contexto eleitoral, verifica-se em seguida se a escolha eleitoral teria uma maior capacidade explicativa das atitudes que a idade dos sujeitos.

Dimensões atitudinais e escolha eleitoral

Um dos aspectos a ser analisado para podermos robustecer as conclusões dos dados apresentados é o grau de influência da posição do eleitor no contexto eleitoral em relação a suas respostas.

Como o ESEB é um estudo pós-eleitoral, poderia haver uma influência do resultado eleitoral na opinião do eleitor, reforçando um sentimento de satisfação daqueles que apoiaram o candidato vencedor ou de desencanto ou senso crítico por parte dos que viram o seu candidato ser derrotado. Assim, algumas das mesmas variáveis apresentadas anteriormente foram cruzadas com a opção de voto no segundo turno informada pelo eleitor na pesquisa. Neste caso são comparados os percentuais totais da população, desconsiderada a divisão por faixa etária. Os resultados estão na Tabela 12.

Nota-se um impacto maior com a variável referente ao grau de satisfação com a democracia. Em 2002, em um contexto anterior à posse do Presidente Lula, o percentual de eleitores de Serra demonstrava estar ligeiramente mais satisfeito com a democracia do que os de Lula. Nos anos de 2006 e 2010 os eleitores de Lula e Dilma estão quase 30 pontos percentuais mais satisfeitos do que os de Alckmin e Serra. Na comparação entre os anos de 2002, 2006 e 2010 este comportamento se reproduz na maioria das demais variáveis.

Contudo, a posição sobre a não participação, no caso de voto facultativo, tem pequenas diferenças entre os eleitores de cada um dos partidos. Em relação à influência do voto e se as eleições ajudam muito a melhorar o país, os percentuais dos eleitores do PT são relativamente maiores dos que os do PSDB.

Em relação a se faz diferença quem governa o país, ainda que mantendo as diferenças, os percentuais crescem em ambos os grupos chegando em 2010 a serem maiores entre os eleitores de Serra do que de Dilma, o que indica que reconhecer a importância de quem governa não significa estar ao seu lado.

Tabela 12
Dimensões culturais de avaliação e suporte da democracia X voto para presidente
no segundo turno das eleições

		Ano					
		2002		2006		2010	
Variável	Voto no Segundo Turno	Lula	Serra	Lula	Alckmin	Dilma	Serra
Muito Satisfeito e Satisfeito com o Funcionamento da Democracia no Brasil		31,6	33,9	54,4	26,1	60,7	39,1
Não Votaria se o voto não fosse obrigatório		41,6	44,0	50,5	51,1	41,2	44,6
As eleições ajudam muito a melhorar a vida da população		41,7	40,1	52,5	33,5	67,0	53,0
É melhor um Presidente identificado com um partido político		62,1	55,2	55,1	36,7	65,5	54,1
Faz uma grande diferença quem governa o país		58,1	54,2	69,0	55,1	69,6	70,5
O voto influencia muito no que acontece no Brasil		67,6	60,0	68,5	61,1	73,1	71,2
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo – concorda muito e concorda um pouco		82,9	82,0	85,4	68,8	89,1	87,2
A democracia é sempre melhor que outra forma de governo		71,3	70,9	79,0	60,9	88,9	82,2

n2002= 2513; n2006= 1000; n2010= 2000

Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010.

O percentual dos que consideram que o presidente deve ser identificado com um partido cai em 2006, mas muito mais entre os eleitores de Alckmin, indicando que a crítica ao eventual envolvimento do partido do Presidente com escândalos afeta mais os opositoristas.

Quanto ao apoio difuso à democracia, embora este seja maior entre os apoiadores do candidato vencedor, em especial em 2006, ele se mantém alto entre os eleitores de ambos os candidatos, não apresentando a ruptura institucional como uma saída aceitável para a derrota eleitoral. Para ambas as questões há um suporte crescente dos eleitores dos vencedores. Entre os derrotados, o ano de 2006 mostra uma distância maior em relação aos percentuais de ambos os candidatos, que são muito semelhantes nos outros anos.

À guisa de conclusão

A pequena diferença entre as coortes etárias indica a existência de um conjunto de valores que tem sido incorporado pelos que ingressam no processo político, não havendo grandes distinções atitudinais entre as gerações. Os eventos conjunturais afetam igualmente todas as gerações.

O aumento dos percentuais de adesão a valores que são identificados com a estabilidade democrática não pode ser atribuído exclusivamente ao sucesso eleitoral e à satisfação dos eleitores cujo candidato obteve sucesso, uma vez que ocorre, mesmo que em menor medida, entre os apoiadores do candidato derrotado.

Por outro lado, a mudança de atitudes não é explicada pela mera mudança geracional, contrapondo a perspectiva defendida por Ronald Inglehart (INGLEHART, 1990, INGLEHART E WELZEL, 2009), de que a mudança ocorre pela substituição de gerações. As mudanças são observadas em todas as coortes e, em alguns casos afetam mais fortemente os grupos etários de mais idade.

A avaliação sobre a influência do voto e de quem governa foi crescente. A confiança nos partidos e na desejabilidade do vínculo do presidente foi abalada. Reflete-se na avaliação da democracia e do voto obrigatório. Porém o percentual de abstenção tem se mantido relativamente constante, mesmo nos períodos em que há menor adesão à responsabilidade pelo voto, indicando que a regra de obrigatoriedade ainda surte algum efeito, mesmo que de forma simbólica.

As coortes por idade não parecem explicar as diferenças na população. Os percentuais são semelhantes e as variações dentro do período, quando ocorrem, afetam todas as coortes na mesma direção.

Há dois tipos de movimentos no período. Um, relativo às variáveis em que há um crescimento contínuo no período, como a opinião sobre a importância do voto e se faz diferença quem governa o país, e se as eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população. Nesses casos há indicação de que há uma mudança de atitude relativamente estável, na direção de convicções que são favoráveis à estabilidade democrática e que afetam todas as faixas etárias. Aqui a manutenção de processos eleitorais contínuos poderia ser considerada um fator positivo para uma socialização democrática. Porém há variáveis que têm uma queda dos percentuais em 2006 com a retomada dos valores de 2002 em 2010, comportando-se como uma curva em forma de U. É o caso das medidas de apoio difuso à democracia, desejabilidade de identificação partidária do presidente e simpatia pelos partidos políticos e disposição de votar no caso de voto facultativo.

Assim, embora se observe uma atitude positiva perante o processo democrático, permanece uma desconfiança em relação a dois elementos do modelo de democracia representativa: os partidos e o exercício do voto, cuja valoração é

afetada pelos elementos conjunturais como os escândalos políticos que se repetem periodicamente.

O conjunto dos dados indica que embora a preferência eleitoral do cidadão afete a sua posição a respeito das diversas questões, a diferença entre os que apoiaram vencedores e vencidos não é suficiente para explicar a variação das diversas dimensões no período 2002-2010.

Variáveis que dependem de satisfação pessoal, como a satisfação com a democracia, parecem ser mais afetadas do que as que envolvem avaliação das instituições, demonstrando a consolidação de valores em relação ao processo democrático que são afetados por eventos políticos de impacto, como a crise política de 2005-2006, mas não pelo jogo político eleitoral. Embora o momento presente indique uma mudança positiva no período recente, o fato de que a adesão a valores fundamentais para o funcionamento do regime, como o funcionamento do sistema partidário, a participação pelo voto e mesmo o apoio abstrato à democracia são afetados por fatores conjunturais, mostra uma incongruência com as atitudes expostas anteriormente, uma vez que afetam as percepções de forma sistêmica e não apenas em relação ao grupo ou partido político diretamente envolvido.

A valorização da democracia, a percepção positiva da importância da escolha dos governantes e das eleições na vida das pessoas, ao mesmo tempo em que flutua o valor dado aos partidos e seu vínculo com os governantes, aponta para uma socialização que é mais congruente com um modelo de democracia plebiscitária ou delegativa, do que com a representação de caráter poliárquico.

Neste sentido, costata-se a existência de uma cultura política híbrida, que evoluiu em relação ao passado, mas que mostra contradições presentes em todas as gerações, não sendo previsível que seja um problema a ser resolvido pela mera recomposição da população, com o ingresso de novos cidadãos na vida política. Isto ocorre na medida em que o comportamento dos mais jovens reproduz os mesmos aspectos de desconfiança sobre a política dos mais velhos, que de alguma forma impedem que as instituições democráticas formais funcionem corretamente, garantindo uma democracia realmente existente de igual qualidade daquela que é projetada na expectativa teórica dos analistas institucionais.

O período compreendido pelos dados ainda é pequeno para conclusões mais definitivas, os oito anos analisados não permitem a comparação pelo ingresso de uma geração inteiramente nova, dos que nasceram no mesmo momento em que o grupo etário anterior ingressava na vida política eleitoral. Porém, as análises realizadas nos dão pistas de caminhos a seguir em novas investigações, verificando se as tendências encontradas têm seguimento ou se alteram, bem como a busca de identificação de novos fatores de socialização em um mundo em constante

transformação dos meios de acesso à informação e de interação entre os indivíduos, em especial pelas novas tecnologias surgidas ou popularizadas na última década.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. G. "Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto". *Lua Nova*, São Paulo, nº 26, 1992.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown & Co, 1965.

ANTUNES, J. R. S. "Identificação partidária e comportamento eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudança no sentido do voto". 2008. 508 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. "Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, nº 2, p. 242-253, out., 2004.

BAQUERO, M. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da Democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. "Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p.231-259, nov., 2007.

BAQUERO, M.; CUNHA, P. A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. K. (orgs.). *Formas de (ex) pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, 2010, v, p. 55-78.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMPBELL, A., CONVERSE, P.E., MILLER, W.E. STOKES, D.E. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.

CASTRO, M. M. M. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: ANPOCS, São Paulo, nº. 20, 1992.

_____. "Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política". 1994. 239f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1965.

EASTON, D.; DENNIS, J. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

FIGUEIREDO, M. *A decisão de voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

HYMAN, H. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Ed. Verbena, 2009.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

LAZARFELD, P., BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's choice*. New York: Columbia University Press, 1968.

NEUMANN, W. R. *The paradox of mass politics: knowledge and opinion in the American electorate*. Cambridge e London: Harvard University Press, 1986.

NIEMI, R.; HEPBURN, M. "The rebirth of political socialization". *Perspectives on Political Science*, vol.24, nº 1, p. 7-16, 1995.

ORTEGA y GASSET, J. *En torno a Galileo: esquema de las crisis*. Madri: Revista del Occidente, 1956.

PERCHERON, A. La formation politique de l'individu. In: PARODI, J. L. *La Politique*. Paris: Hachette, p. 142-168, 1971.

REIS, F. W. "Identidade, política e a teoria da escolha racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 26-38, 1988.

SCHMIDT, J. P. *Juventude e Política no Brasil – a socialização dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SIGEL, R. S. (ed.). *Political Learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.

SILVEIRA, F. "Escolha intuitiva: nova modalidade de decisão do voto". *Opinião Pública: Campinas*, vol.2, nº 2, p. 61-72, dez., 1994.

ANEXO 1 – Questões originais

Abaixo são reproduzidas as questões conforme a formulação. Os números se referem aos questionários e bancos de dados do ESEB de 2006 e 2010.

ESEB4) (MOSTRAR CARTÃO ESEB4) Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que não faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que faz uma grande diferença quem governa, e o 5 que NÃO faz nenhuma diferença quem governa o Brasil. O que o(a) Sr(a) acha? (ESTIMULADA E ÚNICA)

ESEB5) (MOSTRAR CARTÃO ESEB5) Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto influencia muito, e 5 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) Sr(a) acha?

ESEB11) De um modo geral, existe algum partido político que o(a) Sr(a) goste? (ESPONTÂNEA E ÚNICA) 1 – SIM 0 – NÃO (PULE P/ ESEB14) 77 – NS (PULE P/ ESEB14) 99 – NR (PULE P/ ESEB14)

ESEB12) Qual partido o(a) Sr(a) gosta? (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

ESEB22) De uma maneira geral, o(a) Sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil? (ESTIMULADA E ÚNICA) (ENTREVISTADOR: ACEITAR A OPÇÃO 'NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO COMO ESPONTÂNEA.

ESEB23) Na sua opinião.. (LER OPÇÕES) (ESTIMULADA E ÚNICA) (ENTREVISTADOR: ACEITAR A OPÇÃO TANTO FAZ COMO ESPONTÂNEA) 1 A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma e governo OU 2 Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia 3 Tanto faz / nenhuma das duas é melhor. 77 NS 99 NR

ESEB27) E no segundo turno, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin? (Lula ou Serra, 2002; Dilma ou Serra, 2010).

ESEB51) Agora, mudando de assunto: A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco? (ESTIMULADA E ÚNICA) (INSTRUÇÕES: pergunta em duas etapas. Aceitar a resposta “nem concorda nem discorda” como resposta espontânea.

ESEB53) Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a) votaria? (ESPONTÂNEA E ÚNICA). 1 – SIM 0 – NÃO 55 – TALVEZ/DEPENDE 77 – NS 99 – NR

ESEB54) O que é melhor, um presidente da república que (ESTIMULADA E ÚNICA) 1 Seja identificado com um partido político OU 2 Um presidente que não dê importância para os partidos? 77 NS 99 NR

ESEB55) Na sua opinião as eleições presidenciais (ESTIMULADA E ÚNICA) 1 Ajudam muito 2 Ajudam um pouco 3 Não ajudam a melhorar a vida da população. 77 NS 99 NR

Marcello Baquero – nuposal@yahoo.com.br

Rodrigo Stumpf – rodrigo.stumpf@terra.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011

O partidarismo no Brasil (2002/2010)

Luciana Fernandes Veiga

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Este trabalho tem como objetivos monitorar o tamanho da onda decrescente da identidade partidária e de sua onda reversa; acompanhar as mudanças nos perfis dos eleitores no que se refere à escolaridade, região e ideologia; contribuir para o debate sobre a composição da mudança com análise da taxa de identidade partidária em meio a diferentes segmentos sociais. Constata-se que o perfil dos eleitores partidários no Brasil, após sofrer não desprezíveis mudanças em um período curto, encontra-se em 2010 com mais escolaridade do que em 2006; mais voltado para o Norte/Centro Oeste e o Nordeste e mais conservador do que nos dois outros momentos.

Palavras chaves: Identidade partidária, partidos políticos, PT, CSES-ESEB 2010.

Abstract: The aim of this article is to evaluate the oscillating wave of party identity, to explain the changes of the characteristics of the electorate, in what relates to the level of education, ideology and region, and to contribute to the debate about party identity changes among different social groups. The profile of voters with party identity Brazil in 2010 shows higher levels of education than in 2006, is more located in the Northeast and North/Centerwest regions and is more conservative than in other periods.

Keywords: party identity, political parties, Worker's Party, CSES-ESEB 2010

Introdução

Em 2002, a primeira rodada do Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB apontou que 39% dos eleitores em nosso país tinham identidade partidária. Em 2006, a segunda rodada da pesquisa indicou uma queda de 11 pontos percentuais em tal taxa, a identidade partidária se restringia então a 28% do eleitorado. Nos quatro anos seguintes, verifica-se a onda reversa, a identidade partidária cresce entre os brasileiros em 11,2 pontos percentuais, de acordo com o ESEB 2010.

Neste movimento de descida e subida do percentual da identidade partidária, destaca-se o vínculo do eleitorado com o Partido dos Trabalhadores (PT). Os números das duas primeiras rodadas do ESEB assinalam que, de 2002 a 2006, o partido perdeu 5 pontos percentuais de eleitores identificados com a legenda, da taxa de 23% passou a 18%. Naquele momento, nenhuma das grandes legendas nacionais foi capaz de angariar partidários, tendo aumentado o número de brasileiros sem identidade partidária a patamares próximos daqueles verificados na década de 1980, quando o nosso sistema de partidos estava no início de sua institucionalização com a volta do multipartidarismo pós-ditadura. Não obstante, é o próprio PT que protagoniza a retomada da identidade partidária no período de 2006 a 2010, quando vê crescer o vínculo com a legenda em 6,5 pontos percentuais.

A volatilidade de tais números em um curto período de tempo chama ainda mais a atenção se pensarmos no fundamento da identidade partidária. O conceito de identidade partidária está associado a uma relativa estabilidade entre os pleitos. Para Dalton e Wattenberg (2002), o vínculo partidário seria como uma âncora política, impedindo que os eleitores fossem levados por ondas momentâneas, proporcionando um comportamento mais estável no sistema democrático. Logo mencionaremos como acontecimentos que marcaram os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram capazes de desalinhar e realinhar em boa parte o vínculo entre partidos e eleitores no país.

Este artigo tem três objetivos, todos de caráter descritivo. Interessa-nos mensurar a variação da taxa de identidade partidária no período de 2002 a 2010 com foco nos quatro maiores partidos brasileiros: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM). Buscaremos identificar as mudanças e continuidades no perfil dos eleitores partidários brasileiros no que tange à escolaridade, região e ideologia. Por fim, identificaremos em que estratos do eleitorado ocorreram as perdas e os ganhos de identidade partidária, tendo o controle das variáveis acima citadas. A decisão de abordar tais variáveis está baseada em estudos anteriores (VEIGA, 2007; SAMUELS, 2008, VENTURI, 2010,

SINGER, 2010) que apontaram alterações nos perfis dos eleitores partidários e petistas nestes aspectos no decorrer dos últimos anos. Assim, buscaremos monitorar tais variações. Para este estudo, serão utilizados os dados das três rodadas do ESEB realizadas em 2002, 2006 e 2010.

A variação da taxa de identidade partidária (2002/2010)

Não são poucos os estudos que destacam a propensão de queda da identidade partidária entre os eleitores nas democracias contemporâneas (DALTON E WATTENBERG, 2002). Para além da redução da taxa, verifica-se uma tendência de mudança quanto àqueles perfis tradicionais descritos por Campbell et al.(1960) de acordo com o qual o eleitor partidário seria detentor de mais conhecimento sobre a política e mais mobilizado e, por sua vez, o eleitor não partidário seria menos educado, detentor de pouca informação e não envolvido em eleições. Dalton (2008) sugere a existência de dois outros tipos de eleitores, os partidários rituais e os apartidários. O primeiro grupo seria composto por eleitores com baixo discernimento sobre os temas da política, mas mobilizados, sendo bastante sensíveis aos resultados das políticas públicas. Já o segundo grupo seria composto por votantes esclarecidos, mas que buscam outros canais para sua participação política, diferente do canal partidário. Ou seja, a depender do que tem sido detectado nas democracias contemporâneas, haveríamos de esperar encontrar aqui no Brasil queda na identidade e mudança do perfil do eleitor partidário, agora podendo ser ele menos estudado.

Mesmo diante de tais achados no âmbito internacional, Kinzo (2007) chegou a esperar que no Brasil, dado o contexto particular de retomada de eleições diretas para os cargos majoritários no decorrer dos anos 80, a experiência contínua de pleitos com os mesmos partidos protagonizando as disputas faria crescer a lealdade partidária. No entanto, ao se debruçar sobre os dados do Instituto Datafolha, verificou que, ao contrário do que esperava, a preferência partidária no período de 1989 a 2002 foi reduzida, a despeito inclusive da realização de três disputas presidenciais, quando supostamente os partidos seriam referências importantes. Kinzo, então, propõe que os partidos estariam priorizando candidaturas pessoais, em detrimento do desenvolvimento de laços entre partidos e eleitores.

De acordo com o histórico de pesquisas Ibope, Perseu Abramo, Datafolha e Criterium elaborado por Venturi (2010), no período de 1987 a 2010, constata-se que os números de eleitores sem preferência partidária podem variar entre 64% a 38% do eleitorado. O estágio de maior fragilidade da identidade partidária foi detectado em julho 1987, no momento inicial da mensuração pelos institutos e

quando o sistema multipartidário brasileiro estava se restabelecendo. E a única vez que se verifica novamente tal desvinculação entre eleitores e partidos é em dezembro de 2005, sob o efeito da série de denúncias de corrupção envolvendo, sobretudo o PT e o Governo Lula, quando o número de eleitores sem preferência partidária alcançou o patamar de 62%. Na maior parte do tempo, tal percentual varia de 52 a 59 pontos.

A respeito da distribuição da preferência entre os partidos, tem-se que até 1994 o partido que mais despertava a preferência partidária era o PMDB. No entanto, desde a sua criação, a preferência partidária pelo PT veio paulatinamente aumentando. Especificamente de 1989 a 1994, o partido passou de uma adesão de 8% do eleitorado para alcançar 21%. No decorrer dos anos 90, PT e PMDB disputaram a preferência do eleitorado brasileiro, cada um atingindo aproximadamente 20% de vínculos partidários. A partir de então, o PMDB viu o seu elo com os eleitores se atenuar, e o PT, no decorrer 1997 a 2005, viu a sua taxa de preferência partidária crescer, alcançando 27% do total do eleitorado (VENTURI, 2010).

Sobre o PFL – o Partido da Frente Liberal, agora DEM – verifica-se que ele obteve o seu ápice em 1997, quando atingiu 7% de identidade partidária. O PSDB, a despeito de ocupar o Governo Federal com Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002 e de ter candidatos com potencial nas disputas presidenciais (José Serra em 2002 e 2010 e Geraldo Alckmin em 2006), não conseguiu expandir a sua taxa de identidade partidária (KINZO, 2007).

Kinzo (2007) destaca que fatores organizacionais ajudam a explicar o desempenho diferenciado do PT. A começar pela sua origem, um partido de massa advindo dos movimentos sociais do início da década de 1980, demarcando desde o começo uma imagem nítida de esquerda, mantendo-se sempre na oposição dos governos que se aproximavam da tendência mais neo-liberal, que marcou as duas últimas décadas do século XX. Ademais, a autora justificava a presença de mais laço partidário do eleitorado com o PT pela estratégia da legenda de dar mais ênfase ao partido enquanto uma organização política.

De posse deste resgate, agora com o olhar para os dados do ESEB, podemos verificar que em 2002 manteve-se a tendência que vinha sendo reforçada desde 1994 de ser o PT uma legenda forte e francamente favorita do eleitorado. Esta disposição é pela primeira vez colocada em xeque em 2005, e o resultado foi a perda de cinco pontos percentuais mensurados pelo ESEB em 2006. De 2006 a 2010, tem-se a retomada da identidade partidária em 6,5 pontos, com o PT resgatando o prestígio do momento anterior a 2005.

O marco de 2005 é a crise do Mensalão, com denúncias de corrupção envolvendo lideranças petistas. Venturi (2010) destaca três fatores que acredita

convergir para o entendimento deste movimento de abrupta perda acompanhada de rápida retomada da identidade partidária: a) o desgaste das outras legendas perante a opinião pública, em contraposição ao enraizamento social do PT desde a sua origem e ao ganho gradual de legitimidade com a sua atuação nos governos municipais e estaduais; b) a percepção de que, se verdadeiro, o comportamento de petistas acusados de corrupção envolvendo financiamento paralelo de campanhas não se constituía uma novidade na política; e c) os resultados positivos do governo Lula na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Curiosa também é a situação do PMDB. Com a curva de identidade partidária acentuadamente decrescente nos últimos anos, ele obtém em 2010 apenas 2,5% de partidários a despeito de ter elegido a segunda maior bancada para a Câmara dos Deputados no mesmo ano com 79 parlamentares. Samuels (2004) já comentara que a distribuição do partidarismo tem um 'quê' de enviesamento, na medida em que partidos que conseguem atingir alto potencial de votos em eleições legislativas nacionais não aparecem na mesma proporção nas manifestações de preferências dos eleitores.

Em síntese, a despeito dos movimentos das taxas de identidade partidária em outras democracias contemporâneas, aqui no Brasil, no total do período em foco, não foi registrado o seu decréscimo.

Tabela 1
Partido com o qual tem identidade, para eleitores brasileiros,
2002/2006/2010 (%)

PARTIDOS	2002	2006	2010
Geral	39	28	39,2
PT	23	18	24,5
PMDB	4	4	2,7
PFL	2	1	0,5
PSDB	4	4	5,7
Outros	6	1	5,8

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010.

Mudanças e continuidades no perfil dos eleitores partidários

Uma vez constatado que houve uma onda de perda de identidade partidária de 2002 a 2006 e uma onda reversa de 2006 a 2010, uma dúvida se coloca: quais foram as mudanças e as continuidades no perfil dos eleitores partidários nestes três

momentos? De posse de tal resposta, outro questionamento se apresenta: Como se constituiu tal mudança de perfil? Analisaremos os seguintes aspectos do eleitorado: a escolaridade, a região e a ideologia.

Uma vez verificada a perda da identidade partidária e o seu impacto dentro do PT no período de 2002 a 2006, alguns estudiosos voltaram o olhar para o fenômeno. Veiga (2007) constatou que os eleitores com vínculo com o PT apresentavam em 2006 um perfil menos escolarizado, com uma postura menos à esquerda e mais ao centro do espectro ideológico, e com menos presença no Sudeste e mais presença no Nordeste do que em 2002. Samuels (2008) buscou reduzir o impacto da mudança, afirmando ter verificado um baixo grau de alteração nas bases do petismo. Mas confirmou que o eleitorado com identidade partidária com o PT estava então menos escolarizado, com ideologia levemente mais moderada e menos concentrado na região Sudeste. Coloca em dúvida, no entanto, se tal mudança teria ocorrido apenas no período de 2002 a 2006 ou se já iniciara antes da chegada de Lula ao Governo Federal, ainda nos anos 90.

Os achados de Venturi (2010) corroboram o que foi encontrado por Veiga no sentido que houve uma popularização do partido. Ele ainda apresenta números que atenuam a dúvida apresentada por Samuels, ao afirmar que a mudança na composição social da preferência partidária pelo PT aconteceu de forma gradual e já era observável nas eleições de 2002, quando os eleitores com renda familiar até dois salários mínimos passaram a ser responsáveis por cerca de metade dos petistas – uma alteração que se acentua em 2006, reconhece, mas que já marcara forte presença, no entanto, quatro anos antes. O autor ainda aponta que no processo teria havido antes um crescimento da adesão popular ao PT do que uma troca de estratos sociais, com a entrada dos segmentos de mais baixa renda e com a saída das classes médias e alta.

Singer (2010) termina por agregar a sugestão de Veiga (2007) e os achados de Venturi (2010) com uma resposta dupla ao propor que o partido já havia se popularizado ao receber um apoio inédito de eleitores de menor renda em 2002 e sofreu uma nova onda de popularização, por subtração, ao perder a simpatia no eleitorado de classe média, estando o PT agora, em boa parte, sustentado pelo apoio conquistado em 2002.

Tal discussão motivou o segundo e o terceiro objetivos específicos deste trabalho, que seja monitorar as variações no perfil dos identificados, e ainda, identificar a composição da mudança.

Escolaridade. A evolução do perfil

No eleitorado de 2002 a 2006, houve redução de escolaridade quando tomamos como medida a moda, entre os eleitores partidários e entre aqueles com vínculo com alguma das quatro legendas sob análise, exceção para o PMDB. A moda, neste caso, nos indica qual é o grau de escolaridade mais freqüente no grupo sob análise. No caso do PT, em 2002, os partidários com ensino médio eram os mais freqüentes, já em 2006, os mais comuns eram os eleitores analfabetos ou com até quatro anos de estudo. Neste caso, podemos verificar que a escolaridade, do eleitor partidário e do eleitorado em geral é maior do que aquela identificada entre os petistas em 2006. No eleitorado e entre os partidários, a instrução mais freqüente em 2006 foi aquela na faixa de quatro a oito anos de estudo.

Já de 2006 para 2010, ainda com olhar para a moda, nota-se o aumento do grau de instrução no eleitorado, nos partidários e naqueles que apresentam vínculo com o PT e o DEM, e nota-se a manutenção da escolaridade entre os vinculados ao PSDB, definindo como padrão do eleitor, aquele com ensino médio, independente de sua identidade partidária, exceção, novamente, apenas para o PMDB (Tabela 2).

Tabela 2
Escolaridade do eleitorado, dos eleitores partidários e dos partidários identificados com PT, PMDB, DEM/PFL e PSDB
(moda) – 2002, 2006 e 2010

Eleitorado ¹			Partidários			PT			PMDB			DEM/PFL			PSDB		
2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010	2002	2006	2010
Ensino Médio	Ginásio Incompleto	Ensino Médio	Ensino Médio	Ginásio Incompleto	Ensino Médio	Ensino Médio	Analfabeto - de 4 anos estudo	Ensino Médio	Completa 4ª Série do EF	Completo E. F .	Completa 4ª Série do EF	Ensino Médio	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Médio	Ensino Médio

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010. Teste do Chi-Square: Sig 0,000 em 2002, 2006 e 2010.

¹ [1] Em 2006, o nível de escolaridade mais freqüente no eleitorado era o ginásio incompleto com 16,8% do total, mas, com uma taxa muito próxima, tinha-se o grupo de eleitores com segundo grau completo com 16,6%. Da mesma maneira, no que se refere aos partidários, a taxa de eleitores com ginásio incompleto era de 16,5% e a de colegial completo era de 16%.

A composição da mudança

A partir das análises de como os grupos com escolaridades distintas se comportaram no que tange à identidade partidária, foi possível entender como se deu a alteração da moda detectada anteriormente. O primeiro ponto a ser ressaltado é que, apesar da queda da identidade partidária ter acontecido em todos os segmentos de escolaridade, ela não incidiu de maneira homogênea. No segmento dos partidários com ensino superior foi possível perceber uma redução de 21,6 pontos percentuais, de 11,10 entre aqueles com ensino médio, e entre os que tinham ensino fundamental o decréscimo foi de 8,8 pontos. Ou seja, em termos percentuais, houve maior perda de eleitores partidários nos segmentos com mais escolaridade do que naquele com menos instrução, daí a moda ter sido alterada entre 2002 e 2006. De 2006 a 2010, embora se perceba um retorno em todos os segmentos, é dentro dos grupos dos mais instruídos que há uma taxa maior de resgate da identidade partidária. Ou seja, as alterações das modas estão antes relacionadas com a oscilação dos eleitores partidários com mais escolaridade do que ao movimento do outro segmento.

Ao longo de todo o período (2002/2010), constatou-se que a identidade partidária sofreu um leve acréscimo entre os eleitores com baixa escolaridade (de 1,5 pontos percentuais) e um discreto decréscimo nas demais faixas (de 2,4 pontos entre aqueles com ensino médio e 2,9 entre os com ensino superior). O eleitor que demonstrou-se mais volátil no que se refere à identidade partidária no período foi o eleitor com ensino superior.

Tabela 3 (a)
Distribuição da identidade partidária dentre as faixas
de escolaridade 2002, 2006 e 2010 (%)

Escolaridade	2002			2006			2010		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Ensino Fundamental	37,1	62,9	100	28,3	71,7	100	38,6	61,4	100
Ensino Médio	44,4	55,6	100	33,3	66,7	100	42,0	58,0	100
Ensino Superior	47,1	52,9	100	25,5	74,5	100	44,2	55,8	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,000			Sig. 0,222			Sig. 0,161		

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010. Quanto ao teste Pearson Chi-quadrado, tem-se que apenas em 2002, foram verificadas diferenças significativas no comportamento dos eleitores que se enquadravam nas distintas faixas de escolaridade sobre as possibilidades de se identificarem com alguma legenda.

Tabela 3 (b)
Saldo da Distribuição da identidade partidária
dentre as faixas de escolaridade (%)

SALDO	2002/2006	2006/2010	2002/2010
Escolaridade	Saldo	Saldo	Saldo
Ensino Fundamental	-8,8	10,3	1,5
Ensino Médio	-11,1	8,7	-2,4
Ensino Superior	-21,6	18,7	-2,9

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010

Em 2002, o segmento que apresentava a maior concentração de petistas era aquele formado por eleitores com ensino médio (70,9%) e ensino superior (53,5%). De 2002 a 2006, ocorrem dois movimentos bastante díspares. No segmento de eleitores com baixa escolaridade, o petismo cresce 16,2 pontos percentuais, enquanto decresce em 33,5 pontos percentuais entre os eleitores com ensino superior.

Já de 2006 a 2010, o número de adeptos ao PT entre aqueles com ensino superior cresce em 23,6 pontos percentuais. Apesar da oscilação positiva, não se retoma o percentual de eleitores com vínculo com o PT vistos em 2002 neste

segmento. Registra-se queda neste período do petismo entre os eleitores com ensino fundamental (de 3,4 pontos percentuais) e ensino médio (de 2,1 pontos).

No que diz respeito ao PMDB e ao PSDB, pode-se dizer que entre os eleitores com ensino médio e ensino superior, no período de 2002 a 2006, o vínculo partidário aumenta, mas o movimento reverte entre 2006 e 2010.

Tabela 4 (a)
Distribuição da identidade partidária para cada um dos quatro grandes partidos
dentre as faixas de escolaridade – 2002, 2006 e 2010 (%)

	2002					
Escolaridade	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Ensino Fundamental	53,5	15,2	8,5	7,0	15,8	100
Ensino Médio	70,9	7,2	7,2	5,7	14,7	100
Ensino Superior	68,1	1,4	20,8	3,5	9,7	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,003					
	2006					
Escolaridade	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Ensino Fundamental	69,7	14,5	7,3	1,8	6,7	100
Ensino Médio	61,9	13,1	16,7	2,4	5,9	100
Ensino Superior	34,6	7,7	38,5	0,0	19,2	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,001					
	2010					
Escolaridade	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Ensino Fundamental	66,3	9,2	13,5	0,5	10,5	100
Ensino Médio	59,8	5,2	16,7	2,0	16,3	100
Ensino Superior	58,2	2,7	13,6	2,7	22,8	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,131					

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010. Quanto ao teste Pearson Chi-quadrado, verifica-se que em 2002 e em 2006 havia diferenças significativas entre os eleitores que se enquadravam nas distintas faixas de escolaridade quanto às possibilidades de se identificarem mais ou menos com determinada legenda (Sig. 0,003 e Sig. 0,001, respectivamente). No entanto, em 2010, tal tendência não se repete (Sig.0,131).

Tabela 4 (b)
Saldo da Distribuição da identidade partidária para cada um dos quatro grandes partidos dentre as faixas de escolaridade – 2002, 2006 e 2010 (%)

	SALDO PT			SALDO PMDB	SALDO PSDB	SALDO PFL/DEM
	2002/ 2006	2006/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010
Ensino fundamental	16,2	-3,4	12,8	-6,0	5,0	-6,5
Ensino médio	-9,0	-2,1	-11,1	-2,0	9,5	-3,7
Ensino superior	-33,5	23,6	-9,9	1,3	-7,2	-0,8

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010

Ao final do período, de 2002 a 2010, observa-se que a identificação com o PT entre os eleitores com ensino superior caiu em 9,9 pontos percentuais e 11,1 pontos entre os eleitores com ensino médio. Já entre os eleitores com ensino fundamental, ela cresceu 12,8 pontos.

Ao longo de 2002 a 2010, são mais sensíveis as perdas de vínculo com o PMDB no grupo eleitores com ensino fundamental (de 6 pontos percentuais), mas a curva descendente também é visível dentre os eleitores de ensino médio (menos 2 pontos). Quanto ao PSDB, entre os eleitores com ensino superior registrou-se a maior perda de partidários, de 7,2 pontos percentuais. Nos diversos segmentos de escolaridade, registrou-se a perda de identidade com o PFL/DEM.

Regiões. A evolução do perfil

De 2002 a 2006, a taxa de identidade partidária cresce em 9 pontos percentuais no Sul do país, em 5,4 pontos no Norte/Centro Oeste, e de maneira menos acentuada, em 0,9 pontos, no Nordeste, e decresce apenas na região Sudeste, em 12,9 pontos. De 2006 a 2010, o vínculo partidário continua a crescer no Nordeste (3,1 pontos percentuais); o crescimento também é observado na região Sudeste (de 3,6 pontos), de forma a atenuar a queda identificada no período anterior, mantém-se no Norte/Centro Oeste (acréscimo de 0,1 ponto) e recua no Sul no país (em 6,8 pontos).

De 2002 a 2006, o petismo cresce 10 pontos percentuais no Nordeste e 6 pontos percentuais no Norte/Centro Oeste, mantém-se com os mesmos percentuais no Sul e decresce em 16 pontos no Sudeste. De 2006 a 2010, o vínculo com o PT permanece praticamente constante no Nordeste (decréscimo de 0,1 pontos percentuais), sofre leve redução no Norte/Centro Oeste (de 1,1 pontos) e Sul (de 1,6 pontos), e aumenta em 2,8 pontos no Sudeste, diminuindo a perda do período anterior. A expansão do petismo no Nordeste é a continuidade de um movimento identificado por Venturi:

Inicialmente, em 1989, mais de três quintos dos “petistas” (62%) estavam no Sudeste (que abriga cerca de 44% do eleitorado) e apenas 14% no Nordeste (com 28% dos eleitores) – desequilíbrio que seria atenuado nos anos 1990, mas que estará presente até as eleições de 2002. Só em abril de 2005, pré-crise, os “petistas” apresentaram pela primeira vez proporções que se aproximam da distribuição do universo eleitoral: 43% estavam no Sudeste, 31% no Nordeste, 14% no Sul e 12% no Norte/Centro-Oeste. Mas, ao se recuperarem da crise, um ano depois, o desbalanço na distribuição dos “petistas” reapareceria, só que agora com o Sudeste abaixo de sua proporção no eleitorado (apenas 37%) e o Nordeste acima (34%). (VENTURI, 2010, p. 207)

Enquanto o vínculo partidário com o PT avança no Nordeste, o elo com o PMDB é reduzido em 18 pontos na região no período de 2002 a 2006. Há um leve decréscimo de identidade partidária com o PMDB também no Sudeste no mesmo período com perda de dois pontos. No Sul, registra-se acentuado crescimento de adesão ao partido, com aumento de 15 pontos percentuais, e cresce também a identidade partidária nas regiões Norte e Centro Oeste em 5 pontos. De 2006 a 2010, o partido recupera a adesão na região Nordeste, quando sobe 14,8 pontos percentuais; cresce também o vínculo no Norte e Centro Oeste, acumulando a soma de 10,2 pontos em aumento da identidade partidária no período de 2002 a 2010. Há perdas de partidários no Sudeste, e de maneira mais acentuada, no Sul.

Apesar das oscilações em 2006, registra-se a tendência de estabilidade na distribuição de identidade partidária com o DEM/PFL entre as regiões, prevalecendo ainda o vínculo com o Nordeste do país. No caso do PSDB, há uma queda nas regiões Nordeste e Sudeste e um crescimento de identidade partidária nas regiões Sul e Norte/Centro Oeste no período de 2002 a 2010.

Tabela 5
Distribuição da identidade partidária por região do Brasil 2002, 2006 e 2010 (%)

PARTIDO	REGIÃO	2002	2006	2010
Partidários	Nordeste	24,8	25,7	28,8
	Norte/Centro-Oeste	8,7	14,1	14,3
	Sudeste	54,2	41,3	44,9
	Sul	9,8	18,8	12
	Total	100	100	100
Eleitores	Nordeste	24,7	26,9	27
	Norte/Centro-Oeste	9,2	12,4	14,4
	Sudeste	53,1	45,2	43,6
	Sul	12,9	15,4	15
	Total	100	100	100
PT	Nordeste	22	32	31,9
	Norte/Centro-Oeste	8	14	12,9
	Sudeste	58	42	44,8
	Sul	12	12	10,4
	Total	100	100	100
PMDB	Nordeste	31	13	27,8
	Norte/Centro-Oeste	12	17	22,2
	Sudeste	38	36	31,5
	Sul	19	34	18,5
	Total	100	100	100
DEM/PFL	Nordeste	46	94	50
	Norte/Centro-Oeste	9	0	0
	Sudeste	33	0	30
	Sul	12	6	20
	Total	100	100	100
PSDB	Nordeste	23	15	16,8
	Norte/Centro-Oeste	9	11	16,8
	Sudeste	61	52	51
	Sul	7	23	15
	Total	100	100	100

Fonte: ESEB, 2002, 2006 e 2010. Teste de independência de médias: Sig 0,001 em 2002 e Sig 0,000 em 2006 e 2010. Os resultados dos testes apontam que há diferenças significativas quanto à distribuição da identidade partidária entre as diversas legendas e as regiões. No entanto, não podemos afirmar se a diferença é significativa entre todos ou apenas entre um partido e os demais.

A composição da mudança

Em 2002, havia mais concentração de eleitores partidários no Sudeste (41,7%) e no Nordeste (41,1%). Mas de 2002 a 2006, quando ocorre queda do vínculo partidário em todas as regiões, o decréscimo é mais sentido nas mesmas, tendo recuado 15,4 pontos percentuais no Sudeste e 11,8 no Nordeste.

Já de 2006 a 2010, percebe-se o acréscimo do vínculo partidário em meio aos eleitores das diversas regiões, exceção para o grupo do Sul do país, onde a identidade partidária continua a decrescer, em 4,9 pontos percentuais. Dentre os eleitores da região Sudeste, o acréscimo de 15 pontos percentuais fez quase neutralizar a queda da identidade partidária sentida no período anterior. E no caso do Nordeste, nota-se o aumento da identidade partidária em 14,4 pontos percentuais, acumulando nos dois períodos o avanço de 2,6 pontos.

Ao longo de todo o período (2002/2010), observa-se leve aumento da incidência de eleitores partidários nas regiões Norte/Centro Oeste e Nordeste – 2,3 e 2,6 pontos percentuais respectivamente; uma queda mínima, de 0,4 pontos percentuais, em meio aos eleitores do Sudeste do país, e o decréscimo de 5,90 pontos dentre os eleitores do Sul.

Tabela 6 (a)
Distribuição da identidade partidária em meio às regiões do Brasil
2002, 2006 e 2010 (%)

Região do País	2002			2006			2010		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Norte/ Centro-Oeste	37,8	62,2	100	31,5	68,5	100	40,1	59,9	100
Nordeste	41,1	58,9	100	29,3	70,7	100	43,7	56,3	100
Sudeste	41,7	58,3	100	26,3	73,7	100	41,3	58,7	100
Sul	38,1	61,9	100	37,1	62,9	100	32,2	67,8	100
Pearson Chi- quadrado	Sig 0,527			Sig 0,098			Sig. 0,013		

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010. Quanto ao teste do Pearson Chi-quadrado, apenas em 2010 foi possível verificar diferenças entre os eleitores das distintas regiões no que tange à identidade partidária (Sig. 0,013). Ou seja, apenas em 2010, a região de moradia passa a ser um diferencial sobre ter ou não ter identidade partidária.

Tabela 6 (b)
Saldo da distribuição da identidade partidária por região do Brasil (%)

2002, 2006 E 2010 (%).	2002/2006	2006/2010	2002/2010
Região do País	Saldo	Saldo	Saldo
Norte/ Centro-Oeste	-6,3	8,6	2,3
Nordeste	-11,8	14,4	2,6
Sudeste	-15,4	15,0	-0,4
Sul	-1,0	-4,9	-5,9

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010

Em 2002, a região na qual se notava maior presença de eleitores com vínculo com o PT era o Sudeste (65,9%), seguido do Sul (62,3%); entre 2006 e 2010, o número de petistas dentre os eleitores do Sul decresceu em 21,9 pontos percentuais. No sentido inverso, a presença do laço com o PT em meio ao eleitorado do Nordeste cresceu 24,6 pontos percentuais. O aumento do petismo também ocorreu nas regiões Norte e Centro Oeste, em 6,7 pontos. Em 2006, o Nordeste era a região que contava com a maior concentração de petistas, 80,3% dentre aqueles com identidade partidária. Ao final do período, de 2002 a 2010, registra-se que a identificação com o PT dentre os eleitores do Nordeste cresceu em 14,9%, e ainda teve um leve aumento no interior do eleitorado do Norte e Centro Oeste de 1,5 pontos percentual. Em meio aos eleitores do Sudeste e do Sul, a perda foi de 3,1 pontos e oito pontos percentuais, respectivamente.

No nicho que PT mais viu crescer o seu vínculo com o eleitor é aquele em que o PMDB e PFL/DEM mais perderam eleitores identificados - 6,4 e 8,7 pontos percentuais, respectivamente, ou seja, no Nordeste.

Tabela 7 (a)
Distribuição da identidade partidária por partido
e por região – 2002, 2006 e 2010 (%)

2002						
Região do País	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/ Centro-Oeste	54,8	13,1	6,5	6,0	19,6	100
Nordeste	55,7	13,2	9,2	11,0	10,9	100
Sudeste	65,9	7,3	11,0	3,5	12,3	100
Sul	62,3	15,8	6,1	6,1	9,7	100
Pearson Chi-quadrado	Sig 0,004					
2006						
Região do País	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/ Centro-Oeste	61,5	15,4	10,3	0,0	12,8	100
Nordeste	80,3	7,0	7,0	5,6	0,1	100
Sudeste	66,7	11,7	17,1	0,0	4,5	100
Sul	40,4	23,1	15,4	0,0	21,1	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,000					
2010						
Região do País	PT	PMDB	PSDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/ Centro-Oeste	56,3	10,7	17,0	0,0	16,0	100
Nordeste	70,6	6,8	8,6	2,3	11,7	100
Sudeste	62,8	4,9	16,6	0,9	14,8	100
Sul	54,3	10,6	18,1	2,1	14,9	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,052					

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010. Quanto ao teste Pearson Chi-quadrado, verifica-se que em 2002 e em 2006 havia diferenças entre os eleitores que se enquadravam nas distintas regiões no que tange às possibilidades de se identificarem mais ou menos com determinada legenda (Sig. 0,004 e Sig. 0,000, respectivamente). No entanto, em 2010, não foi possível identificar tal diferença entre os eleitores de regiões distintas (Sig.0,052).

Tabela 7 (b)
Distribuição da identidade partidária por partido
dentre as regiões – 2002, 2006 e 2010

Região do País	Saldo PT			Saldo PMDB	Saldo PSDB	Saldo PFL/DEM	Outros
	2002/ 2006	2006/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	
Norte/ Centro-Oeste	6,7	-5,2	1,5	-2,4	10,5	-6	-0,036
Nordeste	24,6	-9,7	14,9	-6,4	-0,6	-9	0,008
Sudeste	0,8	-3,9	-3,1	-2,4	5,6	-3	0,025
Sul	-21,9	13,9	-8,0	-5,2	12,0	-4	0,052

Fonte: ESEB, 2002, 2006, 2010

Ideologia. A evolução do perfil

Em 2002 e 2006 o eleitor em geral tendia a se autolocalizar mais à direita na escala ideológica do que o eleitor com identidade partidária, uma tendência que se altera em 2010. Os eleitores partidários caminharam para a direita com passos mais largos do que o total do eleitorado neste período de oito anos. Situação semelhante pode ser encontrada entre os eleitores com vínculo petista, que deixaram de definir-se como de centro esquerda (média 4,7) em 2002, para se autolocalizarem como centro-direita (média 5,98) em 2010. O mesmo movimento não foi registrado entre os partidários das demais legendas, que oscilaram em avanços à esquerda na escala ideológica em 2006 e depois à direita, em 2010.

Tabela 8
Autolocalização ideológica do eleitorado, dos eleitores partidários e dos partidários com PT, PMDB, DEM/PFL e PSDB (moda) – 2002, 2006 e 2010 (%)

		2002	2006	2010
Eleitores	Média	6,03	6,04	6,35
	Mediana	6	5	7
	Desvio Padrão	3,34	2,78	3,19
Partidários	Média	5,55	5,71	6,44
	Mediana	5	5	7
	Desvio Padrão	3,7	3,16	3,41
PT	Média	4,7	5,5	5,98
	Mediana	5	5	7
	Desvio Padrão	3,6	3,4	3,54
PMDB	Média	8,3	6,3	7,7
	Mediana	10	5,0	9,0
	Desvio Padrão	2,7	2,3	2,78
DEM/PFL	Média	6,1	8,5	5,0
	Mediana	8,0	10	5,0
	Desvio Padrão	3,9	3,4	4,0
PSDB	Média	6,5	5,7	8,02
	Mediana	8	6	9
	Desvio Padrão	3,3	3,4	2,59

Fonte: ESEB, 2002, 2006 e 2010 .

Escala: Esquerda (0) a Direita (10)

A composição da mudança

Em 2002, os segmentos ideológicos que mais continham eleitores com identidade partidária eram os de esquerda (66,1%) e os de centro-esquerda (49,1%). De 2002 a 2006, houve queda do vínculo partidário dentre os diferentes agrupamentos ideológicos, com exceção para aquele de centro-direita.

De 2006 a 2010, observa-se o acréscimo do vínculo partidário em meio aos eleitores de todos agrupamentos ideológicos com exceção para o de centro-esquerda, mas tal acréscimo não ocorreu de maneira homogênea, tendo os segmentos de centro-direita (10,7 pontos percentuais) e direita (13,1) angariado mais partidários do que os de esquerda (1,9) e centro (5). Em 2010, os segmentos

de esquerda e de centro-esquerda continuam concentrando mais eleitores partidários do que os demais grupos.

Ao longo de todo o período analisado, registra-se o aumento da incidência de eleitores partidários em meio aos eleitores de centro-direita com 13,9 pontos percentuais e dentre o segmento de direita, com 6,4 pontos percentuais. Observa-se ainda, a queda da identidade partidária em meio aos eleitores de centro (4,1 pontos percentuais), centro-esquerda (6,8) e esquerda (4,2). Ou seja, os eleitores com identidade partidária no interior dos segmentos de esquerda, centro-esquerda e centro foram reduzidos em termos percentuais ao longo dos oito anos, enquanto a centro-direita e direita passaram a contar com mais eleitores partidários.

Tabela 9 (a)
Distribuição da identidade partidária dentre os segmentos ideológicos
(autolocalização) 2002, 2006 e 2010 (%)

Ideologia	2002			2006			2010		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Esquerda	66,1	33,9	100	60,0	40,0	100	61,9	38,1	100
Centro Esquerda	49,1	50,9	100	45,7	54,3	100	42,3	57,7	100
Centro	36,5	63,5	100	27,4	72,6	100	32,4	67,6	100
Centro Direita	29,2	70,8	100	32,4	67,6	100	43,1	56,9	100
Direita	45,0	55,0	100	38,3	61,7	100	51,4	48,6	100
Pearson Chi- quadrado	Sig. 0,000			Sig. 0,000			Sig. 0,000		

Fonte: ESEB, 2002, 2006 e 2010 Categorias de auto-localização ideológica: de 0 a 2 (esquerda), de 3 a 4 (centro esquerda), 5 (centro), de 6 a 7 (centro direita), de 8 a 10 (direita). Quanto ao teste do Pearson Chi-quadrado, foi possível verificar que a postura ideológica do eleitor é significativa no que se refere a ele ter ou não ter identidade partidária em todo o período de 2002 a 2010.

Tabela 9 (b)
Saldo da Distribuição da identidade partidária
dentre os segmentos ideológicos (autolocalização) (%)

	2002/2006	2006/2010	2002/2010
Ideologia	Saldo	Saldo	Saldo
Esquerda	-6,10	1,90	-4,20
Centro Esquerda	-3,40	-3,40	-6,80
Centro	-9,10	5,00	-4,10
Centro Direita	3,20	10,70	13,90
Direita	-6,70	13,10	6,40

Fonte: ESEB, 2002, 2006 e 2010

Em 2002, os segmentos de eleitores de esquerda (75%), centro-esquerda (76%) e centro (71,9%) apresentavam maior concentração de petistas. Com a queda do vínculo com o PT de 2002 a 2006, a redução pode ser notada no interior dos diferentes segmentos ideológicos, com exceção do grupo que se autolocalizava à direita. Neste nicho, o número de petistas subiu, no período, 15,3 pontos percentuais. A maior queda deu-se no agrupamento de centro do espectro ideológico, com a redução de 19 pontos percentuais de petismo. No momento posterior, com a retomada por parte do eleitorado da identidade petista, não se verifica qualquer movimento de retorno neste segmento de esquerda. No eleitorado do centro, o déficit acumulado ao longo dos oito anos é de 19,7 pontos percentuais. Entre os partidários do grupo de esquerda, a queda também mostrou-se contínua, sem reversão. Mas, no sentido oposto, registra-se o crescimento da identidade com o PT no decorrer do período nos segmentos de centro-esquerda (6,9 pontos percentuais) e de direita (14,2 pontos percentuais).

Enquanto o petismo cresceu dentre os eleitores de centro-esquerda, foi neste grupo que o PSDB perdeu partidários. Em todos os demais, o partido tucano conseguiu aumentar o grau de partidatismo. PMDB e PFL/Dem perderam partidários nos diferentes segmentos ideológicos, mas a redução foi mais perceptível entre os eleitores de direita.

Tabela 10 (a)
Distribuição da identidade partidária para os partidos dentro os segmentos ideológicos (autolocalização) – 2002, 2006 e 2010

	2002					
Ideologia	PT	PMDB	PSDB	PFL/Dem	Outros	Total
Esquerda	75,4	2,6	4,4	7,0	10,6	100
Centro-Esquerda	76,0	0,0	18,0	0,0	6,0	100
Centro	71,9	6,3	7,8	4,7	9,3	100
Centro-Direita	63,6	12,1	12,1	3,0	9,2	100
Direita	44,7	20,7	14,0	8,4	12,2	100
Pearson Chi-quadrado	Sig 0,079					
	2006					
Ideologia	PT	PMDB	PSDB	PFL/Dem	Outros	Total
Esquerda	72,50	2,50	12,50	0,00	12,50	100
Centro-Esquerda	61,90	19,00	9,50	4,80	4,80	100
Centro	52,90	27,50	9,80	0,00	9,80	100
Centro-Direita	47,80	13,00	17,40	0,00	21,80	100
Direita	60,00	14,70	14,70	2,70	7,90	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,055					
	2010					
Ideologia	PT	PMDB	PSDB	PFL/Dem	Outros	Total
Esquerda	67,70	2,10	8,30	4,20	17,70	100
Centro-Esquerda	82,90	0,00	0,00	0,00	17,10	100
Centro	52,20	7,20	15,90	1,40	23,30	100
Centro-Direita	52,50	8,50	15,30	1,70	22,00	100
Direita	58,90	9,80	21,10	1,60	8,60	100
Pearson Chi-quadrado	Sig. 0,001					

Fonte: ESEB 2002,2006 e 2010. Quanto ao teste Pearson Chi-quadrado, verifica-se que apenas em 2010 a ideologia dos eleitores partidários foi significativa que tange à qual partido se identificar.

Tabela 10 (b)
Distribuição da identidade partidária para os partidos dentre os segmentos ideológicos (autolocalização) – 2002, 2006 e 2010

	SALDO PT			SALDO PMDB	SALDO PSDB	SALDO PFL/DEM
	2002/ 2006	2006/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010	2002/ 2010
Ideologia						
Esquerda	-2,90	-4,80	-7,70	-0,50	3,90	-2,80
Centro-Esquerda	-14,10	21,00	6,90	0,00	-18,00	0,00
Centro	-19,00	-0,70	-19,70	0,90	8,10	-3,30
Centro-Direita	-15,80	4,70	-11,10	-3,60	3,20	-1,30
Direita	15,30	-1,10	14,20	-10,90	7,10	-6,80

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar a evolução do partidarismo e do petismo no Brasil no período de 2002 a 2010, tendo como base os surveys pós-eleitorais da coleção ESEB, realizados em 2002, 2006 e 2010. O primeiro objetivo específico foi mensurar as variações do partidarismo no período. Neste caso, o foco esteve no partidarismo e nos vínculos com os quatro maiores partidos brasileiros: PT, PMDB, PSDB e DEM. A relevância do PT nesta análise deve-se à sua importância destacada para o partidarismo no país. Também buscamos identificar as mudanças nos perfis dos partidários nos três momentos analisados, onde o interesse maior foi em acompanhar as variações nas características de escolaridade, região e ideologia. Finalmente procura-se entender como tal mudança havia se constituído. Apresento a seguir uma discussão sobre os principais achados.

O partidarismo no país caiu no período de 2002 a 2006 de 39% para 28%; e atingiu o patamar mais baixo verificado desde 1987. O eleitorado estava sob o efeito das denúncias do esquema de corrupção - conhecido como Mensalão - que envolvia o PT, outros partidos da base aliada e o Governo Lula. Por sua vez, de 2006 a 2010, o partidarismo subiu 11,2 pontos percentuais, voltando a um estágio muito próximo ao ponto de partida em 2002, e retomando as taxas usuais presentes ao longo do período da Nova República.

A legenda que mais perdeu adeptos com a queda do partidarismo foi o PT, com a taxa de identidade reduzida em 5 pontos percentuais. Nenhum dos grandes

partidos se beneficiou de tal perda do petismo. Com o movimento da retomada foi novamente o PT que se destacou e subiu 6,5 pontos percentuais, atingindo 24,5% de identidade junto ao eleitorado brasileiro. É instigante pensar na força demonstrada por este partido, que afastou sem afugentar seus adeptos, e conseguiu reavê-los em um curto período de tempo.

Analizamos o partidatismo segundo as características de escolaridade, região e ideologia. Com relação a escolaridade, de 2002 a 2006, observou-se sua redução entre os eleitores com identidade partidária e aqueles vinculados com alguma das quatro legendas sob análise, com exceção do PMDB. De 2006 para 2010, ocorreu o aumento do grau de instrução no eleitorado, nos partidários e naqueles que apresentam vínculo com o PT e o DEM e a manutenção da escolaridade entre os vinculados ao PSDB, estabelecendo como padrão de eleitor - partidário ou não - aquele com ensino médio, exceção, novamente, apenas para o PMDB. Com relação à constituição da mudança geral, vimos que as alterações das modas no período de 2002 a 2010 estão antes relacionadas com a oscilação mais acentuada dos eleitores partidários com mais escolaridade do que ao movimento do eleitorado de ensino fundamental.

Com relação à constituição da mudança do perfil do petista em específico verificou-se no decorrer de 2002 a 2010 o crescimento 12,8 pontos percentuais da adesão ao partido dentro do segmento de eleitores com ensino fundamental e as perdas de 9,9 pontos percentuais dentre os votantes de ensino superior e de 11, 1 dentre os votantes de ensino médio.

Sobre a distribuição geográfica, de 2002 a 2010 o partidatismo cresceu no Nordeste, Norte/Centro Oeste, Sul e decresceu no Sudeste. O petismo subiu de maneira acentuada no Nordeste de 2002 a 2006 e se manteve até 2010, sendo que um movimento parecido, apenas mais tênue, ocorreu no Norte/Centro Oeste. De 2002 a 2006, o vínculo com o PT foi reduzido no Sudeste e recuperou-se um pouco de 2006 a 2010. No caso do Sul, houve pequena perda do vínculo, nesse período.

Sobre o petismo em específico, ao final do período de 2002 a 2010, ele cresceu em meio ao grupo de eleitores do Nordeste chegando a 70,6% em 2010, e teve ainda um leve aumento no interior do eleitorado do Norte e Centro Oeste sua perda ocorreu em meio aos eleitores do Sudeste e do Sul.

Sobre a caracterização ideológica do partidatismo, observou-se que, ao longo de todo o período (2002/2010), os percentuais de eleitores com identidade partidária no interior dos segmentos de esquerda, centro-esquerda e centro foram reduzidos, enquanto os grupos com ideologia de centro direita e direita passaram a contar com mais eleitores partidários no aumento da média na escala ideológica do perfil do partidário.

Para os petistas, com a queda do vínculo com o PT de 2002 a 2006, a redução pode ser notada no interior dos diferentes segmentos ideológicos, com exceção do grupo que se autolocalizava à direita. Neste nicho, o número de petista subiu no período em 15,3 pontos percentuais. A maior queda se deu no agrupamento de centro do espectro ideológico, com a redução de 19 pontos percentuais de petismo. No período posterior de 2006 a 2010, com a retomada da identidade partidária com o PT, não houve qualquer movimento de retorno no segmento de esquerda, no qual a adesão caiu nos dois períodos. No eleitorado do centro, e de direita houve déficits acumulados ao longo dos oito anos. No sentido oposto, registrou-se o crescimento da identidade com o PT no decorrer do período nos segmentos de centro-esquerda e de direita. Tem-se aí como constituiu-se a mudança na média ideológica entre os petistas no período.

Este trabalho responde algumas dúvidas e sugere outras. Os achados suscitam outros questionamentos que devem motivar outras pesquisas. Por exemplo, o que explica o resgate da identidade partidária no período de 2006 a 2010, de maneira tão rápida, em todos os segmentos de eleitores, mas de maneira mais intensa entre aqueles de ensino superior? Por que após cair 33,5 pontos percentuais a taxa de petismo em meio aos eleitores com ensino superior, em apenas quatro anos, nos quatro anos seguintes, tal adesão cresce em 23,6%? Mas existe outro questionamento que perpassa todos os números que foram vistos acima: De que “âncora política”, para usar a expressão de Dalton e Wattenberg, estamos tratando nestes oito anos em foco?

Referências bibliográficas:

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W.; STUKES, D. E. 1960. *The american voter*. NY: Wiley. 1960.

DALTON, R. J. *Citizen Politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5ª ed. Washington. CQPress, 2008.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KINZO, M. D'A. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In: KINZO, M. D.; BRAGA, M.S. (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.

SAMUELS, D. “As bases do Petismo”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.10, nº 2, p.221-241, out. 2004.

_____. “A evolução do Petismo (2002-2008)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.14, nº 2, p. 302-318. nov. 2008.

SINGER, A. “A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores”. *Novos Estudos*. CEBRAP, nº 88, p.89-111, nov. 2010.

VEIGA, L. F. “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.13, nº 2, p. 340-365, nov.2007.

VENTURI, G. “PT 30 anos: Crescimento e mudanças na preferência partidária”. *Revista Perseu*, nº 5, p.196-214, jun. 2010.

Luciana Veiga – lucveiga@terra.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores

Denise Paiva

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Goiás

Gabriela da Silva Tarouco

Departamento de Ciências Políticas
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo pretende contribuir para o debate sobre o papel dos partidos na escolha eleitoral no Brasil e tem como objetivo central verificar como a preferência partidária, operacionalizada em termos de uma escala de apreço pelos partidos individualmente, se relaciona com variáveis socioeconômicas e com a decisão do voto. Os resultados indicam que a renda familiar não explica as preferências dos eleitores pelos partidos, que, por sua vez, também não explicam o voto para deputado federal, sugerindo uma confirmação das hipóteses presentes na literatura a respeito do declínio da identificação partidária e da fraqueza dos laços sociais dos partidos com o eleitorado.

Palavras-chave: identificação partidária, preferência partidária, voto, CSES-ESEB2010

Abstract: This article aims to contribute to the debate on the role of parties on the electoral choice in Brazil and intends to verify how party preference - which is measured through a scale of levels of preference - relates to socio-economic variables and with the decision of vote. The results indicate that the income does not explain the preferences of voters regarding parties, which in turn, also does not explain the vote for federal deputy. This seems to suggest that the literature regarding the decline of partisan identification and the weakness of the social links among parties and voters is correct.

Keywords: party identification, party preference, vote, CSES-ESEB2010

Um dos desafios para a Ciência Política, que remonta aos primórdios do processo de institucionalização da disciplina, tem sido explicar as escolhas do eleitorado. Um conjunto de explicações e correntes teóricas - Modelo Michigan, Modelo Sociológico e Teoria da escolha Racional- têm se dedicado a identificar os mecanismos explicativos centrais na decisão eleitoral e quais as principais motivações que resultam na opção por um determinado partido ou candidato, ou mesmo, se essas são condicionadas socialmente ou explicáveis em termos de inclinações e escolhas individuais (LAZARFELD, 1948; CONVERSE, 1964; CAMPBELL, 1964; DOWNS, 1957; KEY, 1966). Assim, permanece na agenda de pesquisa a questão da formação das preferências partidárias dos eleitores e seus determinantes.

Esse tema se reveste de especial relevância no Brasil contemporâneo em que, após a transição democrática e, em quase três décadas de competição eleitoral, persiste um sistema partidário fragmentado e pouco marcado por clivagens ideológicas e programáticas entre os partidos. Esse cenário certamente contribui para tornar difícil a formação de vínculos partidários minimamente estáveis entre os partidos e o eleitorado, conforme alguns estudos têm demonstrado.

O eleitor dispõe de uma oferta partidária bastante diversificada¹. Além disso, tanto o eleitorado como os partidos já adquiriram um grau considerável de experiência em consecutivas e diferentes eleições limpas, livres e competitivas (PAIVA FERREIRA, BATISTA e STABILE, 2008). A agenda de pesquisa relacionada ao tema é bastante diversificada, e a seguir faremos um breve mapeamento da mesma².

Do ponto de vista da produção acadêmica o fenômeno partidário tem sido analisado sob diversos ângulos, contemplando, por exemplo, estudos acerca das tendências, padrões e dinâmica da competição interpartidária. Um conjunto de pesquisas têm se dedicado ao impacto da legislação eleitoral e do sistema eleitoral sobre a competição político partidária e a formação de maiorias ou coalizões governantes. Já outras análises têm privilegiado a arena governamental e o legislativo para examinar os partidos e o sistema partidário brasileiros (KINZO e BRAGA, 2007; BRAGA, 2006, BOHN e PAIVA, 2007; PAIVA e CARREIRÃO e KINZO,

¹ De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualmente existem vinte e sete partidos registrados no país. Essas informações estão disponíveis no endereço eletrônico do TSE: www.tse.gov.br.

² Um levantamento da produção acadêmica sobre os partidos e o sistema partidário brasileiro pode ser encontrada em Lima Jr, 1999; Nicolau, 2010.

2004; NICOLAU, 1996; MENEGUELLO, 1989; 1998; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995, 1999; LIMA JR, 1997; MAINWARING, 1999; KINZO, 1993; LAMOUNIER E MENEGUELLO, 1986).

A partir dos anos noventa grande parte das pesquisas tem apontado para a consolidação do quadro partidário brasileiro. A polêmica em torno da fragilidade sistêmica dos partidos e seus impactos na dinâmica governamental parece superada. O fato a ser destacado é que essa última foi substituída por análises que têm se dedicado a esquadrihar, de forma mais sistemática e a partir de pesquisas com bases empíricas mais abrangentes, a atuação dos partidos políticos e do sistema partidário nas arenas governamental e eleitoral (MENEGUELLO, 1998, FIGUEIREDO E LIMONGI, 1995, 1999, 2002, AMORIM NETO, 2000, 2007).

Temos ainda uma considerável produção que analisa os partidos do ponto de vista organizacional, há uma vasta literatura, estudos monográficos, dissertações e teses, dedicados a examinar o funcionamento, organização, dinâmica interna, perfil programático e ideologia de partidos específicos. Tais estudos têm o mérito próprio das perspectivas verticais e dos estudos de caso, qual seja permitir uma abordagem mais fiel e um conhecimento mais aprofundado e sinóptico do objeto de estudo (MENEGUELLO, 1989; FERREIRA, 1991; BRANDÃO, 1995; COUTO, 1998; MELHEM, 1998; NADER, 1998; TAROUCO, 1999; ROMA, 1999; MIRANDA, 2002; ALMEIDA, 2004; LEAL, 2005; RIBEIRO, 2008).

Nos anos mais recentes, um conjunto de pesquisas vem se dedicando a analisar as razões do distanciamento e uma certa descrença do eleitorado em relação aos partidos políticos no Brasil. Outra questão analisada refere-se a verificar em que medida os partidos políticos são elementos estruturantes da decisão eleitoral (BALBACHEVSKY, 1992; SILVEIRA, 1998; SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2002, CARREIRÃO E KINZO, 2004. KINZO, 2005; PAIVA et al, 2007; PIMENTEL, 2007; CARREIRÃO, 2008; BAQUERO, 2011). Tais estudos podem ser divididos, entre aqueles que verificam uma baixa relação entre a preferência partidária e a decisão eleitoral (PAIVA FERREIRA et al, 2008) e outros que acabam por relativizar essa situação ao afirmar que, ainda que de maneira não muito robusta, os partidos estruturam o voto (SINGER, 1998, KINZO, 2004). Em sua grande maioria, a produção intelectual que trata do tema resulta de estudos de *survey* que buscam apreender, de maneira sistemática, a percepção e avaliação do eleitorado sobre os partidos políticos e demais instituições políticas.

Este artigo pretende contribuir para o debate e tem como objetivo central verificar em que medida variáveis socioeconômicas (no caso, a renda familiar) nos

ajudam a compreender as preferências ou o alheamento dos eleitores em relação aos partidos políticos no Brasil. Os dados empíricos que sustentam a análise são do ESEB 2010.

A primeira parte descreve as variações na preferência partidária e discute os padrões observados em cada um dos oito partidos a respeito dos quais a questão sobre preferência foi formulada³. Além disso, a preferência partidária é testada como variável explicativa para a decisão do voto. Propomos também uma abordagem alternativa de operacionalização da preferência partidária, como medida do apreço afirmado simultaneamente a respeito de vários partidos, inclusive adversários, e identificamos potenciais problemas da utilização da abordagem proposta. Na segunda parte, tratamos a preferência partidária como variável dependente, tentando explicá-la através de variáveis socioeconômicas, especialmente a faixa de renda familiar. Na última parte, discutimos os resultados das análises e arriscamos algumas conclusões sobre o papel dos partidos na arena eleitoral.

A formação da preferência partidária no Brasil

A preferência partidária dos eleitores tem sido estudada no Brasil geralmente com o recurso a medidas comparadas entre os partidos, isto é, são deduzidas da ordenação dos partidos em níveis de preferência, uns em relação aos outros (KINZO, 2005, PAIVA et AL 2007). Assim, os partidos de uma lista são ordenados de acordo com a frequência em que cada um é mencionado como preferido em primeiro lugar.

Neste trabalho, mobilizamos uma variável semelhante, construída a partir das respostas à pergunta: “Qual partido o Sr(a) gosta?” Menos da metade dos entrevistados do ESEB responderam a esta questão, que era apresentada apenas àqueles que antes haviam respondido afirmativamente à questão: “Existe algum partido que o(a) Sr(a) goste?”. A Tabela 1 apresenta a distribuição das respostas:

³ PT, PMDB, PDT, PTB, PSDB, PV, DEM e PSOL.

Tabela 1
“Qual Sr/a partido gosta?”

Partido	%
PMDB	10,9
PTB	0,2
PDT	0,9
PT	58,0
DEM	1,6
PC do B	0,3
PSB	1,0
PSDB	16,3
PSC	0,2
PRP	0,1
PPS	0,2
PV	7,3
PP	0,4
PSTU	0,1
PCB	0,3
PRB	0,1
PSOL	0,6
PR	0,3
PDS	0,1
Não lembra	0,7
Não sabe o nome do partido	0,1
Total (N = 953)	100,0

Fonte: CSES-ESEB 2010

A baixa proporção daqueles que responderem positivamente, isto é, gostam de algum partido (47,6%), já indica que esta variável deve ser tratada com ressalvas. Ademais, é oportuno acrescentar que esses dados são congruentes com

as ondas anteriores do ESEB (2002 e 2006) nas quais também foi significativo o percentual de entrevistados que respondeu não gostar de qualquer dos partidos políticos (PAIVA et al, 2007). Portanto, os dados apontam para um quadro de estabilidade, em percentuais baixos, no que concerne à preferência partidária dos entrevistados.

A Tabela 1 mostra que PT, PSDB e PMDB, nesta ordem, concentram quase a totalidade das preferências. É interessante observar que os partidos que lideram a predileção são aqueles que, nos últimos anos, vêm liderando a disputa pelas eleições presidenciais - PT e PSDB – com grande vantagem para o primeiro. Em seguida está o PMDB, partido que teve um papel de destaque na transição política e, desde então vem elegendo bancadas expressivas no Congresso Nacional e se destacando nas demais outras esferas da competição eleitoral, à semelhança dos dois primeiros colocados. Todavia, chama atenção o percentual bastante significativo daqueles que declaram não gostar de qualquer partido: 52,4%.

A preferência partidária manifestada pelos eleitores costuma ser pesquisada para avaliar a importância dos partidos, seu enraizamento na sociedade e, especialmente, sua capacidade de estruturar o voto. Para verificar se a preferência partidária afeta a decisão do eleitor, decidimos confrontá-la com a informação sobre o voto para deputado federal. Uma das possibilidades que o ESEB oferece para proceder a este teste refere-se à pergunta a respeito do voto para deputado federal em 2010⁴. A Tabela 2 mostra a distribuição das respostas:

⁴ O questionário perguntava em quem o entrevistado havia votado para deputado federal em 2010. Exceto por cinco votos de legenda (PT, PV, PMDB, PSDB e PCB), todas as respostas indicaram um nome de candidato, cujo partido foi identificado posteriormente pela equipe do ESEB. Assim, a análise das respostas sobre a votação para cargos proporcionais não incorre no viés majoritário, que poderia superestimar a relação dos eleitores com os partidos.

Tabela 2
Voto para Deputado Federal em 2010, segundo o partido

Partido	%
PMDB	6,0
PTB	2,2
PDT	1,4
PT	4,8
DEM	4,1
PC do B	1,3
PSB	3,1
PSDB	3,7
PTC	0,3
PSC	0,9
PMN	0,4
PRP	0,3
PPS	1,9
PV	1,0
PT do B	0,4
PP	2,4
PCB	0,1
PRTB	0,2
PHS	0,2
PSDC	0,1
PSL	0,1
PRB	0,4
PSOL	0,3
PR	3,7
Nulo	7,3
Branco	7,0

Erro (outro cargo) ⁵	5,6
Não registrado no TSE ⁶	6,5
Não sabe/não lembra	33,7
Não respondeu	0,9
Total	100,0
(N = 1862)	

Fonte: CSES-ESEB 2010

Um percentual significativo dos entrevistados (aproximadamente 34%) não se lembravam ou não souberam informar em quem havia votado para a Câmara de Deputados. Além disso, muitas respostas foram inconsistentes, pois se referiam a nomes de pessoas que não haviam se candidatado ou que haviam postulado outros cargos. Some-se a isso a alta proporção de votos em branco e nulos e teremos reunidas todas as dúvidas sobre os critérios mobilizados pelos eleitores para escolher seus candidatos a deputado federal. Mas, de todo modo, os dados parecem indicar que a filiação partidária não foi uma das normas para a decisão do eleitor. O cruzamento da preferência partidária com o partido do candidato em quem o eleitor votou é apresentado na Tabela 3:

⁵ Em alguns casos, o nome respondido não era de um candidato a deputado federal, mas de um candidato a outro cargo na mesma eleição (deputado estadual ou senador).

⁶ Em alguns casos, o nome respondido não era de nenhum candidato registrado no TSE.

Tabela 3
Partido do voto para deputado federal em 2010, segundo a preferência partidária

Partido do candidato a deputado federal	"Qual partido gosta?"																				
	PMDB	PTB	PDT	PT	DEM	PC do B	PSB	PSDB	PSC	PRP	PPS	PV	PP	PSTU	PCB	PRB	PSOL	PR	Não lembra	Não sabe o nome	
PMDB	17,9	0,0	0,0	5,0	13,3	0,0	10,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0
PTB	1,1	0,0	12,5	3,3	0,0	0,0	10,0	3,4	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PDT	3,2	0,0	12,5	1,6	6,7	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0
PT	3,2	0,0	12,5	8,9	0,0	0,0	20,0	2,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DEM	5,3	50,0	0,0	3,3	20,0	0,0	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	1,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0
PC do B	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	33,3	10,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSB	1,1	0,0	0,0	2,5	20,0	0,0	0,0	2,7	0,0	0,0	50,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSDB	4,2	0,0	12,5	4,1	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PTC	1,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSC	1,1	0,0	0,0	0,8	6,7	0,0	0,0	0,7	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PMN	1,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRP	2,1	0,0	0,0	0,2	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PPS	3,2	0,0	12,5	1,7	6,7	0,0	20,0	4,1	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PV	2,1	0,0	0,0	0,6	0,0	33,3	10,0	1,4	0,0	0,0	0,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PT do B	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PP	2,1	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	10,0	4,1	0,0	0,0	0,0	1,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PCB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PAIVA, D.; TAROUCO, S. T. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros...

PHS	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSDC	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSL	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PRB	2,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSOL	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PR	4,2	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	100,0	0,0	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nulo	2,1	0,0	0,0	3,5	6,7	33,3	0,0	9,5	0,0	0,0	0,0	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0
Branco	4,2	0,0	0,0	6,0	6,7	0,0	0,0	6,1	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Erro (outro cargo)	4,2	0,0	0,0	6,2	0,0	0,0	10,0	5,4	50,0	0,0	0,0	10,8	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	16,7	100,0
Não registrado	4,2	0,0	37,5	7,6	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	33,3	0,0
Não sabe/não lembra	30,5	50,0	0,0	34,4	6,7	0,0	0,0	29,3	0,0	0,0	0,0	35,4	50,0	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	16,7	0,0
Não respondeu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0
N Total (100%)	95	2	8	515	15	3	10	147	2	1	2	65	4	1	3	1	6	3	6	1

Fonte: CSES-ESEB 2010

A Tabela 3 indica que a lembrança do voto é uma dificuldade para eleitores, independentemente de seu gosto partidário. Os testes de associação entre as duas variáveis confirmam o que o exame visual da tabela sugere: o partido a que pertence o candidato em quem o eleitor votou não é necessariamente o partido mencionado como aquele de que o eleitor “gosta”. Dentre os entrevistados que manifestaram apreço pelo PMDB, por exemplo, menos de 18% afirmaram ter votado em candidatos da legenda. Entre os que preferem PT, PSDB e PV (os outros partidos mais mencionados), a porcentagem de votos nos seus candidatos não ultrapassou 8,9%, 6,1% e 6,2%, respectivamente. O Quadro 1 apresenta os resultados dos testes de associação:

Quadro 1
Resultados de testes de associação entre perguntas sobre identificação partidária

Teste	Valor	Significância
Pearson Chi-Square	1218,56 (df=532)	0,001 ⁷
Lambda	0,028	0,001
Cramer's V	0,268	0,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

Os resultados apontam para uma situação paradoxal, no que concerne aos partidos políticos brasileiros. Explicando melhor, um conjunto de pesquisas têm registrado a centralidade dos partidos na arena legislativa facultada por um conjunto de incentivos institucionais que resultam em considerável grau de disciplina partidária, conferindo previsibilidade às votações e consistência no comportamento do plenário (Figueiredo e Limongi, 1995, 1999,2002). Os resultados desses estudos permitem afirmar que a fragilidade dos partidos não se manifesta na Câmara de Deputados.

Pereira e Muller (2003), ao analisar essa questão, afirmam que, se por um lado, os partidos são tão importantes na arena legislativa brasileira, os parlamentares também se defrontam com um conjunto de incentivos institucionais para um comportamento individual e descentralizado, proporcionado pelas regras eleitorais e pela fragmentação do sistema partidário. Diante desse quadro, os

⁷ O Teste de Qui-quadrado fica comprometido pela quantidade (94,1%) de células com menos de 5 casos.

autores acabam por concluir que se os partidos brasileiros são fortes na arena legislativa o mesmo não se pode afirmar em relação à arena eleitoral.

Desse modo, temos duas forças distintas que contribuem para debilidade dos partidos na arena eleitoral: a primeira delas é o comportamento pessoal dos parlamentares na arena eleitoral, principalmente por meio de políticas locais do tipo *pork barrel*, conforme apontam Pereira e Muller (2003). A segunda força é a baixa capacidade dos partidos em criar laços com o eleitorado. Os dados até aqui analisados permitem afirmar que os eleitores parecem não considerar a filiação partidária dos candidatos ao definir seu voto. Em que medida essa situação pode ser explicada pelo sistema eleitoral e pela fragmentação do sistema partidário, foge ao escopo desse trabalho, mas permanece como uma questão a ser respondida em outros estudos.

Ainda assim, é razoável questionar a percepção que os eleitores têm dos partidos e a avaliação que fazem de cada um deles. Mesmo não mobilizando a opinião a respeito dos partidos na escolha do candidato, os eleitores podem tê-la formado, e talvez sob influência de uma série de variáveis, inclusive socioeconômicas.

Neste trabalho, pressupomos que os eleitores podem ter preferências paralelas e manifestar graus de apreço ou despreço por vários partidos simultaneamente, ou seja, gostar (muito ou pouco) de um partido não exclui emitir o mesmo tipo de julgamento a respeito dos demais. Esta opção metodológica se assenta na idéia de que não é razoável esperar dos eleitores nem racionalidade perfeita, nem informação completa que lhes permitisse compreender *trade-offs* e incompatibilidades às vezes tidas como triviais aos analistas. Por exemplo, o mesmo eleitor pode manifestar a mesma simpatia por dois partidos adversários, ou ideologicamente opostos, simplesmente por não lhe parecer que isso constitua qualquer incoerência.

Esta abordagem da preferência partidária é permitida pela inclusão, no ESEB, de questões em que os entrevistados eram solicitados a definir o quanto gostavam de cada partido. Assim, a preferência partidária será aqui operacionalizada pelas respostas à questão: “*Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o Sr.(a) gosta do partido...*”, repetida para cada um dos oito partidos. A Tabela 4 resume os resultados.

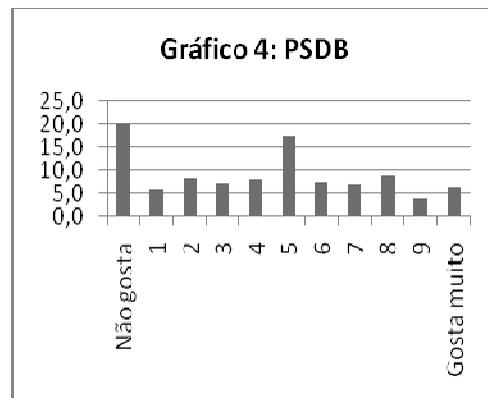
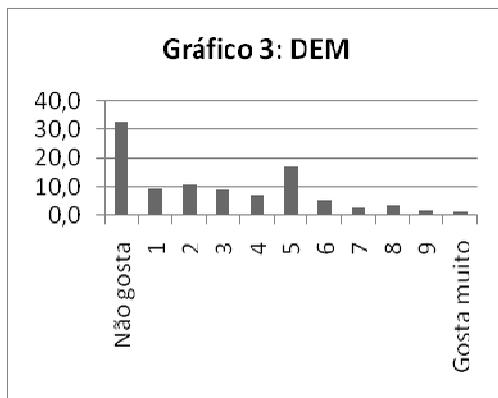
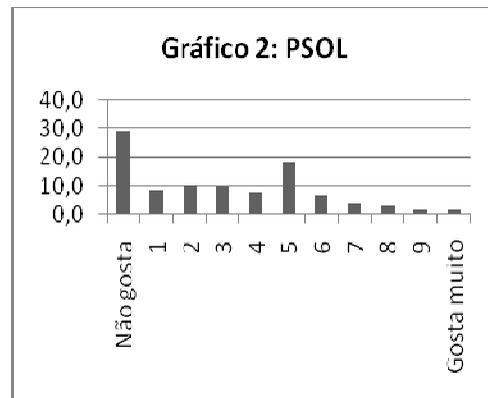
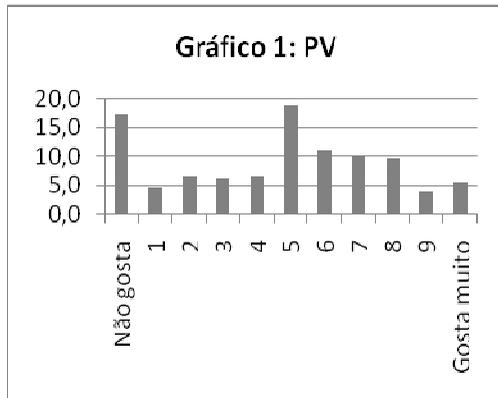
Tabela 4
Distribuição das respostas à pergunta: “quanto o sr. gosta do partido x?” (%)

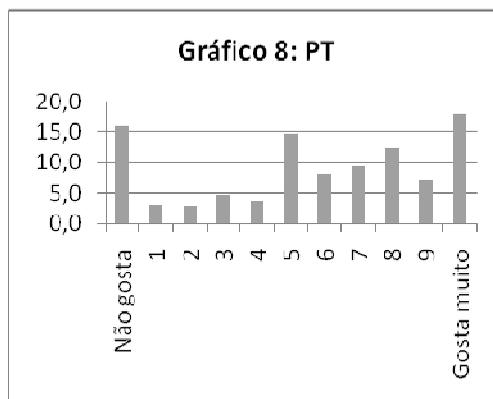
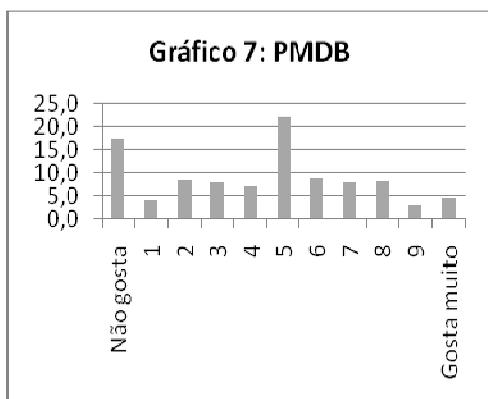
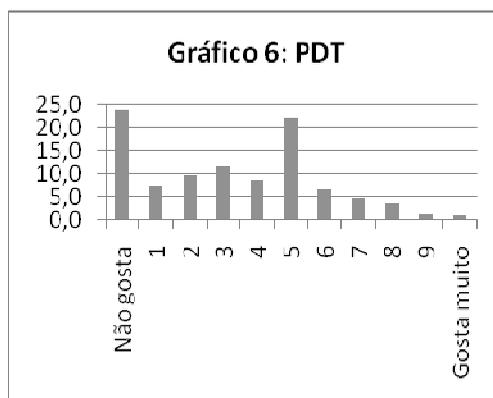
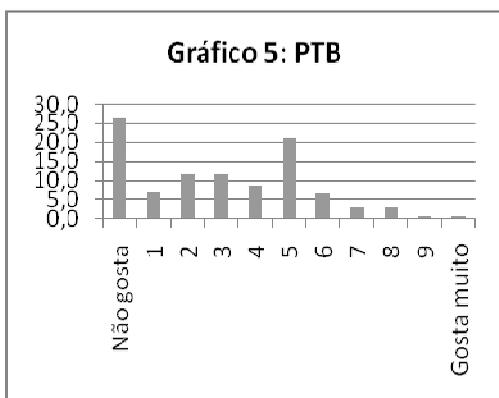
Escala de Gosto Partidário	PSOL	DEM	PV	PSDB	PTB	PDT	PMDB	PT
Não gosta	21,2	22,8	14,6	18,2	19,6	18,1	15,7	15,4
1	6,3	6,4	4,0	5,3	5,1	5,6	3,8	3,0
2	7,6	7,6	5,7	7,5	8,6	7,3	7,8	2,8
3	7,1	6,1	5,3	6,4	8,7	8,9	7,3	4,5
4	5,4	4,9	5,6	7,1	6,4	6,5	6,4	3,5
5	13,5	11,9	16,1	15,6	15,8	16,9	20,0	14,1
6	4,9	3,7	9,4	6,7	4,9	5,1	8,1	7,7
7	2,8	1,9	8,5	6,3	2,3	3,6	7,2	9,1
8	2,2	2,5	8,2	7,8	2,1	2,7	7,6	12,0
9	1,3	1,1	3,5	3,5	0,4	1,0	2,8	6,8
Gosta muito	1,1	1,0	4,8	5,8	0,5	0,8	4,3	17,1
Não conhece	18,9	22,2	8,3	4,8	17,4	16,1	3,9	1,0
NS	6,7	6,7	5,4	4,3	7,3	6,5	4,5	2,2
NR	1,4	1,4	1,1	1,1	1,3	1,3	1,0	1,1
Total (N=2000)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CSES-ESEB 2010

O partido pelo qual mais respondentes indicaram o maior grau de apreço foi o PT (17%). No entanto é importante notar que o percentual daqueles que declaram não gostar do partido é bastante similar (15,4%). Situação semelhante foi verificada no ESEB 2006. É interessante notar que a maioria dos partidos alcança percentuais mais altos no quesito “não gosta”. As exceções ficam por conta do PT (já mencionado) e DEM, que alcança praticamente o mesmo percentual de “não gosta” e “não conhece”. É provável que essa resposta possa ser explicada pela mudança da legenda no período recente. Um dado que merece destaque é que todos os partidos alcançam percentual acima de 10% na metade da escala, o que possivelmente reflete algum desconhecimento, indecisão, ou mesmo indiferença por parte do entrevistado. A partir do centro, os percentuais declinam, com exceção do PT e de uma ligeira alteração para o PSDB e PMDB cuja distribuição é

razoavelmente uniforme. Todavia, esse quadro geral apenas referencia o diagnóstico de indiferença, desconfiança e ausência de enraizamento dos partidos no eleitorado. Os gráficos a seguir ilustram a distribuição das respostas relativas a cada partido.





As possibilidades aventadas acima podem ser verificadas com um teste de correlação entre as variáveis ordinais de preferência dos partidos, como mostra a Tabela 5:

Tabela 5
Correlação de Spearman entre as variáveis ordinais de “gosto” pelos partidos

	PT	PDT	PMDB	PTB	PSDB	PV	DEM	PSOL
PT	1,000							
PDT	0,314 (0,000)	1,000						
PMDB	0,339 (0,000)	0,571 (0,000)	1,000					
PTB	0,275 (0,000)	0,783 (0,000)	0,533 (0,000)	1,000				
PSDB	0,051 (0,022)	0,504 (0,000)	0,469 (0,000)	0,533 (0,000)	1,000			
PV	0,247 (0,000)	0,527 (0,000)	0,442 (0,000)	0,551 (0,000)	0,485 (0,000)	1,000		
DEM	0,215 (0,000)	0,593 (0,000)	0,480 (0,000)	0,642 (0,000)	0,530 (0,000)	0,555 (0,000)	1,000	
PSOL	0,247 (0,000)	0,594 (0,000)	0,458 (0,000)	0,628 (0,000)	0,469 (0,000)	0,567 (0,000)	0,718 (0,000)	1,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

É possível observar que, apesar da significância estatística, em quase todos os cruzamentos a correlação não é alta, o que seria de se esperar caso as preferências afirmadas fossem indistintas, ou contaminadas por uma visão genérica dos partidos⁸. Ou seja, gostar mais de um ou outro partido não é gostar muito de partidos em geral, assim como não gostar de um partido não é parte de uma

⁸ O coeficiente de correlação de Spearman varia -1 a +1. O valor zero indica que duas variáveis não têm qualquer relação entre si. Os valores -1 e +1 indicam a situação em que duas variáveis fossem perfeitamente correlacionadas. O sinal positivo indica relação direta, ou seja, o aumento nos valores de uma variável acompanha o aumento na outra; o sinal negativo indica relação inversa, ou seja, os valores de uma variável aumentam à medida que os da outra diminuem. A literatura costuma considerar moderados valores de 0.4 a 0.7, e fortes as correlações acima de 0.7. Na Tabela 5, apenas duas correlações podem ser consideradas fortes: DEM/PSOL (0,718) e PDT/PTB (0,783), sendo todas as demais, moderadas, segundo esse critério. Agradecemos a Rachel Meneguello a sugestão de incluir esta nota explicativa.

rejeição aos partidos em geral. Assim, podemos considerar as preferências ordinais simultâneas como resultantes de avaliações independentes, por parte dos entrevistados.

Na matriz de correlação chama a atenção que o grau de preferência pelo PDT acompanha o da preferência pelo PTB, assim como ocorre com os pares DEM/PTB, PSOL/PTB e PSOL/DEM. Ou seja, quanto maior o grau de apreço pelo PDT, maior também o apreço pelo PTB e entrevistados que gostam mais do PTB também gostam mais do DEM. Estas duas primeiras correlações sugerem alguma coerência, seja histórica, seja ideológica, enquanto as duas últimas contrariam a expectativa de um *trade-off* ideológico. O grau de apreço dos entrevistados pelo PSOL varia significativamente no mesmo sentido que o apreço pelo PTB e pelo DEM, o que pode ser surpreendente, dada a usual classificação do PSOL à esquerda e do PTB e DEM à direita do espectro ideológico.

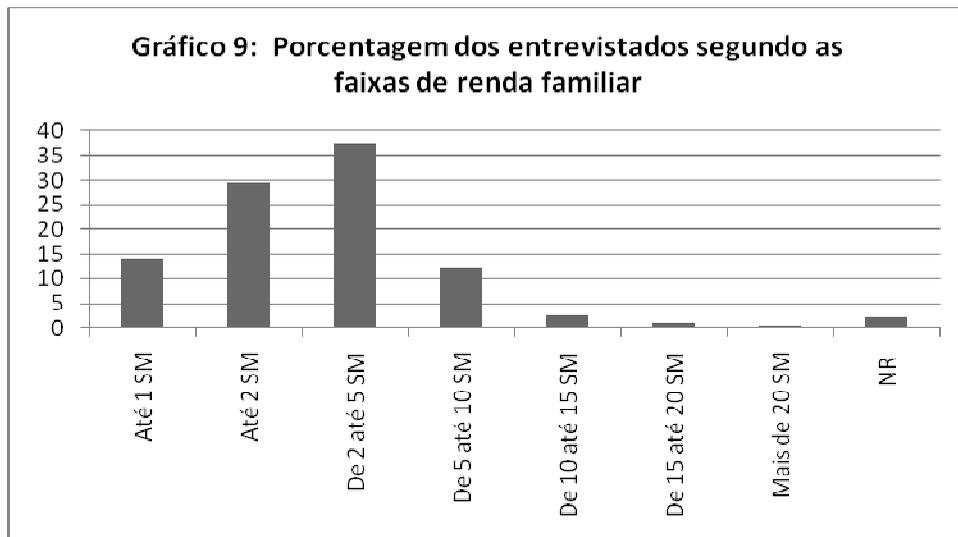
Outra hipótese para explicar os padrões dos Gráficos 1 a 8 poderia ser a identificação dos partidos com seus candidatos na campanha para a presidência da república, associada à hipótese de que a preferência partidária esteja relacionada com a fruição de benefícios sociais pelos setores carentes da sociedade, (NICOLAU e PEIXOTO, 2007; HUNTER e POWER, 2007). Esta hipótese será testada na próxima seção.

Fatores socioeconômicos da preferência partidária

A relação entre identidades partidárias e clivagens socioeconômicas é uma das perspectivas clássicas dos estudos sobre partidos políticos (LIPSET e ROKKAN, 1967). Esta abordagem tem sido mobilizada para investigar desde a coerência entre programas e políticas públicas (HIBBS Jr., 1977; CASTLES, 1982; HIBBS JR., 1992; HICKS and SWANK, 1992; SCHMIDT, 1996) até comportamento parlamentar (LEONI 2002; RODRIGUES 2002). O argumento básico desta literatura consiste na expectativa de que partidos de esquerda estejam associados à defesa de políticas redistributivas, enquanto partidos de centro e de direita seriam mais afeitos a ajustes fiscais, menor intervenção do Estado na economia e demais esferas da vida social. Este pressuposto já foi amplamente questionado pela bibliografia que trata das transformações que os partidos vêm sofrendo e que têm resultado em um distanciamento em relação aos vínculos sociais (KIRCHHEIMER 1966; KATZ and MAIR 1994; DALTON and WATTENBERG 2000; SCHMITTER 2001). Ainda assim, é

nesta expectativa que se baseiam as hipóteses sobre efeitos das clivagens sociais sobre variáveis políticas.

Nesta seção, pretendemos, a partir das hipóteses da literatura mencionada, verificar se as condições socioeconômicas do eleitor afetam as suas preferências em relação aos partidos políticos. A variável selecionada para indicar nível socioeconômico é a faixa de renda familiar, cuja distribuição está ilustrada no Gráfico 9:



Fonte: CSES-ESEB 2010

A correlação entre renda e preferência partidária é negativa, como mostra a Tabela 6:

Tabela 6
Correlação de Spearman entre faixa de renda familiar e preferência partidária ordinal

Preferência partidária ordinal	Coefficiente de Correlação com a Faixa de Renda Familiar	Significância
GOSTA DO PARTIDO: PT	-0,176	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PMDB	-0,146	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PDT	-0,114	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PTB	-0,141	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PSDB	-0,090	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PV	-0,055	0,013
GOSTA DO PARTIDO: DEM	-0,141	0,000
GOSTA DO PARTIDO: PSOL	-0,126	0,000

Fonte: CSES-ESEB 2010

Apesar da significância estatística, a correlação é fraca em todos os cruzamentos. Apenas merece destaque o sinal: quanto maior a faixa de renda familiar, menos o eleitor gosta dos partidos, especialmente do PT. A Tabela 7 mostra, como exemplo, o cruzamento bivariado entre o grau de apreço ao PT e a faixa de renda familiar.

Tabela 7
Distribuição das respostas à pergunta: “o quanto o sr. gosta do PT?” de acordo com a faixa de renda familiar

Escala de “Gosto” pelo partido	FAIXAS DE RENDA FAMILIAR							
	Até 1 SM	Até 2 SM	De 2 até 5 SM	De 5 até 10 SM	De 10 até 15 SM	De 15 até 20 SM	Mais de 20 SM	NR
Não gosta	11,3	11,1	16,9	21,5	25,9	20,0	20,0	22,2
1	1,8	3,4	3,5	2,0	1,9	0,0	13,3	0,0
2	2,1	2,7	3,3	3,3	1,9	0,0	0,0	0,0
3	1,8	4,3	5,6	4,1	3,7	4,0	6,7	6,7
4	1,4	4,6	3,1	4,9	1,9	4,0	6,7	2,2
5	12,7	14,0	13,8	16,3	18,5	20,0	6,7	8,9
6	5,7	6,2	9,2	7,7	11,1	12,0	6,7	8,9
7	10,2	8,9	8,2	10,6	11,1	12,0	13,3	6,7
8	8,1	12,8	12,3	12,2	13,0	12,0	6,7	17,8
9	7,4	8,9	6,0	4,5	1,9	12,0	0,0	6,7
Gosta muito	27,9	18,5	15,3	11,4	9,3	4,0	13,3	11,1
Não conhece	2,1	1,2	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NR	1,8	1,2	0,7	0,8	0,0	0,0	6,7	4,4
NS	5,7	2,2	1,3	0,8	0,0	0,0	0,0	4,4
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (N)	283	585	747	246	54	25	15	45

Fonte: CSES-ESEB 2010

Os dados acima evidenciam a relação entre grau de apreço pelo PT e faixa de renda. Entre os entrevistados da faixa de renda mais baixa (até 1 salário mínimo) a proporção de respostas “gosta muito” é de 28%. Na faixa de renda mais alta (mais de 20 salários mínimos, a maior proporção entre as respostas está no extremo oposto (“não gosto”).

A hipótese de que renda familiar mais baixa estaria relacionada com a preferência pelo PT se fundava no discurso do partido, nos programas de transferência de renda e na presumível identificação entre tais benefícios sociais e o partido do governo. O resultado obtido não exclui a possibilidade do efeito das variáveis socioeconômicas, especialmente o pertencimento aos grupos assistidos pelos programas sociais do governo federal, sobre o voto para o executivo federal. Entretanto, a preferência partidária, manifestada de forma ordinal e simultânea, não está relacionada à variável de renda, conforme demonstrado.

Considerações finais

A análise precedente permite dois tipos de considerações: sobre as preferências como variáveis dependentes das condições socioeconômicas e sobre a distribuição das preferências partidárias e seu potencial explicativo da decisão eleitoral.

No que se refere ao primeiro aspecto, os dados analisados mostram que as preferências dos eleitores pelos partidos não podem ser explicadas pelas condições socioeconômicas. A rigor, não se pode dizer que gostar mais ou gostar menos de um partido se relaciona a qualquer identificação de vínculo social. Quanto ao segundo aspecto, os resultados encontrados a respeito das preferências dos eleitores brasileiros com relação aos partidos parecem confirmar a tendência declinante da identificação partidária constatada por Kinzo (2005). Mesmo para aqueles que declaram “gostar” de algum partido, a escolha do candidato a deputado federal não acompanha a declaração de preferência partidária. Os partidos brasileiros não estruturam o voto.

Este resultado está de acordo com os incentivos gerados pelo sistema de lista aberta, que, conferindo ao eleitor a liberdade de escolher um nome individual em qualquer lista, permite a adoção de critérios personalizados (CAREY and SHUGART, 1995). A possibilidade formal do voto de legenda não parece ser suficiente para fazer desta uma opção frequente, nem para evitar que os partidos sejam pouco relevantes na tomada de decisão do eleitor.

O mau desempenho dos partidos como preditores do voto, entretanto, só diz respeito a um aspecto da sua atuação, na arena eleitoral. No que se refere ao legislativo e às relações com o executivo, a importância dos partidos políticos brasileiros já foi suficientemente demonstrada (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). O contraste entre os papéis exercidos nas diferentes arenas se deve aos diferentes

incentivos institucionais que regem o comportamento dos partidos na competição eleitoral e no Congresso (PEREIRA and MUELLER, 2003).

O que os dados do ESEB 2010 mostram é que os partidos não afetam o comportamento individual do eleitor. Mas, o que estes dados não explicam é a variação do desempenho eleitoral dos partidos entre os estados, por exemplo. Portanto, há ainda muito a entender sobre o papel dos partidos brasileiros na arena eleitoral. Os eleitores não mobilizam conhecimento sobre alternativas partidárias para suas decisões de voto, mas a distribuição total dos votos entre candidatos não é uniforme entre os partidos, nem aleatória. A variação do sucesso eleitoral dos partidos está certamente relacionada a variáveis partidárias relativas aos processos eleitorais, e sua explicação poderá inclusive alterar as conclusões a respeito da “fraqueza” dos partidos na arena eleitoral, mas ainda permanece como desafio da agenda de pesquisa,

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. C. “PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AMORIM NETO, O. Gabinetes Presidenciais, ciclos eleitorais no Brasil. *Dados*, vol. 43, nº3, 2000.

_____. Algumas consequências políticas de Lula; novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa. In: NICOLAU, J. M. e POWER, T. *Instituições Representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007

BALBACHEVSKY, E. “Identidade partidária e instituições políticas no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 26, 1992.

BAQUERO, M. e LINHARES, B. de F. “Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária de possíveis saídas”. *Revista Debates*, vol. 05, nº 1, 2011.

- BRAGA, M. S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- BRANDÃO, G. M. "O Partido Comunista como esquerda positiva". *Lua Nova*, 1995.
- BOHN, S. e Paiva, D. "A volatilidade eleitoral nos estados; sistema partidário e democracia no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*. nº 17, vol. 33, 2009.
- CAMPBELL, A. et al *The American Voter*. New York: John Wiley, 1964.
- CAREY, J. M. and M. S. SHUGART. "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies* vol. 14, nº 4, p. 417-439, 1995
- CARREIRÃO, Y. de S. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, nº 2, p319-351, nov., 2008.
- _____. *A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras (de 1989 a 1998)*. São Paulo: Ed. FGV, 2002.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.
- CASTELS, F. G. *The Impact of parties: politics and policies in democratic capitalist states*. London; Beverly Hills, Calif.: Sage Publications, 1982.
- COUTO, C. PPB- *Partido Progressista Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998.
- CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (org.). *Ideology and discontent*, 1964.
- DALTON, R. and WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000
- DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row Publishers, 1957.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. "Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, p. 175-200, 1995.
- _____. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora FGV /FAPESP, 1999.
- _____. "Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária". *Dados*, vol. 45, nº 2, 2002.
- HIBBS, Jr., D. A. "Political Parties and Macroeconomic Policy". *American Political Science Review*, vol. 71, p. 146-187, 1977.

_____. "Partisan theory after fifteen years". *European Journal of Political Economy*, vol. 8, p. 361-373, 1992.

HICKS, A. M. and SWANK, D. H. "Politics, Institutions and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82". *American Political Science Review*, vol. 86, nº 3, p. 658-74, 1992.

HUNTER, W. e POWER, T. Recompensando Lula: poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C. R. e SÁEZ, M. A. *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

KATZ, R. S. and MAIR, P. *How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies*. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1994.

KEY V. O. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1966*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

KINZO, M. D. G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KINZO, M. D. A. G. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

KINZO, M. D. G. e BRAGA, M. S. S. *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas - FAPESP, 2007.

KIRCHEIMER, O. The transformation of the Western European Party Systems. Political Parties and political Development. In: LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (eds.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAZARFELD, P. et al. *The people's choice*. New York: Columbia University Press, 1948.

LEONI, E. "Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)". *Dados*, vol. 45, nº 3, p. 361-386, 2002.

LIMA Jr., O. B. Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, S. (org.) *O que Ler na Ciência Política Brasileira (1970-1995)*, São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999.

LIPSET S. M. and ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, S. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MELLEN, C. S. *Política de botina amarelas: o MDB/PMDB paulista de 1965-1988*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política/USP, 1998

MENEGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIRANDA, P. R. *A metamorfose pestista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2002.

NADER, A. B. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia: Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 1996.

_____. *Partidos e sistemas partidários 1985-2009*. In: MARTINS, C. B. E LESSA, R. (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS – Barcarolla - Discurso Editorial, 2010.

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. *As bases municipais da votação de Lula em 2006*. *Cadernos do Fórum Nacional*, Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=521&i=pt&cod=CF0006>>. Acesso em: 09 set. 2011.

PAIVA FERREIRA, D.; BRAGA, M. S. e PIMENTEL, J. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 13, nº 2, p. 388-408, 2007.

PAIVA FERREIRA, D. "Oposição e transição democrática: A estratégia peemedebista". Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da UFRGS, 1991.

_____. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

PAIVA FERREIRA, D. BATISTA, C. M. & STABILE, M. "A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, nº 2, p. 432-453, 2008.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: A conexão eleitoral no Brasil". *Dado*, vol. 46, nº4, p.735-771, 2003.

PIMENTEL Jr, J. Disposições afetivas e laços partidários. In: KINZO, M. D. e BRAGA, M. S (orgs.). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Editora Humanitas/FAPESP, 2007.

POPKIN, S. L. *The reasoning voter*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2010.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, C. “A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998)”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHIMDT, M. G. “When parties matter: a review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy”. *European Journal for Philosophy of Religion*, vol. 30, nº 2, p. 155-83, 1996.

SCHMITTER P. Parties Are Not What They Once Were. In: DIAMOND, L. and. GUNTHER, L.R. *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.

TAROUÇO, G. “O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

Denise Paiva – denise.paiva@uol.com.br

Gabriela Tarouco – gabrielat@uol.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?

Heloisa Dias Bezerra

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais

Pedro Santos Mundim

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais

Resumo: Neste artigo apresentamos os resultados de um estudo preliminar sobre os efeitos de variáveis midiáticas no processo de decisão do voto dos brasileiros para a eleição presidencial de 2010. Os resultados de modelos logísticos multinomiais estimados com os dados do ESEB 2010 sugerem que duas das cinco variáveis midiáticas utilizadas – debates e atenção política – influenciaram o voto dos eleitores a favor de Serra, e contra Dilma, respectivamente no 1º e no 2º turnos da eleição. Ao mesmo tempo, outras duas variáveis apresentaram resultados contra intuitivos: a maior exposição aos jornais impressos e ao programa Brasil Urgente aumentavam a probabilidade de o eleitor preferir abster-se, votar em branco ou nulo do que votar em Dilma. Ainda que esta seja uma análise inicial, esses resultados estão mais em sintonia com as visões que defendem um papel mais ativo da mídia durante as eleições do que com aquelas que defendem a sua irrelevância.

Palavras-chave: Meios de Comunicação de Massa, Efeitos da Mídia, Voto, Eleição Presidencial de 2010, CSES-ESEB 2010.

Abstract:

In this article we present the results of a preliminary study about the effects of media variables on the voting decision process at the 2010 presidential election. The results from logistic multinomial models estimated with ESEB 2010's data suggest that two of the five variable used here – debates and political awareness – influenced the voters' decision in favor of Serra and against Dilma respectively in the first and second rounds. At the same time two other variables presented counterintuitive results: a greater exposition to traditional press and to the program Brasil Urgente increased the probability on part of the electorate to defect or to cast blank and spoiled votes instead of voting on Dilma. Even though this is an initial analysis, the results are closer to the visions that defend a more active role for the media during the elections than with those visions that call for the media's irrelevance.

Keywords: Mass Media, Media Effects, Voting, Presidential Elections of 2010, CSES-ESEB 2010.

Introdução

É comum, ao fim de cada eleição, que analistas e cientistas políticos busquem explicar os resultados das urnas e as razões do voto dos eleitores, e que dessas explicações, muitas vezes, surjam importantes e prolongados debates. Da eleição de 2006, que reelegeu Lula (PT) presidente, podemos citar dois exemplos: o que foi mais importante para a reeleição, a economia ou o programa Bolsa Família (NICOLAU E PEIXOTO, 2007; CARRARO *et al*, 2007; CÂNEDO-PINHEIRO, 2009)? E qual o significado político do processo que levou à “mudança da base social do voto em Lula” (SOARES e TERRON, 2008): a emergência de uma tardia “luta de classes” no Brasil (AMARAL, 2006), ou a demonstração de uma racionalidade estratégica dos eleitores (ZUCCO, 2008)?

O mesmo pode ser dito das discussões sobre a cobertura da imprensa na eleição de 2006, ainda que o debate existente seja de menor proporção. O fato de Lula ter sido reeleito presidente, com mais de 60% dos votos válidos, mesmo após uma cobertura bastante negativa dos principais veículos de informação do país em relação à sua candidatura e ao seu governo, levou diversos pesquisadores e analistas a celebrarem a “derrota da imprensa”, sua irrelevância para o resultado final no pleito e a derrocada das teorias da opinião pública (COIMBRA, 2007; KUCINSKI, 2007; RUBIM, 2007). Outros trabalhos, contudo, encontraram evidências de um papel mais ativo da cobertura da imprensa em momentos importantes da disputa e para as mudanças na configuração das bases eleitorais, da situação e da oposição, entre 2002 e 2006 (MUNDIM 2010, 2011).

O ESEB 2006 não trouxe variáveis midiáticas que nos permitissem analisar o papel desempenhado pelos meios de comunicação e produtos midiáticos no processo de decisão do voto dos eleitores, o que provavelmente teria sido de grande valia para o aprofundamento e o esclarecimento das divergências mencionadas acima. Na coleção ESEB, apenas as ondas realizadas em 2002 e 2010 incorporaram ao seu núcleo temático perguntas midiáticas, o que nos permitiu examinar o papel que a mídia desempenhou nesta última eleição presidencial ¹.

Neste artigo trabalhamos com o banco de dados do ESEB 2010, utilizando variáveis midiáticas, políticas, econômicas e sociodemográficas. Na primeira parte do texto discutimos porque os meios de comunicação, mesmo os mais tradicionais e com o crescimento do uso da Internet, continuam a desempenhar um papel fundamental na política e nas eleições. Em seguida, apresentamos as hipóteses do

1 Neste artigo, o termo mídia será utilizado de um modo amplo para se referir tanto aos meios de informação tradicionais, os programas de *soft news* e os debates entre os presidenciais, quanto para um indicador da exposição dos eleitores ao fluxo de informações políticas produzidas durante a campanha.

trabalho, sendo a principal delas que os efeitos das variáveis midiáticas, especialmente as ligadas à cobertura da imprensa, foram mais favoráveis à oposição do que à situação em 2010. Finalmente, apresentamos os resultados da nossa análise empírica.

Os resultados de modelos logísticos multinomiais estimados com os dados do ESEB 2010 sugerem que, de fato, duas das cinco variáveis midiáticas utilizadas – debates e atenção política – influenciaram o voto dos eleitores a favor de Serra, e contra a Dilma, respectivamente no 1º e no 2º turnos da eleição. Ao mesmo tempo, outras duas variáveis apresentaram resultados, até certo ponto, contra intuitivos: a maior exposição aos jornais impressos e ao programa Brasil Urgente aumentavam a probabilidade de o eleitor preferir abster-se, votar em branco ou nulo, do que votar em Dilma. Ainda que esta seja uma análise inicial, esses resultados estão mais em sintonia com as visões que defendem um papel mais ativo da mídia durante as eleições, do que com aquelas que defendem a sua irrelevância.

Emissão midiática e efeitos sobre a formação da opinião

Duas décadas se passaram desde 1989, ano que marcou o retorno das eleições livres e diretas para a presidência do Brasil. Nesse período, vimos Lula sair derrotado em três eleições consecutivas. Contudo, a roda da história girou. Entre 2002 a 2010 o petista foi eleito duas vezes para a presidência da República, com vitórias expressivas, e fez de Dilma Rousseff (PT) a sua sucessora e a primeira presidenta do Brasil.

Mas, a cada eleição, os analistas continuaram fazendo-se as mesmas perguntas: qual o impacto dos noticiosos nas campanhas eleitorais? O que é e para que serve uma notícia positiva ou negativa? Num país com cerca de 126 milhões de eleitores, um veículo de comunicação sozinho tem poder suficiente para mobilizar as elites, influir no voto dos eleitores e assim decidir os rumos de uma eleição? E os eleitores, a quais níveis de exposição midiática se submetem em cada pleito eleitoral? Que níveis de exposição são mais deletérios em relação a formação da opinião eleitoral?

No Brasil, a relação entre mídia e política desperta amor e ódio, especialmente nos anos eleitorais. Em muitos casos, os próprios jornalistas trazem à tona eventos escabrosos e opiniões apaixonadas envolvendo a postura do jornalismo político de alguns colegas e veículos (NASSIF, 2007; VIANNA, 2007; KAMEL, 2007). Boa parte das manifestações e mesmo dos estudos sobre a interferência da mídia no processo eleitoral tratam do tema na fronteira entre a indignação e a defesa enfática da liberdade de expressão. É difícil provar se há ou não intenção da mídia, ou melhor, dos veículos de comunicação, de ajudar ou

atrapalhar determinados candidatos. É preciso uma boa metodologia de pesquisa e a definição certa dos problemas a serem analisados.

Certo mesmo é que a comunidade científica não dispõe de mecanismos definitivos para medir os efeitos da emissão midiática sobre a formação da opinião política, que é o que realmente importa, e conseqüentemente sobre a decisão do voto. Daí as diversas leituras, muitas vezes contraditórias, que podem surgir acerca do processo de formação de uma maioria capaz de eleger ou derrotar uma candidatura. São armadilhas analíticas complexas, que podem ser desdobradas em três ordens de problemas:

- 1) do olhar a posteriori do analista sobre o processo eleitoral e que, freqüentemente, resulta em induções sobre o efeito midiático segundo a lógica do resultado obtido pelo vencedor;
- 2) da impossibilidade de destrinchar a memória do eleitor e, portanto, de saber em que momento exato foi tocado por um fragmento informacional significativo e das suas reações e interações a partir desta(s) ocorrência(s);
- 3) da suposição de uma mídia homogênea nos seus interesses mais gerais e imediatos durante a cobertura das campanhas, o que poderia resultar em um discurso midiático único e linear em favor de um candidato.

De acordo com alguns estudos, os veículos de comunicação tratam as competições eleitorais de modo muito semelhante a outras notícias, com destaque para o drama, os escândalos, a formação de pares antagônicos/adversários e as “fofocas” (SCHUDSON, 1995; CURRAN, 1996; PATTERSON, 1993). O modo como as notícias são construídas e divulgadas também pode influir no seu consumo final. Em alguns casos, a informação política principal é apresentada sob acessórios tão intrincados que podem dificultar a compreensão dos eventos políticos; noutros casos, a repetição de uma mesma história é tamanha, especialmente envolvendo escândalos, que os olhos e ouvidos do leitor/telespectador podem se tornar refratários àquele assunto. Ainda assim, especialistas apontam os meios de comunicação como um dos fatores principais no processo de informação que, em algum momento, incidirá sobre a opinião individual, transformando-a (POPKIN, 1994; PAGE E SHAPIRO E DEMPSEY, 1987; MAIER, 2011).

O ponto de vista dos candidatos também deve ser considerado. Afinal, no atual estágio de desenvolvimento das campanhas eleitorais é inconteste a necessidade de se usar meios capazes de replicar em massa um discurso, uma idéia, uma imagem. Para Manin (2005), a “democracia do público” torna imperativo

que os candidatos assumam o papel de protagonistas das candidaturas para além dos partidos políticos, personalizando a política e aproximando o eleitor de uma dimensão humana e não técnica da campanha.

A Internet ampliou este leque de possibilidades conceituadas na “democracia do público” para além da figura dos candidatos, já que permite às equipas de marketing trabalharem com estratégias de emocionalização diferenciadas, tais como o chamado marketing viral, o qual, resumidamente, consiste no uso de técnicas de replicação desenfreada de uma mensagem utilizando, para tal, os próprios consumidores dessa mensagem. Ao receber uma mensagem o internauta, “emocionalmente contaminado”, vai repassá-la imediatamente para sua rede de contactos e, principalmente, vai organizar uma série de ações com o objetivo de reforçar sua atitude, sua preferência. As redes sociais permitem que os próprios eleitores, militantes ou não, atuem como replicadores em massa. Com isto, o papel de protagonista que cabia exclusivamente ao candidato passa a ser partilhado com os internautas.

Ainda é cedo para fazer grandes afirmações sobre os efeitos da Internet na opinião do eleitor, mas o sucesso da estratégia de campanha implementada pela equipa de Barack Obama, em 2008, reforça, no mínimo, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema². E o papel das equipas de campanha passa a ir além da simples criação da propaganda que, por exemplo, vai ser veiculada no HGPE. Estratégias de ataque e defesa frente ao que é produzido pelos veículos noticiosos ganham importância, já que o espaço para veiculação agora é ilimitado.

Neste contexto, o próprio modelo proposto por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948 [1944]), conhecido como “fluxo de comunicações em duas etapas”, pode ser repensado e servir como parâmetro para um novo entendimento do poder dos meios. Com o crescimento do número de internautas e a possibilidade de uso desenfreado das redes sociais e de telefones móveis, os indivíduos passam a condição inevitável de produtores de conteúdo. A influência do formador de opinião clássico, mediante o uso dos aplicativos tecnológicos, é partilhada com um número crescente de replicadores de informação.

Na política cotidiana as novas mídias também chamam a atenção pelo uso feito por cidadãos comuns. Em 2011, os eventos ocorridos na “Primavera Árabe”³ demonstraram a força das redes sociais, não apenas por meio dos aplicativos tecnológicos disponíveis na Internet, mas também com o uso de telefones celulares

2 Infelizmente, o ESEB 2010 não trouxe variáveis sobre consumo de informações políticas via Internet e uso de aplicativos tecnológicos para intercomunicação pessoal durante a campanha presidencial de 2010. Portanto, uma análise sobre este tópico não será feita aqui.

3 Onda de protestos no Oriente Médio e norte da África que resultou na queda de regimes ditatoriais de longa década.

para envio de mensagens SMS e, principalmente, para captação de imagens e postagem das mesmas na grande rede mundial de computadores. Durante alguns confrontos, a mídia tradicional não podia captar imagens para a televisão e usou, em grande medida, as imagens feitas pelos cidadãos locais. Para Silveira (2007), as novas mídias podem ser pensadas como organizadores coletivos da atuação política do cidadão comum.

O importante, neste caso, é termos claro que ao analisar o impacto da mídia não podemos supor que o eleitor está sujeito à opinião de um único veículo de informação, mas a um fluxo comunicacional que vai além das mídias tradicionais e que passa, certamente, pela comunicação interpessoal.

Isso não quer dizer que as mídias tradicionais perderam o posto de mais influentes. Ao contrário, tanto os meios impressos quanto os eletrônicos estão antenados com o impacto das novas mídias sobre o consumo dos usuários e, rapidamente, estão convergindo para as novas tecnologias. Isto significa que, ao responder a perguntas do tipo “Quantos dias por semana o Sr.[a] lê jornal?” as respostas podem ser enviadas (conforme discutiremos melhor abaixo) também pelo fato de não termos controle sobre se o respondente leu diretamente o noticioso ou se teve acesso a algum fragmento informacional, oriundo do meio impresso, via Internet, celular ou mediado por algum contato de sua rede social. Isto reforça nosso investimento analítico sobre um índice de atenção midiática, o qual acreditamos tem um poder explicativo significativo se comparado a análise tópica de exposição e recepção.

Hipóteses e descrição das variáveis

As análises feitas nesse artigo concentram-se, principalmente, nos dados obtidos sobre a eleição presidencial de 2010. Contudo, uma comparação com 2006 é inevitável, pois entendemos que muitos dos fatores que ajudaram Lula a se reeleger, como a sua popularidade e o estado favorável da economia do país, afetaram o comportamento dos eleitores a favor de Dilma. Ao mesmo tempo, podemos esperar que algo semelhante tenha ocorrido com alguns fatores que lhe foram desfavoráveis.

Por esses motivos, a nossa análise poderia partir de duas hipóteses: que os efeitos das variáveis midiáticas, especialmente as ligadas à cobertura da imprensa, foram mais favoráveis à oposição do que à situação em 2010; e que a avaliação do governo Lula, do estado da economia, além da preferência partidária, fatores importantes para a reeleição do petista, foram fundamentais para a vitória de Dilma, seja dando-lhe votos, seja servido-lhe como mecanismos de resistência capazes de amenizar ou diluir os efeitos das variáveis midiáticas. Ambas as

situações ocorreram em 2006 (MUNDIM, 2010).

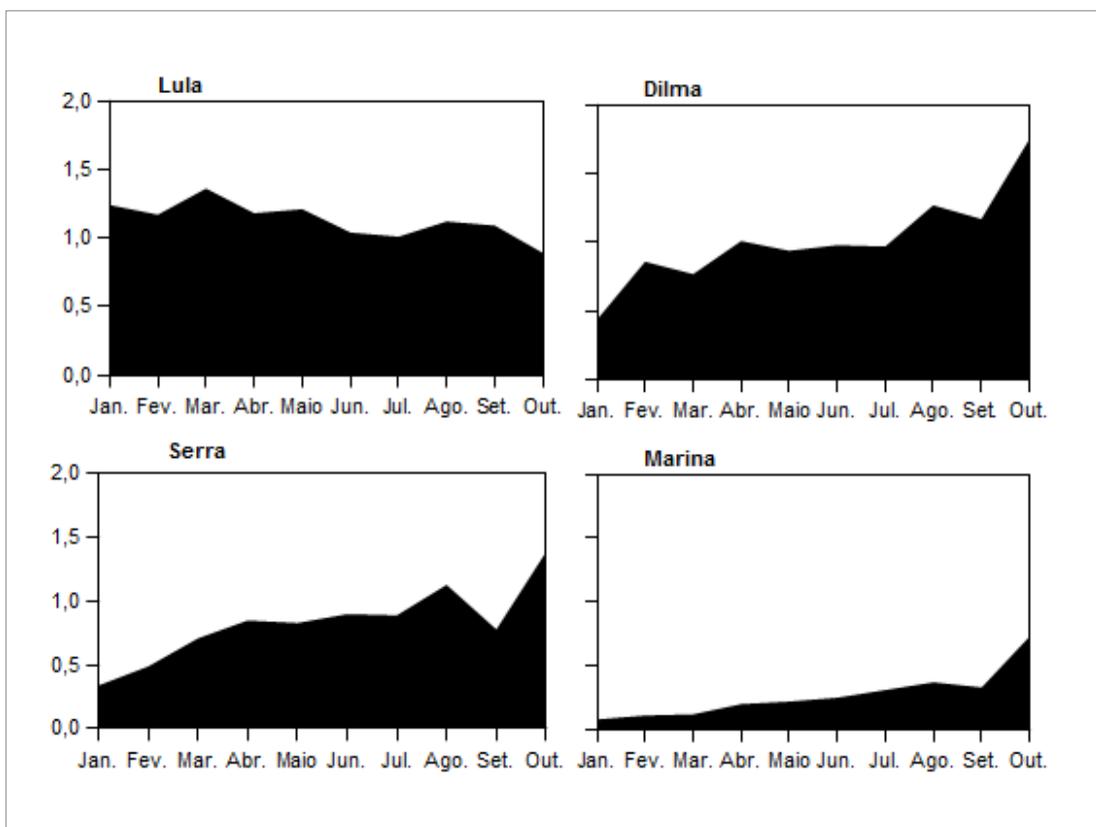
A nossa segunda hipótese é simples e está de acordo com estudos clássicos sobre as razões do voto, formação da opinião pública e efeitos da mídia (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1948 [1944]; CONVERSE 1964; ZALLER, 1992). Considerando nossa primeira hipótese, poderíamos esperar que a cobertura da imprensa fosse impactar negativamente no voto para Dilma?

Uma maneira de tentar responder a essa pergunta é analisando a cobertura da imprensa em 2010. A Figura 1 traz os gráficos que mostram a evolução, quantitativa, da cobertura eleitoral dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e o *Estado de S. Paulo*, entre janeiro e outubro de 2010.⁴ Percebe-se que à medida em que a campanha ganha intensidade, aumenta-se também a visibilidade dos principais candidatos ao cargo de Presidente da República, medida a partir da média das aparições (citações) do nome de um ou mais dos concorrentes, além de Lula, em uma matéria, editorial, reportagem, coluna, etc., dos veículos mencionados ⁵.

4 Embora utilizemos apenas uma análise de importantes jornais impressos, vários estudos já mostraram que eles são bons indicadores da cobertura da imprensa como um todo, inclusive da televisiva, tanto nos EUA quanto no Brasil (PAGE, SHAPIRO e DEMPSEY, 1987; PATTERSON, 1980; AZEVEDO 2000; MUNDIM, 2010). Portanto, neste artigo a cobertura dos jornais impressos será utilizada como um indicador da cobertura dos meios noticiosos em geral.

5 Agradecemos a Alessandra Aldé a disponibilização dos bancos de dados referentes à análise da cobertura da mídia impressa realizada pelo DOXA-IESP nos anos de 2009 e 2011. Agradecemos, também, a Marcus Figueiredo, coordenador do DOXA-IESP, aos bolsistas que participaram da análise de conteúdo e aos financiadores do trabalho.

Figura 1
Evolução da média de aparições diárias em cada material jornalístico analisado, referentes ao ex-presidente Lula e aos principais candidatos a Presidente da República, nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, entre janeiro e outubro de 2010



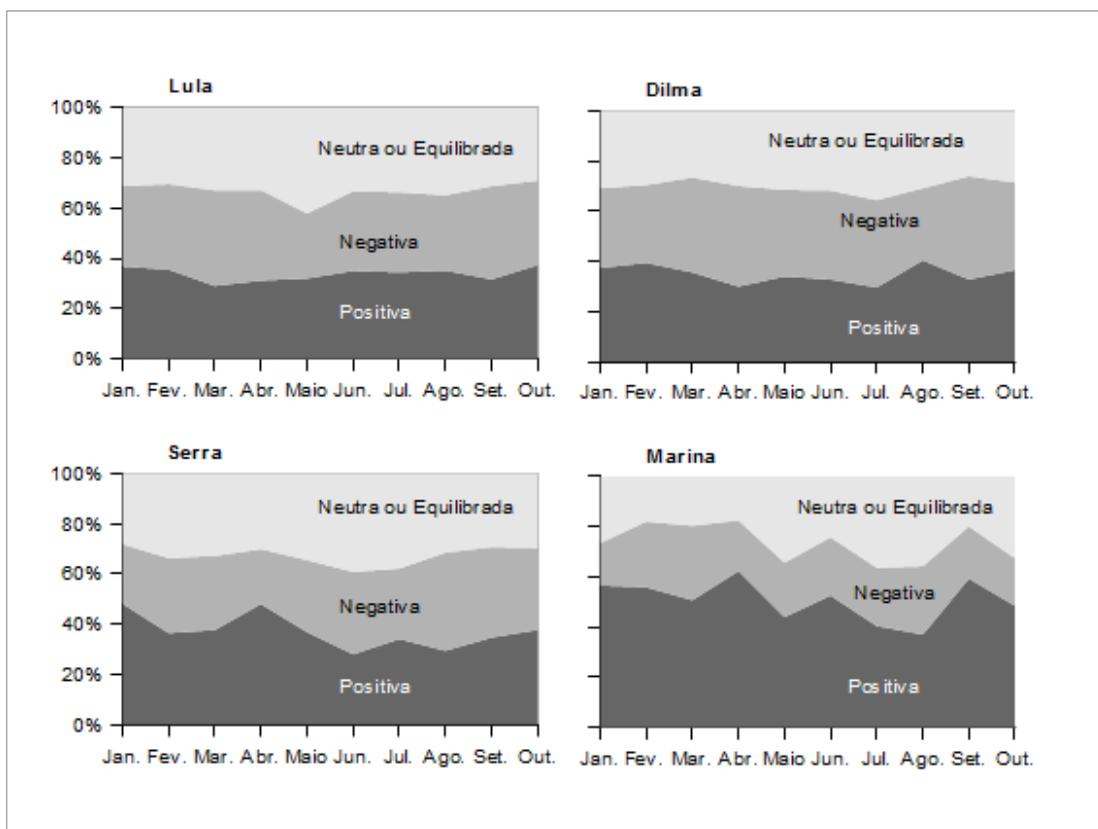
Fonte: DOXA-IESP, 2010

Os gráficos mostram a importância e a presença do ex-presidente Lula durante a disputa. Em grande parte do ano, sua visibilidade nos jornais permaneceu alta, às vezes superior à dos próprios concorrentes ao cargo de Presidente da República. O fato de Lula, após cinco eleições presidenciais, não ser o candidato petista não significou que ele estava ausente da disputa. Na verdade, o ex-presidente esteve presente como sempre, seja do ponto de vista político, já que a decisão era sobre a continuidade do seu estilo de governo, seja do ponto de vista das estratégias de campanha dos candidatos, já que se colocou como o grande puxador de votos da sua candidata. Esse fato não passou despercebido pela

imprensa.

Mas a análise da cobertura dos jornais não se resume a um mapeamento quantitativo acerca da visibilidade das figuras políticas mais importantes da disputa. O modo como os concorrentes são apresentados importa. O resultado dessa análise, qualitativa, pode ser visto nos gráficos da Figura 2. Eles trazem a evolução do conteúdo positivo, negativo, neutro e equilibrado publicado sobre Lula, Dilma, Serra e Marina nas páginas da *Folha*, *Globo* e do *Estadão*.

Figura 2
Evolução do percentual positivo, negativo, neutro e equilibrado da cobertura, referentes ao ex-presidente Lula e aos principais candidatos a Presidente da República, nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, entre janeiro e outubro de 2010.



Fonte: DOXA-IESP, 2010

Comparado à eleição de 2006 (ALDÉ, FIGUEIREDO e MENDES, 2007), os gráficos mostram um maior equilíbrio da cobertura realizada pelos três jornais. Se houve uma cobertura que destoou, foi a de Marina Silva (PV), bem mais positiva do que negativa, neutra ou equilibrada. Entre setembro e outubro de 2010, por exemplo, a candidata do PV teve cerca de 60% de cobertura positiva. Dilma e Serra nunca chegaram a alcançar 40%. Esse pode ter sido uma das razões pelas quais a candidata do PV conseguiu melhorar o seu desempenho nas intenções de voto no último mês de campanha.

Tal efeito pode não ter sido maior pela baixa visibilidade da candidata na imprensa, como mostra o gráfico da Figura 1, o que pode ser explicado pela pouca expressão dos partidos envolvidos na chamada candidatura verde. O fator novidade também pode ter ajudado Marina a ter uma cobertura mais afável da mídia, mas nem sempre é o que ajuda um candidato a fortalecer sua imagem nas edições dos noticiosos.

Uma cobertura da imprensa mais equilibrada poderia sugerir que os efeitos midiáticos, em 2010, seriam mais amenos do que em 2006, ou até mesmo inexistentes. Consideramos a primeira perspectiva plausível, mas a última improvável. Em primeiro lugar, mesmo em eleições cuja cobertura foi mais equilibrada, como em 2020, foi possível identificar efeitos midiáticos relevantes (MUNDIM, 2010). Em segundo lugar, entendemos que o fato que desencadeou a cobertura mais negativa em 2006, o escândalo do Mensalão de 2005, teve um efeito de longo prazo tanto na imprensa quanto em parte dos eleitores. Ainda que os efeitos midiáticos em 2010 sejam menores do que em 2006, eles ainda poderão ser encontrados nesta última eleição, a favor dos candidatos da oposição, e contrários à situação.

Da fato, estamos tomando como premissa o efeito que o elemento “persistência temporal” pode ter na fixação de determinados conteúdos na memória do eleitor. No caso, trata-se da persistência de abordagens negativas envolvendo o Governo Lula, o que, podemos supor, pode ter ajudado Serra a amealhar mais votos do que poderia ter ao competir com uma candidata que não apenas fazia parte do governo mas tinha como patrono um dos políticos brasileiros (presidente da República) mais bem avaliados de todos os tempos.

As variáveis dependentes

As variáveis dependentes foram construídas a partir das perguntas sobre em quem o eleitor votou nas eleições presidenciais de 2010, no 1º e no 2º turnos, com as seguintes categorias: voto em Dilma (45,4%), Serra (27%), Marina (16,5%) e Outros/Não voto (brancos, nulos e abstenções, 11,1%), no 1º turno, e voto em

Dilma (53,6%), Serra (34,2%) e Não voto (brancos, nulos e abstenções, 12,2%), no 2º turno ⁶.

As variáveis midiáticas

O nosso principal objetivo foi analisar papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010. Cinco delas estavam disponíveis o ESEB 2010: (1) quanto dias por semana o eleitor lê notícias nos jornais, (2) quanto dias por semana assiste ao Jornal Nacional da Rede Globo, (3) quanto dias por semana assiste ao programa Brasil Urgente, na época na Rede Bandeirantes, (4) se assistiu aos debates na TV entre os candidatos a presidente e (5) um índice de atenção política, um indicador do nível de exposição e recepção ao conteúdo político dos meios de informação em um dado período de tempo.

As quatro primeiras variáveis permitem-nos obter o nível de exposição auto-declarada dos eleitores aos jornais impressos e aos programas de televisão mencionados acima. Contudo, estudos mostraram que respostas de exposição auto-declaradas aos meios de comunicação podem não se configurar em indicadores confiáveis de exposição à mídia. As pessoas têm dificuldade para estimar corretamente a frequência com que se expõem aos jornais e aos noticiários, por exemplo, pois essa estimativa não é cognitivamente simples. Assim, ao responderem a perguntas como “quantos dias por semana o Sr.(Sra.) lê jornal?”, elas acabam oferecendo meros “palpites” ou superdimensionam seus níveis de exposição aos meios de comunicação (ZALLER e PRICE, 1993; PRIOR 2009a,b).

Outro problema das variáveis que medem os níveis de exposição autodeclarados aos meios de comunicação tem a ver com a diferença conceitual entre exposição e recepção. Segundo Zaller e Price (1993, p.134), a exposição refere-se “à simples exposição às notícias, que entendemos ser qualquer situação na qual uma pessoa entra em contato com eventos particulares ou notícias através de qualquer tipo de meio de comunicação”. Já a recepção “exige atenção, compreensão e a retenção da notícia”. Essa distinção é importante porque, segundo os autores, “histórias que não são compreendidas e/ou retidas têm pouco importância”, pois não são capazes de afetar os estoques de informações, atitudes, opiniões e comportamento dos eleitores.

Para Zaller e Price (1993, p.137) as variáveis que medem os níveis de exposição autodeclarados aos meios de comunicação “são claramente mais adequados para medir a simples exposição (...) do que a recepção”. Mas, como mencionado acima, o que realmente importa é “se a mensagem foi realmente

⁶ Uma descrição mais detalhada destas e das demais variáveis dos modelos encontram-se no apêndice.

recebida” (ZALLER e PRICE, 1993, p.137), ou seja, se a informação disponibilizada foi compreendida e retida.

Zaller e Price (1993) argumentam, convincentemente, que o melhor indicador para *exposição*, seguida da *recepção*, aos meios de comunicação em geral, e dos meios de informação política em particular, é um índice de “atenção política” (*political awareness*) que pode ser construído a partir de algumas variáveis presentes nos *surveys* eleitorais. Tal indicador não é, e nem tenta ser, um sinônimo para “sofisticação política” ou um índice de “civismo”, principalmente porque, em termos teóricos, ele não tem esse objetivo. Conforme Zaller (1992, p.43) assinalou, o índice de “atenção política (...) é uma medida de uma atenção geral, persistente. Como tal, ele não testa diretamente a informação dos indivíduos sobre ou a atenção deles a uma questão particular”. De modo mais específico, a:

“atenção política (...) refere-se à extensão da atenção que um indivíduo dá a assuntos políticos e compreende o que foi que ele encontrou. Apenas prestar atenção não é suficiente, uma vez que as pessoas que, por exemplo, assistem às notícias da televisão enquanto estão deitadas no sofá após o jantar e duas taças de vinho irão tipicamente falhar no aprimoramento de seu conhecimento político. Então, a chave para a atenção política tem a ver com a absorção de comunicações políticas” (Zaller, 1992, p.22 – grifo do autor, tradução livre Mundim, P.S.).

Com base nessas considerações, assumimos que o índice de atenção política é um indicador muito mais adequado do que suas “correlatas”, seja da exposição e da recepção do conteúdo sobre assuntos e temas político produzidos especialmente pela cobertura da imprensa, seja para captar quaisquer efeitos midiáticos que tenham ocorrido na eleição de 2010. Para construí-lo, inicialmente seguimos a forma tradicional sugerida por Zaller (1992), utilizando a resposta dos eleitores a quatro perguntas sobre conhecimento factual de temas político eleitorais. Contudo, o índice elaborado com tais perguntas alcançou uma confiabilidade muito baixa (α de Cronbach = 0,397), o que tornaria a sua utilização pouco apropriada.

A solução alternativa, também indicada por Zaller (1992), foi utilizar um conjunto de questões em que era lido para os eleitores o nome de políticos como Lula, Serra, Marina, Aécio Neves, etc., e em seguida era perguntado a que partidos eles eram filiados. Para cada uma dessas perguntas foi construído uma variável dicotômica, sendo 1 para as respostas corretas e 0 para as respostas incorretas, “não sabe”, “não conhece o político” e “não respondeu”. Os valores dessas variáveis

foram somados, constituindo-se em uma nova variável. Dessa vez, o índice de atenção política alcançou uma confiabilidade bastante satisfatória (α de Cronbach = 0,840).

Das demais variáveis midiáticas incluídas no modelo, algo deve ser dito sobre a que se refere ao Brasil Urgente. Embora o foco deste último sejam as notícias locais, de violência e de utilidade pública, e não as políticas, em 2010 Dilma e Serra foram entrevistados pelo apresentador do programa, o jornalista José Luiz Datena.

Tal fato reflete uma transformação importante. Nos últimos anos, programas mais focados no entretenimento e em *fait divers* passaram, também, a cobrir política e políticas públicas, ainda que de um modo diferente de seus correlatos mais tradicionais (HALLIN 2000; BAUM 2003)⁷. Essa mudança fez com que os políticos, “perseguidores de multidões” por excelência, passassem a adaptar suas estratégias de campanha a essa nova maneira de se comunicar com os eleitores e a ver a participação nesses programas como uma forma de maximizar votos, especialmente entre uma grande parcela de eleitores que não se interessa por política – que é justamente o perfil da audiência desses programas (POPKIN 2006).

As variáveis de controle

As variáveis de controle foram separadas em dois grupos. O primeiro deles é composto por um conjunto de variáveis demográficas: escolaridade, renda familiar mensal, sexo, região do país e grupo de idade. Como já demonstrado em outro trabalho (MUNDIM, 2010), a escolaridade pode servir como um indicador do nível de atenção política dos eleitores, por isso, ela talvez seja a melhor variável para controlar os seus efeitos. Em todo caso, pode-se assumir que ela também irá funcionar como uma boa variável de controle para os demais preditores midiáticos.

Como mencionado anteriormente, acreditamos que alguns fatores que influenciaram o voto dos eleitores em 2006 também o fizeram em 2010. Nesse sentido, a região do país é uma variável de grande interesse para a nossa análise, já que estudos sobre a eleição de 2006 mostraram que “comparado a 2002, o percentual de votos válidos nas regiões centro-sul do país, onde alcançava bons resultados, diminuiu; e aumentou nas regiões norte e nordeste, onde o Programa Bolsa Família (BF) distribuiu mais recursos” (SOARES e TERRON, 2008, p.270). Com base em análises como essa, foram criadas duas variáveis binárias, Centro-

7 Por exemplo, “quando cobrem uma guerra (...) [as *soft news* e os programas de jornalismo e entretenimento] focam mais nos dramas humanos [e nos valores morais] do que na geopolítica, nas relações internacionais ou na diplomacia (...) [elas] enfatizam os custos pessoais” (Popkin, 2006, p.333 – tradução livre Mundim, P.S.).

Oeste/Sul e Nordeste/Norte, que buscam estimar os efeitos regionais do voto em 2010.

No segundo grupo de variáveis de controle encontram-se aqueles que chamamos de político-econômicas: a preferência partidária pelo PT, PSDB e PV, a avaliação do governo Lula, se recebe o Bolsa Família e as avaliações econômicas retrospectivas sociotrópica e pessoal dos últimos doze meses. Elas foram incluídas com o intuito de colocar a nossa análise em consonância com estudos clássicos sobre as razões do voto (LAZARSFELD, BERELSON e GAUDET, 1948 [1944]; CAMPBELL *et al*, 1967; DOWNS, 1999 [1957]; KEY, 1966; FIORINA, 1981). Também acreditamos que seus efeitos, em 2010, foram bastante semelhantes aos observados em 2006.

Análise dos resultados

Com base nas variáveis descritas acima, foram estimados dois modelos logísticos multinomiais, tendo como variável dependente o voto dos eleitores no 1º e no 2º turno da eleição de 2010, e o voto em Dilma como categoria de referência. Os resultados presentes na tabela 1 sugerem que quatro das cinco variáveis midiáticas incluídas no modelo exerceram uma influência estatisticamente significativa no comportamento dos eleitores brasileiros na eleição presidencial de 2010, mesmo que tenham sido mais presentes no 2º turno. Esses resultados reforçam o nosso argumento a favor de uma participação mais ativa da mídia na decisão do voto dos eleitores, mesmo que não tenha sido necessariamente decisivo para o resultado final do pleito.

Tabela 1
Resultado das regressões logísticas multinomiais - Eleição presidencial de 2010^a

	1º Turno			2º Turno	
	Serra	Marina	Outros/ Não Voto	Serra	Não voto
Intercepto	4,236	1,183	0,960	3,632	0,672
	(0,559)***	(0,602)*	(0,683)	(0,512)***	(0,645)
Atenção Política (padronizada)	0,124	0,027	-0,099	0,167	-0,005
	(0,079)	(0,086)	(0,101)	(0,072)**	(0,093)
Jornal	0,021	0,073	0,009	0,006	0,132
	(0,053)	(0,057)	(0,065)	(0,048)	(0,060)**
Jornal Nacional	0,003	-0,001	-0,050	0,009	-0,052
	(0,029)	(0,032)	(0,035)	(0,026)	(0,033)
Datena (Brasil Urgente)	0,009	0,024	0,040	0,037	0,059

	(0,030)	(0,033)	(0,036)	(0,027)	(0,033)*
Debates	0,196	-0,042	-0,133	0,035	-0,290
	(0,115)*	(0,129)	(0,144)	(0,105)	(0,136)**
Avaliação do presidente Lula	-1,214	-1,002	-0,692	-1,191	-0,634
	(0,128)***	(0,139)***	(0,156)***	(0,120)***	(0,149)***
PT: partido preferido	-2,185	-1,117	-0,924	-1,987	-0,929
	(0,212)***	(0,183)***	(0,197)***	(0,187)***	(0,194)***
PSDB Partido preferido	1,995	0,562	0,649	2,381	1,333
	(0,300)***	(0,379)	(0,427)	(0,322)***	(0,412)***
PV: partido preferido	-0,159	2,044	0,824	0,052	0,474
	(0,513)	(0,384)***	(0,514)	(0,306)	(0,367)
Avaliação econômica do país	-0,257	-0,039	0,085	-0,267	-0,123
	(0,120)**	(0,138)	(0,155)	(0,110)**	(0,143)
Avaliação econômica pessoal	-0,212	-0,003	-0,070	-0,176	-0,025
	(0,108)**	(0,122)	(0,135)	(0,098)*	(0,128)
Recebe bolsa família	-0,042	-0,288	-0,474	-0,056	-0,031
	(0,192)	(0,237)	(0,258)*	(0,180)	(0,239)
Sexo (Homem)	-0,204	-0,326	-0,064	-0,139	0,110
	(0,140)	(0,156)*	(0,172)	(0,127)	(0,164)
Idade	-0,044	-0,052	0,022	-0,013	-0,006
	(0,059)	(0,065)	(0,073)	(0,053)	(0,069)
Escola	0,041	0,440	0,194	0,096	0,097
	(0,084)	(0,093)***	(0,104)*	(0,076)	(0,098)
Renda Familiar Mensal	-0,184	0,226	-0,005	-0,117	-0,057
	(0,097)*	(0,101)**	(0,119)	(0,086)	(0,111)
CO/SUL	0,481	-0,482	-0,500	0,510	-0,263
	(0,169)**	(0,208)**	(0,238)**	(0,157)***	(0,211)
NO/NE	-0,046	0,159	-0,124	0,028	-0,549
	(0,167)	(0,177)	(0,196)	(0,150)	(0,196)**
χ^2	774,318***			639,418***	
-2 Log Likelihood	3754,028			2809,267	
Pseudo R ² (McFadden)	0,171			0,185	
N	1817			1814	

^a Dilma é a categoria de referência. Erros-padrão robustos entre parênteses.

*** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.1

Fonte: ESEB 2010

A análise apresentada anteriormente mostrou que, em 2010, os principais jornais do país fizeram uma cobertura dos candidatos mais neutra e equilibrada do que negativa ou positiva. Em cenários como esse, seria possível não encontramos efeito midiático algum, uma vez que os fluxos informacionais disponíveis refletiriam esse equilíbrio. Contudo, os dados da Tabela 1 mostram algo diferente. No 2º turno da última eleição, o aumento de um desvio-padrão na variável que mede a atenção política aumentavam em 18,2% as chances de se votar em Serra, e não em Dilma,

mantidas constantes as demais variáveis do modelo⁸.

Esse resultado está dentro daquilo que esperávamos encontrar. Análises anteriores sobre a eleição de 2006 mostraram que a cobertura político-eleitoral dos principais meios de informação do país foi capaz de afetar a decisão do voto dos eleitores a favor dos candidatos de oposição, contribuindo para a ocorrência do 2º turno e para o processo de mudança da base social do voto em Lula (MUNDIM, 2010, 2011). O fato de o resultado final da eleição ter sido favorável ao ex-presidente não elimina o fato, politicamente relevante, de a cobertura da imprensa ter ajudado a delinear os contornos que as preferências dos eleitores apresentaram em 2006.

Para reforçarmos essa interpretação, estimamos outros dois modelos multinomiais com as mesmas variáveis explicativas, mas tendo o voto no 1º e no 2º turnos da eleição de 2006 como variáveis dependentes, e o voto em Lula como categoria de referência. Os resultados foram ainda mais substantivos. O aumento de um desvio-padrão da variável que mede a atenção política aumentava em 61,9% ($\beta = 0.482$, $p < .000$) as chances de o eleitor dizer que havia votado em Alckmin, e não em Lula, no 1º turno da eleição de 2006, mantidas constantes as demais variáveis do modelo. No 2º turno, o aumento de um desvio-padrão na variável que mede a atenção política aumentava em 62,3% ($\beta = 0.484$, $p < .000$) as chances de o eleitor dizer que havia votado em Alckmin, e não em Lula, *ceteris paribus*⁹.

A provável razão desses efeitos foi a intensa e negativa cobertura da imprensa, de 2005 a 2006, sobre os escândalos de corrupção envolvendo o governo Lula. Embora um tom mais ameno tenha predominado em 2010, os resultados da Tabela 1 mostram que isso não foi suficiente para eliminar a predisposição dos eleitores mais expostos ao conteúdo dos principais veículos de informação do país a votarem em Serra na última eleição. Nesse sentido, se alguns dos fatores que levaram Lula a se reeleger continuaram a afetar o comportamento dos eleitores a favor de Dilma em 2010, o mesmo ocorreu com alguns dos fatores que lhe foram desfavoráveis em 2006, ainda que, em relação a cobertura da imprensa, os efeitos tenham se tornado mais amenos.

Duas considerações podem ser feitas em relação às variáveis que medem os

⁸ Como a discussão sobre a construção do índice de atenção política mostrou, existem várias maneiras de construí-lo. Essa variação acontece não apenas dentro de cada survey, mas também entre pesquisas feitas com diferentes propósitos e períodos de tempo. Isso significa, por exemplo, que em um survey poderemos construir um que varia de 0 a 7, enquanto em outro poderemos construir um índice que varia de 0 a 17. Para facilitar a comparação dos efeitos da atenção política em diferentes pesquisas, Zaller (1992) sempre utiliza a forma padronizada desta variável ($\mu = 0$; $\sigma = 1$). Essa transformação não interfere na significância estatística da variável em questão, ou das demais variáveis incluídas no modelo.

⁹ Por razões de espaço, não disponibilizamos os resultados da estimação desses modelos neste artigo. Mas eles podem ser obtidos diretamente com os autores.

níveis de exposição auto-declaradas aos jornais impressos e aos programas televisivos, entre eles o Jornal Nacional. Por um lado, e pelas limitações expostas anteriormente, não surpreende que elas tenham deixado de alcançar significância estatística em relação ao voto dos principais candidatos – mesmo que, de maneira sugestiva, os sinais de seus coeficientes dêem suporte à interpretação apresentada sobre os efeitos do índice de atenção política, ao mostrarem um cenário desfavorável a Dilma em relação a Serra. Por outro lado, os resultados da Tabela 1 também sugerem que uma maior exposição aos jornais e ao programa Brasil Urgente aumentava a probabilidade de o eleitor não comparecer às urnas ou de votar branco ou nulo, mas não em Dilma.

A imprensa escrita geralmente realiza uma ampla cobertura das eleições, o que pode influenciar positivamente a participação política. Estudos clássicos sobre comportamento eleitoral haviam mostrado uma associação positiva entre exposição a jornais e interesse por política (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1948 [1944]). Por essa razão, o resultado apresentado na Tabela 1 acaba sendo, em certa medida, contra intuitivo.

Ao mesmo tempo, eles podem ser a indicação de um efeito midiático identificado por Patterson (1994). No longo prazo, os anos de cobertura negativa em relação ao governo Lula, especialmente após o escândalo do Mensalão, em 2005, não tiveram como consequência apenas a rejeição de uma parcela dos eleitores aos candidatos do PT. Ao solaparem, ao menos em tese, o último baluarte da ética política entre os grandes partidos brasileiros, o “viés antipolítico” da imprensa poder ter contribuído para a apatia política e a desconfiança do público em relação aos políticos, por parte de alguns, no 2º turno da eleição – principalmente em uma disputa que não acabou sendo tão acirrada.

O mesmo efeito midiático pode ter ocorrido com o público do Brasil Urgente. A linguagem mais assertiva, opinativa e crítica do apresentador do programa, muitas vezes dirigidas a políticos envolvidos em escândalos de corrupção e a autoridades públicas ditas incompetentes, provavelmente acabaram incentivando os telespectadores do programa a terem uma atitude mais cínica e desinteressada, influenciando-os a votarem branco e nulo, ou a absterem-se. Esse efeito negativo na participação política dos eleitores parece não ter sido diluído com a cobertura mais intensa que o programa fez das eleições de 2010, inclusive com entrevistas ao vivo com os principais candidatos. Patterson (2000), mais uma vez, parece estar certo, mas agora em relação à cobertura política das chamadas *soft news*.

Por fim, o fato de o eleitor ter assistido a alguns, ou a todos os debates, fazia aumentar as chances de ele votar em Serra, e não em Dilma, ao menos no 1º

turno, mantidas constantes as demais variáveis do modelo¹⁰. A falta de experiência e de carisma da candidata do PT em debates pode ter contribuído para esse resultado. É interessante notar, ainda, que uma maior exposição aos debates presidenciais também está associado a uma menor probabilidade de o eleitor deixar de comparecer às urnas e de votar branco ou nulo. Mesmo que muitas vezes herméticos, truncados e tediosos, os debates parecem diminuir as chances de apatia política, ao menos em 2010.

Os resultados apresentados mostram que, das variáveis políticas e econômicas, as preferências partidárias e as avaliações de governo e da econômica do país mostraram-se fortes preditores de voto em todos os modelos estimados, e sempre na direção correta.

Eleitores com preferência pelo PT, PSDB e PV tinham maior probabilidade de votar em seus respectivos candidatos. Já os eleitores mais satisfeitos com o governo e/ou com a economia, do país ou a pessoal, tinham maiores chances de votar pela continuidade. Como já mostraram vários estudos (KEY 1966; FIORINA 1981; CARREIRÃO 2002), governos bem avaliados têm maiores chances de permanecerem no poder, reelegendo-se ou fazendo um sucessor. Esse resultado torna-se ainda mais provável em um cenário como o da eleição de 2010, quando, de acordo com os dados do ESEB, 93,3% dos eleitores brasileiros avaliavam o governo Lula como bom ou ótimo¹¹.

Dilma também se beneficiou das avaliações econômicas dos eleitores. Quanto mais eles viam, de maneira positiva, as situações econômicas do país e a pessoal nos últimos 12 meses, maiores eram as probabilidades de preferirem o voto pela continuidade, e não em Serra, da oposição.

Mais uma vez, os números eram favoráveis à campanha petista. Embora a situação fosse menos dramática do que em 2008 – principalmente – e 2009, o mundo estava longe de ter deixado a crise econômica mundial para trás. Ainda assim, 55,1% dos eleitores consideravam a situação econômica do país melhor em outubro de 2010 do que nos últimos 12 meses, assim como 50,7% consideravam a sua situação econômica pessoal melhor. Essas avaliações são ainda mais importantes para a decisão do voto quando se sabe que o eleitor pode comparar o

10 Intuitivamente, acreditamos que a variável debates teve um melhor desempenho entre todas as de exposição autodeclarada devido à menor dificuldade cognitiva para responder as suas opções de resposta (ver anexo). Mas uma resposta definitiva para essa colocação dependeria de um teste mais consistente.

11 De fato, esse número pode parecer um pouco exagerado. Outras pesquisas realizadas à véspera da eleição, como por exemplo, a do *Datafolha* do dia 26 de Outubro de 2010 (N=4066, margem de erro de ± 2 , com 95% de nível de confiança), mostraram que 83% dos eleitores brasileiros avaliaram o governo Lula como bom ou ótimo, e 13% como regular. Acreditamos que o resultado do ESEB pode ter sido “inflado” porque o questionário não apresentou a opção de “regular” ao respondente.

desempenho dos governos do PSDB durante as crises econômicas dos anos 1990 e início de 2000, com a maneira como o governo petista lidou com a crise econômica do final da primeira década do século 21.

O formato das variáveis “econômicas”, ambas na mesma escala de grandeza, também nos permitem comparar qual tipo de voto econômico foi mais importante em 2010: o pessoal ou o sociotrópico. Estudos anteriores, nos EUA e no Brasil (KIEWIET 1983; CAMARGOS 1999), já haviam mostrado que os eleitores tendem a dar mais importância, na hora de votar, à situação econômica nacional do que à sua condição econômica pessoal. Em 2010, essa também foi a realidade encontrada, especialmente no 2º turno, quando a razão entre os coeficientes do voto econômico sociotrópico e pessoal era de 1,52.

Como Lula em 2006, Dilma pode se beneficiar das avaliações positivas do mandato que terminava e dos 27,7% de eleitores que disseram ser o PT o partido de que mais gostavam. É inegável, portanto, a força desses fatores como mecanismos de transferência de votos. Mas é inegável, também, que em 2010 eles, mais uma vez, funcionaram como mecanismos de resistência – ou como “escudos”, para usar o termo cunhado por Rennó (2007) – para uma parcela dos eleitores contra os efeitos de longo prazo da cobertura negativa da imprensa.

Em relação às demais variáveis de controle, os dados da Tabela 1 mostram que um eleitor beneficiário do Bolsa Família tinha 37,8% de chances a mais de votar em Dilma, ao invés de abster-se, votar em branco ou nulo, mantidas constantes as demais variáveis do modelo. Embora esse efeito seja salutar do ponto de vista da participação política, especialmente entre as pessoas de baixa renda – os beneficiários do programa – esperava-se que a variável alcançasse significância estatística na definição do voto em relação aos candidatos.

Ao menos em uma análise com dados individuais, as variáveis econômicas e de avaliação de governo parecem ter sido fatores mais importante do que participar do Bolsa Família. O programa de transferência de renda também pode não ter sido o único critério utilizado pelos eleitores mais pobres para preferirem a continuidade do governo Lula (BOHN, 2011). Além disso, é provável que o programa tenha tido efeitos agregados, na vida das comunidades e cidades com grande concentração de beneficiários, mais difíceis de mensurar com dados individuais, mas já detectada por análises agregadas sobre a eleição de 2006 (ZUCCO, 2008; HUNTER e POWER, 2007; ABENSUR, CRIBARI-NETO E MENEZES, 2007; CÂNEDO-PINHEIRO, 2009; MARQUES *et al*, 2009).

Entre as variáveis sociodemográficas, o sexo do eleitor foi mais importante na decisão do voto entre Dilma e Marina do que entre Dilma e Serra. Os homens preferiam votar na petista, e não na candidata do PV. No 2º turno, não houve diferença, o que mostra que as questões de gênero podem ter ficado em segundo

plano na eleição de 2010, pelo menos no que se refere às variáveis mais importantes para a decisão do voto do eleitor.

Outro dado relevante tem a ver com as variáveis renda familiar mensal e escolaridade, cujo aumento faziam crescer as chances de se votar em Marina, e não em Dilma. Esse cenário pode refletir a recorrência de um fato observado em 2006, quando eleitores de maior renda e da escolaridade votaram contra Lula – em 2002 isso não aconteceu, e a influência das novas mídias, uma possibilidade apresentada por autores como Costa (2011). Afinal, são justamente os eleitores de maior renda e escolaridade os que mais têm acesso e, conseqüentemente, mais utilizam a Internet em busca de informações e para uso de redes sociais (RESENDE e CHAGAS, 2011). Mas, até agora, nenhum estudo apresentou evidências realmente convincentes de que as novas mídias foram as responsáveis pelo relativo sucesso de Marina, candidata do PV.

Considerações finais

Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição de 2010? Os modelos estimados com os dados do ESEB mostraram que, em grande medida, elas foram mais favoráveis à Serra do que a Dilma. Por exemplo, eleitores com maior atenção política – que capta justamente a exposição e a recepção dos eleitores aos fluxos de informação política disponibilizadas, especialmente, pela cobertura da imprensa – tinham maior probabilidade de votar no tucano do que na petista. O desempenho do candidato do PSDB nos debates também o ajudou a ser mais competitivo do que a princípio se poderia imaginar.

Mas, independente do que o resultado da eleição de 2010 possa sugerir, as análises feitas neste artigo nos permitem dizer, com certa segurança, que os meios de comunicação – incluindo a imprensa – continuam a desempenhar um papel importante durante as eleições. O que não podemos é assumir posicionamentos extremos, seja para defender que a mídia, por alguma razão, perdeu seu poder de influenciar as atitudes e a opinião dos eleitores, como muitos analistas e pesquisadores sugeriram em 2006, seja para defender posições que ainda acreditam em meios de comunicação “todo poderosos”.

Essa visão, mais ponderada, talvez seja uma das razões pelas quais Dilma elegeu-se com um percentual de votos válidos (56,1%) menor do que Lula em 2002 (61,3%) e 2006 (60,8%), mesmo com um governo petista com cerca de 85% de aprovação. Acreditamos que, por trás desses números, exista um efeito midiático de longo prazo que se iniciou em 2005, cuja persistência temporal se fez sentir em 2010. Mas, conforme pressupõe o principal marco teórico utilizado neste artigo (ZALLER, 1992), o poder de influência das variáveis midiáticas sobre o voto sempre

ocorre em interação com outros fatores políticos, econômicos e sociais que envolvem a vida das pessoas, e que podem tanto intensificar quanto limitar quaisquer efeitos midiáticos. Isso, no entanto, está longe de significar que as variáveis midiáticas tenham perdido importância política ou que não ajudem a explicar os diferentes comportamentos dos eleitores.

Esperamos, com este artigo, ter contribuído para um melhor entendimento sobre como diferentes variáveis midiáticas interferem no processo de decisão do voto dos eleitores brasileiros. Esperamos, também, ter mostrado que olhar apenas para o resultado final das urnas não é a estratégia de análise mais adequada para entendermos o papel desempenhado pelos meios de comunicação em uma eleição.

Referências Bibliográficas

ABENSUR, T. C.; CRIBARI-NETO, F.; MENEZES, T. A. Impactos do Programa Bolsa Família nos resultados das eleições presidenciais no Brasil em 2006. In: *XXXV Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, Recife (PE), 2007.

ALDÉ, A.; FIGUEIREDO, M. F.; MENDES, G. Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

AMARAL, R. "As Eleições de 2006 e a Emergência das grandes massas no processo político". *Comunicação e Política*, vol. 24, nº 3, p. 7-17, 2006.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, Campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, A. (org.). *Mídia e Eleições de 1998*: João Pessoa/Salvador: Editora Universitária/UFPB, FACOM/UFBA, 2000.

BAUM, M. *Soft News Goes to War*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

BEZERRA, H. *Mídia e política*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

BOHN, S. "Social Policy and vote in Brazil: Bohna Familia and the shifts in Lula's electoral base". *Latin American Research Review*, vol. 46, nº 1, p. 54-79, 2011.

CAMARGOS, M. B. Do bolso às urnas: a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, 1999.

CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006: In: *XXXVII Encontro Nacional da ANPEC*, Foz do Iguaçu (PR), 2009.

CARRARO, A. et al. "É a economia, companheiro: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais". *IBMEC MG Working Paper*, Belo Horizonte, 2007.

CARREIRÃO, Y. *A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: Editora FGV/ Editora da UFSC, 2002.

COIMBRA, M. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CONVERSE, P. E. "Information flow and the stability of partisan attitudes", *Public Opinion Quarterly*, vol.26, p. 578-599, 1962.

COSTA, C. T. "O papel da internet na conquista dos votos de Marina Silva". *Interesse Nacional*, nº 13, p. 59-75, 2011.

CURRAN, J. Media and Democracy. In: ANDERSEN, M. B. (org.) *Media and Democracy*. Oslo: University of Oslo Press, 1996.

DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica de Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999 [1957].

FIORINA, M. P. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

HALLIN, D. La Nota Roja: Popular Journalism and the Transition to Democracy in Mexico. In: SPARK, C.; TULLOCH, J. (orgs.). *Tabloid Tales: Global Debates Over Media Standards*. New York: Roman and Littlefield Publishers, 2000.

HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, 2007.

KAMEL, A. Rede Globo: os fatos. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

KEY, V. O. *The Responsible Electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, D. R. *Macroeconomics and Micropolitics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

KUCINSKI, B. O antilulismo na campanha de 2006 e suas raízes. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, F. et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B. & GAUDET, H. *The People's Choice*. New York: Columbia University Press, 1948 [1944].

MAIER, J. "The impact of political scandals on political support: an experimental test of two theories". *International Political Science Review*, vol. 32, nº 3, p. 283-302, 2011

MARQUES, R. M. et al. "Discutindo o papel do Programa Bolsa família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006", *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1, p. 14-132, 2009.

MAIN, B. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, 1995

MUNDIM, P. S. "Imprensa e voto nas eleições presidenciais Brasileira". 162 p. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2010.

_____. A cobertura da imprensa e o realinhamento eleitoral de 2006. *Anais do IV Congresso Latino-americano da WAPOR*, Belo Horizonte (MG), 2011.

NASSIF, L. A longa noite de São Bartolomeu. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das Eleições Presidenciais de 2006. *XXXI Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2007.

PAGE, B.; SHAPIRO, R.; DEMPSEY, G. "What moves public opinion". *American Political Science Review*, vol. 81, nº 1, p. 24-43, 1987.

PATTERSON, T. E. *The Mass media election*. New York: Preager Publishers, 1980.

_____. *Out of Order*. New York: Vintage Books, 1994.

_____. Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy - And what news outlets Can Do About It, *John F. Kennedy School of Government Faculty Research Working Papers Series*, p. 1-28, 2000.

POPKIN, S. L. *The reasoning voter*. Chicago: The Chicago University Press, 1994.

_____. "Changing media, changing politics". *Perspectives on politics*, vol. 4, p. 327-341, 2006.

PRIOR, M. "Improving media effects research through better measurement of news exposure". *The Journal of Politics*, vol. 71, nº 3, p. 893-908, 2009a.

_____. The immensely inflated news audience: assessing bias in self-reported news exposure, *Public Opinion Quarterly*, vol. 73, nº 1, p. 130-143, 2009b.

RENNÓ, L. "Escândalos e Voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p. 260-282, 2007.

RESENDE, J. F.; CHAGAS, J. S. C. Eleições no Brasil em 2010: comparando indicadores político-eleitorais em surveys e na internet. *Anais do IV Congresso Latino-americano da WAPOR*, Belo Horizonte, 2011.

RUBIM, A. Ética da política e ética na política nas eleições de 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SILVEIRA, S A. Combates na fronteira eletrônica: A internet nas eleições de 2006. In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

VIANNA, R. Lealdade (carta do repórter). In: LIMA, V. (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

ZALLER, J. R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: University Press, 1992.

ZALLER, J. R.; PRICE, V. "Who Gets the News? Alternative Measures of News Reception and Their Implications For Research". *Public Opinion Quarterly*, vol. 57, p. 133-164, 1993.

ZUCCO, C. "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Election". *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, p. 29-49, 2008.

Apêndice: descrição das variáveis

Presidente 1º turno 2010. Pergunta 42 do questionário (Em quem o Sr.[a] votou para presidente no primeiro turno?), codificada: 1 = Dilma, 2 = Serra, 3 = Marina e 4 = Outros/Não Voto (Branco, Nulo e Abstenções).

Presidente 2º turno 2010. Pergunta 47B do questionário (Em quem o Sr.[a] votou para presidente no segundo turno?), codificada: 1 = Dilma, 2 = Serra e 3 = Não Voto (Branco, Nulo e Abstenções).

Presidente 1º turno 2006. Pergunta 74 do questionário (Em quem o Sr.[a] votou no primeiro turno da eleição presidencial de 2006?), codificada: 1 = Lula, 2 = Alckmin, 3 = Outros e 4 = Não Voto (Branco, Nulo e Abstenções)..

Presidente 2º turno. Pergunta 76 do questionário (E no segundo turno das eleições de 2006, em quem o Sr.[a] votou?), codificada: 1 = Lula, 2 = Alckmin e 3 = Não Voto (Branco, Nulo e Abstenções).

Índice de Atenção Política. Pergunta 88 do questionário (Vou ler para o Sr.[a] o nome de alguns políticos e gostaria de que me dissesse a qual partido eles são filiados. De qual partido ___ é filiado?): $\mu = 4,673$; $\sigma = 3,253$; min. = 0; max. = 17. O índice de atenção política utilizado nos modelos foi padronizado.

Jornal? Pergunta 100 do questionário (Quantos dias por semana o Sr.[a] lê jornal?), codificada: 1 = Nunca, 2 = Raramente, 3 = Um dia por semana, 4 = Alguns dias por semana e 5 = Todo dia.

Jornal Nacional. Pergunta 102 do questionário (Quantos dias por semana o Sr.[a] assiste ao Jornal Nacional?), codificada: 1 = Nunca, 2 = Raramente, 3 = Um

dia, 4 Dois dias, 5 = Três dias, 6 = Quatro dias, 7 = Cinco dias e 8 = Todo dia.

Datena (Brasil Urgente). Pergunta 103 do questionário (E o programa Brasil Urgente, da Band, apresentado por José Luiz Datena, quantos dias por semana o Sr.[a] assiste?), codificada: 1 = Nunca, 2 = Raramente, 3 = Um dia, 4 Dois dias, 5 = Três dias, 6 = Quatro dias, 7 = Cinco dias e 8 = Todo dia.

Debates. Pergunta 104 do questionário (E os debates entre os candidatos a presidente, o Sr.[a] assistiu?), codificada: 1 = Não, 2 = alguns e 3 = todos.

Avaliação do presidente Lula. Pergunta 21 do questionário (Na sua opinião, de maneira geral o governo Lula nos últimos 4 anos foi), codificada: 1= Péssimo, 2 = Ruim, 3 = Bom e 4 = Ótimo.

PT: partido preferido. Pergunta 23 do questionário (Qual é o partido que melhor representa a maneira como o Sr.[a] pensa?), codificada: 1 = PT, 0 = Outros/Nenhum.

PSDB: partido preferido (idem): 1 = PSDB, 0 = Outros/Nenhum.

PV: partido preferido (idem): 1 = PV, 0 = Outros/Nenhum.

Avaliação econômica do país. Pergunta 109 do questionário (Sr.[a] considera que a situação econômica atual do país está igual, melhor ou pior do que há 12 meses?), codificada: 1 = Pior, 2 = Igual, 3 =Melhor.

Avaliação econômica do pessoal. Pergunta 111 do questionário (Sr.[a] acha que a sua atual a situação econômica está igual, melhor ou pior do que há 12 meses?), codificada: 1 = Pior, 2 = Igual, 3 =Melhor.

Bolsa Família. Pergunta 114 do questionário (O[a] Sr.[Sra.] participa do programa ____, do governo federal?), codificada: 1 = Sim, 0 = Não.

Sexo: 1 = Homem, 0 = Mulher.

Idade: 1 = 16 a 24, 2 = 25 a 34, 3 = 35 a 44, 4 = 45 a 60 e 5 = Acima de 60.

Escola: 1 = Até 4ª série, 2 = 5ª a 8ª, 3 = 2º Grau e 4 = Superior.

Renda familiar mensal: 1= Até 2 SM, 2 = de 2 a 5 SM, 3 = de 5 a 10 SM e 4 = Acima de 10 SM.

CO/SUL: 1 = Centro-Oeste/Sul, 2 = Outras.

NO/NE: 1 = Norte/Nordeste, 2 = Outras.

Heloisa Bezerra – diasbezerra.h@gmail.com

Pedro Mundim – psmundim@yahoo.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Estadual Paulista - Araraquara
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: A análise das eleições presidenciais de 2010 apontaram para um eleitorado cujas escolhas se diferenciam por regiões, seguindo o mapa da desigualdade do Brasil. A pauta da campanha esteve ligada à continuidade do governo Lula, especialmente à expansão da cobertura dos programas de transferência de renda e ampliação do consumo, incentivando a discussão sobre o papel desses programas na decisão do voto. Nesse, sentido, o artigo investiga a relação entre conhecimento e participação nos programas de redistribuição de renda, o impacto na percepção política do eleitorado e no voto e sua relação com a questão regional. Para esta análise utilizamos os dados do *survey* eleitoral ESEB realizado após as eleições de 2010.

Palavras-chave: eleições presidenciais, programas sociais, voto regional, CSES-ESEB2010

Abstract: The analysis of the 2010 Presidential elections shows a divided electorate by regions, following the Brazilian map of inequality. The main campaign issues were the continuity of President Lula and the social programs. This article investigates the relationship between social programs and voter decision, and the role of region as a variable of explanation. The analysis is based on the CSES-ESEB2010 data.

Keywords: presidential elective, social programs, regional vote, CSES-ESEB2010

As eleições presidenciais¹ de 2010 apontaram para uma votação diferenciada por região, classe de renda e escolaridade, refletindo o mapa da desigualdade do Brasil.

A 'novidade' do pleito – apesar de a polarização ter-se mantido entre PT e PSDB – foi a ausência de Lula como candidato na disputa eleitoral e a indicação direta, pelo Presidente da República, de sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata do PT.

O resultado das urnas no primeiro turno deu vitória a Dilma em todas as regiões do país. Os candidatos José Serra (PSDB) e Marina Silva(PV) obtiveram vitórias expressivas em alguns estados, apesar de terem sido derrotados regionalmente. Foi no segundo turno que as diferenças no voto dado em cada região apareceram de maneira mais significativa, com Dilma vencendo no Norte, Nordeste e Sudeste, e Serra no Sul e Centro-Oeste².

A vitória mais significativa de Dilma, no segundo turno, aconteceu no Nordeste, ao derrotar o candidato do PSDB em todos os estados da região, com 70,58% dos votos (10,5 milhões a mais que seu concorrente)³.

Com a pauta da campanha estreitamente vinculada à continuidade do governo Lula – em especial no que diz respeito à expansão da cobertura dos programas de transferência de renda e à ampliação do consumo –, o debate geral concentrou-se no papel desses programas na decisão eleitoral, mais especificamente na correlação entre o Programa Bolsa Família e a tendência de voto na candidata governista, em particular na região Nordeste, onde estão os sete estados com maior cobertura do Bolsa Família (Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte), totalizando 64,7% de famílias beneficiadas.

A discussão sobre a **influência** dos programas de transferência de renda na tendência do voto tem sido objeto de estudo de vários autores, desde a reeleição de Lula em 2006 (HUNTER e POWER, 2007; NICOLAU e PEIXOTO, 2007; SOARES e TERRON, 2008; LÚCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009; CARRARO *et al.*, 2007; MONTERO, 2010). Esses estudos basearam-se principalmente em dados eleitorais, sociais e econômicos agregados por estados e municípios.

¹ Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. O tratamento estatístico dos dados foi realizado por Bruno Souza da Silva, mestrando do Programa de Pós graduação em Sociologia da UNESP/Campus Araraquara e bolsista da FAPESP, a quem expressei meus agradecimentos.

² Nas eleições de 2006, Lula saiu vitorioso, no primeiro turno, nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste; Alckmin obteve votação mais expressiva no Sul e Centro-Oeste. No segundo turno, Lula venceu em todas as regiões.

³ Em 2006, Lula obteve 74,84% dos votos na região.

Rennó e Castro (2009), por exemplo, analisaram a relação entre a participação direta do eleitor no Programa Bolsa Família e o voto no pleito de 2006.

No entanto, a adoção de perspectiva regional para entender o comportamento eleitoral brasileiro introduz uma variável nova nessa análise. Apesar de reconhecer-se a limitação de utilizar dados agregados por região e a depender do recorte geográfico utilizado⁴, a análise regional constitui referência importante para entender as campanhas eleitorais geograficamente orientadas e seu efeitos sobre o eleitorado.

O recorte comumente adotado nos estudos clássicos sobre o tema, no Brasil, esteve relacionado à oposição entre o mundo rural e os grandes centros urbanos (REIS, 1978), contrapondo o voto de clientela e o voto ideológico, como centrais na decisão do eleitor brasileiro. De alguma forma, o tema volta a ocupar as discussões atuais sobre o comportamento eleitoral, ao identificar o voto na candidata do PT com os eleitores dos municípios e regiões mais pobres do Brasil, os chamados ‘grotões da política brasileira’.

A acentuada transformação urbana pela qual passou o país parece ter interferido na avaliação das causas das desigualdades sociais entre os brasileiros, introduzindo fortemente o critério de diferenças regionais e do processo de urbanização na análise do comportamento eleitoral.

Apesar de o Brasil, desde o início de sua história republicana, ter sido marcado por profundas desigualdades regionais, foi a partir da Constituição de 1988 que os efeitos da descentralização introduziu “novas tensões no arranjo federativo desenhado pela Constituição de 1988 e pactuado no processo de democratização” (SOUZA, 1998), tornando nítidos a diferenciação regional e os interesses políticos que permeiam as relações intergovernamentais no país.

A introdução da questão regional na avaliação do comportamento do eleitorado brasileiro traz para o cenário político um novo ator com valores e interesses políticos diferenciados. Características regionais podem afetar o comportamento do eleitor, através de redes de interação social.

Nossos objetivos neste artigo são investigar (1) a correlação entre conhecimento e participação em programas de redistribuição de renda, sobre a percepção política do eleitorado e (2) a relação do voto, nas eleições de 2010, com a questão regional.

⁴ Pois, segundo Carraro *et al.* (2007), “as relações que são válidas para os grupos podem não sê-lo para indivíduos”.

Para essa análise, utilizamos os dados do *survey* ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) realizado após as eleições de 2010 com uma amostra nacional de 2.000 entrevistas pessoais, domiciliares. A distribuição da amostra contemplou 149 municípios dos 27 estados brasileiros.

O voto nas eleições de 2010

No primeiro turno das eleições de 2010 a candidata Dilma Rousseff venceu em todas as regiões do país, tendo alcançado maior votação no Norte e no Nordeste, enquanto José Serra obteve melhor resultado no Centro-Oeste e Sul. O grande diferencial nessa etapa eleitoral foi o desempenho da candidata Marina Silva que recebeu 17,6% dos votos, com votação mais expressiva no Sudeste e no Sul do país.

No segundo turno (Tabela 1), Dilma venceu nas regiões Norte, Nordeste, onde obteve vitória esmagadora sobre o seu oponente José Serra e Sudeste.

Tabela 1
Resultado Oficial da Eleição de 2010, por Região

Regiões	Dilma	Serra	Branco e Nulos
Norte	57,4	42,6	4,2
Nordeste	70,6	29,4	6,7
Sudeste	51,9	48,1	9,7
Sul	46,1	53,9	4,6
Centro-Oeste	49,1	50,9	6,2

Fonte: TSE, 2010.

Na Tabela estão distribuídas as porcentagens de votos válidos por região entre Dilma e Serra. Deste modo, desconsiderou-se o percentual de votos nulos e votos em branco para o cálculo das porcentagens entre os candidatos.

A maior vitória proporcional de Dilma, nas eleições de 2010, ocorreu no Norte, com 80% dos votos válidos no Amazonas, conseguindo assim um milhão de votos a mais que o candidato do PSDB. Serra venceu no Sul, com vantagem de 1,2 milhão de eleitores, e no Centro-Oeste, com 130 mil votos de diferença.

Essa votação diferenciada por região alimentou as hipóteses sobre o papel dos programas sociais no comportamento do eleitor, em 2010. Uma parte da bibliografia sobre o tema, analisando especialmente as eleições de 2006, considera

que os programas sociais não podem ser apontados como o único ou principal fator de definição do voto em regiões pouco desenvolvidas do país. Apesar da controvérsia, o debate da questão permeou a campanha eleitoral de 2010, pois a região Nordeste sempre aparecia, nas pesquisas eleitorais, com o maior contingente de votos para a candidata Dilma Rousseff.

A resposta à pergunta sobre se “houve algum candidato a presidente que representou bem o que você pensa” é elucidativa no que revela sobre as diferenças regionais.

Tabela 2
Presença de algum candidato que representa o entrevistado, Brasil, 2010

Regiões	Sim	Não	Não Sabe	Não Respondeu
Norte	7,8	5,8	8,0	0,0
Nordeste	27,1	26,1	37,8	25,0
Sudeste	43,3	45,0	29,7	50,0
Sul	15,1	15,0	10,8	0,0
Centro-Oeste	6,7	8,1	13,5	25,0

Fonte: ESEB, 2010.

Questão: Houve algum candidato nessa eleição que representa bem o que o(a) Sr(a) pensa?

Uma porcentagem significativa de entrevistados não soube responder à questão: a região Nordeste teve, proporcionalmente, o maior número de respostas “não sabe”. Os altos índices de respostas às variáveis “não sabe”, “não respondeu” sugerem a possibilidade da pergunta não ter sido satisfatoriamente entendida, uma vez que a idéia de representação não implica numa identidade ou solidariedade exercida anterior. Outra hipótese a ser aventada é que as informações políticas ou o esforço de persuasão eleitoral não atenderam às expectativas dos eleitorais regionais. As regiões Norte, Nordeste e Sul concentraram o maior percentual de respostas afirmativas; e as regiões Sudeste e Centro-Oeste, o maior índice de respostas negativas. Aqui, os valores que mobilizaram a ação do eleitorado apontam para padrões distintos de votação em cada região.

Uma análise detida sobre qual seria o principal assunto dessa eleição na percepção do entrevistado (Tabela 3) mostra que o padrão de resposta também pode associar-se a diferenças encontradas em cada região. O principal assunto apontado pelos eleitores de todas as regiões foi a continuidade do governo Lula, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Sul, onde se concentra a produção do

agronegócio (cana-de-açúcar, carnes, suco de laranja, fibras têxteis e grãos) e onde o candidato José Serra obteve, no segundo turno, melhor desempenho que a candidata oficial.

O segundo assunto considerado relevante no pleito presidencial foi a situação da saúde no país, principalmente para os entrevistados da região Norte. Em seguida, a corrupção aparece como principal questão colocada por entrevistados do Sul e Sudeste, reflexo provável do maior acesso a informações políticas dos eleitores dessas regiões.

Os programas sociais e a situação da educação foram os temas considerados mais relevantes por eleitores da região Nordeste, por sinal, aquela que mais recebeu recursos provenientes de programas sociais, especialmente do Bolsa Família, e com os maiores índices de desigualdades sociais.

A questão do meio ambiente e a volta do PSDB ao poder não se destacaram como assuntos considerados relevantes: o meio ambiente foi preocupação apontada por alguns eleitores da região Norte, e a volta do PSDB esteve na pauta de entrevistados das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

O número de entrevistados que não soube responder a questão foi especialmente alto no Nordeste. A análise do questionário não nos permite dar respostas conclusivas sobre esta opção, possivelmente relacionada a um nível baixo de informação ou, simplesmente, a ausência de opinião (Tabela 3).

Tabela 3
Principal assunto da eleição para presidente, Brasil, 2010

Regiões	Continuidade do Governo Lula	Programas Sociais	Corrupção	Volta do PSDB ao governo	Situação da Saúde no Brasil	Questões sobre o Meio Ambiente	Situação da Educação Pública	Não sabe
Norte	47,2	6,9	10,4	4,9	20,1	4,2	5,6	0,7
Nordeste	50,4	8,0	6,9	1,7	11,3	2,6	7,6	11,5
Sudeste	48,6	5,7	13,8	1,7	14,9	3,6	6,0	5,7
Sul	53,0	5,0	15,0	1,7	15,3	0,7	5,3	4,0
Centro-Oeste	62,5	2,8	10,4	4,9	13,9	0,7	1,4	3,4

Fonte: ESEB, 2010.

Questão: Qual foi o principal assunto desta eleição para presidente?

Diferenças regionais também podem ser percebidas na avaliação que os entrevistados fizeram do gasto do governo federal (Tabela 4). Para a composição dessa tabela, foram consideradas apenas as respostas “gasta muito (GM)” e “gasta pouco (GP)”, desconsiderando-se as alternativas “gasto adequado” e “não sei avaliar”.

O gasto do governo com **propaganda** foi considerado excessivo (“gasta muito”) pelo maior percentual de entrevistados *em todas as regiões*, indicando um consenso sobre esse tema no eleitorado brasileiro. Por outro lado, os itens nos quais o governo tem feito poucos gastos, segundo o maior percentual de eleitores também em todas as regiões, incluem a **saúde**, a **educação**, a **aposentadoria**, o **salário mínimo** e os **programas sociais**, com destaque para as fortes discrepâncias nos estados do Sul e do Sudeste entre aqueles que escolheram uma ou outra das duas alternativas consideradas.

A avaliação do gasto com **defesa** chama a atenção pelos percentuais bastantes equilibrados de eleitores, em quase todas as regiões, que oscilam entre aqueles que o consideram excessivo e os que o consideram insuficiente (“gasta pouco”), havendo divergência apenas entre os entrevistados do Centro-Oeste, cuja maioria avaliou como insuficiente. Uma possível explicação nesse caso está no fato desta ser uma região de fronteira e portanto mais vulnerável a problemas de segurança.

Os **investimentos em indústria** foram considerados insuficientes pela maior parte dos eleitores entrevistados, chamando a atenção à forte discrepância entre entrevistados do Sul do país que escolheram uma ou outra das duas alternativas consideradas.

Tabela 4
Avaliação dos gastos do governo federal, Brasil, 2010

Regiões	Saúde		Educação		Salário Mínimo		Defesa		Aposentadoria		Investimento em Indústria		Programas Sociais		Propaganda	
	GM	GP	GM	GP	GM	GP	GM	GP	GM	GP	GM	GP	GM	GP	GM	GP
Norte	14	71,5	13,2	61,1	9,7	52,1	25	21,5	16,7	47	21,5	29,2	20,1	42	72,9	4,9
Nordeste	16	69,1	17,4	57	14	48,9	25	32,2	17,6	49	24,3	31,1	34,3	33	69,3	8,1
Sudeste	7,9	81,8	7,9	72,9	13	49,9	20	37	11,8	71	18,9	38,2	19,7	53	74,9	10,6
Sul	3	89,7	3,7	77,7	15	44,7	29	21,3	7,7	77	8	38	19,3	53	82,3	3,3
Centro-Oeste	9	81,3	6,9	69,4	16	47,9	23	40,3	13,2	61	22,9	41,7	17,4	53	72,2	14,6

Fonte: ESEB 2010

Legenda:

GM – Gasta Muito

GP – Gasta Pouco

Avaliação dos Programas de Redistribuição de Renda

O conjunto de perguntas elaboradas para compor o Eseb 2010 sobre a percepção das políticas distributivas levou em conta a extensão dos seus benefícios, a partir de 2002, para grupos específicos ou focalizados, o que pode ter afetado atitudes e comportamentos políticos, no contexto das relações entre os cidadãos e o Estado. As políticas de redistribuição de renda adotadas nos últimos anos tiveram impacto significativo na redução da miséria e da pobreza e no aumento da renda média dos segmentos mais pobres da população. O objetivo da bateria de questões foi medir a percepção do eleitorado sobre esses programas e o efeito que produziram sobre o comportamento do eleitorado no pleito de 2010.

O elevado índice de respostas positivas à pergunta: “Você conhece ou já ouviu falar sobre os programas sociais de redistribuição de renda?” mostra o nível de divulgação do tema entre os entrevistados, principalmente entre os eleitores das regiões Norte e Sul (Tabela 5).

Tabela 5
Conhecimento dos programas de redistribuição de renda do governo federal, Brasil, 2010

Regiões	Sim	Não	Não Sabe
Norte	91,7	8,3	0,0
Nordeste	77,6	21,7	0,7
Sudeste	73,3	24,6	0,1
Sul	82,7	14,3	3,0
Centro-Oeste	79,9	19,4	0,7

Fonte: ESEB, 2010.

Questão: Conhece ou já ouviu falar sobre os programas de redistribuição de renda do governo federal?

Dentre os que declararam ter votado em Dilma, 45,3% responderam afirmativamente à questão, contra apenas 26,9% dos que votaram em Serra.

A fim de refinar o estudo, o questionário do ESEB selecionou quatro programas de redistribuição de renda: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos e ProUni, e fez perguntas específicas tendo estes programas em consideração. O Bolsa Família é o programa que tem recebido maior atenção dos estudiosos sobre os recentes processos eleitorais para a escolha de presidente. Várias pesquisas procuraram identificar os efeitos do programa nas bases eleitorais de Lula, em 2006, quando sua maior votação ocorreu nos municípios com os piores indicadores sociais e com o maior número de indivíduos na linha de pobreza. A expectativa para a eleição de 2010 era que o mesmo padrão de votação se repetisse na figura da candidata escolhida por Lula.

O Programa Bolsa Família foi proposto pelo governo federal em 2003, unificando quatro programas sociais então existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação. Trata-se de programa de transferência direta de renda com condicionalidades que atende mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. Sua gestão é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi regulamentado em julho de 2009 e previa uma concentração de programas que possibilitassem a construção de novas unidades habitacionais, visando diminuir o déficit de moradias no país, estimado em seis milhões de unidades. É um programa do governo federal em parceria com

estados, municípios, empresas e movimentos sociais e fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo Lula em 2007.

O Programa Luz para Todos foi criado em 2003 com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica. A previsão inicial era atender dois milhões de famílias do meio rural, foi prorrogado até dezembro de 2010 e, depois, para 2011, a fim de concluir as ligações contratadas. Em julho de 2011, a presidente Dilma instituiu o novo programa Luz para Todos, com prazo de execução das obras até 2014, visando a atender especialmente domicílios do meio rural nas regiões Norte e de parte do Nordeste e do Centro-Oeste.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004 para oferecer bolsas de estudo integrais ou parciais de até 50% a alunos com melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em contrapartida, as instituições que participam do ProUni, divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) durante a época de inscrições, ficam isentas de pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre lucro líquido, do PIS e do Cofins. O programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o objetivo é contribuir, até 2011, para o acesso de pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos ao ensino superior.

Esses são programas cujas propostas buscam atender um público bastante amplo. As respostas à pergunta sobre se “alguém da família ou algum conhecido participa de algum programa do governo federal” mostraram variações percentuais regionais bastante expressivas (Tabela 6).

Tabela 6
Conhecimento de alguém da família ou não, participante de programa de redistribuição de renda, Brasil 2010

Regiões	Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida		Luz Para Todos		ProUni	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Norte	69,4	30,6	15,3	84,7	27,8	72,2	14,6	85,4
Nordeste	68,9	31,1	12,6	87,4	13,7	86,3	10,2	89,8
Sudeste	45,0	54,5	15,0	84,3	6,9	92,2	13,0	86,0
Sul	43,3	56,7	17,3	82,7	9,0	91,0	12,0	88,0
Centro-Oeste	38,9	61,1	9,7	90,3	9,7	90,3	8,3	91,7

Fonte: ESEB, 2010.

Questão: Alguém da sua família ou algum conhecido participa de algum programa de redistribuição de renda do governo federal?

Nora: A região Sudeste é a única cuja soma não totaliza 100% devido ao número de respostas 'não sabe': 0,5 na Bolsa Família, 0,7 no Minha Casa, Minha Vida, 0,9 na Luz para Todos e 1,0 no ProUni.

O Programa Bolsa Família é o único que concentra, para todas as regiões, índices significativos de familiares ou conhecidos dos entrevistados dentre os seus participantes, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Nesse sentido, surpreende o percentual de respostas negativas, em todas as regiões, relacionadas à participação de familiares e conhecidos em todos os demais programas de redistribuição de renda.

Comparativamente aos dados para cada região, o Programa Minha Casa Minha Vida é o que apresenta a maior quantidade de respostas afirmativas dentre os entrevistados da região Sul, seguido pelo ProUni e Luz para Todos.

O Programa Luz para Todos é o segundo programa, na região Norte (sendo o primeiro, em todas as regiões, o Bolsa Família), com maior participação de familiares ou conhecidos de entrevistados. E aqui chamam a atenção os baixos índices de participantes familiares e conhecidos dos eleitores das regiões Sudeste e Sul do país. Esses índices parecem estar perfeitamente de acordo com a proposta do programa, de atender especialmente a população de zonas rurais.

O Programa ProUni tem o maior número de respostas positivas no Norte e negativas no Centro-Oeste. Como se trata de um programa com características muito específicas e focalizadas, as causas das diferenças apresentadas por região

estão diretamente relacionadas ao grau de escolaridade e aos incentivos governamentais para o acesso ao ensino superior, em cada região.

Os índices levantados para cada programa parecem apontar para diferenças capazes de explicar, de alguma forma, a opção de voto dos eleitores de cada região. Perguntados sobre sua participação direta em algum programa governamental de redistribuição de renda, a grande maioria dos entrevistados, em todas as regiões, afirmou não participar de nenhum programa. Mesmo assim, foram os entrevistados das regiões Norte e Nordeste os que deram o maior número de respostas positivas, com participação destacada no Programa Bolsa Família. Embora bem menos expressivas, a participação direta dos entrevistados nos programas Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida alcançou um percentual representativo, principalmente na região Norte. O ProUni foi o programa com o mais baixo índice de participantes dentre os entrevistados, sugerindo um menor número de pessoas incluídas neste programa (Tabela 7).

Tabela 7
Participação em programa de redistribuição de renda, Brasil, 2010

Regiões	Bolsa Família		Minha Casa Minha Vida		Luz Para Todos		ProUni	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Norte	17,4	82,6	4,9	95,1	7,6	92,4	1,4	98,6
Nordeste	29,3	70,7	2,8	97,2	3,9	96,1	2,4	97,6
Sudeste	11,6	88,4	3,0	97,0	1,4	98,6	1,4	98,6
Sul	8,0	92,0	1,3	98,7	4,7	95,3	1,0	99,0
Centro-Oeste	11,8	88,2	2,1	97,9	1,4	98,6	1,4	98,6

Fonte: ESEB 2010.

Questão: Você participa de algum programa de redistribuição de renda do governo federal?

A pergunta seguinte (Tabela 8) buscou investigar em que medida a participação direta ou indireta (de conhecidos ou familiares) em programas de redistribuição de renda influenciou o voto do entrevistado.

Apesar de os altos percentuais de respostas negativas mostrarem que a participação direta ou indireta não foi determinante para a escolha dos candidatos, pode-se verificar, dentre os que votaram em Dilma, que o Programa Bolsa Família é o que parece estar mais vinculado ao voto. Mas também chama a atenção o importante percentual de participantes do Bolsa Família que aderiram à

candidatura Serra. Cabe ainda mencionar que 94,1% dos que anularam o voto, e 90,2% dos que votaram em branco, não eram beneficiários do Programa bolsa Família.

Tabela 8
Relação entre a participação direta em algum programa de redistribuição de renda do governo federal e o voto dado nas eleições para presidente, em 2010

Candidato em que votou	Bolsa Família		Minha Casa, Minha Vida		Luz para Todos		PROUNI	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Dilma	19,5	80,5	3,1	96,9	3,0	97,0	1,7	98,3
Serra	12,6	87,4	2,1	97,9	3,5	96,5	1,5	98,5
Anulou	5,9	94,1	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Votou em Branco	9,8	90,2	7,3	92,7	2,4	97,6	2,4	97,6
NS/NL	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	33,3	66,7
NR	6,3	93,8	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0
NA	16,7	83,3	3,3	97,3	2,0	98,0	1,3	98,7

Fonte: ESEB 2010.

O fato de ter alguém da família ou algum conhecido participando de algum programa de redistribuição de renda do governo federal parece ter influenciado mais o voto do entrevistado do que a sua própria participação, com destaque para o Programa Bolsa Família tanto dentre os que votaram Dilma, quanto para os que optaram pelo voto em José Serra (Tabela 9). Nota-se que, do total de votantes em Serra, mais da metade respondeu negativamente à questão. Outro dado que chama a atenção é do total de entrevistados que anularam o voto ou votaram em branco, 39,2% e 31,7%, respectivamente, têm alguma relação com beneficiários do Bolsa Família. Este resultado sugere que é relativa à importância deste programa na eleição da candidata Dilma.

Tabela 9

Relação entre a participação de familiar ou conhecido em algum programa de redistribuição de renda do governo federal e o voto dado *pele entrevistado* nas eleições para presidente, em 2010

Candidato em que votou	Bolsa Família			Minha Casa, Minha Vida			Luz para Todos			PROUNI		
	Sim	Não	NS	Sim	Não	NS	Sim	Não	NS	Sim	Não	NS
Dilma	57,3	42,6	0,2	15,9	83,9	0,2	12,3	87,3	0,4	12,8	86,9	0,3
Serra	48,6	51,3	0,1	12,7	87,3	0,0	10,0	90,0	0,0	10,9	88,8	0,3
Anulou	39,2	60,8	0,0	5,9	92,2	2,0	0,0	98,0	2,0	11,8	86,3	2,0
Votou em Branco	31,7	68,3	0,0	9,8	90,2	0,0	7,3	92,7	0,0	12,2	87,8	0,0
NS/NL	33,3	66,7	0,0	33,3	66,7	0,0	0,0	100,0	0,0	33,3	66,7	0,0
NR	49,3	68,8	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	6,3	93,8	0,0
NA	52,5	49,3	1,3	16,0	82,0	2,0	8,7	89,3	2,0	9,3	88,7	2,0

Fonte: ESEB 2010.

O uso de regiões geográficas para delimitar a correlação entre conhecimento e participação em programas de redistribuição de renda e o voto nas eleições de 2010 mostrou-se importante para um melhor entendimento do comportamento do eleitorado. Parece ser possível traçar vinculações entre conhecimento ou participação em programas governamentais e a decisão do eleitor, apesar dos padrões diferenciados de comportamento entre eleitores de cada região, dadas as diversidades socioeconômicas e culturais que reordenaram o voto (SOARES E TERRON, 2008) e influenciaram a construção de bases eleitorais regionais dos candidatos na disputa de 2010.

As regiões brasileiras marcadas por desigualdades econômicas, sociais e políticas compõem um complexo social móvel que aponta para manifestações

menos previsíveis do comportamento eleitoral, especialmente nas regiões mais urbanizadas do país, determinando diferenças na percepção política do eleitorado e na definição de seu voto.

O comportamento eleitoral não se diferencia apenas no tocante às expectativas, mas também com respeito aos diferentes objetos nos quais a atenção dos eleitores é suscetível de se fixar, os depositários de suas expectativas e de suas identificações com candidatos, partidos ou agrupamentos, que o indivíduo incorpora à sua identidade social, tornando-os capazes de discriminar explicitamente questões de políticas públicas e de ação de governo e de associar as suas preferências às alternativas de candidatura.

Os dados para a eleição de 2010 sugerem que o repertório das hipóteses a respeito das motivações do eleitorado deve ser ampliado e não apenas atribuído exclusivamente aos Programas de Redistribuição de Renda. O vínculo entre estes programas e a figura do presidente Lula foi atenuada pela sua não participação direta nas eleições, apesar das regiões manterem ainda uma forte opção pelo voto na candidata de Lula.

Apesar ausência de Lula como candidato seu protagonismo nas eleições influenciou no padrão de distribuição espacial dos votos, com a candidata do PT vencendo no Norte, Nordeste e Sudeste (com pouco diferença) e perdendo no Sul e no Centro Oeste, seguindo uma tendência manifesta desde as eleições de 2006.

Os programas de redistribuição de renda não tiveram um papel tão importante, de acordo com os dados do ESEB, nesta nova distribuição espacial do voto e no comportamento eleitoral. O Bolsa Família tem um peso explicativo na decisão do eleitor, mas não responsabilidade integral sobre o voto, como sugerem os dados. Outros fatores interferem nas motivações do eleitorado e precisam ser mais investigados, tais como os ganhos de bem estar social e o papel da descentralização das políticas sociais na determinação de novos contornos de diferenciação regional.

Referências Bibliográficas

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. "Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 38-56, 2006.

CARRARO, A. et al. It is the economy, companheiro. Uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. In: *Encontro da Região Sul*, 10, 2007. Porto Alegre-RS.

Disponível em: <<http://www.pucrs.br/face/p%20pge/anpesul/5.07.pdf>>. Acesso em: 15 fev.2010.

ETHINGTON, P. J. McDANIEL, J. A. "Political Places and Institutional Spaces: the intersection of political geography". *Annual Review of Political Science*, vol. 10, nº 1, 2007.

HUNTER, W.; POWER, T. F. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol. 49, nº 1, p. 1-30, Spring, 2007.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. de O. de. "Bolsa Família e o voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, Campinas vol. 15, nº 1, p. 31-54, 2009.

MENEGUELLO, R. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileños. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. In: SÁEZ, M. A. y TAGINA, M. L. (Org.). *América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009-2010)*. 1ª ed. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, vol. 209, p. 449-488, 2011.

MONTEIRO, A. P. A Reversal of Political Fortune: the transitional dynamics of conservative rule in Brazil. In: *Congress of the Latin American Studies Association, 2010 Toronto – Canadá*. Disponível em: <<http://Lasa.Internacional.pitt.edu/eng/>>.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006. In: REIS VELLOSO, J. P. (Coord.). *Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional*, nº. 6, fev. 2007a.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 31, 2007c, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://jairicolau.iuperj.br/artigos.html>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

REIS, F. W. (Ed.). *Os Partidos e o Regime*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L. "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise espacial)". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p. 269-301, 2008.

SOUZA, C. "Intermediação de Interesses Regionais no Brasil. O impacto do federalismo da descentralização". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 41, nº 3, p.569-594, 1998.

Maria Teresa Miceli Kerbauy – kerbauy@travelnet.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade

Elizabeth Balbachevsky

Departamento de Ciência Política
Universidade de São Paulo

Denilde Holzacker

Faculdades Integradas Rio Branco
Escola Superior de Propaganda e Marketing

Resumo: Este artigo investiga o grau de convergência das opiniões sustentadas pelas elites e pela população brasileira sobre as políticas de redução da desigualdade social e redução da pobreza. A literatura internacional sobre esse tema se divide entre aqueles que vêem uma divisão entre elite e massa em torno dessa questão, e aqueles supõem que as dificuldades enfrentadas pelas novas democracias para garantir o crescimento econômico e desenvolvimento social teriam favorecido a formação de um novo consenso social unindo elites e massas, onde as políticas de redução da pobreza e de desigualdade ocupam um lugar preeminente. Nossa análise comparou os resultados alcançados na pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (CSES-ESEB) de 2010, com os dados coletados junto a uma amostra da elite brasileira em 2009. Os resultados da análise sustentam a hipótese de que é possível falar em um consenso amplo unindo a elite e a população em torno de uma agenda de políticas voltadas para a diminuição da desigualdade no país e para a erradicação da pobreza

Palavras chaves: elite, população, agenda política, desigualdade social, CSES-ESEB 2010

Abstract: This article investigates the convergence of opinions between Brazilian elites and population about the policies of reduction of poverty and inequality. The international literature is divided in two groups, one that affirms opposite visions between elites and mass towards this issue, and one that sustains that the difficulties that democracies face to reach economic and social development lead to a consensus, in which social policies for poverty reduction are critical. The analysis compares the results from CSES-ESEB 2010 to research data came from an elite survey conducted in 2009. The results support the idea that there is a social consensus between elites and general population.

Keywords: elite, population, political agenda, social inequality, CSES-ESEB 2010

Introdução¹

Pobreza e desigualdade econômica e social encontram-se entre as temáticas mais constantes das analisadas da América Latina (ROBERT, 1995); os altos índices de desigualdade colocam a região em foco tanto com relação às políticas governamentais voltadas para a superação da pobreza, como com relação aos efeitos provocados no sistema político e social latino-americano. Essas análises usualmente atribuem aos altos índices de desigualdade uma série de mazelas do tecido político e social, como a criminalidade, a corrupção e a baixa participação política.

Estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2004 expõe como questionamentos como a desigualdade afeta a consolidação da democracia entre os países latino-americanos e se é possível uma democracia conviver com um sistema social de alta exclusão. O estudo ressalta que a região vive um paradoxo, que apesar dos avanços democráticos a partir dos anos 90, as sociedades ainda convivem com alto grau de desigualdade. Os progressos na consolidação democrática ocorreram especialmente na implantação dos processos eleitorais e a transferência de poder tornou-se mais usual. No entanto, apesar dos avanços, a instabilidade ainda persiste em países como Venezuela, Peru e Bolívia. Assim, a instabilidade política é produto do quadro de desigualdades e tensões sociais, que geram pressões centrífugas sobre o sistema político (PNUD, 2004).

Como já foi observado a respeito das democracias recentes (DIAMOND e MORLINO, 2004; ROSE E SHIN, 2001; SCHEDLER E SARFIELD, 2004), a existência de algumas condições que a literatura reconhece como necessárias ao regime democrático, tais como eleições livres e justas e a garantia algumas liberdades, é insuficiente para assegurar que outros requisitos, tais como o primado da lei e o acesso universal a direitos civis, políticos, sociais e econômicos sejam assegurados. A falta desse conteúdo substantivo pode comprometer a sustentação da própria democracia (MORLINO, 2002). No caso dos países da América Latina, essa situação se agravaria considerando o baixo apoio presente na população aos valores democráticos, que, segundo a literatura, está diretamente ligado ao baixo grau de satisfação com os resultados da democracia (SMITH, 2005). Neste sentido, a consolidação democrática estaria associada ao grau de satisfação com seus resultados econômicos e sociais (ROBERT, 1995; SMITH, 2005).

Em artigo recente, Birdsall e Fukuyama (2011) argumentam que as dificuldades enfrentadas pelas novas democracias para garantir o crescimento

¹ As autoras agradecem o CNPQ pelo apoio dado ao ESEB 2010 e à FINEP e FAPESP pelo apoio dado à pesquisa NUPRI 2008.

econômico e desenvolvimento social e os fracos resultados obtidos pelas reformas que se apoiaram no diagnóstico formulado pelas agências internacionais na última década do século passado, sumarizado naquilo que ficou conhecido na literatura como o “Consenso de Washington” (WILLAMSON, 2004), teriam favorecido a formação de um novo consenso social nesses países. No interior desse consenso, as políticas de redução da pobreza e da desigualdade ocupam um lugar preeminente. Para Cleary (2006), entretanto, a centralidade da demanda pela superação da desigualdade social opõe elite e massa, uma vez que o quadro de extrema desigualdade e miséria seria resultado da atitude das elites econômicas que historicamente ignoraram as condições populares e os problemas gerados nesses grupos. Castañeda (2005) propõe a identificar um modelo de centro-esquerda na história recente da América Latina, denominado “Consenso de Buenos Aires”, do qual, a questão central está em combinar redistribuição e crescimento econômico mediante uma forte presença do Estado na economia e na sociedade.

Tendo esse pano de fundo, esse artigo verifica em que medida é possível confirmar ou não a existência de um consenso no interior da sociedade brasileira sobre a centralidade da questão do combate à desigualdade. Assim, o artigo busca analisar atitudes e visões das elites e da população brasileiras com relação às políticas de combate à pobreza. A hipótese central afirma essa convergência. Ou seja, seria possível falar em um amplo arco de apoio, unindo boa parte das elites brasileiras e da sociedade em geral, às políticas que visam minorar os impactos mais adversos da extrema pobreza, criar uma rede de proteção mínima para os setores mais frágeis da população e diminuir as diferenças sociais presentes no país. Nesse sentido, elite e opinião pública convergiriam em atribuir grande relevância para a temática redistributiva, sendo possível afirmar a existência de uma visão consensual em torno da busca da igualdade e da justiça social.

Para alcançar esses resultados, o trabalho analisa dados de duas pesquisas: uma realizada em 2008, pelo Núcleo de Pesquisa de Relações Internacionais, junto a membros das elites brasileiras e latino americanas e outra realizada junto à população em geral, em 2010, no âmbito do Estudo Eleitoral Brasileiro, associado ao CSES (Comparative Study of Electoral Systems).

Revisão da literatura

Este artigo trabalha com o conceito pluralista de elite, o qual supõe que as elites não são um grupo homogêneo e o seu comportamento afeta o processo político (HOLZHACKER, 2006). Diferentemente da perspectiva elitista, que define como elite apenas o seleto grupo dos indivíduos que controlam os espaços de decisão do Estado, a abordagem pluralista define as elites como sendo os

diferentes grupos que atuam e participam dos assuntos políticos². Os estudos sobre as elites utilizam, assim, os critérios de posição e influência dos atores no processo político decisório (HOFFMANN-LANGE, 1987).

Também é importante ressaltar que este artigo parte do pressuposto que as mudanças recentes ocorridas na economia e na sociedade latino-americana (e brasileira em específico) têm afetado a composição social desses países tornando suas elites mais heterogêneas, com a incorporação de novos grupos e atores. Neste sentido, é possível que as atitudes das elites estejam em processo de mudança, afetando o debate público³ e, conseqüentemente, as atitudes e visões da sociedade em geral. O objetivo deste trabalho **não é** analisar o grau de influência das elites sobre as atitudes da massa, mas sim de avaliar o grau de convergência e divergência de valores e atitudes manifestados por esses dois grupos com relação à temática da desigualdade.

Os estudos sobre o comportamento das elites na América Latina tendem a focar as preferências econômicas e as posições ideológicas desse setor da sociedade. Busca-se entender o grau de apoio que diferentes setores das elites dão às políticas econômicas, visões favoráveis ou não à internacionalização dos países e à privatização das empresas (ROSAS, 2005). Esses estudos mostram que nos anos 1990 essas elites dividiam-se em dois grupos: um de posição ideológica mais conservadora, que apoiava políticas pró-mercado como a privatização, a abertura de mercados e o Estado Mínimo, e outro que sustentava posições tradicionalmente de esquerda, apoiando uma maior presença do Estado na economia e políticas protecionistas. Rosas (2005), Lima e Cheibub (1994) e Holzacker (2006) indicam que a dimensão ideológica era central para diferenciar as atitudes das elites brasileiras e latino-americanas no final na primeira década do novo século.

Uma parte importante da literatura também sustenta que o final do período que estamos considerando foi marcado pela presença do debate sobre as estratégias nacionais na mídia, como resultado da ampliação dos canais de

² O pressuposto da teoria pluralista é que nem todos participam de forma ativa nos processos de tomada de decisão. Nesta linha, Dahl (1977) mostra que apenas uma parcela restrita dos cidadãos teria uma presença política mais evidente, interessando-se pelas grandes decisões, participando das discussões e das ações. Essa parcela seria o estrato político, por oposição ao apolítico, formado pelo restante dos cidadãos: a maioria. A política, para o primeiro grupo, seria uma referência bastante forte, suas escolhas e estratégias seriam calculadas, racionais, coerentes e consistentes. Para o segundo, a política seria algo distante, e suas escolhas seriam fruto não tanto de um cálculo racional, mas de inércia, hábito, lealdades, vínculos pessoais, emoções e impulsos, e suas orientações seriam desconexas e não-ideológicas.

³ Estudo realizado nos Estados Unidos mostram que transformações demográficas alteram as atitudes e opiniões dos conjuntos das elites, que passam a incorporar novas dimensões. A ampliação das mulheres e negros nas elites ampliou, por exemplo, o peso das atitudes liberais entre as elites norte-americanas. ROTMAN E BLACK (1999) mostram que também demandas destes novos grupos passaram a ser incorporadas aos discursos das elites.

participação popular e da consolidação democrática. Neste sentido, as atitudes e visões das elites e sociedade tornam-se mais complexas e diversificada. Para Almeida (2006), esse debate concentrou-se em dois eixos: um nacional-desenvolvimentista e outro liberal-institucionalista. O primeiro envolveria a combinação de visões nacionalistas, apoio a políticas sociais universais e atitudes pró-crescimento econômico; a segunda dimensão agruparia uma visão favorável à políticas sociais, porém combinadas com políticas econômicas liberalizantes e fortalecimento das instituições políticas, como os partidos e o Congresso. Há um consenso na literatura de que a dimensão da desigualdade deve ser incorporada nas análises sobre as atitudes e opiniões das elites (REIS, 2000). No entanto, não há um consenso sobre a relação que existe entre a questão da desigualdade e o apoio à democracia.

Do ponto de vista da opinião pública, os estudos realizados por Booth e Seligson (2008) mostram que, nos países latino-americanos, o status sócio econômico não é um indicador que tenha impacto significativo na preferência pela democracia ou o grau de engajamento político. Para esses autores, a democracia tornou-se um bem intrínseco à organização social desses países, não sendo vista a partir de uma razão instrumental.

Considerando o impacto da desigualdade sobre o apoio à democracia, Booth e Seligson (2008) comparam os resultados do índice de GINI para diferentes países, para concluir que quanto mais desigual a sociedade, menor o apoio a democracia na população. No entanto, Krishna (2008) e Boix (2003) consideram que não há evidência direta de que maior desigualdade social, por si só, produza uma menor adesão aos valores democráticos. Ainda assim, Krishna considera que as elites, nas sociedades mais desiguais, tenderiam para uma visão instrumental da democracia, favorecendo alternativas não democráticas em determinadas circunstâncias, inclusive porque, segundo essa autora, a consolidação da democracia implicaria em uma maior penetração da agenda pró-políticas distributivas, que conta com um apoio pelo menos frágil junto a essas elites. Essa perspectiva pessimista sustentada por parte da literatura internacional é contradita pelo recente artigo de Birdsall e Fukuyama (2011). Segundo esses autores, as lideranças políticas das novas democracias consolidadas no final do século XX têm perfeita consciência de que a legitimidade desses regimes depende de sua competência para assegurar políticas sociais capazes de reduzir as imensas desigualdades e ampliar a rede de proteção social acessível aos setores mais frágeis dessas sociedades. Da mesma forma, em seu estudo sobre as elites brasileiras, Reis e Chieub (1995) e Reis (2000) mostram que as questões da pobreza e da desigualdade são temas centrais da agenda política. Para Reis, as elites brasileiras, diferentemente de outros países, não demonstram resistência às

políticas afirmativas voltadas para minorias, mas indicam preferência para as políticas sociais universais, como ampliação de acesso à saúde e à educação (REIS, 2000).

O estudo de Scalón (2007) confirma um alto grau de convergência entre a elite e a população brasileira em geral com relação ao diagnóstico sobre a natureza da desigualdade econômica e social existente no país. O estudo também mostra que quando confrontados com a dicotomia entre igualdade social (defesa dos benefícios sociais e políticas distributivas) e liberdade individual (relacionada ao individualismo e meritocracia), tanto as elites como a população tendem a aderir mais a visão igualitária. Da mesma forma, os dois grupos convergem para atribuir ao Estado a responsabilidade por políticas que levem à superação das desigualdades.

Entretanto, para Scalón (2007), a eficiência dessas políticas é importante para os dois grupos e afeta o grau de apoio às ações governamentais, levando a que, tanto a população quanto a elite apóiem o aumento dos gastos públicos visando o combate à desigualdade. A elite é mais cética quanto os resultados destes investimentos; já a população é mais otimista sobre a superação das condições sociais e os resultados obtidos pelas políticas redistributivas adotadas pelo Estado. Se, por um lado, elite e povo reconhecem a desigualdade como um problema sério na sociedade, por outro, os dois grupos descrêem nas possibilidades de sua superação apoiada no esforço pessoal dos indivíduos. Por isso, a solução dessa situação depende da ação do governo. O igualitarismo é presente, mas é o Estado que aparece aos olhos de todos como responsável pela sua promoção. Esse estudo corrobora as análises de Castañeda (2005) sobre a construção de um consenso nas sociedades latino-americanas, no qual o Estado tem papel central para a produção do bem estar social.

O survey realizado junto à população foi associado ao Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), que entrevistou uma amostra aleatória de 2000 eleitores brasileiros em 2010. O ESEB 2010 entrevistou eleitores de 16 anos ou mais no âmbito de uma amostra nacional representativa da população brasileira.

O survey realizado junto às elites foi conduzido em 2008 pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, no âmbito da pesquisa denominada “As visões das elites latino-americanas sobre a democracia e desigualdade”⁴. A

⁴ As entrevistas ocorreram entre Março e Novembro de 2008, sendo realizadas 95% das entrevistas previstas. A cada recusa foram realizadas substituições, obedecendo aos critérios previstos inicialmente. As principais dificuldades foram relativas à indisponibilidade de agenda dos entrevistados, sendo este o principal argumento para a recusa entre os entrevistados selecionados. A pesquisa foi desenhada a partir de uma amostra intencional não-probabilística, e seguiu os parâmetros internacionais para definição de erro. A literatura sugere o estabelecimento do índice de resposta obtido, considerando o número de entrevistas previstas, número de entrevistas realizadas e o número de recusas (WEISBERG, 2005). A

pesquisa realizou 829 entrevistas junto a membros das elites empresariais, partidárias, governamentais, sindicais, intelectuais, e ligadas a movimentos sociais da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Venezuela e México (HOLZHACKER E ROSSI, 2009). Os entrevistados do Legislativo (Senado e Câmara) foram selecionados entre os participantes das principais Comissões, sendo entrevistados os parlamentares que ocupam a função de Presidente, Vice e/ou Secretário de cada Comissão. Já os entrevistados do Executivo foram escolhidos entre os Ministérios diretamente ligados às políticas públicas de combate à desigualdade, sendo selecionados os assessores diretos dos Ministros e secretários de Governo. Na categoria dos Partidos, foram sorteados senadores e deputados representantes dos 5 partidos de maior representação na Câmara. Os presidentes e membros das executivas desses partidos também foram entrevistados.

A seleção dos empresários foi realizada a partir da consulta e cruzamento das informações divulgadas por veículos de comunicação que apresentam a lista dos empresários mais influentes por setor (por exemplo: Revista Exame, Jornal Valor, Gazeta Mercantil). Assim, chegou-se a uma lista de presidentes, diretores e executivos de grandes empresas. Também foram selecionados os presidentes e diretores das principais organizações empresariais em cada país. Foram selecionados os presidentes e diretores das principais organizações sindicais. Nas categorias jornalistas, intelectuais e ONGs foram realizadas pesquisas junto aos meios de comunicação, como também consulta a outras fontes (por exemplo, participação em fóruns e redes nacionais e internacionais).

Quanto às características socioeconômicas e demográficas, a grande maioria dos entrevistados das elites é do sexo masculino (86,9%), a idade média dos entrevistados é 52 anos (desvio padrão 11,32) e considerando o grau de escolaridade, 32,2% possuem ensino superior (completo e incompleto), 25% possuem pós-graduação lato-sensu ou especialização e 38% possuem mestrado e doutorado. Apenas 4,6% dos entrevistados frequentaram até o ensino médio.

Desigualdade e democracia sob a ótica das elites brasileiras

Com relação às visões e atitudes das elites brasileiras sobre a o tema da desigualdade e seu impacto nos processos políticos, existe, de um lado, uma forte adesão à democracia (97,7% dos entrevistados opinaram que a democracia é sempre a melhor forma de governo, em qualquer circunstância). Mas, por outro lado, a despeito da alta adesão democrática, a maioria das elites brasileiras

amostra obteve 58% de índice de resposta, tendo sendo 72% o índice de cooperação e 22,5% o índice de recusa. Consultar a AAPOR website para cálculos de índice de resposta em survey. A amostra distribuiu-se em setores governamentais 20,4%; partidário, 26,3%; empresarial, 24,7%; sindical, 7,2% e cultural-intelectual, 21,5%.

percebe os limites do arranjo democrático para resolver, por si só, todos os problemas sociais e econômicos que flagelam o continente americano. Assim é que quando inquiridos, 71% dos entrevistados concordaram pelo menos parcialmente com a colocação de que a “democracia formal não é suficiente para resolver os problemas sociais da América Latina” (Tabela 1)

Tabela 1
Grau de concordância das elites com a afirmativa: “A democracia formal não basta para resolver todos os problemas sociais da América Latina”, segundo setores das elites brasileiras

	%					Total
	Governo	Partidos	Empresarios	Sindicatos	Sociedade Civil	
Discorda totalmente	11,1	22,9	37,0	13,3	13,2	21,3
Discorda parcialmente	2,8	6,3	4,3	,0	21,1	7,7
Concorda parcialmente	30,6	37,5	30,4	53,3	26,3	33,3
Concorda totalmente	55,6	33,3	28,3	33,3	39,5	37,7
Total	36	48	46	15	38	183

Fonte: NUPRI/USP, 2009

Chi-Square Test: 27,99, gl: 12, sig. 0,003

Os baixos índices educacionais e o alto grau de pobreza e desigualdade social são apontados por 81,5% e 81,9% dos entrevistados, respectivamente, como os fatores que mais afetam negativamente a democracia em nosso país (Tabela 2). Dessa forma, o argumento de Birdsall e Fukuyama (2011) sobre a mudança de consenso das elites nos países emergentes, com relação à centralidade dos fatores sociais para a sobrevivência da democracia parece ser confirmado pelas posições manifestadas pelas elites brasileiras. De fato, nenhum outro fator alcança igual unanimidade entre os entrevistados.

Tabela 2
Fatores que fragilizam nossa democracia, segundo as elites brasileiras.

	Concorda completamente %
Baixos níveis educacionais da população	81,5
Altos níveis de pobreza e desigualdade social	81,9
Ausência de tradição partidária	35,5
Grupos e setores da sociedade agindo em causa própria	51,7
Falta de organização política da população	61,1
Egoísmo das elites	58,5
Clientelismo político	71,8
Falta de crescimento econômico	41,2
A passividade da população	56,1
A corrupção do meio político	75,6
Ameaça de intervenção militar	44,1

Fonte: NUPRI/USP, 2009

Quando indagados sobre qual deveria ser o principal objetivo do governo (Tabela 3), duas questões tenderam a polarizar as respostas: promover o desenvolvimento e distribuir a riqueza entre toda a população. Como seria de se esperar, as elites sindicais são unânimes em apontar esse último objetivo como o mais relevante, enquanto que os empresários tenderam a enfatizar o desenvolvimento. Entretanto, a grande maioria das elites entrevistadas, independentemente do setor a que pertencem, discordam da proposta de que o desenvolvimento por si só, independentemente de seus impactos sobre a desigualdade social, é um objetivo legítimo. De fato, 86% dos entrevistados discordaram totalmente da frase “se o país for rico, não importa que existam muita desigualdades econômicas e sociais”. Esse padrão de resposta não sofreu nenhuma variação significativa para os diferentes setores das elites.

Tabela 3
Opiniões sobre o principal objetivo do governo segundo as elites brasileiras

	%					Total
	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Sociedade Civil	
Manter a ordem no país	21,6	18,2	4,8	,0	9,4	12,7
Distribuir a riqueza entre toda a população	32,4	38,6	26,2	100,0	37,5	38,0
Combater a inflação	2,7	6,8	2,4	,0	,0	3,0
Proteger a liberdade de expressão	5,4	,0	14,3	,0	21,9	9,0
Promover o desenvolvimento econômico	37,8	36,4	52,4	,0	31,3	37,3
Total	37	44	42	11	32	166

Fonte: NUPRI/USP, 2009

Chi-Square Test: 43,23, gl: 16, sig. 0,000, células sombreadas são aquelas onde a análise do resíduo ajustado⁵ indica uma associação significativa (positiva ou negativa).

Ademais, uma parte relevante dos entrevistados tende a concordar com o princípio igualitário para a distribuição das riquezas produzidas pela sociedade (Tabela 4). No total, 62,4% dos entrevistados concordaram ao menos parcialmente com essa idéia, outros 23,1% manifestaram uma discordância apenas parcial e apenas 22,3% discordaram frontalmente dessa proposição. Obviamente, a maior

⁵ Os resíduos ajustados são utilizados para a análise do padrão de inter-relacionamento entre cada uma das categorias de duas variáveis em uma tabela. A base para esse procedimento é a estatística χ^2 . Por esse procedimento (VALE E SILVA, 1990), calculamos inicialmente o resíduo padronizado da célula, dado por $e_{ij} = (n_{ij} - E_{ij})/E_{ij}$ onde n_{ij} é o número de casos observados na célula e E_{ij} é o total de casos esperados na célula sendo verdadeira a hipótese nula. Em seguida, ajustamos esse resíduo pela sua variância, estimada por:

$v_{ij} = (1 - N_{i.}/N..)(1 - N_{.j}/N..)$, onde $N_{i.}$ é o total de casos na linha da célula, $N_{.j}$ é o total de casos na coluna e $N..$ é o total de casos da célula. Assim, o valor do resíduo ajustado é dado por $d_{ij} = e_{ij}/\sqrt{v_{ij}}$

Uma vez ajustados, a distribuição de valores dos resíduos distribui-se de acordo com uma curva normal padrão, de média zero e desvio padrão 1,96. Isso significa que, nas células cujo resíduo ajustado, em valor absoluto, é maior do que 1,96, o total de casos observados difere do esperado, sendo verdadeira a hipótese nula, com uma chance de erro menor do que 5%.

resistência a essa proposta se encontra junto aos empresários, onde 43,5% dos entrevistados manifestaram-se totalmente contrários à idéia. Também aqui, os sindicalistas são o grupo mais favorável, com 85,7% concordando integralmente com a proposta. Da mesma forma, ao todo, 87,7% dos entrevistados discordaram da afirmação de que as políticas de distribuição de renda prejudiquem os mais competentes. A distribuição de respostas para essa última questão não sofreu variações significativas para os diferentes setores da elite que estamos considerando.

Tabela 4
Grau de concordância com a afirmativa: “Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível”, segundo setores da elite brasileira

	%					Total
	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Sociedade Civil	
Discorda totalmente	5,4	18,8	43,5	,0	25,6	22,3
Discorda parcialmente	8,1	12,5	26,1	,0	23,1	16,3
Concorda parcialmente	43,2	37,5	23,9	14,3	28,2	31,5
Concorda totalmente	43,2	31,3	6,5	85,7	23,1	29,9
Total	37	48	46	14	39	184

Fonte: NUPRI/USP, 2009

Chi-Square Test: 55,92, gl: 12, sig. 0,00. células sombreadas são aquelas onde a análise do resíduo ajustado⁶ indica uma associação significativa (positiva ou negativa).

⁶ Os resíduos ajustados são utilizados para a análise do padrão de inter-relacionamento entre cada uma das categorias de duas variáveis em uma tabela. A base para esse procedimento é a estatística χ^2 . Por esse procedimento (Vale e Silva, 1990), calculamos inicialmente o resíduo padronizado da célula, dado por $e_{ij} = (n_{ij} - E_{ij}) / E_{ij}$ onde n_{ij} é o número de casos observados na célula e E_{ij} é o total de casos esperados na célula sendo verdadeira a hipótese nula. Em seguida, ajustamos esse resíduo pela sua variância, estimada por:

$V_{ij} = (1 \cdot N_{i.} / N_{.}) \cdot (1 - N_{.j} / N_{.})$, onde $N_{i.}$ é o total de casos na linha da célula, $N_{.j}$ é o total de casos na coluna e $N_{.}$ é o total de casos da célula. Assim, o valor do resíduo ajustado é dado por $d_{ij} = e_{ij} / \sqrt{V_{ij}}$

Uma vez ajustados, a distribuição de valores dos resíduos distribui-se de acordo com uma curva normal padrão, de média zero e desvio padrão 1,96. Isso significa que, nas células cujo resíduo ajustado, em valor absoluto, é maior do que 1,96, o total de casos observados difere do esperado, sendo verdadeira a hipótese nula, com uma chance de erro menor do que 5%.

A visão liberal que enfatiza a igualdade de oportunidades como melhor alternativa para a superação das desigualdades tende a ser predominante entre as elites. Quando indagados sobre qual seria a melhor alternativa para combater a desigualdade no Brasil, ao todo, 66,9% dos entrevistados optaram pela alternativa de “garantir a igualdade de oportunidades”, enquanto apenas 22,7% foram favoráveis a limitar o enriquecimento, e outros 6,7% optaram por políticas de assistência aos pobres. Mais uma vez, o único setor cujas respostas discrepam significativamente desse padrão são os sindicalistas. Entre os líderes sindicais, 61,5% consideram prioritária uma política voltada para limitar o enriquecimento, e apenas 38,5% preferem uma política voltada para garantir a igualdade de oportunidades.

Tabela 5
Opiniões sobre o que o governo deveria fazer para eliminar as desigualdades do país, segundo as elites brasileiras

	%					Total
	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Sociedade Civil	
Limitar o enriquecimento excessivo	25,8	14,3	7,0	61,5	35,3	22,7
Garantir a igualdade de oportunidades	64,5	73,8	74,4	38,5	61,8	66,9
Socorrer os mais pobres	9,7	9,5	9,3	,0	,0	6,7
Outras respostas	,0	2,4	9,3	,0	2,9	3,7
Total	31	42	43	13	34	163

Fonte: NUPRI/USP, 2009

Chi-Square Test: 29,55, gl: 12, sig: 0,00. células sombreadas são aquelas onde a análise do resíduo ajustado⁷ indica uma associação significativa (positiva ou negativa).

⁷ Ver nota 6

De maneira geral, portanto, os resultados da análise mostram uma elite preocupada com a dimensão social e os efeitos da desigualdade extrema sobre o sistema político. Há entre as elites uma visão favorável às políticas distributivas desde que garantam um maior acesso aos bens e o desenvolvimento do país. Os dados corroboram parcialmente a análise da literatura, que mostra a centralidade da temática social na agenda das elites nos contextos brasileiros e latino-americano (CASTAÑEDA, 2007; REIS, 2000; SCALON, 2007). Na mesma direção, os dados dessa pesquisa mostram uma elite não avessa às políticas que criam uma rede de amparo social que se contraponha à pobreza extrema; as expectativas de nossa elite vão além desse resultado, apontando para a necessidade de políticas voltadas para garantir a igualdade de oportunidades. Ao todo, 52% dos entrevistados associam esse resultado à melhoria substantiva da educação, índice que chega a 67% entre os empresários e 64% entre os sindicalistas.

Elites e Opinião Pública: convergências e divergências nas opiniões

A opinião pública e as elites brasileiras mostram atitudes semelhantes sobre políticas voltadas para combater a desigualdade e para a promoção da distribuição de riquezas. De fato, existe no interior da sociedade brasileira uma visão extremamente favorável ao princípio igualitarista, sendo ligeiramente maior entre a população. Ao todo, 74,9% da população concordam (parcialmente ou totalmente) com a idéia de que “tudo que se produz deveria ser distribuído igualmente na sociedade”. Esta mesma visão é sustentada por 65,6% dos membros das elites, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6
Grau de concordância das elites e da população sobre a afirmativa “tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível”

	População	Elites
Concorda totalmente	48.5	32.2
Concorda parcialmente	26.4	33.4
Discorda parcialmente	13.8	16.9
Discorda totalmente	11.3	17.4
Total %	100	100

Fonte: ESEB, 2010, NUPRI, 2009

Essa atitude genericamente favorável ao igualitarismo também se sustenta na discordância com a idéia de que “se o país for rico, pode-se conviver com desigualdades econômicas e sociais”, sendo maior entre as elites do que entre a população. Entre a população, embora 54% discordem totalmente dessa idéia, 28% concordam pelo menos parcialmente. Já entre os membros da elite, apenas 7,1% concordam, pelo menos em parte, com essa idéia, e 81,5% discordam totalmente. (Tabela 7).

Tabela 7
Grau de concordância com a afirmativa “se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais”, segundo a população geral e as elites brasileiras (%)

	População	Elite
Concorda totalmente	14.1	1.7
Concorda parcialmente	14.0	5.4
Discorda parcialmente	17.9	11.5
Discorda totalmente	54.0	81.5
Total %	100	100

Fonte: ESEB, 2010; NUPRI, 2009

Os dados apontam que para a maioria da população, apenas a presença de políticas que ampliem a igualdade de oportunidades não é suficiente para combater a desigualdade. É o que sugerem os 68,1% dos entrevistados da pesquisa ESEB-2010 que concordam total ou parcialmente que o combate a desigualdade não pode ser apenas voltado para políticas de acesso, mas também devem limitar o enriquecimento dos que ganham mais. Além disso, é preciso ressaltar que o grau de satisfação com a diminuição da desigualdade é relativamente baixo na população brasileira, com apenas 29,4% dos entrevistados satisfeitos com as políticas de combate à desigualdade.

Ainda com relação ao combate à desigualdade, a população, em sua maioria (63,7%), assume posição contrária a diminuição da oferta de serviços públicos em troca de menor cobrança de impostos. As elites também mostram uma pré-disposição em aceitar as políticas sociais: 76,4% discordam que as políticas distributivas prejudicam os mais competentes e 59,3% são favoráveis ao aumento do gasto público na agenda social, visando o combate à pobreza e desigualdade. Para as elites, as políticas apontadas como importantes para superar a desigualdade, tendem a ter caráter universalista, como ampliação do acesso à educação e à saúde. No caso da população em geral, 47,7% consideram que o governo gasta pouco na área de social, mas não há uma avaliação direta sobre qual deveria ser a prioridade governamental.

Igualitarismo e voto no eleitorado brasileiro

Uma última questão a se explorar diz respeito à relevância da temática da superação das desigualdades para o eleitorado brasileiro. A temática da desigualdade e as diferentes alternativas para sua superação foram objeto de pelo menos três questões no questionário utilizado no Estudo Eleitoral Brasileiro de 2010. Tais questões exploram essa temática a partir de ângulos diferentes. A primeira delas aponta a responsabilidade do governo na superação desse problema no Brasil; a segunda explora a necessidade de uma política redistributiva, e, finalmente, a última indaga se o eleitor considera necessário impor limites ao enriquecimento pessoal. A Tabela 8, mostra que essas respostas estão significativamente correlacionadas, e portanto é possível utilizá-las para a construção de uma escala de adesão às políticas redistributivas.

Tabela 8
Correlações observadas entre as questões que abordam a temática da erradicação da desigualdade, ESEB 2010

		Tudo que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com igualdade.	O governo deve limitar o enriquecimento daqueles que ganham demais	É obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito pobres e os muito ricos
Tudo que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos, com igualdade.	Correlação	1	,461(**)	,278(**)
	Significância (bi-caudal)		,000	,000
O governo deve limitar o enriquecimento daqueles que ganham demais	Correlação	,461(**)	1	,212(**)
	Significância (bi-caudal)	,000		,000
É obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito pobres e os muito ricos	Correlação	,278(**)	,212(**)	1
	Significância (bi-caudal)	,000	,000	

Fonte: ESEB 2010

** Correlação significante à 0.01 (bi-caudal).

A escala construída a partir dessas questões atribuiu o valor zero (0) às respostas que indicavam total discordância com a afirmação considerada, valor um (1) às respostas que indicavam alguma discordância (discordo um pouco), valor dois (2), àquelas que indicavam alguma concordância, e o valor 3 para as resposta que indicavam total concordância com a afirmação⁸. O valor da escala para cada entrevistado é a somatória dos pontos obtidos a partir de sua resposta a cada

⁸ Para esta escala, não foram considerados os entrevistados que responderam que “não concordavam nem discordavam” da afirmação formulada, e aqueles que não souberam ou não quiseram responder à questão.

questão. Dessa maneira, a escala varia de zero a nove, sendo o nove alcançado quando o entrevistado declarou sempre sua total concordância à idéia apresentada. Ao todo 30,6% dos entrevistados foram incluídos nessa posição (valor 9). Essa informação, por si só, é um forte indicativo da relevância da temática da superação da desigualdade para a opinião pública brasileira.

Outra questão relevante é o impacto da dessa dimensão em diferentes setores da sociedade. A Tabela 9 resume os resultados da análise de variância (ANOVA) para algumas variáveis demográficas relevantes:

Tabela 9
Distribuição média da escala de apoio ao combate da desigualdade entre diferentes grupos socialmente relevantes, ESEB 2010.

Variável	Valores	média	Desvio padrão	Casos (total)	ANOVA
Faixa de idade	Até 24 anos	6,7629	2,09979	291	F: 0,859 Sig. 0,488
	25 a 29 anos	6,7767	2,01778	215	
	30 até 39 anos	6,8771	2,05566	358	
	40 até 49 anos	6,5805	2,27400	329	
	50 anos e mais	6,7576	2,11905	458	
	Total	6,7517	2,12092	1651	
Renda familiar	Até 1 salário mínimo	7,0045	2,01251	220	F: 7,444 Sig: 0,000
	Mais de 1 SM até 2 SM	6,9530	2,08916	489	
	Mais de 2 SM até 5 SM	6,7468	2,13413	620	
	Mais de 5 SM	6,2711	2,16144	284	
	Total	6,7607	2,12185	1613	
Escolaridade	Até 4ª série ensino fundamental	6,9357	2,13183	513	F: 6,278 Sig: 0,000
	5ª a 8ª série, EF	6,8098	2,14664	389	
	1ª a 3ª série Ensino Médio	6,7595	2,03399	524	
	Ensino superior	6,2133	2,17510	225	
	Total	6,7517	2,12092	1651	
Identidade étnica	Branco	6,5801	2,11135	693	F: 7,849 Sig: 0,005
	Outras etnias	6,8758	2,12027	958	
	Total	6,7517	2,12092	1651	

Fonte: ESEB 2010

Como é possível observar na Tabela 9, a idade não produziu variações significativas no padrão de resposta a cada grupo, tendo se mantido mesmo quando se controlou a faixa de renda familiar do entrevistado. Por outro lado, há uma diferença pequena, porém significativa, nas outras variáveis consideradas, que segue o padrão esperado, qual seja, os mais pobres, não brancos e menos escolarizados tendem a ser, em média, mais favoráveis a políticas dessa natureza do que os mais ricos, brancos e mais escolarizados. Entretanto, cabe ressaltar que as diferenças observadas são muito pequenas, o que mais uma vez reforça o argumento apresentado acima, de que a questão da desigualdade é uma preocupação de fundo em nossa sociedade, e que as políticas que combatem esse problema encontram amplo apoio em todos os grupos sociais.

A Tabela 10 mostra o impacto da escala de apoio às políticas de combate à desigualdade sobre o processo eleitoral.

Tabela 10
Distribuição média da escala de apoio às políticas de combate à desigualdade para diferentes dimensões do processo político-eleitoral

Variável	Valores	média	Desvio padrão	N	ANOVA
Algum partido representa o eleitor?	Sim	6,7979	2,14308	678	F: 0,958
	Não	6,6928	2,11654	931	
	Total	6,7371	2,12773	1609	Sig: 0,328
Qual partido melhor representa o eleitor	PT	6,9353	2,09467	417	F: 1,828
	PSDB	6,5810	2,19607	105	
	PMDB	6,6222	2,42420	45	
	PV	6,8095	1,85661	63	Sig. 0,122
	outros	6,1190	2,52985	42	
	total	6,7961	2,14770	672	
Avaliação do governo Lula nos últimos 4 anos	Muito bom	6,8404	2,17316	545	F: 2,361
	Bom	6,7623	2,07177	993	
	Ruim	6,2800	2,17206	75	
	Péssimo	6,0833	2,53526	24	Sig: 0,070
	Total	6,7563	2,12042	1637	
Escolha eleitoral, primeiro turno	Dilma	6,9651	2,00908	745	F: 4,816
	Serra	6,6368	2,18532	435	
	Marina	6,5176	2,19292	284	
	Outros	7,5294	1,69991	17	Sig: 0,002

	Total	6,7893	2,10313	1481	
Escolha eleitoral, segundo turno	Dilma	6,9303	2,04938	875	F: 11,163
	Serra	6,5496	2,20028	564	
	Total	6,7811	2,11723	1439	Sig: 0,001
Satisfação com a diminuição da desigualdade	Muito insatisfeito	6,9794	2,04498	681	F: 8,087
	Satisfeito	6,5202	2,18258	694	
	Muito satisfeito	6,7254	2,13592	244	Sig: 0,000
	Total	6,7443	2,12789	1619	
Satisfação com os gastos sociais do governo	Gasta muito	6,5815	2,25682	399	F: 3,804
	Gasto adequado	6,5667	2,09416	360	
	Gasta pouco	6,8710	2,07457	806	Sig: 0,022
	Total	6,7272	2,13072	1565	
Apoio à democracia	Democracia é a melhor forma de governo	6,6677	2,14058	1312	F: 1,018
	As vezes a ditadura pode ser melhor, tanto faz	6,8217	2,11223	230	Sig: 0,313
	total	6,6907	2,13640	1542	

Fonte: ESEB 2010

A Tabela 10 indica que os seguintes aspectos, ter ou não identidade com algum partido, o partido específico que o eleitor escolhe para representá-lo e a avaliação que o eleitor faz do governo Lula são dimensões que não produzem variações significativas na distribuição da escala de apoio às políticas de combate à pobreza e desigualdade social. Da mesma forma, não há uma correlação significativa entre essa escala e o auto-posicionamento do eleitor na escala ideológica ($R^2= 0,008$, sig: 0,825).

Entretanto, a posição do eleitor com relação a essa dimensão teve algum impacto – ainda que pequeno – sobre a sua escolha eleitoral, tanto no primeiro turno quanto no segundo turnos. De fato, entre os eleitores da candidata da coalizão governista – Dilma Rousseff – cresce significativamente o apoio a essas políticas. Da mesma forma, quando consideramos as opiniões e atitudes dos eleitores em relação a outras dimensões da vida política, constatamos que esta escala não guarda qualquer associação significativa com a questão da democracia, mas varia significativamente com a avaliação que o eleitor tem sobre as políticas do governo no combate à desigualdade social. De maneira geral, a crítica ao sucesso do governo nessa área está significativamente associada a uma posição mais extrema na escala de apoio à políticas de combate à desigualdade.

Mais uma vez, entretanto, as diferenças são pequenas, o que concorre para a hipótese geral desse trabalho de que a questão do combate à desigualdade se converteu em uma questão central para a agenda política do país, tanto aos olhos da elite quanto nos olhos da população, que vêem no governo o principal ator na promoção de políticas capazes de mudar significativamente essa realidade.

Conclusão

Este trabalho investigou o grau de convergência das opiniões sustentadas pelas elites e pela população brasileira sobre as políticas de redução da desigualdade social e redução da pobreza. A literatura internacional sobre esse tema divide-se entre aqueles que vêem uma divisão entre elite e massa em torno dessa questão, e aqueles que, tal como expresso por Birdsall e Fukuyama (2011), supõem que as dificuldades enfrentadas pelas novas democracias para garantir o crescimento econômico e desenvolvimento social teriam favorecido a formação de um novo consenso social unindo elites e massas, no qual as políticas de redução da pobreza e de desigualdade ocupam um lugar preeminente. A análise comparou os resultados alcançados no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010, com os dados coletados junto a uma amostra da elite brasileira em 2009, com o objetivo de estabelecer uma possível convergência entre setores da elite e opinião da população brasileira sobre políticas sociais voltadas para a diminuição da desigualdade e erradicação da pobreza. Os resultados da análise indicam alguns pontos importantes.

O primeiro, convergindo com o diagnóstico apresentado por Birdsall e Fukuyama (2011), é possível observar um amplo consenso tanto na opinião pública como na elite brasileira em torno da necessidade de políticas que enfrentem os problemas sociais e políticos associados à imensa desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira.

Em segundo lugar, tanto entre os membros da elite como entre a população em geral o Estado é visto como protagonista por excelência no processo que leva à erradicação da pobreza e à diminuição da desigualdade.

Além disso, o consenso observado constrói-se em torno de uma perspectiva igualitária, que refuta com veemência a perspectiva de um crescimento sem maior justiça social, e que oferece amplo apoio para políticas redistributivistas.

Com relação às elites, encontramos que o apoio às políticas redistributivistas está associado à perspectiva liberal que propõe reduzir as desigualdades mediante a oferta de políticas que promovam uma igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, a educação é percebida como um instrumento por excelência para se alcançar esse resultado.

Com relação à população, encontramos que o apoio às políticas redistributivistas está associado à uma demanda igualitária, que não apenas refuta a hipótese de crescimento sem igualdade, mas também empresta apoio à iniciativas que limitem a afluência da parcela mais rica da sociedade.

Finalmente, encontramos que, embora o apoio às políticas de erradicação da miséria e de diminuição da desigualdade não esteja associado à orientação partidária do eleitor, essa questão teve um impacto significativo na sua decisão eleitoral e influencia a sua avaliação sobre o desempenho do governo nessa dimensão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. “América Latina: novo rumo em direção à esquerda?” *Carta Internacional*, vol.1, nº 1, p. 3-5, 2006.

BIRDSALL, N. “From Social Policy to an Open-Economy Social Contract in Latin America”. *Center for Global Development: Working Paper*, nº 21. Disponível em: <http://economics.ucr.edu/seminars/fall05/ped/NancyBirdsall11-18-2005.pdf>, 2002.

BIRDSALL, N.; FUKUYAMA, F. “The Post-Washington Consensus”. *Foreign Affairs*, vol. 90, nº 2, p. 45-53, 2011.

BOIX, C. *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. Inequality and Democracy in Latin America: individual and context effects of wealth on political participation. In: KRISHNA, A. (ed.). *Poverty, Participation, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 94-124, 2008.

CASTAÑEDA, J. G. “Latin America’s Left Turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, p. 28-43, may-june, 2006.

CLEARY, M. R. “A ‘left turn’ in Latin America? Explaining the left’s resurgence”. *Journal of Democracy*, vol. 17, nº 4, p.35-49, 2006.

DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DE SWAAN, A. *In care of the state*. (Health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era). Cambridge; Polity Press, 1988.

DIAMOND, L. e MORLINO, L. "The Quality of Democracy". *Journal of Democracy*, vol. 15, nº 4, p. 20-31, 2004.

HOFFMANN-LANGE, U. Surveying National Elites in the Federal Republic of Germany. In: MOYER, G; WAGSTAFFE, M. (eds.). *Research Methods for Elite Studies*, Boston: Allen & Unwin, 1987.

HOLZHACHER, D. Atitudes e percepções das elites e da opinião pública sobre a política externa brasileira nos anos 90. Tese de Doutorado: Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *South American Elite Views on Democracy and Inequality: A comparative perspective.* observatory on structures and institutions of inequality in Latin America. *Working Paper Series* Nº 28, 2010.

HOLZHACKER, D; ROSSI, F. "As visões das elites sulamericanas e mexicanas a respeito da democracia e da desigualdade social e econômica". *Carta Internacional*, vol. 4, nº 2, p. 53-73, 2009.

HUNTER, W. e POWER, T. J. "Lula's Brazil at Midterm" *Journal of Democracy*, vol. 16, nº 3, p. 127-139, 2006.

KINGSTONE, P. "Elites, democracy, and market reforms in Latin America". *Latin American Politics & Society*, vol. 43, nº 3, p.139-142, 2001

KRISHNA, A. Introduction: poor people and democracy. In: KRISHNA, A. (ed.). *Poverty, Participation and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-27, 2008.

LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z. B. *Elites estratégicas e dilemas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

MORGAN, J.; KELLY, N. "Explaining Public Attitudes toward fighting inequality in Latin America", *Poverty & Public Policy*, vol. 2, nº 3, 2010

MORLINO, L. "What is a Good Democracy". *Democratization*, vol. 11, nº 5, p. 10-32, 2002.

MUNCK, G. L. "Democratic politics in Latin America: New debates and research frontiers". *Annual Review of Political Science*, vol.7, nº 1, p.437-62, 2004.

REIS, E. P. "Percepções das elites sobre a pobreza e a desigualdade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 15, p.143-152, 2000.

REIS, E. P. e CHEIBUB, Z. B. "Valores políticos das elites e consolidação democrática". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, nº 1, p. 31-56, 1995.

ROBERTS, K. "Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America: the Peruvian case". *World Politics*, vol. 48, nº 1, p. 82-116, 1995.

ROSAS, G. "Preferences The Ideological Organization of Latin American Legislative". *Comparative Political Studie*, vol. 38, nº 7, p. 824-849, sept. 2005.

ROSE, R. e SHIN, D. C. "Democratization backwards: the problem of third wave democracies". *British Journal of Political Science*, vol. 31, nº 2, p. 331-354, 2001.

ROTHMAN, S.; BLACK, A. "Elites Revisited: American social and political leadership in the 1990s" *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 11, nº 2, p. 174-195, 1999.

SCALON, C. "Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro". *Sociologias*, vol. 9, nº 18, p. 126-149, 2007.

SCHEDLER, A., SARFIELD, R. "Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support". *Afrobarometer Working-paper*, nº 45, 2004.

SMITH, P. H. 2005. *Democracy in Latin America: political change in comparative perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

UNDP – United Nations Development Programme. *A democracia na América Latina. rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*. São Paulo: PNUD, 2004.

VALLE E SILVA, N. *Introdução à análise de dados qualitativos*. Rio de Janeiro: Vértice Universitária, 1990.

WEISBERG, H. F. *The Total Survey error approach: (a guide to the new science of survey research)*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. In: *Conference From the Washington Consensus towards a new Global Governance*, 24-25 sept. 2004, Barcelona.

Elizabeth Balbachevsky – balbasky@usp.br

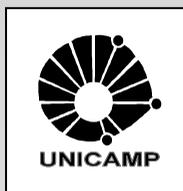
Denilde Holzhacker – denildeh@uol.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2011
Aprovados para publicação em outubro de 2011

TENDÊNCIAS

Ano 17, nº 2

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



O Encarte *Tendências* apresenta os resultados da pesquisa ESEB_CSES2010, realizado logo após as eleições presidenciais de 2010. Esses resultados referem-se à terceira onda do Estudo Eleitoral Brasileiro, já realizado no país em 2002 e 2006.

O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan (www.cses.org) e com a participação de dezenas de instituições de vários países.

O projeto que embasa o CSES tem como premissa geral a tese de que contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais, afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. Assim, seus objetivos principais são: identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas.

Nesta onda do estudo, dentre vários aspectos do funcionamento eleitoral, os dados permitem avaliar centralmente o desenho do sistema eleitoral a partir da percepção do eleitor sobre as escolhas, a avaliação retrospectiva de partidos e candidatos, a organização do sistema sob o prisma da ideologia e a sua capacidade representativa, e o estatuto da representação como forma de intermediação de interesses.

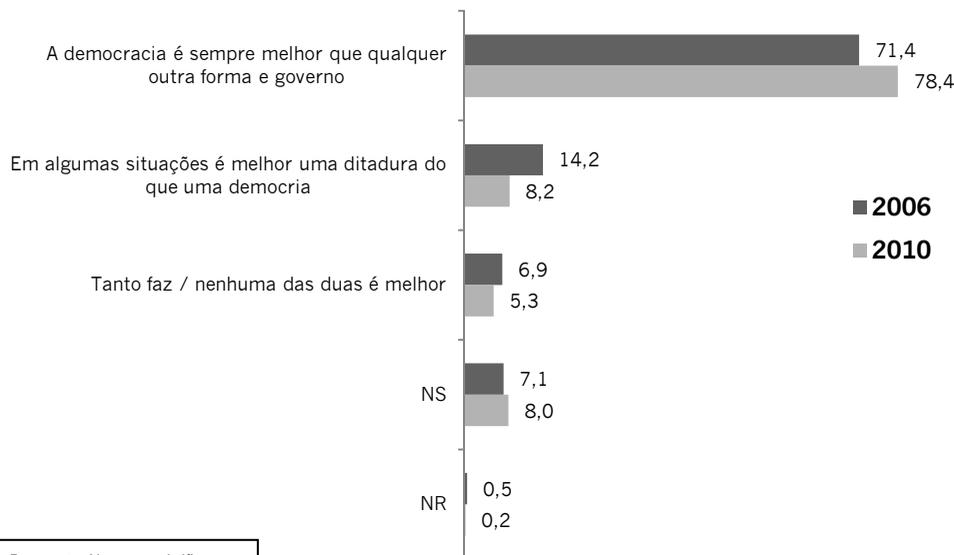
O ESEB também acopla questões que extrapolam o projeto CSES, e permitem explorar aspectos próprios do funcionamento político brasileiro. Assim, em 2010 os dados trazem informações sobre temas a respeito da percepção sobre a democracia no país, o papel do estado e o desenvolvimento de programas sociais, a percepção do papel da mulher na política, entre outros.

O ESEB2010 foi realizado pelo CESOP com o apoio do CNPq e sua base de dados está disponível no Banco de Dados de Pesquisa do CESOP/Unicamp.

Os dados do ESEB 2010 sugerem que a preferência pela democracia é uma tendência crescente no país, e que a adesão ao regime democrático, embora observado através de um indicador normativo, tem bases significativas.

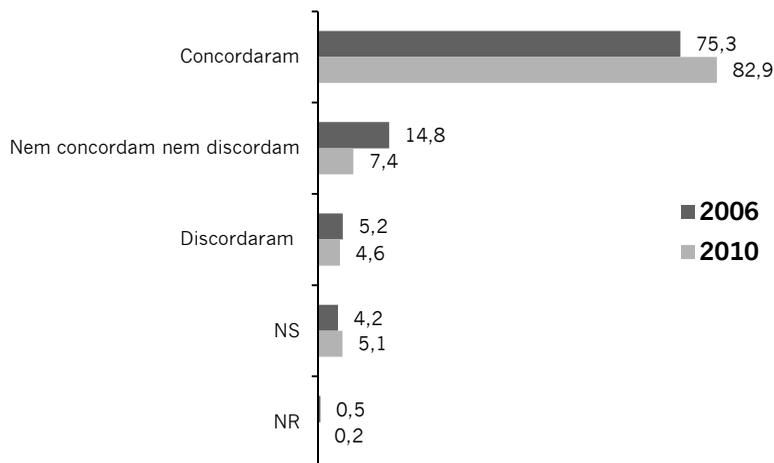
Preferência pela democracia

%



Pergunta: Na sua opinião...

“A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”

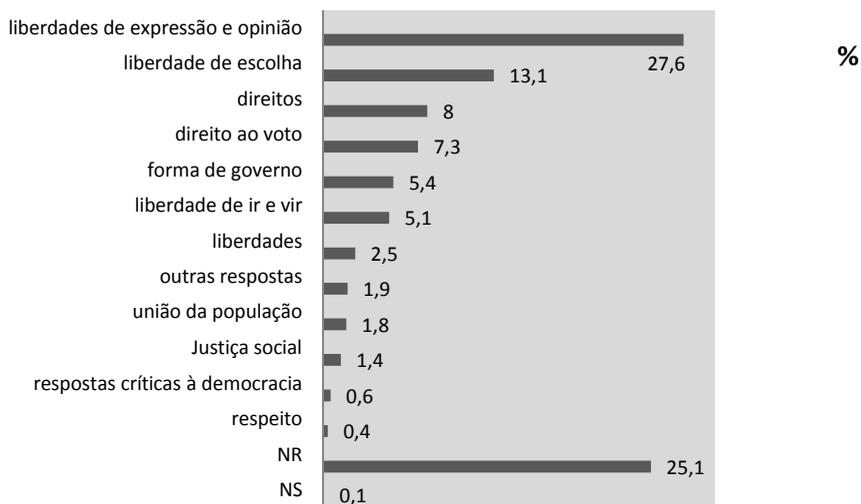


Pergunta: Agora, mudando de assunto: A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) Sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco?
 Obs: Foram somadas as porcentagens das respostas: 'concorda muito e concorda um pouco' e 'discorda muito e discorda um pouco'.

Um dos dados de destaque nos estudos sobre democracia no país é o aumento da cognição sobre o sistema. Desde os anos 1990 cada vez mais cresce a proporção de pessoas que sabem o que a democracia significa ou têm uma compreensão razoável sobre ela. Em 2010, mais de 70% dos entrevistados sabiam mencionar aspectos que a caracterizam.

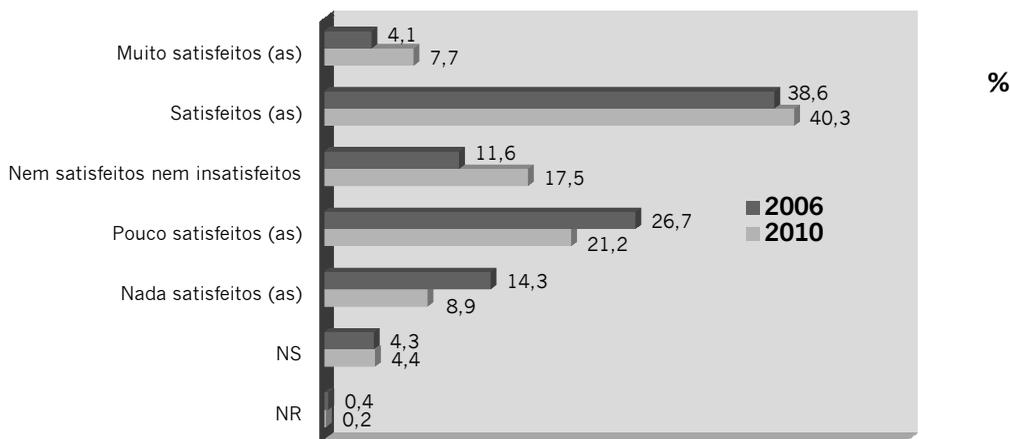
2010

O que é democracia para os brasileiros



Pergunta: O que é democracia?
Obs: Pergunta aberta

Satisfação com a democracia

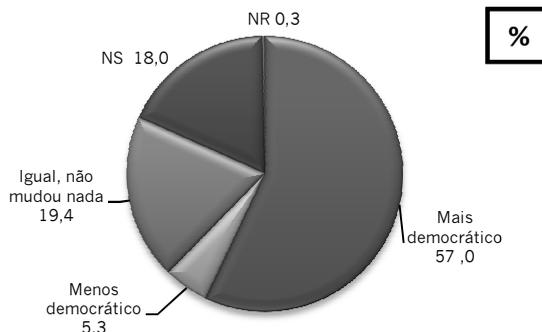


Pergunta: De uma maneira geral, o(a) Sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?

O ESEB 2010 procurou avaliar a percepção da democracia no país nos anos marcados pelo governo Lula.

Uma boa maioria das pessoas considera o país mais democrático e dentre os vários motivos, destacaram-se a liberdade de expressão e as eleições livres.

Nos últimos anos o Brasil se tornou um país mais democrático ou menos democrático?



Motivos para considerar o Brasil mais democrático



Pergunta: Porque Brasil se tornou MAIS democrático?
Obs: Pergunta aberta

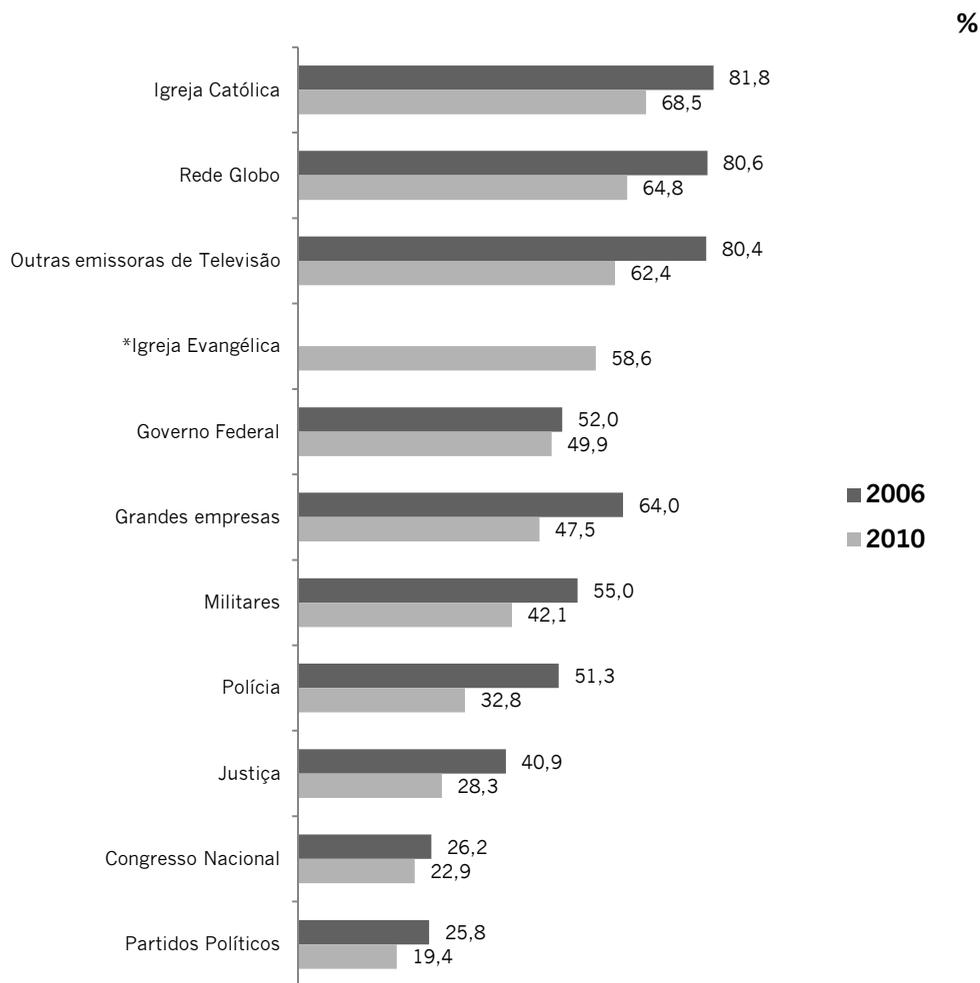
Motivos para considerar o Brasil menos democrático



Pergunta: Porque Brasil se tornou MENOS democrático?
Obs: Pergunta aberta

A avaliação das instituições continua sendo uma variável importante para entender a percepção das pessoas sobre como o sistema funciona. Entre 2006 e 2010, as avaliações positivas tiveram um declínio significativo para todas as instituições, com a exceção do Governo Federal, que teve a menor redução.

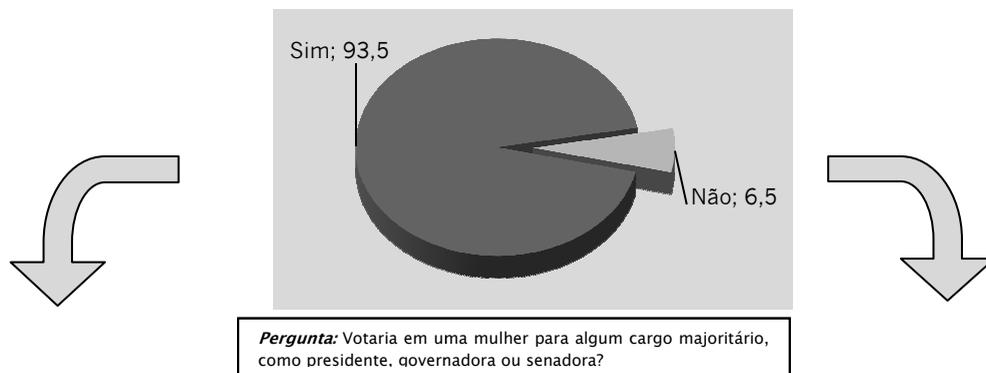
Avaliação positiva da atuação das instituições



Perguntas: Destas várias instituições, gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima.
Obs: Soma das respostas 'Ótima' e 'Boa'
 * Não foi nercontado em 2006

As eleições presidenciais de 2010 foram marcadas também pela presença de duas candidatas mulheres com chances objetivas de sucesso. Os dados pós-eleitorais do ESEB captam essa disposição para o voto em uma mulher para cargos executivos.

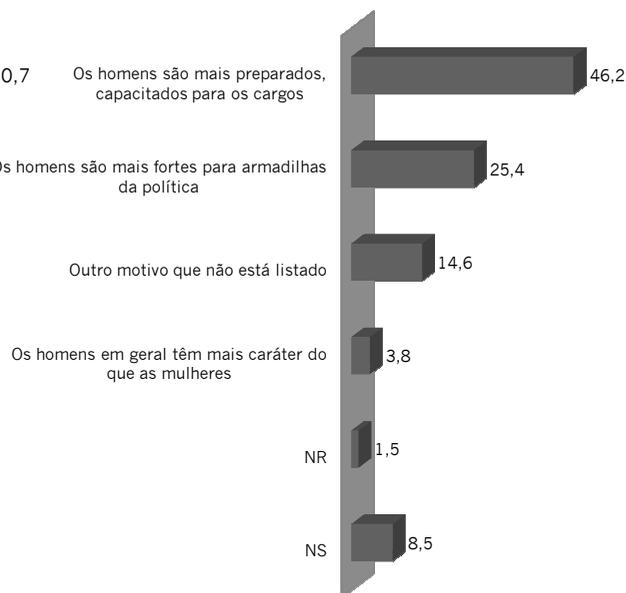
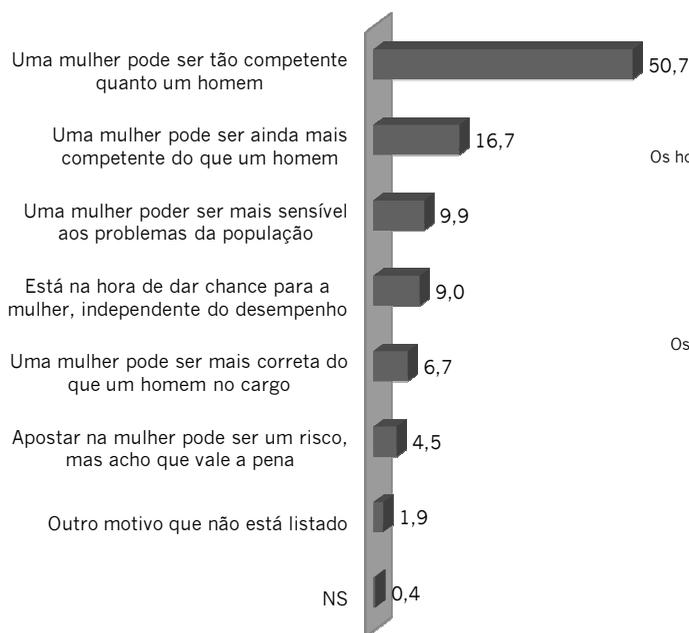
Disposição em votar em uma mulher para um cargo majoritário?



Motivos para votar em uma mulher

Motivos para não votar em uma mulher

%



Pergunta: Por que votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?

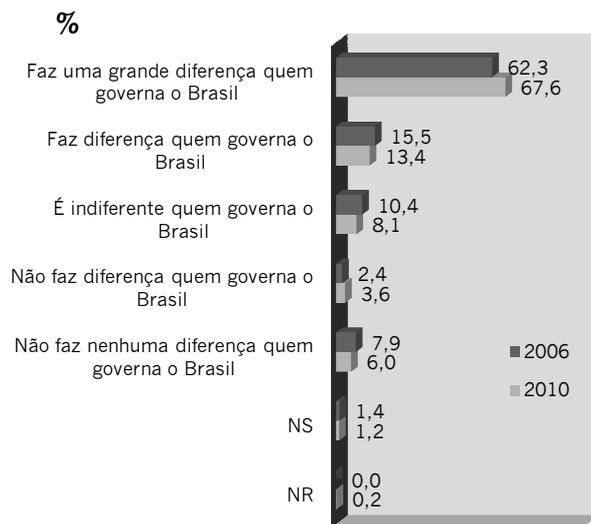
Pergunta: Por que não votaria em uma mulher para algum cargo majoritário?

O papel das eleições para a democracia

As duas ondas do ESEB (2006 e 2010) afirmam uma forte percepção do papel do voto e da importância da escolha dos governantes, assim como a importância das eleições presidenciais para o país.

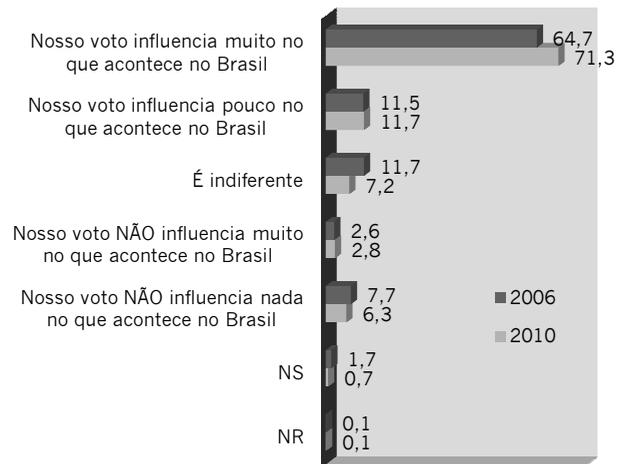
Quanto ao voto obrigatório, embora em uma proporção um pouco menor em 2010, metade dos entrevistados declarou sua disposição em votar, mesmo se o voto não fosse compulsório, nas duas ondas da pesquisa.

Faz diferença quem governa o Brasil?



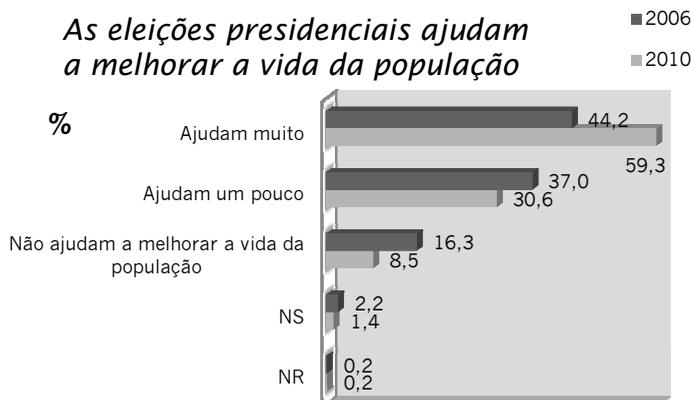
Pergunta: Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que não faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5

O voto influencia o que acontece no Brasil?



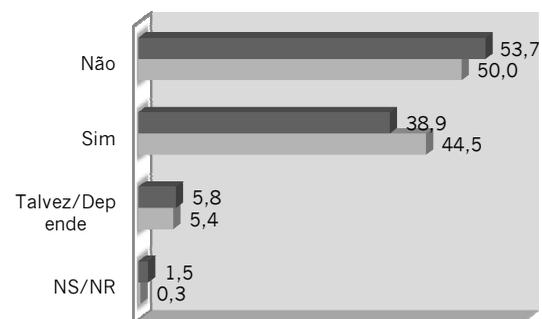
Pergunta: Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5

As eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população



Pergunta: Na sua opinião, as eleições presidenciais ...

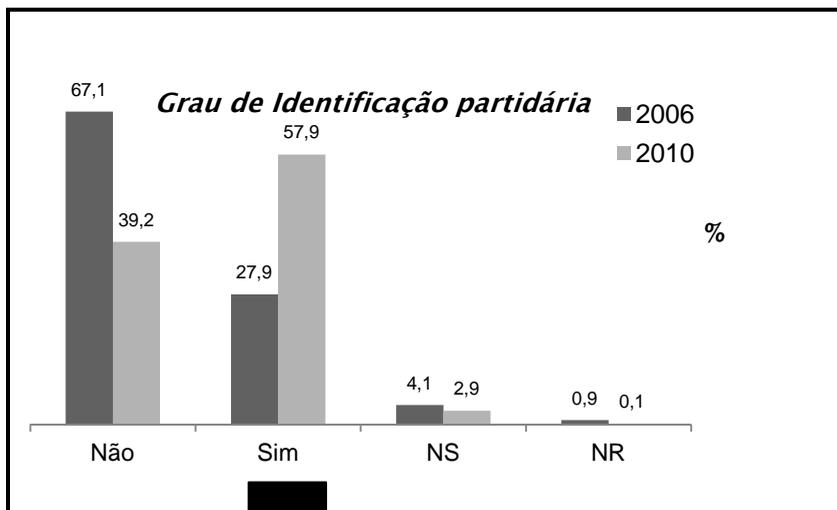
Os brasileiros votariam se o voto não fosse obrigatório?



Pergunta: Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a) votaria?

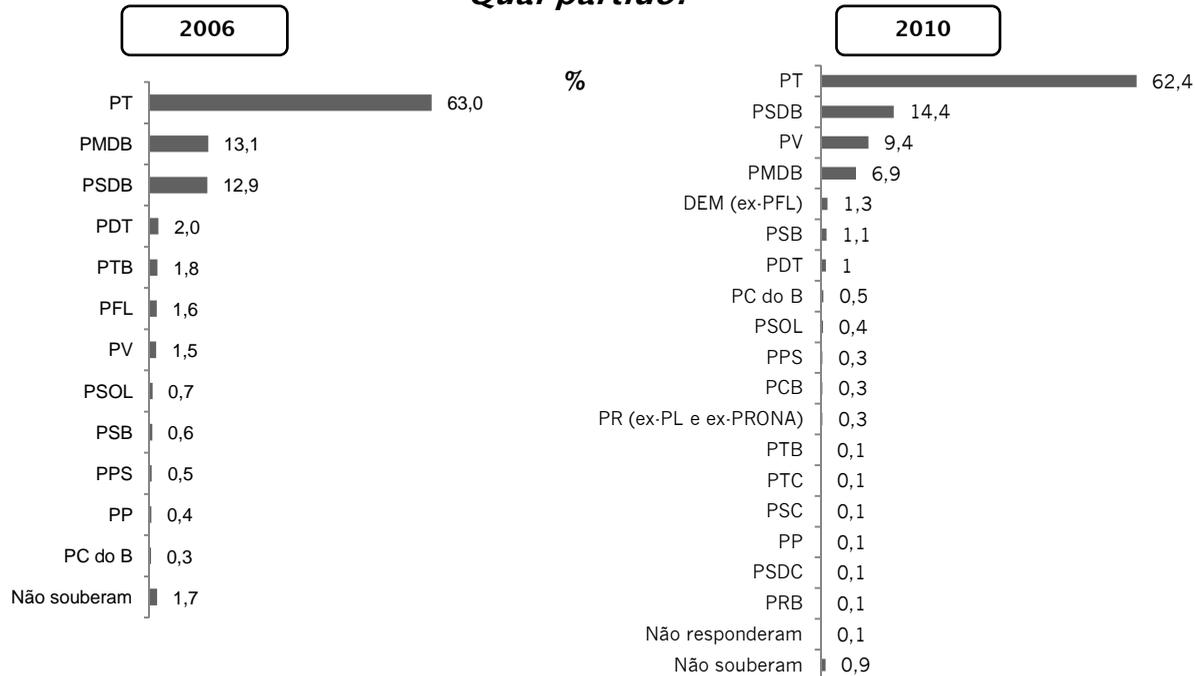
O papel dos partidos para a democracia

O aumento do grau de identificação partidária entre as duas ondas do ESEB é notável, com 30 pontos percentuais de diferença. O PT mantém sua posição de partido com maior grau de adesão.

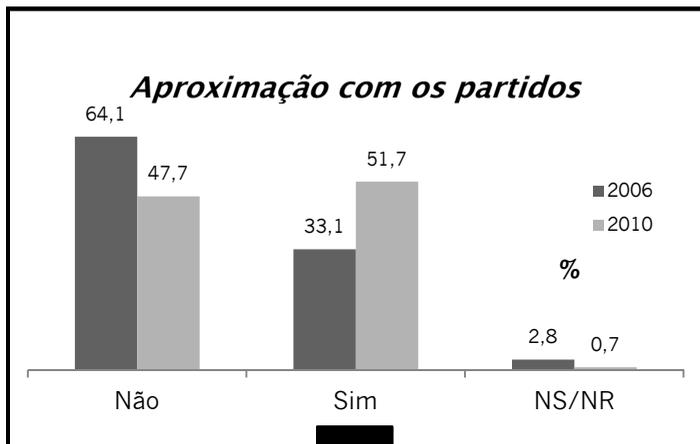


Pergunta: Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

Qual partido?



Pergunta: (Para os que responderam "sim") Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?



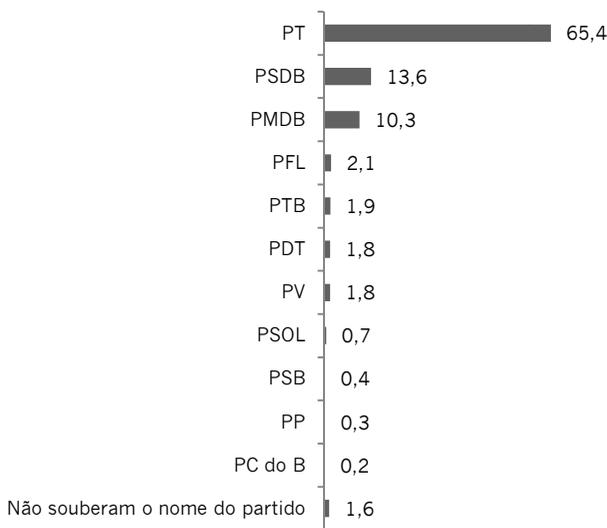
Pergunta: De um modo geral, existe algum partido político que o(a) Sr(a) goste?

2006

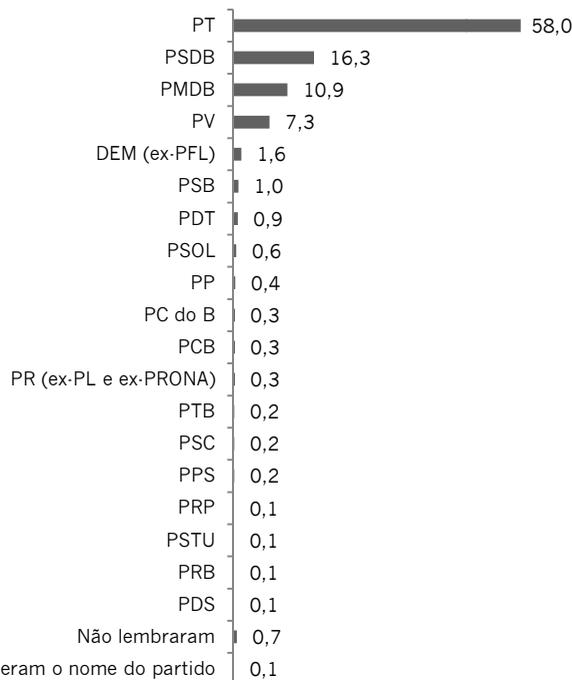
Qual partido?

2010

%



Pergunta: Qual partido o(a) Sr(a) gosta?



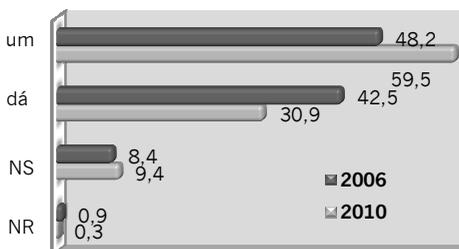
Não lembraram

Não souberam o nome do partido

Sobre a melhor relação entre um presidente e os partidos

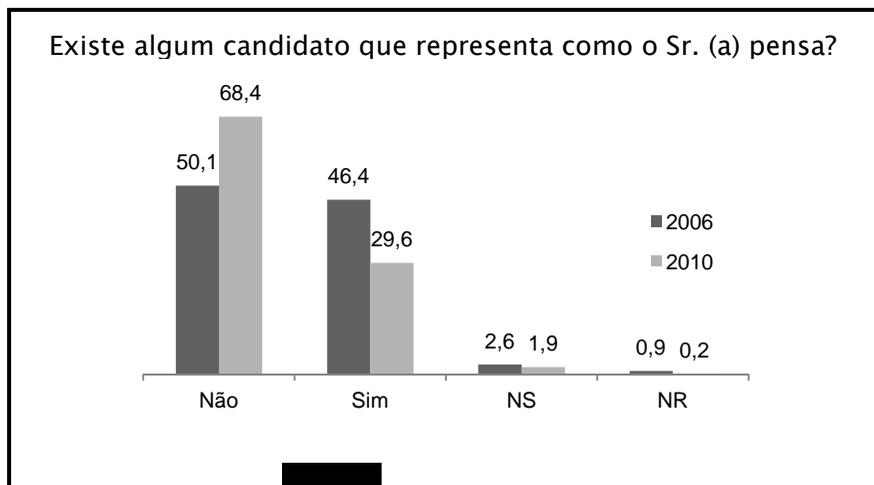
É melhor um presidente identificado com um partido político

É melhor um presidente que não dá importância para os partidos



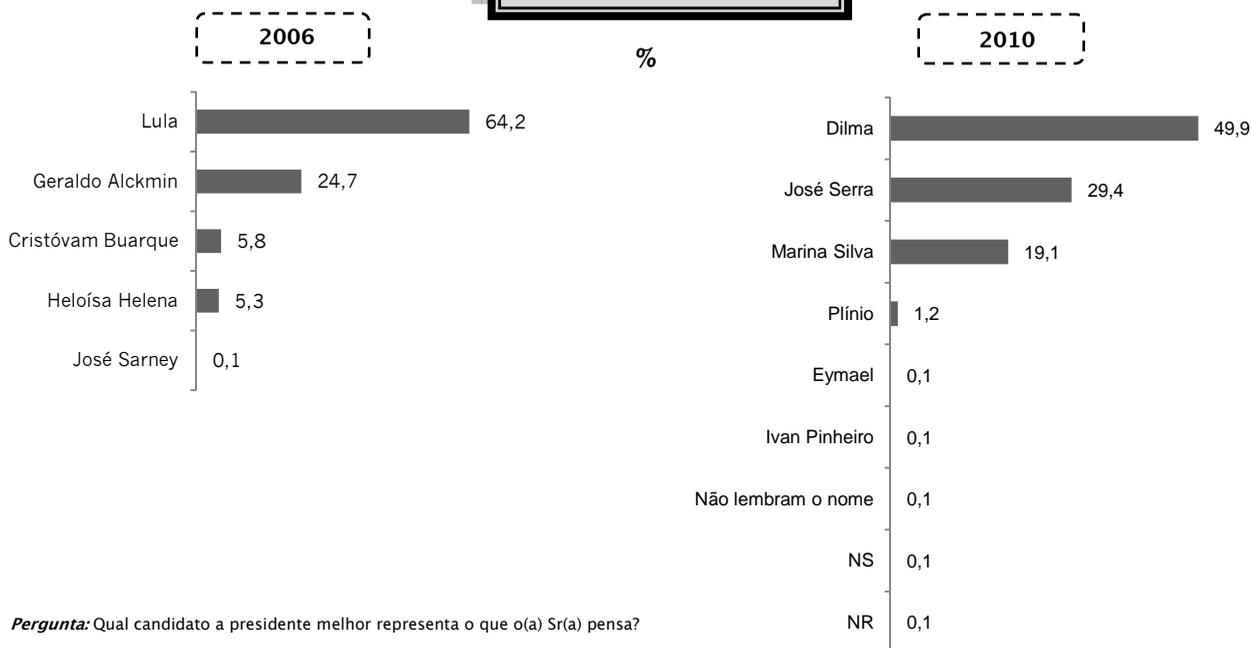
Pergunta: O que é melhor, um presidente da república que ...

Identificação com candidato

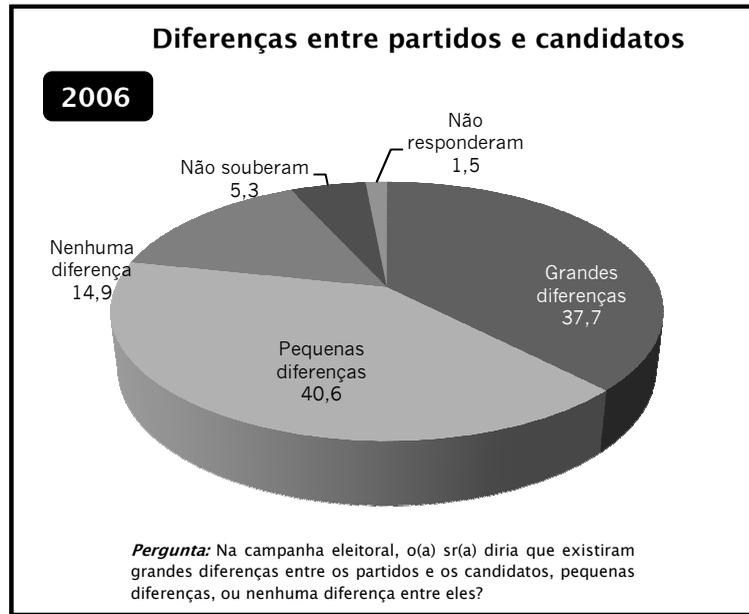


Pergunta: Independente do que o(a) Sr(a) pensa sobre os partidos políticos, houve algum candidato a presidente dessa eleição que representou bem o que o(a) Sr(a) pensa?

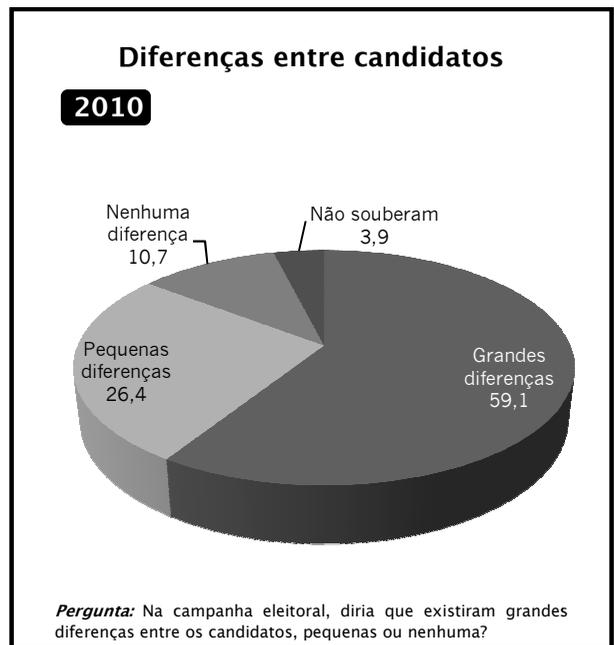
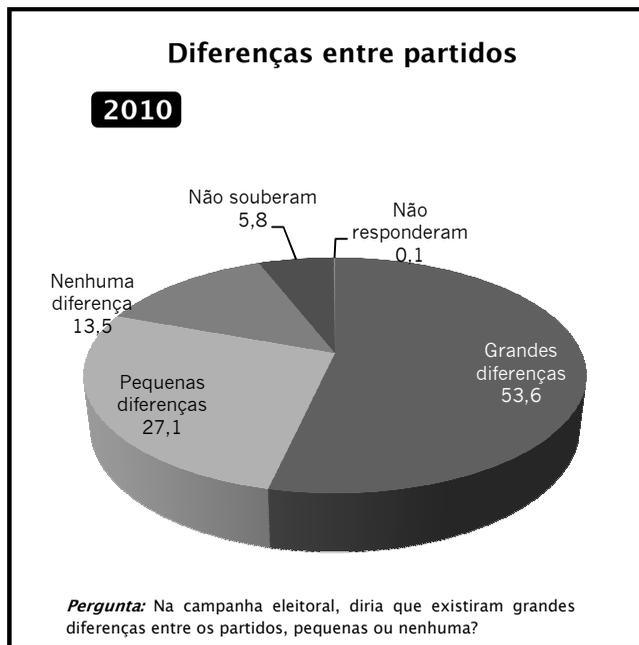
Qual candidato?



Percepção das diferenças entre partidos e candidatos na campanha eleitoral



%

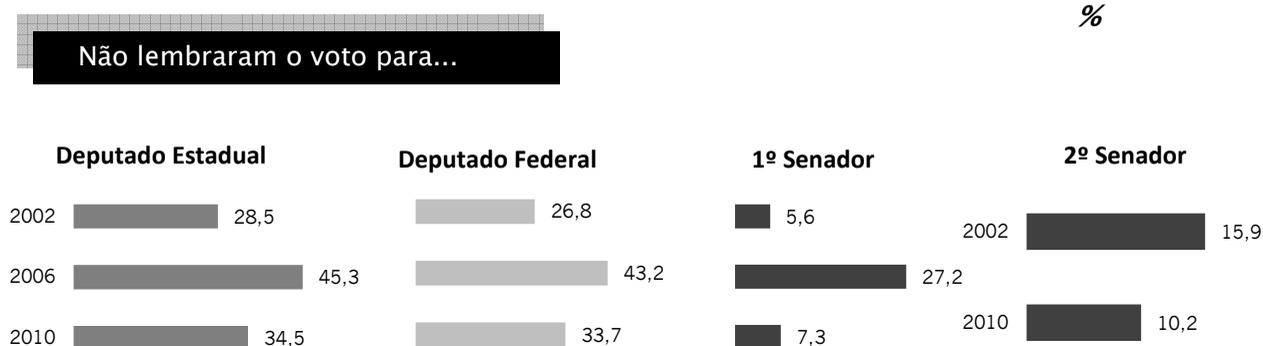


A Memória do Voto

Os dados de 2010 mostram que a conexão entre eleitor e parlamentar votado se perde ao longo do tempo. Por exemplo, em 2010 quase 70% dos eleitores não lembraram o voto para Deputado Estadual em 2006.

Memória do voto na eleição atual

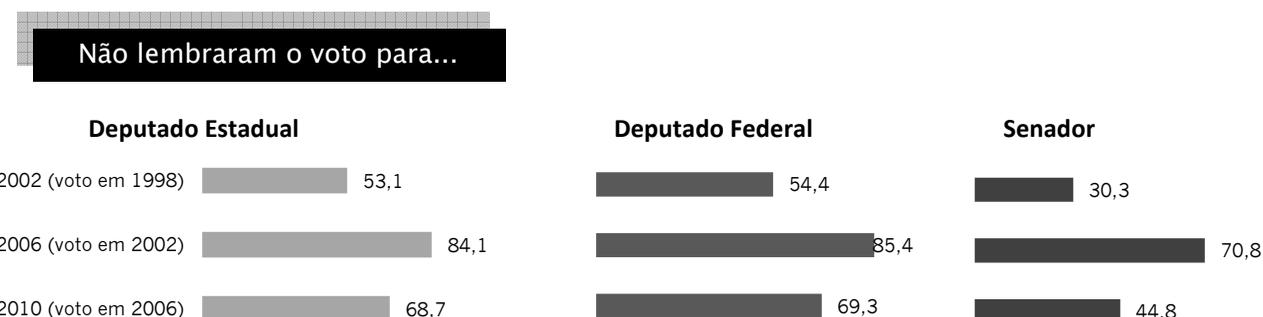
% de eleitores que:



Perguntas: E para Deputado Estadual? Em quem o Sr. votou?/ Em quem o(a) Sr(a) votou para Deputado Federal?/ Em quem o(a) Sr(a) votou para Senador nessa eleição?/ O(a) Sr(a) podia votar em dois candidatos diferentes, em quem mais o(a) Sr(a) votou para Senador?
Fontes: ESEB 2002; ESEB 2006 e ESEB 2010.

Memória do voto na eleição anterior

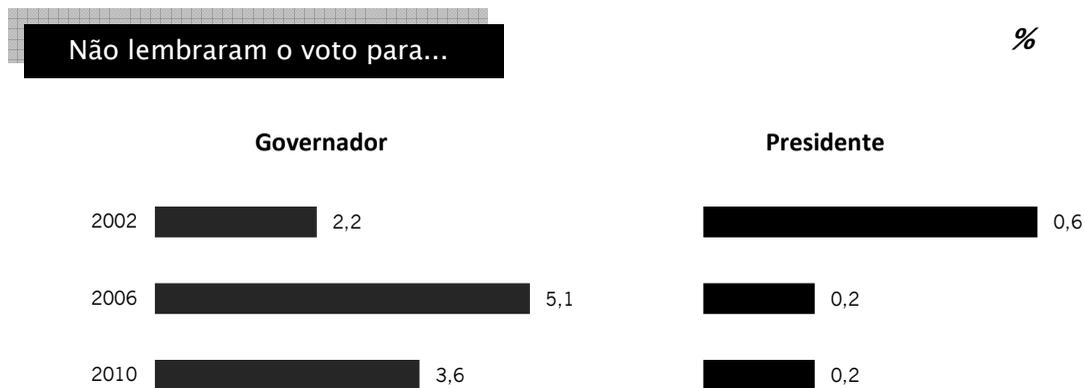
% de eleitores que:



Perguntas: E para Deputado Estadual em (...)?/ E para Deputado Federal em (...)?
 E para Senador, em quem o(a) Sr(a) votou em (...)?
Fontes: ESEB 2002; ESEB 2006 e ESEB 2010.

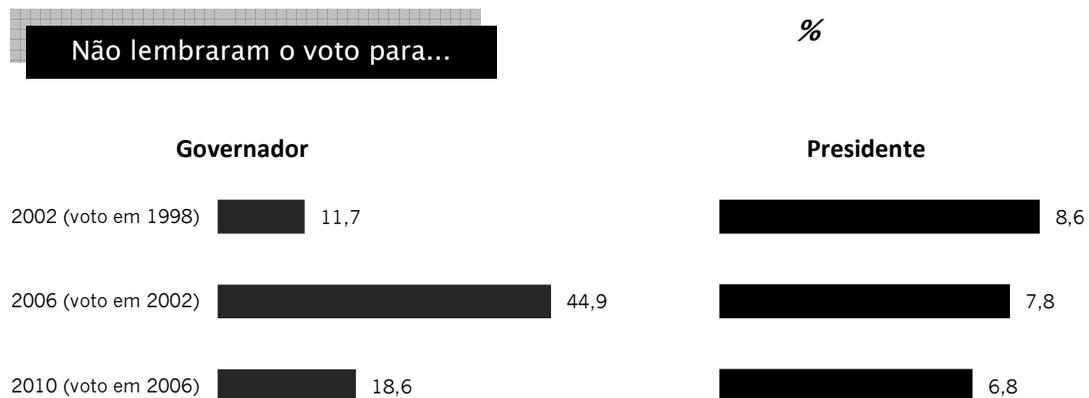
A memória do voto para cargos majoritários é maior. Mesmo assim, em 2010, 18,6% dos eleitores não se lembravam do voto para o governo em 2006.

Memória do voto na eleição atual (se o eleitor lembra do voto dado dias antes)



Perguntas: E no primeiro turno, em quem o(a) Sr(a) votou para Governador nessa eleição?/ Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno (...)?
Fontes: ESEB 2002; ESEB 2006 e ESEB 2010.

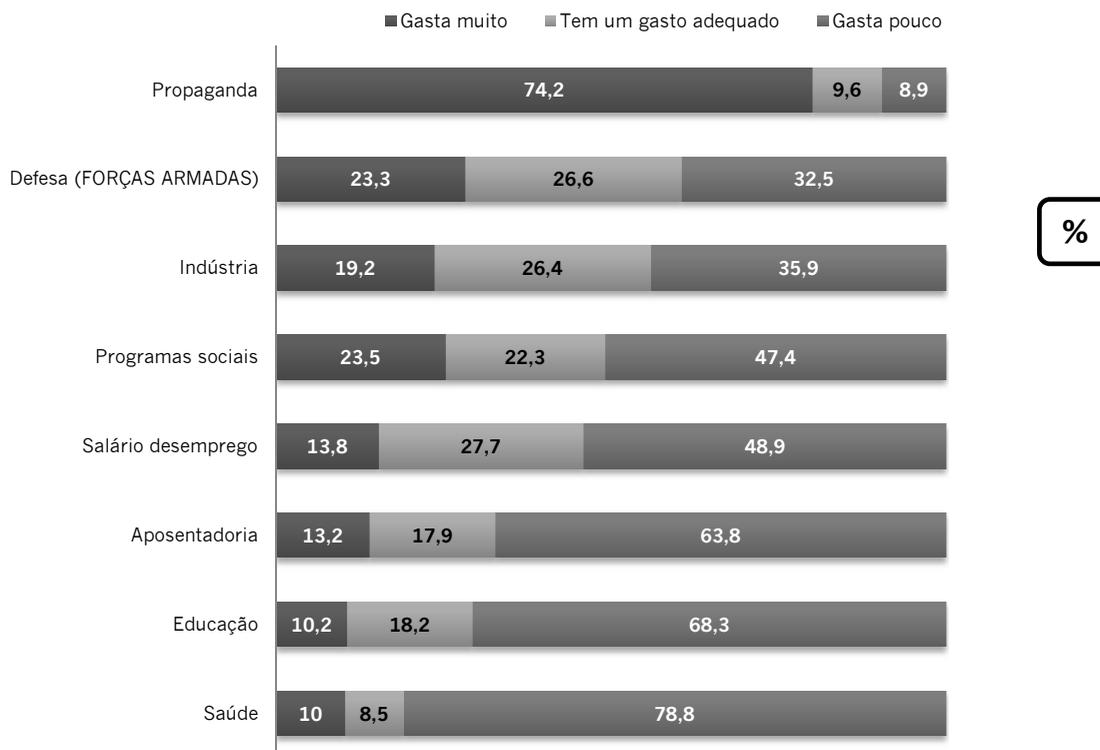
Memória do voto na eleição anterior (se o eleitor lembra do voto dado 4 anos antes)



Perguntas: E para Governador, em quem o(a) Sr(a) votou em (...)?/ Em quem o(a) Sr(a) votou no primeiro turno da eleição presidencial de (...)?
Fontes: ESEB 2002; ESEB 2006 e ESEB 2010.

Em linhas gerais, o ESEB 2010 mostra que a população brasileira demanda um papel maior do Estado no funcionamento das políticas sociais.

Opinião sobre o papel do Estado e o padrão de proteção social

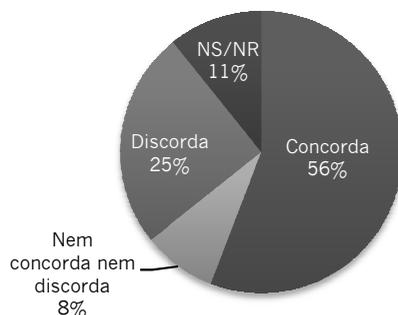


Perguntas: Na sua opinião o governo federal gasta em saúde/educação/aposentadoria/Salário, desemprego/industria/programas sociais/defesa/propaganda.

Opinião sobre o papel do Estado e do Governo com relação à economia

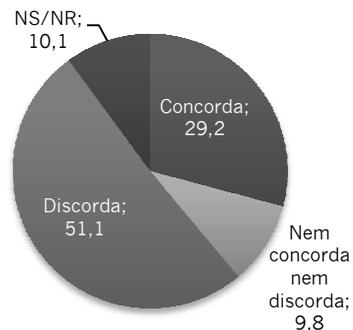
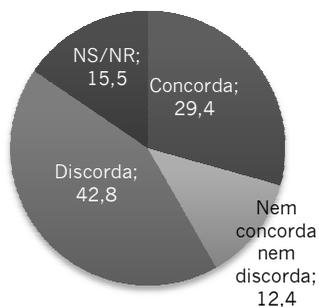
As leis e os impostos do governo impedem as empresas de terem lucros

%



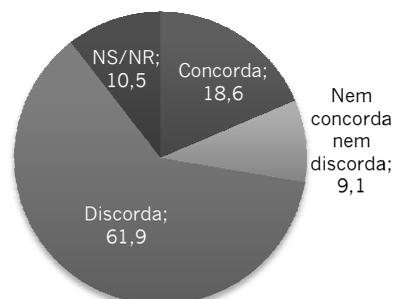
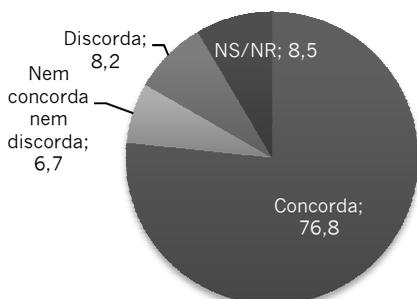
A privatização das empresas estatais foi boa para o país

O Governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir os impostos



Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia

É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados

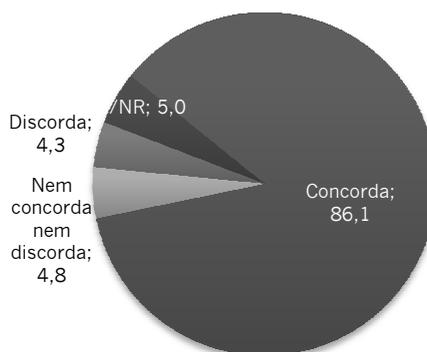
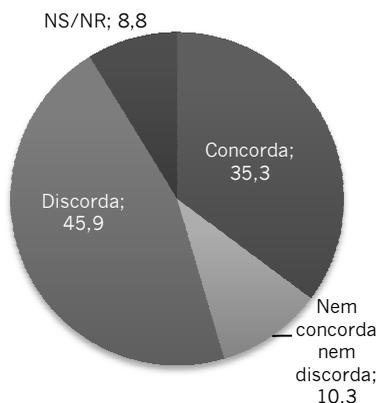


Opinião sobre igualdade social

No conjunto de opiniões sobre as possibilidades e condições de igualdade social, destaca-se a grande maioria de 80% das pessoas que apontam o papel do Estado na diminuição das desigualdades.

O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual

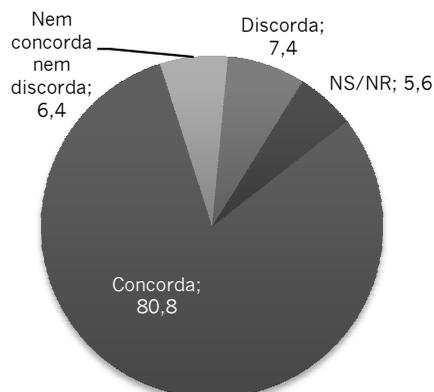
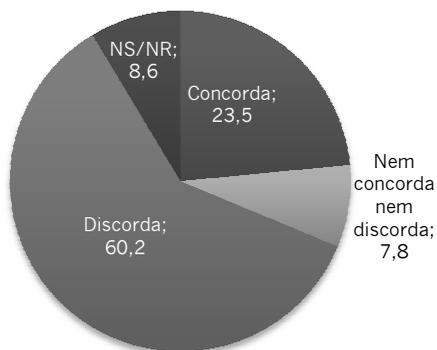
Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade



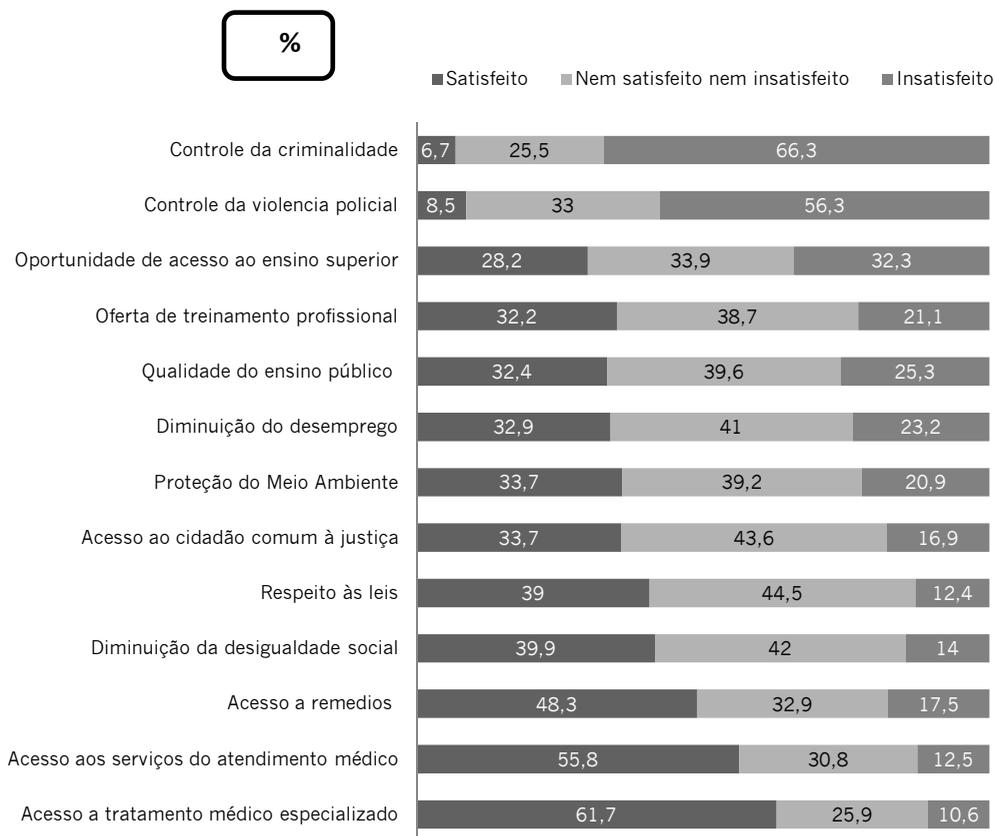
%

Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais

Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres

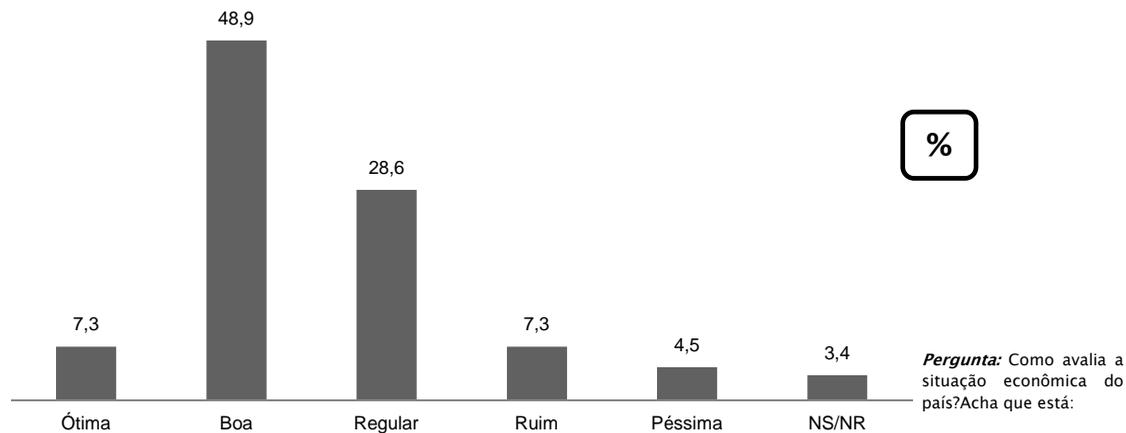


Grau de satisfação do brasileiro com relação aos serviços públicos, respeito às leis e igualdade social

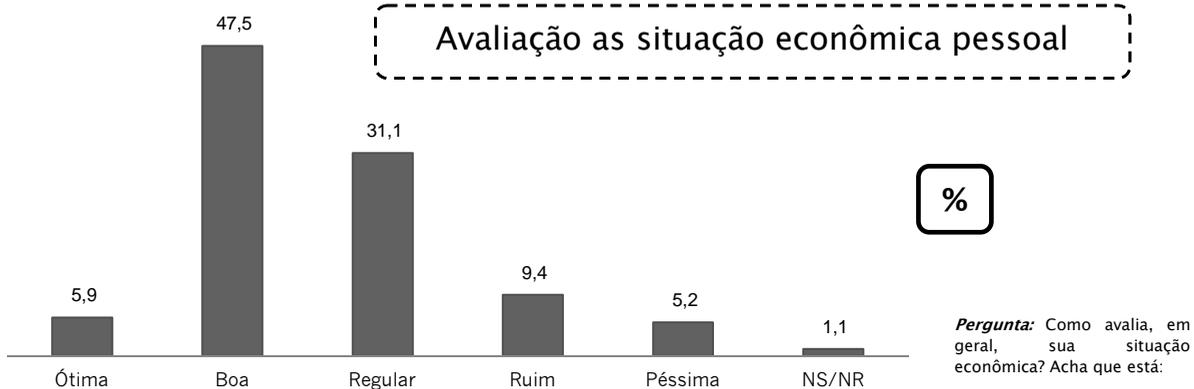


Pergunta: Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) Sr(a) utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas.
Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os)?

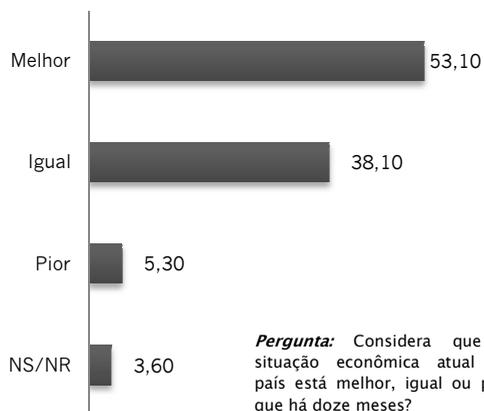
Avaliação da situação econômica do país



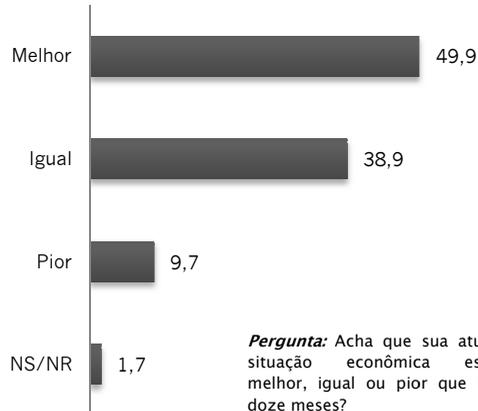
Avaliação da situação econômica pessoal



Considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há doze meses?



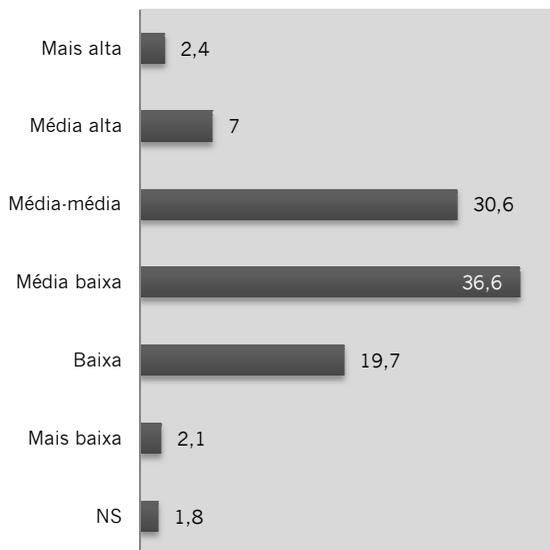
Acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que há doze meses?



Percepção e expectativa sobre mobilidade social

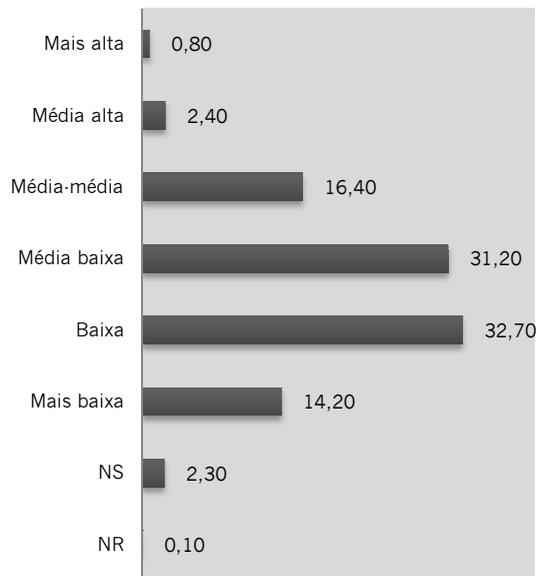
%

Auto-avaliação da classe social hoje



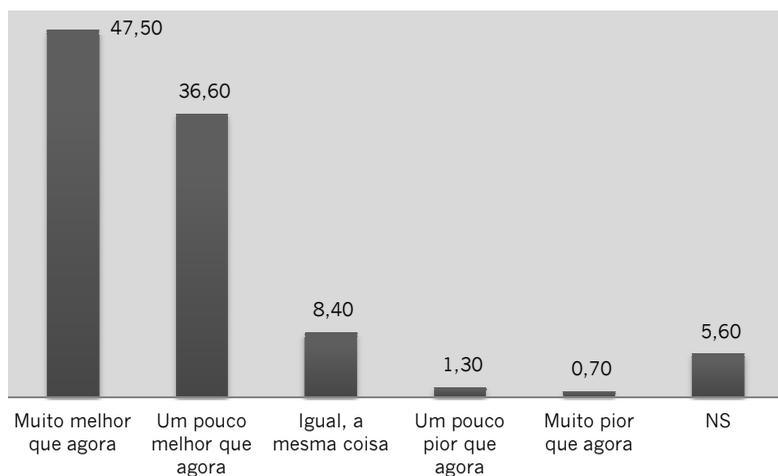
Pergunta: Qual é a sua classe social hoje?

Auto-avaliação da classe social há 8 anos



Pergunta: Qual era a sua classe social há 8 anos atrás?

Expectativa sobre o padrão de vida em 10 anos



Pergunta: Pensando no futuro, como o(a) sr(a) imagina que daqui a 10 anos o seu padrão de vida estará:

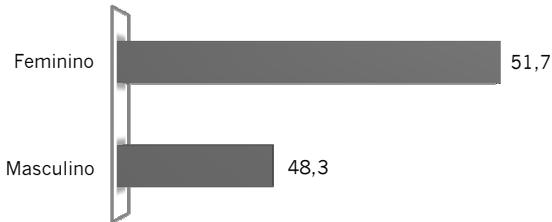
Os dados do ESEB 2010 mostram perspectivas e expectativas muito positivas quanto à condição de vida econômica e social.

Um aumento pequeno, mas importante, dos que se percebem em degrau mais alto na escala social, ilustra esse cenário positivo.

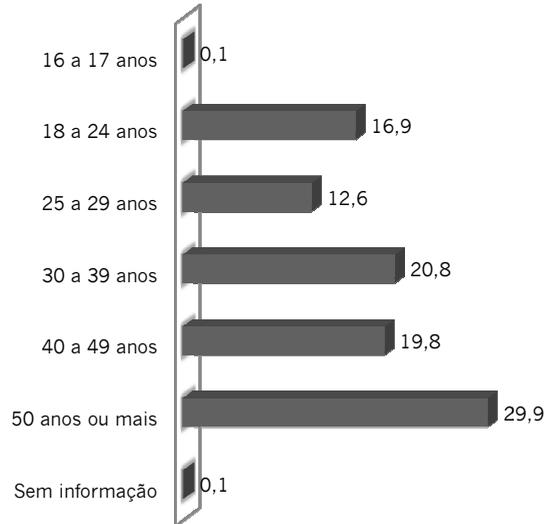
Distribuição dos entrevistados



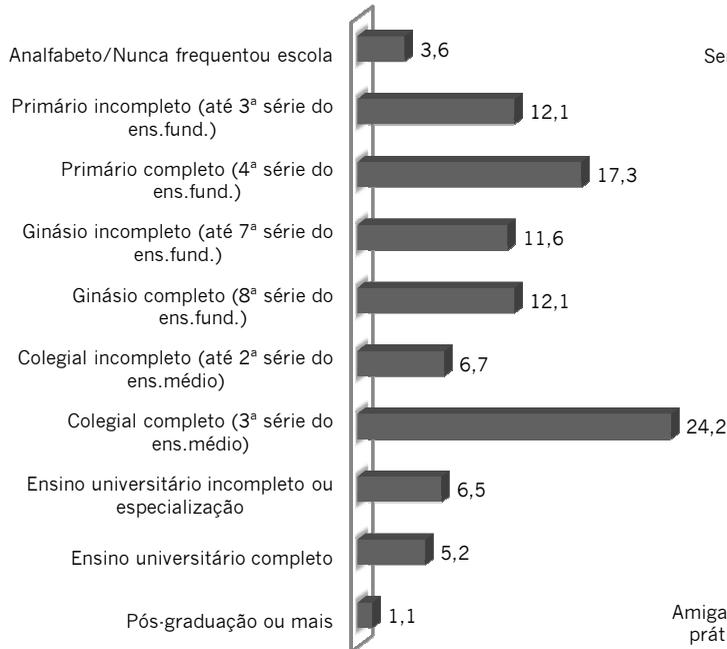
Sexo



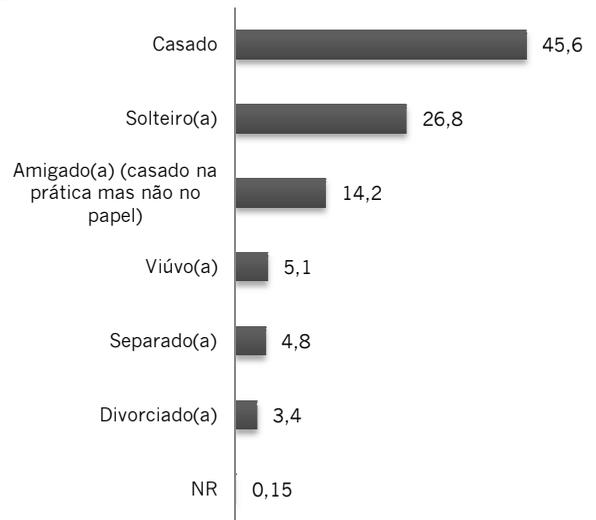
Faixa de Idade



Grau de Escolaridade



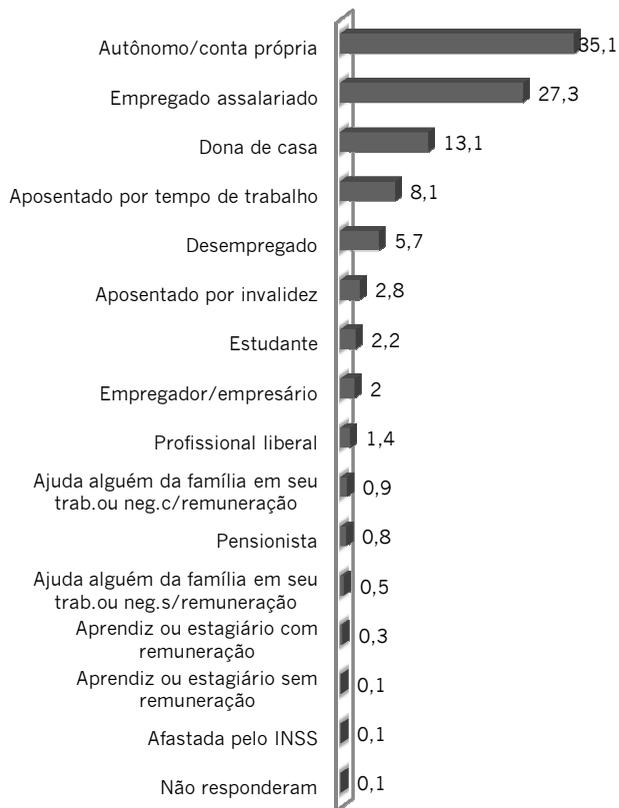
Estado civil



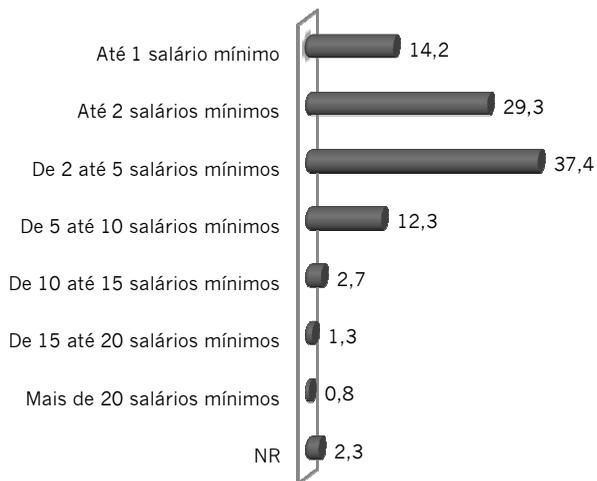
Religião



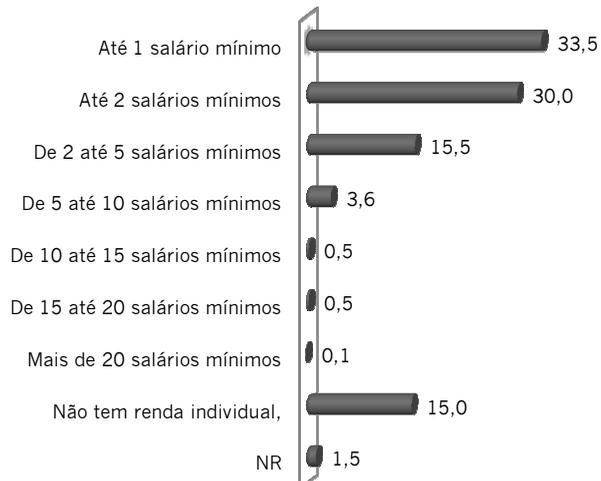
Situação profissional



Faixa de renda mensal familiar



Faixa de renda mensal pessoal



Fichas Técnicas

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB				
CESOP- VOX POPULI/BRASIL10.NOV-02639	4 a 20/11/2010	2000	População brasileira acima de 16 anos	<p>A pesquisa ESEB 2010 foi aplicada em amostra nacional de 2.000 entrevistas pessoais domiciliares. Amostra representativa da população e das regiões Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.</p> <p>O processo de seleção da amostra deu-se em três estágios:</p> <p>1º estágio - seleção probabilística dos municípios, através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base o número de moradores com 16 anos ou mais de cada município;</p> <p>2º estágio - seleção aleatória dos setores censitários ou bairros dentro de cada município;</p> <p>3º estágio - seleção dos respondentes, utilizando-se uma quota proporcional de sexo, idade, condição de trabalho (PEA/não PEA), escolaridade e renda familiar, calculadas proporcionalmente ao conjunto da população de acordo com os dados do CENSO IBGE/2000; PNAD/2008 e dados do TSE - Cadastro dos Eleitores 2010.</p> <p>A distribuição da amostra contemplou 149 municípios dos 27 estados, sendo 86,4% em zonas urbanas</p> <p>Margem de erro = 2,2 pontos percentuais; intervalo de confiança de 95%.</p> <p>Aplicação do campo: Instituto Voz Populi.</p>
<p><i>Pesquisadores envolvidos:</i> Projeto CNPQ Nº 471 796/2008-5 Coordenação: Rachel Meneguello(UNICAMP) Pesquisadores envolvidos: José Álvaro Moisés (USP), Elizabeth Balbachevsky (USP), Marcus Faria Figueiredo (IESP-UERJ), Jairo Marconi Nicolau (UFRJ), Heloisa Dias Bezerra (UFG), Maria do Socorro Souza Braga (UFSCar), Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP), Luciana Veiga (UFPR), Yan de Souza Carreirão (UFSC), Marcelo Jacome Baquero (UFRGS), Mauro Porto (Tulane University, EUA), David Samuels (Univ. of Minnesota, EUA).</p>				

Ficha Técnica

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB				
CESOP- IPSOS/BRASIL06.DEZ- 02489	17 a 27/12/2006	1000	População brasileira acima de 16 anos	<p>A pesquisa ESEB2006 foi feita com uma amostra representativa nacional, realizada em 70 municípios, estratificada por Região Administrativa. Os municípios escolhidos para a amostra foram divididos em dois grupos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. os municípios grandes ou auto-representativos estão na amostra devido a sua grande população; são compostos por praticamente todas as capitais dos estados. 2. os municípios menores sorteados através de amostra sistemática, com estratificação por Região Administrativa; cada município teve a probabilidade de ser sorteado proporcional a sua população. <p>Estágios da amostra:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os municípios constituem o primeiro estágio da amostra. 2) O segundo estágio consiste no sorteio de setores censitários dentro dos municípios, tendo também probabilidade de serem sorteados proporcional à sua população. 3) Dentro dos setores foi realizada a amostra por cotas, definidas de acordo com perfil de Idade, Escolaridade e PEA cruzados por sexo, perfil este encontrado a partir da PNAD 2003. <p>A pesquisa tem representatividade nacional Margem de erro: aproximadamente 3,2% Aplicação do Campo: IPSOS Opinion</p>

Fichas Técnicas

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB				
CESOP-FGV/BRASIL02.DEZ-01838	31/10/2002 a 28/12/2002	2513	População brasileira acima de 16 anos	<p>A amostra do ESEB representa a população brasileira maior de 16 anos de idade. As características do plano amostral são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Probabilística sem substituição; - Três (3) estágios de seleção: <p>§ Município (Unidade Primária de Amostragem),</p> <p>§ Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) e</p> <p>§ Domicílio (Unidade Terciária de Amostragem)</p> <p>Para o sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Também foram consideradas as 27 capitais como auto-representativas.</p> <p>Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Região Norte; - Região Centro-Oeste; - Região Nordeste; - Região Sudeste; - Região Sul e - As Capitais. <p>Margem de erro : 3 pontos percentuais Intervalo confiança:95% Entrevistas domiciliares Aplicação do campo: Data UFF</p>

Pareceristas Colaboradores da Revista OPINIÃO
PÚBLICA entre 2004 e 2010

Alan Freire de Lacerda (UFRN)
Alessandra Aldé (UERJ)
Álvaro Bianchi (Unicamp)
Ana Amélia Camarano (IPEA)
Ana Maria Nicolaci da Costa (PUC-RJ)
André Freire (ISCTE-Lisbon University Institute)
André Marengo dos Santos (UFRGS)
André Vitor Singer (USP)
Aníbal S. Pérez-Liñan (University of Pittsburgh – EUA)
Ângela Vieira Neves (UFF)
Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUC-RS)
Antonio Jorge Fonseca de Almeida (UFBA)
Araceli Mateos Diaz (Universidad de Salamanca - Espanha)
Bruno Speck (Unicamp)
Carlos Ranulfo Félix de Melo (UFMG)
Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS)
Celso Ricardo Roma CEDEC
Cícero Araújo (USP)
Claudia Feres Faria (UFMG)
Claudio Beato Filho (UFMG)
Clécio da Silva Ferreira (UFJF)
Constanza Moreira Viñas (Universidad de La Republica - Uruguai)
David Samuels (University of Minnesota – EUA)
Denise Lopes Salles (IUPERJ)
Denilde Holz hacker (Faculdades Integradas Rio Branco)
Elizabeth Balbachevsky (USP)
Fernando Azevedo (Universidade Federal de São Carlos)
Fernando Lattman-Weltmann (FGV)
Fernando Lourenço (Unicamp)
Fernando Limongi (USP)
Flávio Eduardo Silveira (Meta – Pesquisas de Opinião)
Gabriel de Santis Feltran (Universidade Federal de São Carlos)
Gabriel Vitullo (UFRN)
Gabriela Piquet Carneiro (USP)
Heloisa Buarque de Almeida (USP)
Heloisa Dias Bezerra (UFG)
Heloiza Matos (USP)
Henrique Carlos de Oliveira Castro (UnB)
Iara Beleli (Unicamp)
Ingrid Sarti (UFRJ)
Jairo Nicolau (IESP)-UERJ)
João Feres Junior (IESP)-UERJ)
Jorge Zaverucha (UFPE)
José Eisenberg (UFRJ)
Juan Pablo Luna (Universidad Católica de Chile)
Julian Borba (UFSC)
Leandro Piquet Carneiro (USP)
Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)
Lúcia Avelar (UnB)
Luciana Fernandes Veiga (UFPR)
Luciana Tatagiba (Unicamp)
Lúcio Rennó (UnB)
Luis Antonio Francisco de Souza (USP)
Luis Felipe Miguel (UnB)
Luiz Carlos de Freitas (Unicamp)
Magna Inácio (UFMG)
Marcello Baquero (UFRGS)
Márcia Ribeiro Dias (PUC-RS)
Marcos César Alvarez (USP)
Maria Aparecida Machado Pereira (Cepeqcs)/ UFMG)
Maria Beatriz Bilac (Unimep)
Maria do Socorro Sousa Braga (Universidade Federal de São Carlos)
Maria Helena Weber (UFRGS)
Maria Izabel Saraiva Noll (UFRGS)
Maria Teresa Gonzaga Alves (Universidade de Ouro Preto)
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)
Marília Sposito (USP)
Mario Fuks (UFMG)
Marlise Matos (UFMG)
Matthew Taylor (USP)
Mauro Porto (Tulane University – EUA)
Miguel Chaia (PUC-SP)
Miguel Serna (Universidad de La Republica - Uruguai)
Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)
Nelson Valle Silva (IESP-UERJ))
Nuno Coimbra Mesquita (NUPPS-USP)
Octavio Amorim Neto (FGV)
Patrícia Otero Felipe (Universidad de Salamanca - Espanha)
Paula Jung Rocha (PUC-RS)
Paulo de Mesquita Neto (NEV/USP)
Paulo Krischke (UFSC)
Paulo Roberto Neves Costa (UFPR)
Paulo Sérgio Peres (UFRGS)
Pedro Floriano Ribeiro (Universidade Federal de São Carlos)
Plínio Dentzien (UNICAMP)
Renato Monseff Perissinotto (UFPR)
Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho (UFC)
Renato Sérgio de Lima (FBSP e Fundação SEADE)
Rita de Cássia Bason (UNESP)
Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG)
Rubens Figueiredo (CEPAC)
Rute Baquero (Unisinos)
Scott Mainwaring (Univ. of Notre Dame-EUA)
Sergei Suarez Dillon Soares (IPEA)
Sérgio Soares Braga (UFPR)
Silvana Krause (UFG)
Simone Bohn (York University- Canadá)
Suzeley Kalil Mathias (Unesp)
Sylvia Moretzsohn (UFF)
Telma Menicucci (UFMG)
Timothy Power (University of Oxford-UK)
Valeriano Mendes Ferreira Costa (Unicamp)
Venício Lima (UnB)
Vera Chaia (PUC-SP)
Vera Schattan Pereira Coelho (CEBRAP)
Walquíria Leão Rego (Unicamp)
Wendy Hunter (University of Texas, Austin – EUA)
Vladimir Lombardo Jorge (PUC-RJ)
Yan de Souza Carreirão (UFSC)

OPINIÃO PÚBLICA

November 2011

Vol. 17, nº 2

ISSN 0104-6276

CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>The Brazilian political parties do not really matter?</i>	271
Maria do Socorro Sousa Braga Jairo Pimentel Jr.	
<i>Upward social mobility and voting: the 2010 presidential elections in Brazil</i>	304
Vitor Peixoto Lucio Rennó	
<i>Partisan sentiments and political attitudes among Brazilians</i>	333
Ednaldo Ribeiro Yan Carreirão Julian Borba	
<i>Elections, democratic stability and political socialization in Brazil: analysis of longitudinal persistence of values in presidential elections from 2002 to 2010</i>	369
Marcello Baquero Rodrigo Stumpf Gonzalez	
<i>The partisanship in Brazil (2002/2010)</i>	400
Luciana Fernandes Veiga	
<i>Vote and party identification: Brazilian parties and voters' preference</i>	426
Denise Paiva Gabriela da Silva Tarouco	
<i>What was the role of the media variables in the presidential election of 2010?</i>	452
Heloisa Dias Bezerra Pedro Santos Mundim	
<i>The cash transfer programs and regional voting in presidential elections of 2010</i>	477
Maria Teresa Miceli Kerbauy	
<i>The new consensus in Brazilian society: democracy and equality</i>	493
Elizabeth Balbachevsky Denilde Holzhacker	
TENDÊNCIAS Data Report – ESEB 2010	516



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 17, nº 2 p.271-540
2011 November
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276